



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Amanda Gomes Pereira

**Projetos de adesão à “Cultura da Paz”: dispositivos político-religiosos de
produção de subjetividades pacificadas**

Rio de Janeiro

2015

Amanda Gomes Pereira

Projetos de adesão à “Cultura da Paz”: dispositivos político-religiosos de produção de subjetividades pacificadas

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Patrícia Birman

Rio de Janeiro

2015

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/ BIBLIOTECA CCS/A

P436 Pereira, Amanda Gomes.
Projetos de adesão à “Cultura da Paz”: dispositivos político-religiosos de produção de subjetividades pacificadas / Amanda Gomes Pereira.
– 2015.
214f.

Orientadora: Patricia Birman.
Tese (Doutorado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
Bibliografia.

1. Identidade Social – Rio de Janeiro (RJ) – Teses.. 2. Violência – Aspectos sociais – Rio de Janeiro (RJ) - Teses. 3. Paz – Aspectos sociais – Rio de Janeiro (RJ) - Teses. I. Birman, Patrícia, 1949-. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDU 301.152(815.31)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Amanda Gomes Pereira

**Projetos de adesão à “Cultura da Paz”: dispositivos político-religiosos
de produção de subjetividades pacificadas**

Tese apresentada, como requisito parcial
para obtenção do título de Doutor, ao
Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais da Universidade do
Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 28 de agosto de 2015.

Banca examinadora:

Prof.^a Dra. Patrícia Birman (Orientadora)

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Prof.^a Dra. Jurema Gorki Brites

Universidade Federal de Santa Maria

Prof.^a Dra. Carly Barbosa Machado

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fábio Alves Araújo

Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof.^a Dra. Sandra de Sá Carneiro

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Rio de Janeiro

2015

DEDICATÓRIA

Dedico esta tese a minha mãe Rita Gomes Pereira por todo apoio, compreensão e carinho.

AGRADECIMENTOS

A produção de uma tese é fruto de um trabalho coletivo. São inúmeras pessoas que colaboram durante o processo e, dessa forma, se tornam partes destas linhas. Neste espaço, tentarei agradecer algumas delas, sem as quais este trabalho não seria possível. A pesquisa de campo, que deu origem ao tema da minha pesquisa, foi fruto de um trabalho coletivo de um grupo de pesquisadores reunidos sob a coordenação de Jurema Gorski Brites. Sem a contribuição dela, as condições para a realização da pesquisa não teriam acontecido. Jurema tem o dom de agregar ao seu redor pessoas que por ela são unidas em seus projetos de forma criativa. Sua incansável dedicação ao *alargamento da percepção do humano* une pessoas e histórias seduzidas pelos seus empreendidos. Minha querida amiga de risadas, trajetórias e sonhos.

Aos pesquisadores Eduardo Martinelli Leal e a Cláudia Fonseca, sou grata pela generosidade ao compartilharem suas experiências de campo que se tornaram pistas para a realização deste trabalho. Ao meu amigo Eduardo, agradeço por ter me presenteado com o livro *“Um Mural para a Dor: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz”*, pelas conversas, trocas e sugestões durante todo o processo de elaboração da tese.

Aos meus professores da pós-graduação, agradeço a generosidade demonstrada nos diálogos estabelecidos em sala de aula, nos seminários, congressos e encontros. Em especial, agradeço ao Valter Sinder, a Cláudia Rezende, a Maria Cláudia Coelho, Lia de Mattos Rocha, Clara Araujo, Carly Machado e Sandra de Sá Carneiro. Agradeço aos meus amigos do PPCIS/UERJ, tão fundamentais nesses anos de pesquisa, aulas e escrita, em especial a Paula Carvalho, Lorena Moraes, Wellington Conceição, Frank Davies, Eduardo Ribeiro, Raquel Sant’Anna, Léo.

À Sônia Chaves e Wagner Aguiar meus sinceros agradecimentos por todo auxílio na resolução dos trâmites burocráticos de minha vida acadêmica e profissional. Agradeço ainda a amizade que sempre me dedicaram e o apoio dispensado em vários momentos durante esses anos.

À minha orientadora Patricia Birman, agradeço a dedicação, o entusiasmo, a troca de conhecimentos e a oportunidade de fazer parte do Grupo de Pesquisa Distúrbio. Os encontros e reuniões do grupo me permitiram conhecer e dialogar com pesquisadores que muito contribuíram para as reflexões tecidas neste trabalho. Minha sincera gratidão a: Adriana Fernandes, Carly Barboza Machado, Jérôme Souty, Camila Pierobon, Camila Sampaio, Geisa

Bordenave, Flavia Regina, Edson Miagusko, SiviaNaidin, Natânia Lopes, Bernardo Guerra, Vinícius Gonçalves, Lia de Mattos Rocha, Cleiton Machado Maia.

Agradeço a CAPES pelo financiamento deste trabalho e a Universidade Federal do Maranhão por ter me dado condições de finalizar esta tese.

Aos meus alunos da UFMA agradeço o incentivo, a amizade e os momentos de aprendizagem neste último ano. Aos colegas professores e servidores dessa instituição, agradeço por compartilharem comigo suas experiências e me auxiliarem no processo de mudança e adaptação em terras maranhenses.

Às pessoas que terão parte de suas histórias narradas nesta tese, agradeço imensamente a oportunidade de fazer parte de suas trajetórias de vida e de caminhar pelas ruas da metrópole carioca. Atravessar suas histórias foi uma das experiências mais extraordinárias de minha vida.

Ao que minha mãe Rita fez por mim, nunca terei palavras suficientes para agradecer. Muito obrigada mãe por ter estado ao meu lado este tempo todo, sempre me apoiando. À minha irmã Aline, agradeço o apoio e o abrigo durante a pesquisa e os primeiros anos do doutorado. Ao meu irmão agradeço o incentivo e os diálogos interessados sobre a minha pesquisa de campo.

Às minhas primas Renata e Roberta, agradeço a acolhida em Juiz de Fora, repleta de carinhos, mimos e confidências. Ao meu tio Tião, meus sinceros agradecimentos por sempre pela torcida e pelo entusiasmo durante os anos do doutorado. Suas visitas ao Rio de Janeiro, os passeios, repletos de momentos alegres.

À minha amiga Dani Assis Pinheiro, com quem dividi as angústias com relação a escrita do trabalho acadêmico, minha gratidão por ter feito parte de toda minha trajetória acadêmica, estando presente nesses diferentes momentos. A cada encontro, a cada conversa, novas percepções surgiam, contribuindo para muitas das reflexões que realizei aqui.

Quero imensamente agradecer ao meu amigo Léo Guimarães as inúmeras leituras, contribuições e revisões desta tese. O aconchego, as risadas e o carinho compartilhado em muitos momentos, contribuíram significativamente para adocicar esse período de formação, tornando-o mais leve e alegre.

No mundo que combato morro
No mundo que luto nasço.

Mia Couto

RESUMO

PEREIRA, Amanda Gomes. *Projetos de adesão à cultura da paz: dispositivos político-religiosos de produção de subjetividades pacificadas*. 214f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

As relações político-religiosas empreendidas por um grupo de familiares de vítimas da violência como estratégias de elaboração do *luto* são descritas nesta tese com o intuito de demonstrar como essas se relacionam com projetos de *gestão da vida e da morte* na metrópole carioca. A missa de sétimo dia de falecimento do menino João Hélio representa um marco nas narrativas dessas famílias que vivenciaram diferentes tempos na busca por justiça a morte dos seus filhos e filhas. O tempo do testemunho e da denúncia cedeu espaço para o tempo dos projetos de construção de uma *cultura da paz*, de caráter espírita. A inserção desse grupo em redes espíritas, com suas mediações entre *os planos espirituais e material*, possibilitou o compartilhamento de *trabalhos e missões* entre pais e filhos nesses diferentes planos. O entrecruzamento dos projetos dos médiuns Rogério Leite e Marli Mansini – bem como de outros – com as trajetórias desses familiares de vítimas da violência urbana contribuiu para o surgimento de um *projeto social* voltado para a superação da dor e do sentimento de vingança através do exercício da caridade e da organização e divulgação das sessões de psicografia. A partir da vivência de diferentes tempos e processos, esses pais e mães modificaram suas ações políticas – antes atreladas aos discursos de justiça – para o desenvolvimento de projetos espíritas de promoção de *subjetividades pacificadas*. Esta tese tem por objetivo descrever os tempos e processos desse coletivo de familiares de vítimas, com suas nucleações e entrelaçamentos com os *projetos de governo* político-religiosos de construção de uma *cultura da paz*.

Palavras-chave: Cultura da Paz. Luto. Justiça. Dispositivos político-religiosos. Subjetividades pacificadas. Projetos espíritas.

ABSTRACT

PEREIRA, Amanda Gomes. *Projects of accession to the culture of Peace: political-religious devices of producing pacified subjectivities*. 214f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

The political-religious relations undertaken by a group of relatives of victims of violence as a way to express their grief are described in this thesis in order to demonstrate how they relate to the *management of life and death* in the Rio de Janeiro metropolis. The funeral mass of the boy João Hélio represents a crucial point in the narratives of families who each experienced different situations trying to seek justice for the death of their sons and daughters. At first they spent their time sharing their stories and denouncing these crimes which then led them to create projects for building a *culture of peace*, in a spiritist sense. The inclusion of this group in spiritual networks, as a mediator between the spiritual and secular spheres, enabled the sharing of *works* and *missions* between parents and children in these different realms. Projects authored by the mediums Rogério Leite and Marli Mansini — as well as others — along with the life trajectory of relatives of victims of urban violence, contributed to the creation of a *social project* focused on overcoming pain and feelings of revenge through the performance of charity work and the arrangement and spread of automatic writing sessions. Through the experience of different situations and processes, these fathers and mothers modified their political actions — once tied to such statements as taking the law into one's own hands — to the development of spiritually focused projects and the promotion of *pacified subjectivities*. This thesis aims to describe the experiences and processes of this collective formed by relatives of victims, with their formation and connections with *governmental political-religious projects* towards building a *culture of peace*.

Keywords: Culture of Peace. Grief. Justice. Political-religious devices. Pacified subjectivities. Spiritist projects.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Reportagem sobre a missa de sétimo dia do menino João Hélio.....	41
Figura 2 -	Deslocamento dos familiares na região central.....	59
Figura 3 -	Deslocamento dos familiares de vítimas.....	60
Figura 4 -	Deslocamento pelas regiões oeste e por cidades da região metropolitana...	61
Figura 5 -	Deslocamento dos familiares pela Ilha do Governador e região metropolitana.....	62
Figura 6 -	Deslocamento dos familiares pela zona norte.....	63
Figura 7 -	Trajetórias e trânsitos do coletivo de familiares vítimas da violência urbana.....	64
Figura 8 -	Reportagem do Jornal do Brasil sobre debate acerca da redução da maioria penal, publicada próxima da morte do menino João Hélio....	73
Figura 9 -	Familiares de vítimas em missa organizada pelo Jornal do Brasil.....	75
Figura 10 -	Passeata organizada pelo coletivo de familiares.....	45
Figura 11 -	Eleição dos representantes de familiares de vítimas como membros da Comissão de Direitos Humanos da OAB/RJ.....	76
Figura 12 -	Ato público contra a violência.....	76
Figura 13 -	Eleição dos representantes de familiares de vítimas como membros da Comissão de Direitos Humanos da OAB/RJ.....	78
Figura 14 -	Familiares em manifestação - vestidos com camisas estampadas com as fotos dos filhos e filhas (1).....	79
Figura 15 -	Familiares em manifestação - vestidos com camisas estampadas com as fotos dos filhos e filhas (2).....	80
Figura 16 -	Reportagem sobre mensagens psicografadas.....	128
Figura 17-	Rogério e Marli psicografando.....	131
Figura 18 -	Desenho do menino João Hélio.....	132
Figura 19 -	Reportagem: vítimas da violência enviam mensagens psicografadas às famílias (Continua).....	134
Figura 20 -	Capa do livro “Políciais de Volta”.....	138
Figura 21 -	Contracapa do livro “Políciais de Volta”.....	140
Figura 22 -	Ação social Projeto “Amor Além da Vida” (1).....	175

Figura 23 - Ação social Projeto “Amor Além da Vida” (2).....	175
Figura 24 - Postagem do dia 24 de junho de 2015.....	176
Figura 25 - Postagem da página do Projeto “Amor Além da Vida”.....	180
Figura 26 - Ação social do Projeto “Amor Além da Vida”.....	182
Figura 27 - Sessão de psicografia dos Projetos “Amor Além da Vida” e “Cartas de Fátima” (1).....	183
Figura 28 - Sessão de psicografia dos Projetos “Amor Além da Vida” e “Cartas de Fátima” (2).....	184
Figura 29 - Palestra do médium Fernando Ben (Projeto “Cartas de Fátima”) no GEC..	185
Figura 30 - Matéria Jornal do Brasil sobre apoio espiritual à família de João Hélio.....	189

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 -	Coletivo de familiares vítimas da violência.....	33
Gráfico 1 -	Diagrama “Projeto Cartas Consoladoras” e Grupo de familiares de vítimas.....	34
Gráfico 2 -	Diagrama – GEC e familiares de vítimas.....	34
Gráfico 3 -	Diagrama “Projeto Cartas de Fátima” e familiares de vítimas.....	35
Quadro 2 -	Redes e núcleos de familiares.....	36
Gráfico 4 -	Diagrama “Projeto Cartas Consoladoras” e suas nucleações.....	159

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	_	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
DETRAN	_	Departamento de Trânsito
EMERJ	_	Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro
GEC	_	Grupo Espiritualista Consciência
NAVI	_	Núcleo de Apoio à Vítima de Trânsito
OAB	_	Ordem dos Advogados do Brasil
ONG	_	Organização Não Governamental
PRONASCI	_	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
UFMA	_	Universidade Federal do Maranhão
UPP	_	Unidades de Polícia Pacificadora

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 INSERÇÃO NO CAMPO, CONTEXTOS E PRIMEIRAS INTERLOCUÇÕES.....	26
1.1 Inserção no campo: nucleações e conexões das redes espíritas de familiares de vítimas.....	32
1.2 Primeiras interlocuções: delineamentos do campo.....	37
2 HABITAR A METRÓPOLE CARIOCA ATRAVÉS DAS ESFERAS POLÍTICO-RELIGIOSAS.....	49
3 O TEMPO DO TESTEMUNHO	Erro! Indicador nã 65
3.1 O tempo do testemunho: performances de elaboração da denúncia.....	67
3.2 Movimentos de mães vítimas da violência: modelos de construção da denúncia	Erro! Indicador não 68
definido.....	
3.3 O caso do menino João Hélio.....	71
3.4 Os dispositivos jurídicos de elaboração da “Cultura da Paz”: tornando-se sujeitos de direitos em um contexto de violência urbana.....	Erro! Indicador nã 81
4 A NOSSA LUTA É POR JUSTIÇA: RELAÇÕES POLÍTICO-RELIGIOSAS E SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE VERDADE.....	95
4.1 Justiça na religião: a psicografia como prova.....	98
4.2 A caridade como missão: narrativas de construção da paz.....	104
5 O TRABALHO SEGUNDO UMA ÉTICA DA RESIGNAÇÃO.....	110
5.1 A categoria trabalho na obra “Nosso Lar”: os princípios espíritas norteadores da produção de subjetividades pacificadas.....	115
5.2 Projeto Cartas Consoladoras: a mediunidade em contextos de violência.....	125
6 “POLICIAIS DE VOLTA”: INTERVENÇÕES ESPÍRITAS EM CONTEXTOS DE VIOLÊNCIA.....	136
6.1 Amor em ação: a paz promovida, conjuntamente, nos planos espirituais e material.....	151
7 PROJETOS ESPÍRITAS E PERFORMANCES DE CONSTRUÇÃO DA CULTURA DA PAZ.....	163
7.1 Projeto Amor Além da Vida: formas subjetivas de adesão à Cultura da Paz..	172

CONCLUSÃO	192
REFERÊNCIAS	195
ANEXO A – Reportagem sobre a utilização de uma mensagem psicografada pelo médium Rogério Leite como prova em julgamento.....	199
ANEXO B – Processo de responsabilização civil.....	201
ANEXO C - Pai de João Hélio fala sobre suas experiências espirituais.....	205
ANEXO D - Psicografia Ludmila.....	207
ANEXO E – Reportagem “As Mães do Rio”.....	210

INTRODUÇÃO

A cidade do Rio de Janeiro, representada como Cidade Maravilhosa com seus cartões postais e belezas naturais, após os casos de violência que circularam na mídia na década de 90 passou a ser vista como um local de insegurança, com seus moradores reféns de uma guerra. As notícias sobre os arrastões em praias cariocas e a foto dos corpos enfileirados das vítimas da Chacina de Vigário Geral, difundidas no país e no mundo, contribuíram para a representação da cidade como violenta – com seus habitantes imersos em um contexto de guerra. Essa representação fez surgir diferentes perspectivas e análises sobre a questão da violência urbana e sobre as formas de combatê-la.

Algumas das análises sobre o tema ressaltaram uma “*acumulação social da violência*”¹ vinculada a processos de *sujeição criminal*² de uma parcela da população carioca nos últimos anos, principalmente a partir do período de redemocratização aos dias atuais. Os fatores históricos que levaram a esse *acúmulo social da violência* são diversos. A ampliação do mercado de varejo de entorpecentes com a entrada da cocaína, a vinculação com as redes internacionais do narcotráfico, as disputas pelo território por comandos rivais e o aumento do custo para manutenção das redes de troca de *mercadoria política* fizeram com que os confrontos entre facções rivais e o enfretamento com policiais em territórios de pobreza aumentassem. Cenas de violência foram difundidas pela mídia nacional, justificando discursos de *justiçamento* e de vingança a qualquer preço aos indivíduos vistos como portadores de uma alma criminosa irrecuperável.

Dentre as análises desenvolvidas sobre os reflexos do *acúmulo da violência urbana* no Rio de Janeiro, destaco duas perspectivas: as reflexões sobre os processos de *sujeição*

¹ O termo *acumulação social da violência* (MISSE, 1999; 2006, 2008a, 2015) é um dos conceitos centrais utilizados por Michel Misse para descrever o surgimento de processos de *sujeição criminal* atrelados a figura do bandido, do marginal, ou seja, do sujeito que detém certa autonomia com relação ao *assujeitamento* produzido pelo sistema jurídico e pelos códigos morais. Segundo Misse (2015), sua “proposição principal, apresentada há vários anos (MISSE, 1999), é que a apropriação privada dos meios de incriminação é um dos principais fatores da acumulação social da sujeição criminal, contribuindo para suas metamorfoses e, por conseguinte, para a acumulação sócia da violência. Essa apropriação tanto pode ocorrer entre cidadãos (justiçamentos, linchamentos, criação de grupos de proteção) quanto entre diferentes agentes do Estado vinculados à administração estatal da distribuição da justiça, mas foi na polícia que ela sempre ganhou maior visibilidade pública e importância” (MISSE, 2015, p. 86).

² A opção “*itálico*” é utilizada neste trabalho para palavras estrangeiras, conceitos e também para destacar as falas do coletivo de familiares de vítimas que fez parte de minha pesquisa de campo.

criminal e as práticas que configuram a *sociabilidade violenta*. O *acúmulo social da violência* nos últimos anos tem como um dos seus reverses uma maior difusão no tecido social do processo de “*sujeição criminal*” (MISSE, 2008). Esse processo caracteriza-se pela estratégia que consiste na vinculação de determinados sujeitos e de parcelas da população a determinados comportamentos criminosos – independente de ter cometido atos infracionais ou não. Parte da população é incriminada, antes mesmo da ocorrência de ações criminais e, por isso, se torna alvo do controle do Estado. A mesma deve ser civilizada e monitorada em suas rotinas cotidianas. Como destaca Misse (2008):

[...] primeiramente, busca-se o sujeito de um crime que ainda não aconteceu. Se o crime já aconteceu e se esse sujeito já foi incriminado antes, por outro crime, ele se torna um “sujeito propenso ao crime”, um suspeito potencial. Se suas características sociais podem ser generalizadas a outros sujeitos como ele, cria-se um “tipo social” estigmatizado (MISSE, 2008, p. 380).

A construção do processo de *sujeição criminal* ocorre com a antecipação da incriminação nas etapas de *criminação* e *criminalização*, passando diretamente da acusação à incriminação. Antes mesmo que o delito ocorra, o indivíduo é condenado. Toma-se o crime pelo sujeito, e ao invés de se julgar o crime, julga-se a conduta e o seu comportamento moral por fatores exteriores ao ato criminoso. “Essa passagem, que Foucault interpretou como derivada da passagem da lei para a norma (Foucault, 1977), cria a possibilidade de que um sujeito torne-se identificado com o ‘crime em geral’, e que ele (e suas extensões como tipo social) torne-se assujeitado ao ‘crime’ que ainda não ocorreu” (MISSE, 2008, p. 380).

Desse modo, a criminalização de determinados sujeitos – membros de uma parcela da sociedade previamente estigmatizada, exilados de circuitos e espaços da cidade por fronteiras simbólicas e humanas –, cola o crime e a punição a esses, construindo discursos vinculados à carreira do tráfico de drogas. As operações policiais que visam impedir o deslocamento de pessoas de determinadas regiões para outras, baseadas no conceito de “isolamento sanitário”, representam um dos mecanismos de controle e contenção dessa população. O processo de “criminalização” dos moradores de favela cria inúmeras barreiras para o acesso aos direitos e a justiça. Cria-se o círculo da violência urbana, cuja:

[...] superposição do “problema de segurança” com o “problema das favelas”, ao gerar demandas de isolamento a ser implementado pela repressão policial, acaba por concentrar o foco da política de segurança sobre os espaços físicos, mais do que sobre as práticas das categorias sociais que os ocupam. A barreira posta a cargo da atividade policial se dirige não tanto a grupos sociais específicos quanto ao controle e segregação territorial de áreas urbanas tidas como perigosas (MACHADO, 2010, p. 298).

Esse processo de *criminalização* ganha amplitude com a emergência, nos últimos anos, de ações específicas do tráfico de drogas caracterizadas por um tipo novo de relações de violência: a *sociabilidade violenta*. Segundo Luiz Antônio Machado (2010), é uma forma de sociabilidade em que a força física é a linguagem utilizada para manutenção do poder pelos grupos de traficantes. Fim em si mesmo, a representação e a espetacularização do poder da força, com a disseminação do medo e do silêncio entre a população, são os recursos utilizados pelos traficantes em seu convívio com a sociedade. Como na metrópole carioca o varejo de drogas está, em sua maioria, situado em áreas de favela, é a população desse território que convive mais diretamente com os efeitos dessa sociabilidade e as interrupções em suas rotinas. Dessa forma, homens – adolescentes e jovens – sofrem diretamente os efeitos da *sujeição criminal* que transforma esses jovens em população *matável* pelo Estado.

A *sujeição criminal* de uma parcela da sociedade faz surgir o *sujeito criminoso* em potencial. Nesse contexto, uma alternativa de promoção da paz está em seu extermínio. Tanto o extermínio da vida dele como seu extermínio do convívio social são vistos como solução para a questão da violência. A representação da cidade em guerra permite o surgimento de uma *cultura do medo* que altera a relação dos moradores com a cidade e que, segundo Márcia Leite (2000), contribui para o afloramento de discursos que defendem uma solução violenta para a situação da violência:

Aparato civil e militar: contando com a adesão ativa de vários políticos, de setores da mídia e de parte dos moradores da cidade, oriunda principalmente de suas camadas médias e abastadas, clamava por ordem e segurança e pela disciplinarização das “classes perigosas”. Considerava que a situação excepcional da cidade – de guerra – não admitia contemporizações com políticas de direitos humanos nos territórios conflagrados (LEITE, 2000, p. 74).

Na tentativa de se opor a violência, a paz surge como uma categoria importante para mobilizar os setores de classe média no Rio de Janeiro que almejam a interrupção das mortes em suas áreas da cidade. Os recursos de promoção da paz, contudo, nem sempre operam de modo a incluir as mortes daqueles submetidos à *sujeição criminal*, moradores de favela, majoritariamente pobres e negros.

A partir das denúncias das ações de extermínio realizadas pelo *aparato civil e militar* do Rio de Janeiro, propostas de pacificação alternativas são pensadas por representantes da segurança pública. Como aponta Rafael Barbosa (2012), foram muitas as estratégias utilizadas no *governo* das populações residentes em favelas. A criação das Unidades de Polícia

Pacificadoras (UPPs) se destaca como uma dessas ações que causou grande impacto na vida dos moradores. Dessa forma, as UPPs tiveram consequências similares à “reforma urbana e sanitária do prefeito Pereira Passos (com o “bota-abaixo” dos cortiços e moradias pobres no centro da cidade, no início do século XX) e a remoção das favelas durante os anos 1960 e 1970” (BARBOSA, 2012, p. 257).

Se no começo do século XX as demolições dos cortiços do centro da cidade foram justificadas a partir do discurso sanitarista, nas décadas recentes, as ações de remoção e de contenção se justificam em nome da segurança pública. O controle nesses espaços foi promovido a partir da articulação de diferentes argumentos e justificativas. Como ressalta Barbosa (2012), há uma linha de continuidade entre essas ações. A experiência das UPPs buscou a promoção da paz sem o abandono da linguagem e das ações de guerra. De acordo com Machado da Silva (2010), a ideia de pacificação foi atualizada na mesma chave interpretativa de “guerra ao crime”. Nesse sentido, a implementação das UPP’s ocorreu sem romper com a representação das favelas como territórios que devem ser contidos, sendo sua população civilizada através da *normalização dos comportamentos* (BARBOSA, 2012). O policiamento de proximidade, nesse contexto, foi pensado a partir do pressuposto da “guerra”.

Há que se destacar, entretanto, uma mudança sensível nas práticas e ações do *aparato civil e militar* com relação as suas investidas em territórios de favelas. Com as UPP’s, em um primeiro momento, os policiais passaram a fazer parte da rotina dos moradores, ao contrário das operações de extermínio que ocorriam esporadicamente nesses territórios. Sendo assim, apesar dessa política de pacificação não ter logrado o êxito esperado, existiu uma mudança de práticas que vislumbrou a utilização de mecanismos diferenciados no combate à violência pelas instituições policiais.

Nesse cenário em que a violência urbana atinge de forma diferenciada os moradores da cidade, surgem narrativas e linguagens que se contrapõem as soluções propostas pelas instituições policiais. Como destaca Birman & Leite (2004, p. 10), o que é designado como “‘violência urbana’ não recai da mesma maneira sobre as pessoas, nem é por elas igualmente tematizado”.

Dessa forma, as perspectivas acerca da violência são controversas e antagônicas. As estratégias e ações que buscam a construção de uma *cultura da paz* também são diversas e se pautam em estratégias diferenciadas sobre a gestão da violência. Uma das alternativas que surge a partir de ações de representantes da sociedade civil defende a ampliação do acesso aos direitos pelos moradores de favela. Como destaca Leite (2000):

Liderada por um grupo de organizações não-governamentais e de intelectuais formadores de opinião na cidade que contava com a adesão de alguns órgãos de imprensa e de setores médios politizados e ou intelectualizados, defendia a combinação de políticas de promoção da cidadania, destinados principalmente a jovens moradores em favelas e periferias, com alternativas eficientes no campo da segurança pública (LEITE, 2000, p. 74).

A paz, sob esse prisma, estaria vinculada a políticas de segurança pública que primassem pela garantia do respeito aos direitos humanos, negligenciados pelas ações e operações policiais.

A Organização Não Governamental (ONG) Viva Rio, através de diversos atos públicos e campanhas – como o abraço à Candelária e o Mural da Dor –, promoveu a intercessão dos discursos políticos e religiosos, transferindo para os espaços públicos as narrativas privadas dos sentimentos de dor e medo. A dramatização desses sentimentos compartilhados pelos cidadãos, que vivenciam a violência como realidade cotidiana e/ou simbólica, promove uma catarse coletiva.

Politizando a religião e religiogizando a política, esses movimentos vêm agregando indivíduos diferenciados em termos de crenças religiosas, pertencimento social, local de moradia, convicções políticas etc. em diversos atos e campanhas por tolerância, solidariedade e paz. Ao fazê-lo, atualizam no plano local uma tendência global de crescente presença de atores religiosos na cena política, entrelaçando valores, discursos e rituais referidos a cada um desses domínios (LEITE, 2004b, p. 1).

Os diversos atores que participaram da fundação dessa organização, bem como de outros movimentos sociais vinculados a ela, apregoavam, através desses atos, a necessidade de invenção de uma “religião civil” que promovesse uma *virada simbólica* no seio da sociedade, desvinculando a opinião pública dos discursos de ordem a qualquer preço – discursos esses que justificavam como legítimas as ações policiais de extermínio de menores e adolescentes³ (LEITE, 2004). A “religião civil”, ao explorar valores fortemente vinculados aos sentimentos, promoveria a adesão subjetiva à *cultura da paz* que, segundo Patricia Birman (2004), operaria:

[...] de forma polissêmica: estaria presente ideal ou virtualmente em todos os comportamentos, seria também o grande fundamento da vida social – do ponto de vista substancial, forjaria o patrimônio da humanidade –, com seus símbolos e suas histórias (BIRMAN, 2004, p. 255).

³ Como lembra Soares (1998), metade da população carioca aprovava a Chacina da Candelária, chamando-a de “faxina”.

A promoção da *cultura da paz* representaria uma alternativa aos discursos vinculados à “metáfora da guerra” e aos “mitos que sustentam grande parte do pacote interpretativo que estrutura, atualmente, o problema da violência no Rio de Janeiro e o horizonte de propostas e medidas para seu controle e redução”. (MACHADO ; LEITE, 2007). Desse modo, através da movimentação da linguagem dos sentimentos de solidariedade e compaixão, essa *religiosidade* no sentido amplo traduziria os sentimentos negativos de vingança e medo – vinculados à dor vivenciada pelas vítimas da violência urbana – para a linguagem dos direitos humanos como expressão pública das reivindicações por justiça dessas vítimas. Esses movimentos organizados pela ONG Viva Rio tiveram forte apelo religioso como instrumento de mediação dos conflitos sociais associados à violência urbana na cidade (LEITE, 2004). A paz, almejada e desejada, seria alcançada a partir de uma adesão subjetiva, capaz de transpor os antagonismos e conflitos latentes na sociedade, imersa em desigualdades sociais e econômicas, bem como profundamente diferenciada do ponto de vista do acesso a direitos.

As ações realizadas por essa ONG representam umas das alternativas que surgiram nesse contexto descrito como violento. Por mais que tenha havido esforços para forjar um sentido único para a paz, os discursos nunca foram unânimes. A elaboração desse sentido único tentou escamotear os conflitos que subjazem a esse campo. As dinâmicas de produção da paz na metrópole carioca se constituem em um terreno extremamente conflituoso. Diferentes versões entrecruzam esse contexto, elaboradas por diferentes grupos e atores do Estado e da sociedade civil. Essas propostas e alternativas fazem parte do contexto em que surgiu o coletivo espírita de familiares de vítimas da violência que descrevo nesta tese.

Diferentemente dos outros movimentos de vítimas da violência urbana, em que a linguagem moral da cólera é traduzida para a linguagem dos direitos pela atuação dos grupos e organizações de direitos humanos, no grupo de pais e mães com o qual tive contato durante a pesquisa, uma das formas de tradução ocorre pela via religiosa – fruto do seu forte conteúdo moral que embasa a atuação política dessas famílias.

As suas ações político-religiosas de promoção de uma *cultura da paz* tiveram efeitos na cidade e engendraram mudanças subjetivas. Ao aderirem ao espiritismo no processo de elaboração do luto, esse grupo fomentou novas interpretações e reações ao contexto da violência urbana. A alternativa à guerra proposta por eles está baseada na transformação de corações e na adesão subjetiva à *cultura da paz*.

A minha pesquisa se orientou para compreender como um grupo de classe média, atingido por mortes relacionadas ao campo da violência, aderiu à *cultura da paz* através do espiritismo. Privilegio os processos e as formas pelas quais a religiosidade espírita se

apresentou como o melhor caminho para essas famílias aceitarem e se conformarem com as perdas que sofreram, abandonando os caminhos políticos buscados de início – que visavam, sobretudo, reformas do código penal.

Os discursos que circulam através da rede espírita de familiares vítimas da violência se entrelaçam com suas relações familiares e os modos como suas práticas religiosas movimentam sentimentos e gramáticas emocionais⁴. A *cultura da paz*, na perspectiva dessa rede, é promovida de forma compartilhada por familiares de vítimas da violência urbana, médiuns e *entes queridos desencarnados* e está assentada na transformação de subjetividades, a partir do abandono da linguagem da guerra e pela incorporação de linguagens e *performances* pacificadas. A comunicação com os filhos e filhas promove a conversão aos discursos e práticas espíritas.

Através da concepção de pessoa do espiritismo kardecista, se torna viável a comunicação entre o *Mundo Visível* e o *Mundo Invisível*, ou seja, entre espíritos encarnados e desencarnados, permitindo a continuidade entre os estágios de vida e de morte pelas diversas formas de *mediunidade*, dentre elas a *psicografia* e *psicofonia*⁵.

O entrecruzamento das inúmeras relações entre religião e família – ambas fortemente vinculadas à esfera privada –, segundo Luiz Fernando Dias Duarte (2006), no processo de modernização das sociedades contemporâneas, “define as condições básicas de presença do sujeito no mundo, sustentando-o como elemento da vida pública e de seus desafios”. Assim, a intercessão dessas *duas ordens de relacionalidades primordiais* – família e religião – promove narrativas dos sentimentos e a gestão das emoções, unindo as pessoas em objetivos comuns e vivências compartilhadas. Com a formação de coletivos político-religiosos, grupos espíritas e seus projetos direcionados à transformação subjetiva de familiares vítimas da violência urbana, as fronteiras do mundo privado se expandem, adentrando nos espaços públicos. As comunicações e as relações estabelecidas entre vivos e mortos fomentam a

⁴ Utilizo o termo *gramáticas emocionais* partindo da definição proposta por Claudia Rezende (2011, p. 2): “Entendo por gramática emocional a noção de que as emoções formam uma linguagem – “signos de expressões compreendidas”, nas palavras de Mauss (1980, p.62). Há regras e sentidos predefinidos que são usados pelas pessoas, que “manifestam seus sentimentos para si próprias ao exprimi-los para os outros e por conta dos outros” (p.62). Neste sentido, trago aqui tanto a ideia de que os sentimentos são culturalmente construídos como também a visão de que há um conjunto de regras em torno de sua expressão – uma gramática – associado a contextos distintos com o qual os indivíduos têm que lidar”. As *gramáticas emocionais*, como bem ressalta a autora, possuem uma *dimensão moral* e, por isso, o conceito aqui é apropriado para destacar mudanças de moralidade e de subjetividades a partir de transformações das linguagens atreladas as emoções e aos sentimentos.

⁵ Para uma descrição mais detalhada deste sistema religioso ver Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti, *O mundo invisível. Cosmologia, sistema ritual e noção de pessoa no espiritismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

criação de um coletivo espírita, que amplia a concepção de família. Esse coletivo produz vários efeitos, entre eles uma forma de atuação nos espaços públicos da metrópole carioca.

Para os pais e mães de familiares vítimas da violência – organizados em torno do trabalho desenvolvido pelos médiuns espíritas em diferentes projetos –, a possibilidade de comunicação com os seus filhos permite o *conforto espiritual* para a perda, a superação da dor, a força para continuar a viver e transformar o luto em *missão*. Além disso, essa comunicação propicia a elaboração de interpretações e justiças aos casos de seus filhos e filhas, contribuindo para que eles trilhem os caminhos da paz. A linguagem espírita permite a esse grupo a reconstituição do vínculo temporariamente perdido e a permanência da existência de seus filhos para além da memória. O espírito que se manifesta nas psicografias articula suas experiências – tanto as do *Mundo Visível* como as do *Mundo Invisível* – para dialogar com seus pais e construir *conexões* e vínculos pautados em projetos e ações de *promoção da paz*. Surge, nesse contexto, outro projeto político relacionado ao combate da violência.

A comunicação entre os mundos, fortemente tecida a partir das referências aos vínculos estabelecidos no seio familiar – pai, mãe e filho –, expande essas referências ao juntar pais que vivenciaram a mesma dor da perda de seus filhos e filhas, permitindo a construção de uma “irmandade dos sentimentos”. Os “*amigos da dor*”⁶ circulam suas questões subjetivas e assim constroem interpretações e representações de suas questões, a partir da intermediação dos símbolos e representações da *cosmologia espírita*. A construção dessa rede espírita de familiares vítimas da violência urbana, com seus entrelaçamentos na busca por justiça e as produções de seus discursos e ações político-religiosas se cruzam em diferentes esferas e dimensões. Essas relações produzidas no interior das famílias e dos centros espíritas permitem que esse coletivo de familiares transite entre os espaços público e privado, borrando as fronteiras que diferenciam esses domínios.

O tempo presente e as questões políticas perfazem o conteúdo das psicografias. *Os filhos dividem a caneta*⁷ com o médium para dialogar com os pais sobre a luta deles por justiça e construção da paz, fomentando a *missão* a que esses foram designados a partir de suas mortes. Desse modo, essa *missão* é compartilhada nesses dois mundos e está pautada na solidariedade na dor. Esses pais e mães se tornam exemplos para outros que, como eles,

⁶ Termo utilizado pelos médiuns para descrever o processo de psicografia.

⁷ Para uma descrição mais detalhada deste sistema religioso ver CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. *O mundo invisível. Cosmologia, sistema ritual e noção de pessoa no espiritismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

*tiveram a vida de seus filhos ceifada de forma covarde e violenta pelos que se opõem à lei*⁸. Para o grupo de familiares de vítimas da violência, forjado nas redes espíritas, o processo de tornar-se sujeito de forma criativa ocorre a partir da comunicação estabelecida através das mensagens psicografadas. A conversão ao discurso espírita de produção de subjetividades pacificadas é fruto desse contato. Além disso, ao enviarem mensagens de paz, amor, caridade e justiça, esses filhos convidam os pais a trilharem o caminho da paz. O desejo “de que a morte de seus filhos e filhas não seja em vão” fomenta práticas político-religiosas, nas esferas públicas e privadas, que têm por objetivo principal o estabelecimento de projetos em comum.

Uma vasta bibliografia sobre os movimentos e coletivos de familiares de vítimas da violência urbana na cidade do Rio de Janeiro destaca o protagonismo das mães de vítimas na promoção de discursos e práticas de enfrentamento aos atos violentos. Parte dessa significativa bibliografia narra as trajetórias dessas famílias na *luta* por justiça ao caso dos filhos. Ao lutarem por justiça, esses familiares – em sua maioria mães – realizam uma limpeza moral da memória dos filhos, estigmatizados como bandidos pelos agentes estatais.

Poucos são os trabalhos que se dedicam a analisar outras estratégias utilizadas pelos pais e mães na elaboração do luto e na reconstrução de suas vidas após a perda dos filhos. Esta tese se detém a esse aspecto da vida dessas famílias e, desse modo, descreve as dinâmicas político-religiosas articuladas por elas que possibilitam habitar novamente os espaços de perda. Os filhos e filhas desempenham um papel fundamental nesse processo de superação da dor e do luto, enviando sinais e mensagens psicografadas.

Os avisos sobrenaturais vindos sob forma de premonições, as falas mágicas durante o programa de rádio ou os sonhos antes e depois da morte; as dores no útero; o cheiro de carne com sangue ou de menstruação que permaneceu por todo o dia em que o filho já estava morto, mas a mãe não sabia. Esse tempo-sem-tempo do instante da morte e seus avisos condensam de certo modo a fusão dos corpos de mães e filhos que nunca se desfaz, mas se perpetua nos ***conselhos que os filhos continuam a dar a elas*** – para que cuidem de sua saúde, para que não desistam de lutar, ou indicando qual foi o principal responsável por sua morte entre múltiplos acusados. Se não podem ser expressos em cenas públicas, isso não os faz menos relevantes ou operativos. É por meio deles que a verdade das próprias mortes e de sua injustiça é reafirmada, bem como o afeto que sustenta a obrigação de continuar agindo, de não desistir (VIANNA, 2014, p. 231, grifos meus).

Diferentemente do que fora relatado por Adriana Vianna (2014), no caso específico da minha pesquisa de campo, esses *avisos sobrenaturais* invadem os espaços públicos, modificando as *performances* desse coletivo. O *tempo testemunho*, em que essas famílias ocupavam as praças, ruas e avenidas da cidade com as fotos e camisas que denunciavam os

⁸ Parte extraída de uma das psicografias apresentadas neste trabalho.

atos de violência, é sobreposto pelo *tempo dos projetos*, com essas famílias ocupando os espaços públicos com suas ações de caridade. A partir das mudanças de tempo, espaços da cidade são ressignificados e reabitados. As comunicações e sinais enviados pelos filhos e filhas possuem forte conteúdo moral e intervêm em suas rotinas, fomentando a formação e ampliação desse coletivo de familiares. Essas se constroem através de narrativas que produzem novas versões para as mortes e contribuem para novas interpretações e re-narrações de suas trajetórias de vida.

Por circunstâncias diversas, o grupo de familiares com o qual iniciei meu trabalho de pesquisa, além de ter aderido ao espiritismo, tinha em comum o fato de fazer parte das camadas médias da população. Essas famílias, a partir de diferentes agenciamentos, articulavam discursos político-religiosos sobre a questão da violência urbana. As relações estabelecidas por esse grupo com o médium Rogério H. Leite originou o livro “*Policiais de Volta*” – central na descrição de seus projetos político-religiosos de construção de subjetividades pacificadas. Além disso, através do projeto desenvolvido por esse médium, esse coletivo de familiares criou o *Projeto Amor Além da Vida* que fomenta ações de superação da dor através do exercício da caridade e da promoção e divulgação de sessões mediúnicas.

Para a exposição do argumento, esta tese está dividida em sete capítulos. No primeiro, narro o meu processo de inserção no campo e suas implicações. As primeiras interlocuções, diálogos e trajetórias são apresentados de modo a situar as condições que tornou possível a minha pesquisa de campo e como as questões, que fazem parte deste trabalho, surgiram. Além disso, apresento as pessoas que fazem parte desse grupo de familiares de vítimas da violência e suas conexões com a rede espírita. No segundo capítulo, descrevo os deslocamentos e trajetórias desses familiares e o modo como, através dessas circulações, eles atravessam e constroem fronteiras na metrópole carioca. Seus espaços cotidianos são situados no mapa da cidade e, dessa forma, descrevem suas redes e encontros com atores de governo. Ao atravessar esses espaços e circular pela metrópole, esse coletivo de familiares de vítimas age – transforma (transporta) a vida – acionando mediações espíritas e operadores de Direito.

O tempo do testemunho e as primeiras atuações conjuntas desse grupo de familiares de vítimas no espaço público são descritas no terceiro capítulo. A reunião desse grupo em torno do caso do menino João Hélio contribuiu para que fossem elaborados discursos sobre a violência urbana, centrados na percepção de insuportabilidade dos atos violentos que, segundo esses familiares, exigiam ações enérgicas do poder público no enfrentamento da questão. Deslizamentos entre os discursos de justiça e justificação fazem parte da denúncia encenada

por esse grupo no espaço público que, dentre as reivindicações, propunha reformas no código penal brasileiro. Nesse capítulo também são descritas as estratégias utilizadas por um casal na busca de responsabilização do Estado pela morte do filho, a partir dos diálogos estabelecidos com os operadores do direito. A atuação desse casal se contrapõe, nesse período inicial, aos discursos de justiça promovidos pelo grupo.

As relações estabelecidas entre sistema judiciário e espiritismo, por parte desse grupo, vistas como sistemas de produção de verdades, são descritas no quarto capítulo. A busca pela comunicação com os filhos e filhas desencarnados é motivada por dois anseios: o esclarecimento dos acontecimentos que rondam a morte dos filhos e a manutenção dos vínculos afetivos. Enquanto para determinados pais e mães a psicografia é vista como cartas consoladoras, para uma das mães é vislumbrada como uma possível prova, arrolada no processo judicial.

No quinto capítulo, categorias como *trabalho* e *missão*, apropriadas pelos familiares de vítimas da violência no processo de transformação subjetiva de adesão à *cultura da paz*, são apresentadas a partir de obras e análises do campo espírita no Brasil. No sexto capítulo, as mensagens e depoimentos presentes no livro “Policiais de Volta” testemunham as transformações subjetivas ocorridas através do compartilhamento dos *trabalhos* e *missões* desenvolvidos, conjuntamente, por pais, mães e filhos, pela mediação do médium Rogério Leite. O médium, nesse livro, se torna protagonista no processo de transformação das gramáticas emocionais, no abandono da linguagem da guerra e na promoção de linguagens da paz e da justiça divina.

Os desdobramentos das ações do coletivo que se uniu, de duas formas, em torno do caso do menino João Hélio são descritos no sétimo capítulo. As ações desenvolvidas pelo Grupo Espiritualista Consciência – com suas performances de promoção da paz – e pelo *Projeto Amor Além da Vida* – desenvolvido atualmente por parte do grupo de familiares de vítimas da violência em parceria com os projetos dos médiuns espíritas – demonstram a plasticidade dos projetos articulados por esse coletivo para se contrapor à violência e promover a paz. Dessa forma, ao apresentar os caminhos trilhados – individualmente ou em grupo – pelos familiares vítimas da violência urbana na luta por justiça e como reação aos atos de violência que vivenciaram, pretendo demonstrar como projetos de promoção da paz surgem com a participação desses familiares em redes espíritas entrelaçadas pelas *mensagens consoladoras*. O *trabalho* e *missão* desempenhados por pais e filhos promovem narrativas e ações voltadas à construção de uma *cultura da paz* de caráter espírita. São os projetos, trajetórias e narrativas dessa rede espírita que pretendo apresentar nesta tese.

1 INSERÇÃO NO CAMPO, CONTEXTOS E PRIMEIRAS INTERLOCUÇÕES

Nesse cenário permeado por narrativas de dor e sofrimento – em que os discursos sobre a violência constroem imagens sobre a cidade –, se inserir como pesquisadora torna-se um grande desafio, principalmente quando se é de outro lugar. A minha mudança para a cidade do Rio de Janeiro ocorreu concomitante ao início dos meus estudos de doutorado. Visitava a cidade com frequência pelo fato de minha irmã residir há muitos anos na metrópole carioca – o que me permitiu iniciar minha pesquisa, mesmo morando em Juiz de Fora, Minas Gerais. A proximidade da cidade mineira da capital fluminense facilitou os trânsitos e a pesquisa de campo inicial. Desse modo, a minha inserção no campo foi também uma inserção no cotidiano da cidade do Rio de Janeiro. O meu interesse primeiro em estudar as relações político-religiosas estabelecidas pela rede de familiares de vítimas da violência urbana – que dialoga percepções espíritas com representações da violência urbana – foi fruto de um ruído na comunicação. Ao participar de uma reunião com eles, em que trocavam suas experiências com as mensagens recebidas pelos seus filhos e filhas, me deparei com linguagens, narrativas e diálogos que não compreendia. Além disso, esses diálogos me fizeram perceber que as referências sobre morte, vida, comunicação após a morte, utilizadas por esse grupo, não eram as mesmas que as minhas.

A essas primeiras impressões e entusiasmos uniram-se outros. A vivência cotidiana da metrópole carioca colocou em questão, para mim, contextos em que a guerra não se configura apenas como metáfora. A criminalização da pobreza e a atuação do Estado em territórios de favela transformaram o meu olhar e perspectiva sobre a questão dos familiares vítimas da violência urbana. O interesse pelos entrelaçamentos político-religiosos dessa rede permaneceu. Contudo, a pesquisa, com o passar do tempo, se tornou cada vez mais dolorosa e angustiante. O diálogo e a relação dos familiares entre eles, muitas vezes tensos, modificaram as minhas relações cotidianas e a minha relação com a cidade do Rio de Janeiro. Com o transcorrer da pesquisa de campo, dentro de mim, crescia um sentimento de revolta, de angústia e de sufocamento que me impedia de ter prazer e me divertir na cidade. Transitar, me deslocar e habitar a capital fluminense passou a ser um processo doloroso, sentido mesmo a distância.

Ruas, avenidas, elevados, cartões-postais passaram a ser percebidos a partir de um *conhecimento venenoso*⁹. A minha percepção da cidade, em diversos momentos, passou a se vincular às histórias e casos de violência, narrados pelo grupo de familiares inseridos na rede espírita, mas também por aqueles casos com os quais tive contato a partir de leituras e textos de colegas que estudaram os movimentos de vítimas da violência na cidade do Rio de Janeiro. Essas narrativas, por sua vez, ganharam uma dimensão ao ponto de estarem presentes em diferentes esferas da minha vida, até em meus pesadelos. Desde que li os textos de Fábio sobre as Mães de Acari, sinto um mal-estar ao passar por Magé e lembrar que ali, segundo relatos de moradores, há um local de desova de cadáveres.

As sessões públicas de psicografia das quais participei, ao unir em um mesmo salão cerca de 300, 400 pessoas, com algumas dessas histórias perpassadas por morte violentas, representavam, para mim, um grande desgaste emocional, ao ponto de eu não conseguir entender como aquelas psicografias e encontros eram capazes de trazer conforto, alento e justiça aos familiares de vítimas.

A mudança de cidade, o deslocamento no espaço, me permitiu perceber que havia a necessidade de deslocar minhas referências e apreender outras linguagens, diferentes das anteriores que mediavam as minhas relações e percepções cotidianas. A violência como uma linguagem, presente e mediadora do cotidiano dos habitantes da cidade do Rio de Janeiro, passou a mediar as minhas relações com e na cidade.

O meu primeiro contato com o grupo de familiares de vítimas da violência urbana na cidade do Rio de Janeiro, que faz parte da minha pesquisa de doutorado, aconteceu quando minha orientadora de mestrado convidou um grupo de alunos para participar de uma oficina de imersão em campo.

Como Jurema tinha participado recentemente de uma consultoria para o Ministério da Justiça na elaboração do “Projeto Mulheres da Paz”,¹⁰ ela escolheu como tema acompanhar a

⁹ *Conhecimento venenoso*, segundo Veena Das, trata-se de um conhecimento adquirido através do sofrimento. Segundo a autora, “se nossa maneira de estar-com-os-outros tiver sido brutalmente estragada, então o passado entra no presente, não necessariamente como memória traumática, mas como ‘conhecimento venenoso’” (DAS, 2011, p. 35).

¹⁰ O Projeto Mulheres da Paz, um dos principais eixos do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), teve por objetivo principal formar mulheres para atuarem como lideranças comunitárias no enfrentamento da violência urbana. A seleção das mulheres contempladas pelo projeto foi feita tendo como um dos critérios: selecionar mulheres, mães, irmãs, esposas e companheiras, de homens – adolescentes, jovens – inseridos no “*itinerário do tráfico*”. A experiência dessas mulheres que perderam seus filhos, maridos e irmãos no contexto da guerra ao tráfico era vista como estratégia valiosa no enfrentamento ao tráfico de drogas. Elas seriam responsáveis pela criação de redes sociais pautadas em ações preventivas e no enfrentamento da violência. Vistas como “*soldados da paz*”, havia uma expectativa que essas mulheres desenvolvessem ações que atraíssem os adolescentes e jovens, inseridos no “*itinerário do tráfico*”, apresentando

implementação desse projeto na cidade do Rio de Janeiro. A versão final do projeto não contemplou os pontos definidos pela equipe da qual Jurema fazia parte. O projeto que tinha como pressuposto atender 13 mil mulheres em todo país, se ampliou significativamente, principalmente na cidade do Rio de Janeiro. O convite para fazer parte dessa consultoria veio por uma amiga, assessora do Ministério que, na época, tinha como ministro Tarso Genro, ex-governador do Rio Grande do Sul. É importante salientar isso, visto que a equipe de consultores era composta por pesquisadoras desse estado. A inspiração do projeto veio dos desafios ligados à violência urbana na cidade do Rio de Janeiro, associada às lutas dos movimentos de mães de vítimas da capital carioca que, a exemplo das Mães da Praça de Maio, denunciavam as ações de extermínio do tráfico e da polícia. Contudo, os consultores dessa política pública tinham suas trajetórias profissionais atreladas a outro contexto. No processo de elaboração do projeto, sua formulação expandiu seu campo de abrangência, abarcando contextos para além do estado do Rio de Janeiro¹¹.

Há que se ressaltar, entretanto, que, como modelo, o Rio de Janeiro e sua representação a partir das linguagens da guerra contribuíram para o delineamento do *Programa Mulheres da Paz* que tinha como um dos seus objetivos se apresentar como alternativa de promoção da paz nessa cidade. Dentre as estratégias que surgiram na cidade de promoção de uma *cultura da paz*, o programa do Ministério da Justiça se vincula a proposta de promoção da cidadania e acesso aos direitos pelos moradores de favelas, tendo por alvo principal os adolescentes e jovens desses locais.

O projeto inicial proposto por essas pesquisadoras não se manteve e o objetivo da nossa imersão em campo era perceber como ele estava sendo implementado na cidade do Rio de Janeiro – inspiração para sua elaboração.

Durante a consultoria, Jurema conheceu um coronel da reserva da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro que participou das investigações das chacinas de Acari e Vigário Geral. Segundo relatos de Jurema e de algumas famílias com as quais tive contato durante a pesquisa, ele é um personagem central da história dos movimentos de familiares de vítimas da violência urbana na cidade do Rio de Janeiro, citado em vários relatos dessas famílias,

alternativas para que esses não fossem atraídos por “soldados do tráfico”. Essas informações foram repassadas a pesquisadora Jurema Brites, coordenadora da Oficina de Imersão, pela coordenação do projeto. Esses objetivos não estavam incluídos no projeto inicial formulado pela consultoria da qual participou Jurema Brites.

¹¹ Para delineamento das questões centrais do projeto, foram realizados, em Brasília, 30 grupos focais com familiares de vítimas da violência urbana de diferentes lugares do país. Várias famílias do estado do Rio de Janeiro participaram e foi através do cadastro dessa pesquisa que entramos em contato com os familiares de vítimas. Alguns dos familiares de vítimas que fazem parte da minha pesquisa de doutorado eu conheci nesse momento inicial de pesquisa.

principalmente por ter contribuído, junto ao Ministério Público, na investigação de assassinatos cometidos por policiais. Foi através dele que conseguimos um lugar para nos hospedarmos durante a pesquisa, a Escola de Oficiais da Polícia Militar, em Sulacap, Zona Oeste da cidade. A ida ao Rio para que nos instalássemos em Sulacap, e deslocássemos pela cidade para a realização da pesquisa foi uma experiência de circular pela capital fluminense – para nós pouco conhecida –, com todos seus desafios. Essa entrada diferencial no campo e a hospedagem em uma escola da Polícia Militar foi o que me permitiu ter contato com familiares de policiais assassinados no Rio de Janeiro, uma vez que, durante a oficina de imersão, eles descobriram que estávamos hospedados lá e, por causa disso, a interlocução ocorreu sem tantas resistências.

Por essa entrada em campo, conseguimos entrevistar três familiares de policiais civis e militares durante aqueles dias. Em poucos dias, a equipe de 11 pesquisadores de Minas Gerais e Rio Grande do Sul – que contou com a presença da pesquisadora Claudia Fonseca – teve contato com interlocutores importantes do cenário da violência urbana da região metropolitana do Rio de Janeiro devido a essas entradas privilegiadas: agentes do Ministério da Justiça e Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro¹².

No curto tempo em que realizamos a pesquisa, percebemos que a eficácia na implementação do programa estava atrelada às dinâmicas e redes locais de poder. Os atores envolvidos na execução do projeto – responsáveis pela administração e coordenação – e suas relações políticas com grupos locais, no caso do Rio de Janeiro, impossibilitaram que os objetivos do programa fossem alcançados. Isso porque, diferente de outros locais, a questão da violência urbana na cidade do Rio de Janeiro é um campo muito mais minado do que em outras regiões do país. A disputa pelos discursos e alternativas a essa questão é constitutiva desse contexto, e os familiares de vítimas da violência urbana são protagonistas nesse processo. Por isso, desde o começo, pude perceber que dialogar com eles não seria tarefa fácil, pois demonstravam interesse em saber sob que termos a minha pesquisa seria desenvolvida. Esse interesse, em muitos momentos, resvalou para uma pressão – no decorrer

¹² Os contatos das famílias foram fornecidos pela coordenadora do Projeto “Mulheres da Paz”, amiga da minha orientadora. No período de realização da Oficina de Imersão, recebemos a visita da coordenadora no local onde estávamos hospedados. Nessa visita, ela nos descreveu alguns pontos que serviram de base para a elaboração do projeto “Mulheres da Paz”. Segundo ela, o projeto estava centrado em pontos comuns a outros programas desenvolvidos pelo Governo Lula, tais como: *capacitação política, transferência de renda e moradia*. Dentro dessa mesma lógica, diversos programas de governo surgiram, com pactos estabelecidos em diferentes esferas, e, de certa forma, se tornaram modelos de gestão da pobreza. No caso do Rio de Janeiro, esses modelos se tornaram algumas das práticas utilizadas na gestão da *população considerada potencialmente um risco* (LEITE, 2000). Diferentes agentes do Estado, da sociedade civil e de organismos internacionais se inseriram nesse cenário, capacitando para a paz, se apropriando discursos que pretendiam produzir *territórios de cidadania* na metrópole carioca.

de minha pesquisa de doutorado – para que suas histórias pessoais de busca por justiça não fossem descritas a partir de acusações acerca de suas percepções sobre os efeitos da violência urbana. Essa atitude das famílias, que compõe o coletivo descrito nesta tese, pautou algumas das minhas escolhas de análise. Dessa forma, por ter optado em manter os nomes das pessoas, ao narrar suas trajetórias e ações nesse contexto de violência, minha pesquisa se direcionou para as ações político-religiosas de promoção da paz desenvolvidas por esse grupo – que também acredito ser a parte mais interessante presente em meus dados de campo.

Durante as entrevistas com os familiares de policiais, a pesquisadora Claudia Fonseca e seu orientando Eduardo Martinelli entrevistaram Sr Orlando¹³, pai do policial civil André. Foi Sr Orlando quem disse que um grupo de mães e pais que tinham perdido seus filhos estava indo para Lorena, visitar um Centro Espírita em busca das mensagens de seus filhos mortos. Os dois pesquisadores dividiram essas informações com o grupo.

A incursão em uma pesquisa etnográfica é sempre um desafio cheio de surpresas, de sortes e azares. Lembrar o começo para construir os percursos é parte da racionalização posterior, quando nos esforçamos para narrar, dentro de uma linha temporal, fatos que ocorreram sem uma lógica prévia, em que muitas vezes nos sentimos a deriva, Tateando intuitivamente os caminhos de entrada e saída. Apesar de considerar os pressupostos acima e de já ter feito trabalho de campo para a realização da dissertação de mestrado, nada se compara a viagem etnográfica que empreendi para realização da minha tese de doutorado. Por várias vezes, me senti guiada por forças, símbolos e agentes dos quais desconhecia suas operações e efeitos sobre as relações estabelecidas entre mim e meus interlocutores de pesquisa. Nomes, datas, momentos que “ascenderam o brilho nos meus olhos”, me “enfeitiçaram” e me fizeram dialogar com as diferentes perspectivas do grupo de familiares, inseridos em dinâmicas e processos diversos.

As circunstâncias em que se iniciaram a pesquisa contribuíram significativamente para que o conjunto dela se constituísse permeado por elementos e narrativas que, muitas vezes, me deixaram confusa e sem referências. A despeito desse começo, a sensação de perder-me fez parte da pesquisa em diferentes momentos.

O primeiro contato que fiz com o grupo de familiares de policiais civis e militares foi com Zoraide Vidal, mãe da policial civil Ludmila. Era véspera de seu aniversário e ela fez questão de me contar o fato assim que atendeu ao telefonema, destacando a importância e singularidade daquela ligação. Quando disse meu nome, nova surpresa aconteceu. Ela me

¹³ Embora não seja a prática comum em trabalhos como este, os nomes das pessoas são verdadeiros, citados com o consentimento desses familiares.

disse que nunca o esqueceria, já que esse era também o nome da sua cachorra. A coincidência do meu nome com a do seu animal doméstico me acompanhou durante toda a pesquisa. Muitos foram os fatos em que ao falar de mim ou do animal, houve confusão por parte de quem escutava. Pequenos detalhes que não passaram despercebidos e que se tornaram mecanismos de acesso ao mundo dessas pessoas e propiciaram a construção dos diálogos e das nossas relações. Em um das psicografias enviadas por Ludmila a Zoraide, ao final da mensagem, ela terminava enviando beijos aos familiares e a Amanda. Em nossos encontros, nós nos divertíamos com a possibilidade do beijo não ter sido para a sua cachorra, mas para mim.

As relações durante a pesquisa foram mais permanentes com alguns familiares de vítimas do que com outros. Apesar disso, a possibilidade de fazer parte da rede de relações íntimas de alguns deles me permitiu contato com seus discursos e também com suas práticas. Os conflitos pelos quais esse grupo de familiares passou em suas tentativas pessoais e coletivas de adesão à *cultura da paz* são inúmeros. A *pacificação de suas almas* não ocorreu sem crises e confrontos pessoais. Entretanto, essa convivência também me permitiu acompanhar as transformações em suas vidas durante esses quatro anos de pesquisa. O tempo do testemunho, da denúncia e do embate, aos poucos, deu lugar ao tempo de elaboração e execução de projetos de vida e de gestão da paz na metrópole carioca.

Apesar do protagonismo das mães, meu contato durante esse período foi com as famílias, seus filhos/-as, sobrinhos/-as, netos/-as, amigas de infância, com os quais convivi em diversos momentos. Participei de batizados, festas de aniversário, frequentei suas casas. Suas rotinas se entrelaçaram com a minha, mais até do que com as dos membros da minha família. Muitas foram as circunstâncias em que, na coincidência de datas festivas de pessoas da minha família com as de pessoas da família deles, a escolha foi por participar das festividades deles em detrimento dos meus consanguíneos. Essas pessoas fizeram parte da minha vida tanto quanto fiz parte da vida delas. Comemoramos nossas conquistas e dividimos os sabores, felicidades e tristezas do cotidiano. Suas estratégias de sobrevivência e de superação da dor¹⁴ fazem parte de gramáticas emocionais compartilhadas por mim. Compartilhamos nossas trajetórias de vida. Suas histórias se entrelaçaram com as minhas. Itinerários e percursos de vida que se cruzaram e se sobrepuseram propiciando relações sociais muito além da pesquisa de campo. Tornaram-se meus amigos para além da pesquisa. Foram minhas referências na

¹⁴ A categoria dor é utilizada neste trabalho segundo a definição desse grupo de familiares que a utiliza para descrever o sofrimento causado pela perda dos filhos. Além disso, esses familiares se definem como *irmãos da dor*, que se uniram por compartilharem do mesmo sentimento. Segundo Zoraide e Francilene, só quem sofreu dor semelhante é capaz de compreendê-las e acolhê-las.

cidade do Rio de Janeiro em diversos momentos, afinal, ao me apresentarem não sou a pesquisadora, mas a amiga da Zoraide, da Fran e da Sônia, tanto para outros familiares de vítimas como dentro das suas próprias redes familiares.

1.1 Inserção no campo: nucleações e conexões das redes espíritas de familiares de vítimas

Antes de detalhar um pouco mais sobre os meus processos de inserção no campo, irei apresentar os meus principais interlocutores durante a pesquisa. Há vários momentos e nucleações dos quais participaram esses interlocutores e, por isso, pretendo demonstrar os principais atores e redes das quais eles participaram e que contribuíram para a transformação de suas gramáticas emocionais e para a adesão a um discurso, e práticas, de promoção da paz.

O grupo de familiares que acompanhei durante a minha pesquisa é formado por cinco famílias – com quais me relacionei de diferentes formas e com graus de interlocução distintos –, certos médiuns com seus projetos missionários, além da literatura espírita. Esse grupo se uniu em torno de diferentes objetivos, articulando práticas, ações e discursos sobre a situação da violência urbana na cidade do Rio de Janeiro. O primeiro objetivo pelo qual se uniu foi elaborado após o encontro dessas cinco famílias na missa de sétimo dia do menino João Hélio. A partir de então, eles começaram a organizar e participar de passeatas e manifestações cobrando atitudes do Estado frente à situação da violência, definida por eles, como tendo excedido todos os limites suportáveis. Uma das principais bandeiras desse grupo nesse momento inicial era a solicitação de reformas na legislação penal. No quadro abaixo, as famílias e os casos dos filhos são apresentados de forma sintética.

Quadro 1 – Coletivo de familiares vítimas da violência

Coletivo de Familiares Pais e Filhos Vítimas da Violência	
<i>Pais e mães</i>	<i>Filhos e filhas</i>
Zoraide, advogada, 67 anos, moradora da Zona Sul. Trabalhou durante anos no Posto Avançado da Ordem dos Advogados do Brasil, no Morro do Borel. Atualmente, ela trabalha na sede da OAB-RJ.	Ludmila, policial civil, tinha 24 anos quando foi morta após o seu carro ser assaltado na Avenida Brasil.
Francilene, dona de casa, 63 anos, casada com Diraison, 73 anos, aposentado. O casal mora no bairro Higienópolis, zona norte do Rio de Janeiro.	Thiago, policial civil, tinha 26 anos quando, após assalto ao seu carro, foi baleado, morrendo a caminho do hospital.
Orlando, casado, artesão. Reside com a esposa no bairro Grajaú, Rio de Janeiro.	André, policial civil, 28 anos, faleceu após reagir a um assalto ao seu carro. No carro, estavam também esposa e filho.
Sônia Regina, dona de casa, casada. Luis, aposentado, casado. O casal mora em um condomínio em Campo Grande, Zona Oeste do Rio de Janeiro.	Luis Alberto, policial militar, assassinado durante plantão em uma operação da Polícia Militar, “Operação de Visibilidade”.
Rosa, casada com Elson, ambos empresários. Depois do ocorrido com o filho, o casal se mudou para uma cidade do interior do Rio de Janeiro.	João Hélio, menino de 6 anos, faleceu após ser arrastado por 7 km, preso ao cinto de segurança do carro da família.

Fonte: PEREIRA, 2015.

Esse grupo que – como apresento mais detalhadamente em outra parte desta tese – empreendeu diferentes articulações ao estabelecer diálogos com agentes do Estado, participou ativamente de diferentes núcleos e redes espíritas elaborando discursos e práticas sobre paz, construindo uma perspectiva específica sobre os processos e subjetivações relacionadas à promoção de uma *cultura da paz*. A visibilidade do caso do menino João Hélio, através de sua repercussão midiática, permitiu que esses pais e mães participassem de diálogos estabelecidos por instituições do estado e da sociedade civil. Com o passar do tempo, paralelamente a essas ações políticas, eles começaram a participar de caravanas realizadas do Rio de Janeiro para Lorena – local em que se localiza o centro do médium Rogério H. Leite.

O contato desse grupo de pais e mães com o médium Rogério Leite modificou as relações entre eles, suas práticas e agenciamentos acerca dos casos dos seus filhos e filhas. As mensagens dos filhos e filhas, ao convidá-los a trilharem o caminho da paz pela superação dos sentimentos de ódio e vingança, segundo Elson, Rosa, Francilene, Diraison e Orlando,

modificaram suas práticas e estratégias de construção da paz. A partir desse contato, esses pais e mães passaram a organizar, junto com o médium, o *Projeto Amor Além da Vida*.

Gráfico 1 – Diagrama “Projeto Cartas Consoladoras” e Grupo de familiares de vítimas

Rogério & Marli (Projeto Cartas Consoladoras)

Familiares de Vítimas

Zoraide	Franciene=Diraison	Orlando=Vera	Rosa=Elson					
Glaucia	Ludmila	Thiago	Daniele	André	Andreia	Adriana	Aline	João

Fonte: PEREIRA, 2015.

Esse grupo inicial que, com suas famílias, se envolveu na organização das sessões do médium Rogério H. Leite, com o passar do tempo, foi se dispersando e participando de novos núcleos espíritas, com novas linguagens e práticas de elaboração da paz, a partir da articulação de subjetividades pacificadas.

Gráfico 2 – Diagrama: GEC e familiares de vítimas

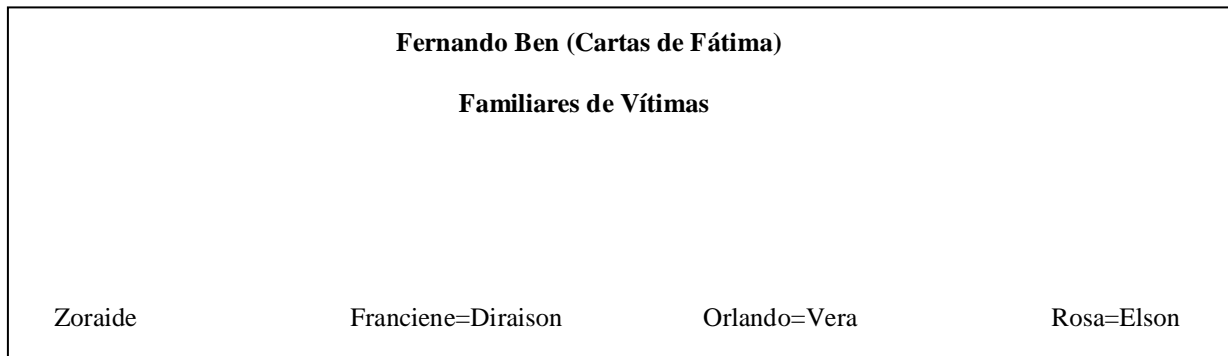
Fábio Figueiredo (Grupo Espiritualista Consciência)

Familiares de Vítimas

Zoraide	Francilene	Rosa= Elson
---------	------------	-------------

Fonte: PEREIRA, 2015

Gráfico 3 – Diagrama “Projeto Cartas de Fátima” e familiares de vítimas



Fonte: PEREIRA, 2015

O contato com o Grupo Espiritualista Consciência (GEC) permitiu que esses familiares entrassem em contato com o médium Fernando Ben e seu projeto Cartas de Fátima. Como esse médium não possui uma sede própria para a realização das sessões de psicografia, ele participa de atividades realizadas em outros centros existentes na cidade do Rio de Janeiro. O *Projeto Amor Além da Vida*, que surgiu como dissidência do *Projeto Cartas Consoladoras* do médium Rogério Leite, hoje é desenvolvido pelo grupo de familiares liderados por Elson, pai do João Hélio. Das muitas atividades realizadas pelo grupo, uma delas é a organização de sessões de psicografia, junto com o médium Fernando Ben e com a Associação dos Obreiros de Jesus.

Na elaboração dos seus projetos – individuais e sociais –, esses familiares dialogaram como seus familiares, com mães (famílias) e organizações que contribuíram – direta e indiretamente – para seus projetos. Nesta tese cito alguns desses encontros e articulações e, por isso, resolvi apresentá-los no quadro abaixo.

Quadro 2 – Redes e núcleos de familiares

Redes e Núcleos relacionados a esse coletivo
<p>Glaucia, filha de Zoraide, irmã mais velha de Ludmila, possui dois filhos e três netos. Mora no bairro Grajaú, também é advogada, apesar de não exercer a profissão. Trabalha no mercado de câmbio. Possui dois filhos, Vitor e Vinicius, e três netos, João Vitor, Ana Júlia e Geovana Ludmila. Apóia a sua mãe na busca de mensagens e comunicação com a irmã.</p>
<p>Daniele, filha adotiva do casal Francilene e Diraison, possui dois filhos, Pedro e Beatriz, que também foram adotados pelo casal. Atualmente, Daniele reside em uma cidade no interior do estado do Rio de Janeiro.</p>
<p>Rogério H. Leite, médium, idealizador do Projeto Cartas Consoladoras. O trabalho mediúnico desenvolvido por ele foi central no processo de conversão a novas linguagens.</p>
<p>Fábio Figueiredo, médium, realiza sessões, palestras e sessões terapêuticas no Grupo Espiritualista Consciência, localizado na Tijuca.</p>
<p>Joana D’arc, mãe do policial militar Maurício – integrante da Polícia Militar do Estado de São Paulo – é uma das personagens centrais do livro “Policiais de Volta”. Seu filho Maurício morreu durante um assalto.</p>
<p>Clóvis é pai do policial militar Carlos Henrique – integrante da Polícia Militar do Estado de São Paulo, foi amparado pelo policial Maurício no momento de sua morte. Seu filho Carlos Henrique faleceu em serviço.</p>
<p>Edileusa é amiga de Zoraide desde a infância. As duas moraram próximas no bairro Grajaú. Com a convivência, ela também se tornou amiga de Francilene.</p>
<p>Daniela Duque presidente da <i>ONG Mães do Amor Eterno</i>. Seu filho foi assassinado por seguranças, em frente a uma <i>boite</i> na Zona Sul do Rio de Janeiro.</p>
<p>Maria dos Anjos, conhecida pelo apelido Anjinho, é uma das integrantes da <i>ONG Mães do Amor Eterno</i>. Seu marido é uma das vítimas da Chacina de Vigário Geral.</p>
<p>Christina Fabbri mãe de Pedro Fabbri, menino de oito anos que faleceu, segundo a mãe, após agravamento de seu quadro clínico devido aos maus-tratos da babá que cuidava dele. É uma das idealizados do projeto “Mães Sem Nome”.</p>
<p>Zely Maria Vidal Leite Ribeiro começou a frequentar as sessões do médium Rogério Leite a convite de Francilene – que insistiu para que ela participasse. Por ser evangélica, em princípio relutou ao convite. Contudo, após participar a primeira vez, se tornou uma entusiasta do Projeto Amor Além da Vida e do trabalho desenvolvido pelo médium Rogério Leite. A morte do seu filho Marcelo Vidal Leite Ribeiro foi arquitetada, segundo ela, pela própria esposa dele.</p>
<p>Joseane da Silva é mãe de Taís Louise, de 19 anos, assassinada pela esposa de um suposto homem ligado ao comércio de entorpecentes, na Ilha do Governador. Segundo Joseane, a filha tinha relacionamentos com esse rapaz, o que provocou ciúmes na esposa.</p>

Fonte: PEREIRA, 2015

Após o primeiro contato de pesquisa, durante a oficina de imersão de campo, retornei ao Rio de Janeiro, em abril de 2010, para conversar novamente com Zoraide e escutar suas narrativas sobre sua História de Vida. Era uma forma de me aprofundar nessa metodologia e

conhecer melhor alguns aspectos da sua trajetória que tinham ficado confusos na primeira entrevista.

1.2 Primeiras interlocuções: delineamentos do campo

Ao chegar ao Rio de Janeiro, telefonei para Zoraide para confirmar o nosso encontro. Ela me recebeu novamente na casa em que estava residindo no bairro da Piedade. Sua filha Glaucia estava presente. A conversa transcorreu com as duas falando sobre as experiências que passaram após a morte da Ludmila. Zoraide começou falando que a Glaucia tinha muita fé e que as coisas que elas conseguiram foram graças a sua fé. Zoraide disse: “– *Porque eu sou muito descrente. Pela minha profissão, eu quero provas. Sou muito racional. E a Glaucia não. Ela tem muita fé*”. Ela continuou dizendo que foi pela fé da filha mais velha que conseguiram prender um dos assassinos. Nesse dia, ao conversarmos, Glaucia contou detalhes de como a história aconteceu. Zoraide, em uma de suas noites insones, ligou a televisão e se deparou com a cena de um filme em que, de um helicóptero, jogavam papéis em um determinado lugar. Ao ver isso, ela teve a ideia de jogar papéis com o retrato falado dos assassinos na Favela Parque Estrela, onde Ludmila, sua filha mais nova, foi assassinada.

Glaucia disse que vendo o desespero da sua mãe – neste momento ela começou a chorar –, ela resolveu fazer uma novena para Santa Rita de Cássia para tentar aplacar esse sofrimento porque, segundo ela, é muito difícil ver o desespero de alguém que ama muito. Por ser muito devota dessa santa, ela resolveu fazer uma promessa de que se fosse solucionado o caso da Ludmila, ela distribuiria um milheiro de santinhos na Igreja de Santa Rita de Cássia, no centro da cidade. No dia 6 de maio, uma denúncia anônima levou a um dos assassinos. O investigador responsável pelo caso entrou em contato com as duas e pediu para que elas fossem à delegacia. Ao chegar, elas tiveram a notícia. O outro, segundo o delegado, já tinha sido morto devido ao seu envolvimento com outras atividades ilícitas. Elas então se apressaram na confecção dos santinhos, já que o dia de comemoração a Santa Rita de Cássia era dia 22 de maio. Elas passaram noite e dia confeccionando cada santinho do milheiro, ao invés de comprá-los pronto. As duas consideraram que a prisão próxima à data representava a intercessão da santa, fruto da fé de Glaucia que, em um momento de desespero, pediu a intercessão divina para resolução do caso. Segundo Glaucia, naquele momento, o que elas mais precisavam era de respostas, de saber o porquê de isso haver acontecido na vida delas.

A narrativa dessa história é utilizada por Gláucia para demonstrar como a fé é necessária na vida. Elas falam sobre as mensagens que Zoraide recebeu de Ludmila nas sessões espíritas com o médium Rogério H. Leite e destacam que a fé modifica a vida das pessoas e é fundamental para que a filha se comunique com elas. Foi através da fé de Gláucia em Santa Rita que uma primeira intervenção no espaço público ocorreu – levando à prisão um dos suspeitos do assassinato de Ludmila.

Nesse dia, a nossa conversa teve que ser encerrada porque Zoraide disse que teria uma reunião com outros familiares e me perguntou se eu queria participar. Disse que sim e ficamos à espera do Sr. Orlando, que veio nos buscar. Enquanto esperávamos, ela me contou que a reunião seria para tratar da vinda do Rogério, médium de Lorena, para o Rio de Janeiro. O grupo que já há um tempo visitava periodicamente o centro desse médium nessa cidade, resolveu organizar eventos com ele aqui no Rio de Janeiro.

A reunião aconteceu na casa dos pais do João Hélio. Ao redor de uma mesa farta, com vários quitutes, eles debateram os detalhes da vinda do médium. Uma vez que seriam eles os principais financiadores do evento, eles se manifestavam sobre como cada um poderia dar sua contribuição. Enquanto participava da reunião, um fato chamou minha atenção. Francilene, que conheci naquele dia, começou a conversar com os outros sobre um fato particular. Disse ela: “– *Thiago me disse que eu não posso faltar à reunião do Rogério. Foi a Ludmila que disse o quanto o Thiago não para de trabalhar lá em cima? Não, foi o André, né?*”. Zoraide confirmou com a cabeça e disse: “– *Foi o André*”.

Nesse momento, me deparei com um coletivo em que vivos e mortos intervinham e agiam conjuntamente articulando projetos comuns. Na fala desses pais, as mensagens dos seus filhos e filhas representam dons, dádivas que circulam, construindo e fortalecendo os laços recíprocos entre pais, filhos, vivos, mortos, espíritos, guias espirituais e médium em uma rede extensa de relações sociais. A *caridade* e a *missão*, conceitos chaves da doutrina espírita, são elementos centrais para a manutenção dos laços terrenos e espirituais, pautam as entradas e saídas desses familiares em diversos espaços. A dor comum, “a dor mesma” – independente de quem seja o filho e das circunstâncias da morte – une diferentes familiares em suas ações de caridade e na vivência da missão. Como me disse Sr. Orlando na reunião citada acima: “– *Você está observando que a finalidade do nosso grupo é a caridade?*”

A minha pouca familiaridade com a doutrina espírita contribuiu para o meu estranhamento diante dessa cena. Ao redor de uma mesa farta e festiva, eles falavam dos seus filhos e filhas como se eles estivessem vivos e se reuniam para celebrar a vida nos diferentes planos. Nessa reunião, surgiu a ideia do meu projeto de doutorado. Havia um ruído de

compreensão daquela realidade que passou a gritar e a revolver dentro de mim desde aquele dia. O fato desses filhos não terem se conhecido enquanto vivos e se comunicarem no *plano espiritual*, enviando *mensagens* para os pais dos amigos, fortalecendo a rede de familiares de vítimas nos dois planos – *material e espiritual* –, acalmando as angústias dos pais amigos, enriquecendo a complexidade dessas vivências compartilhadas, me fascinou. Essas pessoas estavam elaborando um discurso sobre morte e vida e sobre as possibilidades de permanência da vida após a morte, bem como alinhando espacialmente e temporalmente morte e vida a partir de diversas operações e mecanismos, inserindo essas esferas diferenciadas em um mesmo plano de percepção da realidade.

Como destacou Veena Das (2008) no texto “*Sujetos del dolor, agentes de dignidad*”, impressiona a capacidade extraordinária das sociedades de gerar recursos espirituais que transcendem o silêncio dos que não sabem superar a angústia atroz de sua dor. São as vozes dos mortos e dos vivos reverberando no mesmo tempo e espaço, em dois planos que se juntam. Ao se comunicarem, os filhos fomentam a atuação política dos pais, sobrepondo planos e espaços.

Na página do projeto “Amor Além da Vida”, organizada por Élson, pai de João Hélio, na descrição do projeto que eles desenvolvem, há um depoimento sobre como a relação dessas famílias foi estimulada pela rede espírita. No relato, ao participar das sessões e se unirem pelo mesmo desejo de receberem as mensagens de seus filhos e filhas, os médiuns com os quais entraram em contato relataram que o grupo foi formado na *espiritualidade* – quando essas pessoas estavam desencarnadas, *vivas no Plano Invisível*. A descrição também destaca que o grupo tem um objetivo, uma missão específica, “consolar corações feridos pela saudade dos seus entes queridos”.

O Grupo Amor Além Da Vida é formado em sua grande maioria por pais que sofreram a perda ou desencarne precoce de seus filhos. Ao longo do tempo, mais pessoas passaram a integrar o grupo, embora todas elas tenham sofrido a falta física de algum ente querido. Inicialmente o objetivo do grupo era confortar entre si todos os integrantes que sofriam a mesma dor então percebeu-se que compartilhar a dor era melhor que passá-la sozinho. Alguns integrantes do grupo iam em "caravanas" a cidade de Lorena em busca de uma carta consoladora de seus filhos ou entes queridos. E então através da mediunidade, fato confirmando por médiuns de diferentes cidades, foi dito que este grupo já existia na espiritualidade e tinha o objetivo de consolar corações feridos pela saudade (Parte retirada da página do Projeto Amor Além da Vida, no Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/projetoamorailemda vida?fref=ts>>. Acesso em: 15 de maio de 2015).

O contato com os pais do João Hélio, Zoraide, com o Sr Orlando, Francilene e Diraison – durante diferentes momentos da pesquisa – e as relações estabelecidas por eles e

pelas outras pessoas do grupo de familiares durante as sessões mediúnicas em busca de comunicação com os seus filhos definem um tipo de intervenção espírita, vista como fornecedora de uma linguagem privilegiada de interpretação do assassinato dos seus filhos e filhas. Através das relações que estabelecem com o campo espírita, eles constroem narrativas em que acionam suas percepções sobre humano, violência, justiça, vida, morte, guerra e paz. Na luta por visibilidade dos casos de seus filhos e filhas, esses pais e mães interpelam agentes do Estado e da sociedade civil, elaborando discursos diferentes sobre justiça. Há uma percepção, comum a eles, que parte de um conceito abstrato de Justiça – como normas e regras que pairam acima das relações sociais e que são facilmente reconhecidas por todos e todas. Ao falar sobre essa concepção, eles desconsideram os aspectos históricos e legais de produção das legislações e os conflitos subjacentes na elaboração dessas. Suas narrativas versam ainda sobre a justiça que cada um acredita ser a necessária para que os casos de seus filhos e filhas sejam julgados de forma justa.

Esses familiares se conheceram nas reuniões do Núcleo de Apoio à Vítima de Trânsito (NAVI) do Departamento de Trânsito (Detran/RJ), em que Zoraide conheceu o casal Francilene e Diraison e o Sr. Orlando. Zoraide e Francilene atualmente fazem parte do coral dessa instituição. Eles conheceram os pais do João Hélio e Sônia¹⁵ em uma missa realizada pelos pais da “Gabriela” – morta durante um tiroteio próximo à estação de metrô São Francisco Xavier –, oito dias após a morte do menino João Hélio. A missa foi um ato político-religioso organizado por esses familiares que buscavam, naquele momento, a aprovação de projetos de leis cujo objetivo era cobrar por modificações na legislação penal. Segundo matéria do Jornal do Brasil do dia 14 de fevereiro de 2007, os familiares que organizaram a missa e a passeata pelo centro, após a realização da mesma, entregaram uma carta para o então governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, em que defendiam “reformas na lei penal, para aumentar a pena dos autores de crimes hediondos, e as sanções que podem ser impostas a menores de idade” (presente na reportagem abaixo). Dessa forma, esse ato representou também uma segunda intervenção no espaço público desse coletivo de familiares de classe média, vítimas da violência urbana.

¹⁵ Sônia é mãe do policial militar Luis Alberto, assassinado próximo ao Maracanã.

Figura 1 – Reportagem sobre a missa de sétimo dia do menino João Hélio

26/06/2015

Jornal do Brasil - Rio - Vítimas da violência lembram assassinato de João Hélio Fernandes

Fundado em 1891

JORNAL DO BRASILO primeiro jornal 100%
digital do país

Sexta-feira, 26 de junho de 2015

Rio

14/02/2007 às 15h55 - Atualizada em 24/10/2011 às 23h32

Vítimas da violência lembram assassinato de João Hélio Fernandes

Jornal do Brasil

Agência EFE

RIO - Uma missa e uma manifestação, organizada por parentes de vítimas da violência no Rio de Janeiro, lembraram hoje a morte de João Hélio Fernandes, de 6 anos, em um assalto ocorrido há uma semana, e que comoveu o Brasil.

Cerca de 600 pessoas assistiram à missa, celebrada na igreja da Candelária, no centro do Rio de Janeiro.

A missa, que foi interrompida em diversos momentos por gritos que pediam justiça, contou com a presença do governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral Filho; do secretário de Segurança Pública da cidade, José Mariano Beltrame, e diversos chefes de Polícia.

João Hélio Fernandes morreu na quarta-feira passada, depois que um grupo de assaltantes o arrastou pelas ruas durante cerca de sete quilômetros, pendurado no cinto de segurança de um veículo roubado.

O crime provocou grande comoção no Brasil, e gerou uma intensa polêmica acerca de uma possível redução da maioridade penal no país. A Polícia já prendeu cinco jovens acusados do crime, dentre os quais um menor de idade.

Uma comissão do Senado tinha programado para hoje a votação de um projeto de lei que reduz de 18 para 16 anos a maioridade penal no Brasil, mas a sessão foi adiada para o dia 28 de fevereiro, para evitar que o assunto fosse discutido em meio a um clima de comoção e protesto.

A manifestação realizada após a missa foi liderada por familiares de vítimas emblemáticas da violência no Rio de Janeiro, dentre as quais parentes das 21 pessoas assassinadas por policiais em 1993, na favela de Vigário Geral, e as mães dos jovens desaparecidos na favela de Acari.

A manifestação também contou com a presença dos integrantes do grupo de rock Detonautas, cujo guitarrista foi assassinado no ano passado, em um assalto.

Os manifestantes defenderam, em carta entregue ao governador, reformas na lei penal, para aumentar as penas dos autores de crimes considerados hediondos, e as sanções que podem ser impostas a menores de idade.

Após receber a carta, na qual são pedidas medidas concretas para combater a violência, Cabral defendeu uma reforma constitucional, que permita ao Rio de Janeiro aprovar reformas no Código Penal, que possam ser feitas regionalmente, e não necessariamente em todo o país.

Ele assegurou ainda que aumentará o número de policiais nas ruas, por considerar poucos os atuais 9.500

<http://www.jb.com.br/rio/noticias/2007/02/14/vitimas-da-violencia-lembram-assassinato-de-joao-helio-fernandes/>

1/2

Fonte: <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2007/02/14/vitimas-da-violencia-lembram-assassinato-de-joao-helio-fernandes/>

Essa missa/ato representa um “drama social”, em um dos sentidos atribuídos por Turner ao conceito, um acontecimento que faz emergir conflitos latentes existentes na sociedade, “acentuando os interesses e atitudes de grupos e indivíduos que se encontram em oposição” (TURNER, 2008), ou que se encontram situados em posições diferentes da estrutura social – termo utilizado pelo autor. Esses discursos, por seu caráter latente, sempre retornam quando novos dramas sociais surgem, colocando em questão aspectos centrais de mediação das relações sociais. Para os familiares de vítimas que integram a rede espírita/política da minha pesquisa de campo, além de um ponto inicial para a construção de uma agenda política – que naquele momento contava com forte apelo social, com as propostas de mudanças na legislação penal –, o ato por justiça, a partir da visibilidade da morte do João Hélio, representava a todos. Era emblemático para, segundo eles, chamar a atenção sobre o problema da segurança pública no Estado do Rio de Janeiro. Além disso, esse ato político-religioso foi fundamental para traçar a história dessas famílias e uni-los, naquele momento, em torno de objetivos comuns.

Percepções diferenciadas sobre justiça – divina e terrena – aparecem nos discursos desses familiares de vítimas em muitos momentos da minha pesquisa de campo. Nesse aspecto, o caso João Hélio traz questões que atravessam os demais casos, mesmo com as particularidades de cada um. A relação estabelecida entre sistema judiciário e espiritismo é central na compreensão desse caso, como na de outros. Assim, como os familiares do João Hélio se distanciaram gradativamente das discussões das reformas no direito penal e passaram a se dedicar ao espiritismo, outros familiares seguiram a mesma trajetória.

Outro ponto importante nessas trajetórias familiares é o fato de atos religiosos – católicos e espíritas – se constituírem também como atos políticos. Igrejas e centros são locais de memória e vivência do luto, mas também de protestos. As camisas utilizadas pelos familiares nesses locais contêm mensagens políticas, presentes também em outros objetos. Frases com palavras como: Paz, Justiça, Impunidade, Basta, sintetizam aspectos considerados importantes na luta dessas famílias por justiça ao caso dos seus filhos e filhas.

A caravana do médium Rogério H. Leite “Cartas Consoladoras”¹⁶, enquanto ocorreu no Rio de Janeiro, tinha como emblema o desenho feito por João Hélio junto com a palavra

¹⁶ O Projeto Cartas Consoladoras, organizado pelo médium Rogério H. Leite acontece em diferentes regiões do país. O médium reside em Lorena e lá desenvolve seus trabalhos em um centro espírita. Nesse local, em datas definidas previamente, ocorrem as sessões de psicografia. Sr. Orlando, Francilene, Zoraide, Élson e Rosa conheceram o médium ao participarem de caravanas do Rio de Janeiro para Lorena, para acompanhar as sessões públicas de psicografia. Além das sessões em Lorena, o médium também participa de reuniões e sessões organizadas por centros e redes espíritas em todo país. O objetivo do projeto é levar mensagens e cartas para

paz. São exemplos de como convergem as narrativas e rituais dessas diferentes esferas. Esse coletivo de familiares é composto por pessoas que têm em comum o entrelaçamento das esferas religiosa e política na elaboração do luto e na construção de uma narrativa sobre a violência urbana na cidade do Rio de Janeiro.

Nesse grupo de familiares vítimas da violência, família, religião e política se relacionam na construção de diálogos e na luta por justiça. São famílias que compartilham suas histórias de vida em uma rede extensa de caridade e solidariedade. Minha pesquisa de campo, desde o começo, passou pela inserção nessas redes familiares. A relação que estabeleci com as mães, muito mais do que com os pais – com os quais tive contato nos eventos de forma mais furtiva – é de cumplicidade, amizade e de uma rotina compartilhada. São cursos feitos em conjunto, passeatas, festas de aniversário, missas que fortaleceram os laços, tornando esses familiares uma rede afetiva importante para mim no Rio.

Ao descrever meu processo de inserção em campo e ao longo do texto e introduzir as dinâmicas entre os fluxos das relações familiares e religiosas, meu objetivo é traçar as minhas linhas de entrada nesse campo. Os processos e as formas como se construíram as relações durante a pesquisa aconteceram porque me deixei levar pelas pessoas e porque resolvi participar ativamente de suas rotinas. Permiti-me ser guiada por elas a diversos locais, percorrendo os seus itinerários de busca por justiça, em um esforço de enxergar a complexidade que cercava a morte dos seus filhos e filhas de uma maneira aproximada da forma como eles enxergam. Por isso, em diversos momentos, essas “mães” pegaram em minhas mãos e me guiaram por seus caminhos de dor, luta, superação e conforto espiritual e afetivo. Por outro lado, eu simplesmente entreguei minhas mãos a elas e segui seus passos. No começo, fui um pouco adotada por elas, aninhada em seus colos, servindo de ombro e de carinho. De certa forma, me tornei parte das suas relações familiares. Com a convivência nas relações dentro da esfera familiar – e também religiosa –, me tornei para essas pessoas uma amiga, disposta a escutar e compartilhar vivências.

Alguns objetos foram fundamentais para o fortalecimento dos vínculos. Eles foram meus colares de pérolas e conchas, construíram as relações de troca e pautaram a circulação da dádiva: o doce de leite e o artesanato mineiros; e as fitinhas do Nosso Senhor do Bonfim. O retorno das visitas a minha família era acompanhado sempre de presentes encomendados pelas “famílias”. O doce de leite, sempre mais solicitado, foi o item presente em todos os meus retornos. Um delicioso motivo para reencontro tornou-se a sobremesa de diversos

familiares que perderam seus “entes queridos”, *trazendo consolo e conforto aos seus corações*, segundo palavras do próprio médium, ditas durante um evento na capital fluminense.

almoços e encontros. Além disso, estimulava o interesse deles sobre aspectos da minha vida, sobre a minha família, amigos, minha cidade natal.

As fitinhas do Nosso Senhor do Bonfim, por sua vez, representam o elo criado a partir das relações religiosas e espirituais. Ao ganhar de Zoraide uma dessas fitinhas, de Nossa Senhora de Nazareth, sendo essa trançada por ela em meu punho esquerdo, fiz três desejos. Como acompanhei a angústia dela por não receber nenhum contato e/ou psicografia da Ludmila, dos meus três pedidos, dois foram para que ela conseguisse se comunicar com a filha e encontrasse a paz. Do mesmo modo, trancei a fitinha em seu braço. Isso aconteceu em abril de 2011, pouco tempo depois de ter me mudado definitivamente para o Rio. No final de julho de 2011, a fitinha se abriu sozinha, caindo no chão do banheiro. Era final de agosto quando me encontrei com Zoraide, Glaucia, amigos e amigas no aniversário de Edileusa, amiga de infância de Zoraide. Durante a comemoração, as duas me contaram sobre o recebimento da psicografia da Ludmila em um Centro Espírita da Tijuca, por intermédio dos dons mediúnicos de Fábio. Diferente das outras vezes, em que ela não reconhecia como sendo de sua filha as mensagens recebidas, dessa vez tanto ela quanto a Glaucia não tiveram dúvidas.

A psicografia foi recebida uma semana após o dia em que se completou ano de falecimento da sua morte. A carta, além de citar o nome de diversas pessoas de sua rede afetiva, fazia menção a uma história conhecida apenas por Glaucia, Zoraide e um de seus netos. A esposa do Vitor – filho mais velho da Glaucia – estava grávida na época. Certo dia, ele brincou com a sua avó dizendo que se a criança que sua mulher estava esperando fosse uma menina, ele colocaria o nome Ludmila, que assim ela se responsabilizaria pelo sustento dela durante toda a vida. Após dizer isso, imaginou que seria prontamente repreendido, só que, pelo contrário, Zoraide agradeceu e se mostrou lisonjeada com a homenagem. Nessa primeira psicografia recebida no centro presidido pelo médium Fábio Figueiredo, Ludmila pede à mãe que agradeça ao Vítor pela homenagem. Tanto o neto quanto a esposa não sabiam até aquele momento qual o sexo do bebê, que foi confirmado na ultrassonografia dias depois.

Apesar do meu estranhamento com a doutrina espírita, após diversos encontros com a Zoraide e a Francilene nas sessões, comecei a compartilhar de suas angústias e aflições pessoais. Como Francilene mantinha um contato permanente com o seu filho através das psicografias do Rogério e Zoraide não conseguia manter o mesmo contato com a Ludmila, as duas acabaram se distanciando por um período. Esse afastamento, no entanto, incomodava, já que ambas se dedicaram muito uma a outra nas investigações das mortes dos seus filhos. A luta política das duas na busca por justiça e a inserção nas questões e eventos dos familiares

de vítimas do Rio de Janeiro ocorreram simultaneamente. Do mesmo modo, elas se uniram na busca por mensagens dos seus filhos. As mesmas fazem parte do grupo inicial que se reunia para trazer Rogério para o Rio de Janeiro.

Quando Zoraide recebeu a mensagem de Ludmila no centro da Tijuca, Thiago mandou uma mensagem para Francilene dizendo que era para que ela comparecesse lá, porque tinha uma surpresa. Na outra semana, Francilene foi ao centro e recebeu notícias de seu filho.

Por acompanhar esse grupo de 2010 até 2013, pude presenciar mudanças na percepção deles acerca de suas práticas políticas e como essas mudanças se relacionam com as ações desenvolvidas por eles a partir da rede espírita. Suas trajetórias de vida passaram por diferentes processos. As mudanças durante esse período fizeram com que esses familiares vivenciassem diferentes tempos: o tempo do luto, o tempo da luta, o tempo presente, em que *habitar o cotidiano* se impõe, para eles, como uma necessidade. Desse modo, esta tese busca descrever esses diferentes tempos, vivenciados por esse grupo de familiares. O objetivo é delinear os processos pelos quais as vidas dessas famílias foram se constituindo, se reconstituindo, compondo diferentes discursos, práticas e ações. A busca por justiça para os casos dos filhos e filha, as narrativas-testemunho, centradas na elaboração do luto e os projetos de construção de uma *Cultura da Paz* na cidade do Rio de Janeiro compõem as dinâmicas que tecem suas estratégias e trajetórias de vida. Essas dinâmicas fazem parte de processos que foram mudando de sentido. Práticas espíritas, compartilhadas por uma rede de familiares – vivos e mortos – surgem como alternativas de construção da paz nesse contexto de violência.

Após participar da reunião na casa dos pais do João Hélio, no Méier, fui convidada por Zoraide para participar das sessões do médium Rogério H. Leite, no Rio de Janeiro. Todos os participantes eram convidados do grupo de familiares e vítimas da violência que se encontraram para organizar a vinda do médium. Rosa e Élson, donos da casa, pediram aos demais para que não divulgassem o local do evento como sendo a casa deles – dos pais do João Hélio – pois isso poderia atrair a atenção de curiosos. Com o convite, retornei ao Rio de Janeiro em junho. Marcamos encontro em frente a um shopping da Zona Norte e de lá seguimos para o primeiro dia de sessão. A dinâmica do evento exigia que o grupo organizador ficasse encarregado de ajudar nas tarefas, como na cantina, auxiliando na venda dos produtos doados e produzidos pelos familiares. Por isso, durante os dois dias eu fiquei acompanhando as palestras enquanto Zoraide e os outros familiares trabalhavam. Durante as refeições, me sentava com eles para conversarmos. Ao final do dia, havia o momento de leitura das psicografias. O salão ficava lotado e os familiares, que estavam trabalhando, subiam na

esperança de receberem as mensagens dos seus filhos e filhas. Durante as palestras, os médiuns Rogério H. Leite e Marli Mansini realizavam as entrevistas com os familiares. No começo da tarde, eles começavam a psicografar em uma sala particular. Depois, eles se dirigiam para o salão e psicografavam na frente do público, ao som de um repertório musical cujo estilo era o rock progressivo – o mesmo estilo de música que se escuta ao acessar o blog de divulgação do trabalho por eles desenvolvido, Cartas Consoladoras: <http://cartaconsoladora.blogspot.com.br/>.

Em suas vindas à capital fluminense, Rogério e Marli vinham acompanhados de uma equipe, que contava com a presença de um médium de São Paulo, Hércules Gonzaga. Enquanto Marli e Rogério entrevistavam os familiares, ele realizava palestras. Como seu dom é a *psicofonia*, durante a palestra, ele também trazia mensagens dos *entes queridos* para alguns dos participantes. O conteúdo de suas palestras tinha forte apelo moral, embasado em diálogos entre diferentes perspectivas religiosas e científicas. Na cidade de São Paulo, além de seu trabalho de médium, Hércules desenvolve ainda o trabalho de terapeuta. Em uma de suas falas, sua voz se direcionou para mães e pais que, ao perderem seus filhos e filhas, adoeceram fisicamente. Para esse médium, as doenças físicas eram fruto de sentimentos negativos acumulados pelas pessoas durante meses e anos, transformados em doenças. Em sua *performance* gostava sempre de cantar hinos evangélicos e, através deles, provocar momentos de catarse emocional, com choros e comoções da plateia e do médium.

As sessões ocorriam no sábado e domingo, durante o dia inteiro. Chegávamos lá por volta das 8 horas da manhã e retornávamos para nossas casas por volta das 9 horas da noite. Como Zoraide fazia parte da organização – e eu a acompanhava sempre –, ficávamos após o término da sessão, junto com os outros familiares. Esperávamos o fim dos trabalhos e o momento de encerramento das atividades do dia, acompanhados de momentos de oração e agradecimento. Em um dos dias em que esperei junto com Zoraide o encerramento dos trabalhos, fiquei sentada na sala de jantar conversando com a avó de João Hélio, mãe do Élson. Zoraide iniciou a conversa, me contando que ela frequentara o centro da dona Célia e que poderia também me narrar o quanto o dom dessa médium era impressionante. Dona Nelma, avó do menino, me disse que começou a participar das sessões espíritas quando conheceu o trabalho mediúnico desenvolvido por Dona Célia. Desde então, ela, o filho e a nora participavam das sessões, junto com os netos. Dona Nelma acreditava que, de alguma forma, eles estavam sendo preparados para o que iria ocorrer. Assim como Zoraide, ela também destacou que o dom mediúnico de Dona Célia era espetacular.

Atualmente, o projeto “Amor Além da Vida”, fomentado por Rosa e Élson, pais do menino João Hélio, junto com os participantes da “casa fundada por Dona Célia”, “Associação dos Obreiros de Jesus”, organizam sessões públicas de psicografia. Para participar da sessão, os interessados devem em ir à associação em um determinado dia para se inscreverem e deixarem seus nomes. O público participante dessas sessões públicas de psicografia – quando ocorrem – é limitado. É quase impossível ter conhecimento delas ou participar se não houver algum conhecido que te introduza nessa rede e te convide para participar das sessões. Essa rede espírita de familiares se constitui através do controle daqueles que participam – participarão – de suas atividades. As ações filantrópicas, de caridade, são também desenvolvidas por um pequeno grupo de pessoas. Mais adiante detalharei mais as redes e projetos desse grupo de familiares vítimas da violência na cidade do Rio de Janeiro. No momento pretendo destacar minha inserção nessa rede de familiares que se constituiu em torno da organização e participação das sessões públicas de psicografias, em busca das mensagens de seus filhos e filhas.

Durante o meu período de pesquisa, participei de sessões do médium Rogério H. Leite, no Méier, e do médium Flávio Figueiredo, na sede do Grupo Espiritualista Consciência (GEC). Por serem sessões com grande quantidade de pessoas, que acontecem por horas, elas sempre me causaram profundo desgaste físico e emocional. Ao final delas, sempre sentia um profundo mal-estar. Nos dias das sessões, precisava que me preparar previamente para elas. Sentia-me cansada nos dias subsequentes a participação dessas sessões. Ao contrário do que os pais e mães me narravam sobre seus efeitos positivos, sentia uma sobrecarga emocional que provocava apatia em mim. Quando os familiares narravam suas histórias, ressaltando os aspectos insuportáveis, ou quando os médiuns traziam parte dessas histórias nas mensagens psicografadas, o aspecto insuportável da morte de seus filhos e filhas povoava novamente suas memórias. O que para os familiares representava uma encenação que provocava cura, ao mesmo tempo me adoecia. Para mim, ao narrar essas histórias, a sensação que sentia era de insuportabilidade, capaz de roubar-me a alegria. Se não escrevemos para legitimar sofrimentos, não podemos, a meu ver, analisar os fatos negando o aspecto insuportável presente na trajetória desses pais e mães que tiveram seus filhos e filhas vitimados pela “violência urbana” – categoria presente, de forma difusa, em diferentes discursos.

Em suas histórias pessoais, o *conhecimento venenoso*¹⁷ do próprio cotidiano colocou para eles desafios acerca das possibilidades de habitarem os mesmos espaços, a partir de novos discursos e linguagens. Com a pesquisa, de certo modo, esses desafios a mim também foram postos. Durante a etnografia, em diversos momentos, me questioneei se era capaz de dar continuidade a pesquisa. Às vezes, o meu maior desejo era fugir, ficar bem distante disso tudo, admitir meu fracasso, minha incapacidade de distanciar-me, reconhecer minha fragilidade e esquecer o choro que me sufoca sempre que me recordo dessas histórias. As linhas que se seguem são fruto de sentimentos contraditórios, presentes durante a pesquisa e escrita desta tese.

¹⁷ Utilizo o conceito *conhecimento venenoso* de Veena Das (2011) para descrever como as relações dos familiares de vítimas fatais da violência urbana com a cidade do Rio de Janeiro se tornaram corroídas após o assassinato dos seus filhos, com as experiências do passado redefinindo as vivências presentes. Tempos que se interpenetram, com o passado envenenado a experiência presente do habitar esse espaço que é, ao mesmo tempo, cotidiano e de dor. O participar da cidade, juntamente com os outros, o compartilhar espaços comuns e habituais passam por tentativas de viver o presente minimizando as memórias traumáticas das experiências passadas.

2 HABITAR A METRÓPOLE CARIOCA ATRAVÉS DAS ESFERAS POLÍTICO-RELIGIOSAS

Neste capítulo, ao mapear os locais de moradia e de encontro do coletivo espírita de vítimas da violência urbana, pretendo demonstrar como suas trajetórias estão ligadas à Zona Norte da cidade. Ao mostrar seus lugares e circulações pela metrópole carioca, meu intuito é localizá-los no interior de uma cartografia política que define trânsitos, fronteiras e disputas pelos espaços. Esse grupo é composto por famílias que ascenderam socialmente durante a vida e que, hoje, podem ser descritas como pertencentes às camadas médias da população. Por fazerem parte dessa camada, essas pessoas podem circular por diferentes lugares. Apesar de pertencerem às classes médias, essas famílias não são oriundas da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro – área privilegiada com relação ao acesso aos serviços estatais e privados.

Ao mapear os locais de moradia e os lugares que estão presentes nas narrativas do grupo de familiares de vítimas da violência urbana – que fazem parte da minha pesquisa de campo –, minha intenção é demonstrar como esses familiares vivenciam a cidade. As circulações pelo espaço urbano demonstram as possibilidades de apropriação dele e de suas potencialidades, ao se situarem, se deslocarem e se inserirem nos conflitos e nos encontros cotidianos que constroem narrativas sobre como habitar a cidade. Essas famílias são compostas por pessoas que se deslocam por diversas regiões da cidade, tendo, em alguns momentos, residido em diferentes bairros da capital fluminense. Seus locais de trabalho, os locais de moradia de seus familiares, os centros espíritas e as celebrações promovidas em grupo, os levam a transitar e a movimentar-se por diferentes espaços e realidades da metrópole carioca – em suas rotas, cidades que fazem parte da região metropolitana, como Duque de Caxias, também estão presentes.

Minhas primeiras incursões pela cidade aconteceram com eles, na época em que ainda não morava no Rio de Janeiro. Quando residia em Juiz de Fora, e iniciei meu trabalho de campo, foram com eles que comecei a circular pela região metropolitana, ampliando as minhas referências que, na época, estavam centradas em certos pontos da cidade próximos do centro e da zona sul. Com eles conheci bairros como: Piedade, Morro do Borel, Grajaú, Méier, Campo Grande, dentre outros.

Em suas trajetórias pessoais, diferentes contextos e espaços que constituem a cidade do Rio de Janeiro estão presentes em suas rotinas. São espaços construídos por um complexo de emoções, espaços de afetividade, de luta, de conflito, permeados por gramáticas emocionais. Endereços que ajudam a contar suas histórias ao construírem suas referências compartilhadas sobre as rotinas dos que residem na capital fluminense. As possibilidades de circulação e movimentação dentro do espaço urbano dizem sobre os processos de governo que incidem sob as populações. Os circuitos e deslocamentos no interior desse espaço, bem como as narrativas que definem as fronteiras, constroem discursos sobre a metrópole. Trajetórias espaciais se mesclam com as trajetórias de vida nos desenhos e contornos desse território. Essa imbricação e a proximidade de espaços definidos por gramáticas emocionais distintas fazem emergir distintas representações sobre a cidade.

Para Zoraide, mãe da policial civil Ludmila, Imbariê, bairro da cidade de Duque de Caxias, é um local definido pela gramática do sofrimento. Sua filha tinha se mudado para o bairro na semana em que morreu e seu sobrinho – que se residiu na casa antes da Ludmila – desapareceu e nunca foi encontrado. Grajaú, bairro da cidade do Rio de Janeiro, por outro lado, para essa mãe é considerado um lugar de boas recordações, local em que residiu durante um longo período quando sua filha estava viva. Quando Zoraide fala do apartamento em que morava, destaca sempre suas qualidades que, em sua fala, ganha matizes e cores festivas. Nesse bairro, morava próxima da sua amiga Edileusa, que conhece desde os tempos de criança – suas mães eram amigas. É um bairro descrito pelas redes afetivas, que também aparece nas psicografias. Em uma das mensagens de André, filho do Sr. Orlando, ele diz que está próximo de Ludmila, amiga policial civil que foi sua vizinha no bairro Grajaú, na época em que ambos estavam vivos. Sob esse prisma, podemos pensar o quanto a gestão do espaço público está atrelada a gestão das emoções na cidade.

Por outro lado, um mesmo local se torna referência de emoções distintas. A casa da família do menino João Hélio, após a morte era vista por seus pais, em um primeiro momento, como um local de sofrimento. Em uma reportagem cedida a um canal de televisão, Rosa diz não conseguir entrar na casa porque tudo, cada detalhe, lembra seu filho. Eles tinham se mudado para lá há pouco tempo quando aconteceu a morte do menino e, após o ocorrido, se mudaram para outra cidade, no interior do estado. Não revelam detalhes sobre a nova residência por medo. No entanto, a mesma casa, localizada no bairro do Méier, foi mantida, inclusive com os móveis, para acolher as sessões do médium Rogério H. Leite, de Lorena, que, com suas mensagens, traz alento e esperança para essa família – como eles mesmos fazem questão de ressaltar. Além disso, essa casa é também um espaço de memória do filho e

da família. Assim como outras famílias, o quarto do filho foi mantido intacto, da mesma forma que era quando o menino estava vivo. Emoções diferentes que remetem a um mesmo espaço. Essa casa, um espaço privado, destinada apenas ao cotidiano da família e amigos, se tornou um espaço público ao receber centenas de pessoas em busca das mensagens e psicografias de seus filhos e filhas nas sessões do médium. Pessoas que vivenciavam suas emoções e narravam suas histórias em redes limitadas e no espaço privado, passam a narrá-las no espaço público, narrando suas experiências de violência na metrópole carioca.

É preciso destacar que os espaços de moradia se relacionam, nas falas de algumas dessas famílias, com os locais das mortes. Ludmila foi assaltada na Avenida Brasil, quando retornava para casa em Imbariê. O carro da família do menino João Hélio foi interceptado pelos assaltantes próximo ao local em que a criança residia com os pais. Thiago foi assassinado a caminho da sua casa, em bairro próximo a residência de seus pais. Os locais da morte de Thiago e João Hélio, reconhecidos pelas famílias, estão localizados no mesmo bairro, Cascadura. Espaços compartilhados, presentes nas rotinas familiares, relacionados em suas memórias a sentimentos díspares. Espaços cotidianos que podem tornar-se locais a serem evitados. Francilene, em uma das nossas conversas, disse-me que, antes mesmo da morte do filho, não gostava de passar próximo ao Hospital Salgado Filho. Disse-me que não se sentia bem e, por isso, quando passava, evitava olhar. Quando seu filho foi baleado, foi levado para esse hospital, o que aumentou seu sentimento de repulsa a esse local da cidade carioca. Assim, espaços de dor são espaços evitados, de esquecimentos, e espaços de afetos em família, ou entre amigos, retornam recorrentemente nas falas, ao narrarem suas histórias.

A proximidade entre os locais de moradia dos locais dos assassinatos fomenta narrativas sobre sentimentos e sensações de insegurança, com discursos que sustentam a percepção de que não existe local seguro na metrópole carioca. Nem mesmo os espaços próximos de casa – conhecidos e partes dos itinerários cotidianos – são considerados seguros. Esses espaços são permeados por narrativas que sustentam uma cultura do medo e da violência, cuja narrativa descreve um Rio de Janeiro que deixou de ser uma cidade maravilhosa para se tornar um local em que a violência desmedida assola o cotidiano dos seus habitantes. São narrativas que sustentam a *metáfora da guerra* e justificam intervenções estatais que negam direitos e cidadania para parcela da população carioca (LEITE, 2004). Os depoimentos que ressaltam o sentimento generalizado de insegurança aparecem nas falas dos pais e mães e nas mensagens psicografadas, como na mensagem de Thiago: “*Hoje em dia onde é realmente seguro na nossa chamada “Cidade Maravilhosa”?*”. Essa frase aparece para respaldar o argumento que ele utiliza para justificar aos pais a sua escolha em levar seus

colegas em suas casas, ao invés de ter ido diretamente para a residência de sua família, após o término da festa. Desse modo, esses familiares são instigados, em diversos momentos, a habitar o cotidiano e reconstruir o espaço doméstico. A partir de um *conhecimento venenoso*, eles vão tecendo suas histórias de vida, ao mesmo tempo em que elaboram narrativas sobre a cidade – ora fomentadas pela cultura do medo, ora por discursos de paz e perdão.

Delegacias, batalhões e instituições da Polícia Civil e Militar aparecem nas falas de algumas dessas famílias como referências de localização na cidade. Quando fui pela primeira vez na casa de Francilene, como um dos pontos de referência ela me disse que morava próximo da Cidade da Polícia Civil. Fóruns e instituições do judiciário são locais de referência para encontros com esses pais e mães quando as conversas não são marcadas em suas casas. Além de esses terem se tornados locais de convivências comuns durante a minha pesquisa de campo. Com Francilene e Sônia, participei de uma formação no Fórum Central, sede do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, no centro da capital fluminense. Esse local de formação ampliou os seus espaços de circulação. Lugares que descrevem modos e experiências de compartilhar a metrópole, a partir de deslocamentos afetivos, religiosos e políticos e, assim, constroem os sentidos e discursos desse grupo sobre as possibilidades de apropriação e significação da metrópole.

Nos mapas ao final do capítulo, podemos perceber que o deslocamento desses familiares não se limita a uma parte da cidade, mas estão dispersos por diferentes regiões. Há uma concentração de pontos na Zona Norte – alguns relacionados aos locais das mortes. Contudo, os trânsitos desses familiares não se restringem a essa região. São famílias que residem em diferentes zonas: o casal Sônia e Luis Alberto mora na Zona Oeste, Sr. Orlando e o casal Francilene e Diraison mora na Zona Norte, Zoraide mora na Zona Sul. Além disso, apesar de Zoraide residir atualmente na Zona Sul, quando a conheci, ela morava no bairro da Piedade. Sua filha, Glaucia, mora no bairro de Grajaú e seus netos em Piedade e Bangu. As sessões espíritas das quais participei ocorreram em bairros da Zona Norte, no Méier e na Tijuca. As sociabilidades dessas famílias ocorrem, de maneira dispersa, em diferentes partes da cidade do Rio de Janeiro. Eles circulam pelo centro, nas instituições de justiça, participam de manifestações políticas e transitam por diferentes espaços da cidade ao participarem dos eventos familiares. Seus trânsitos demonstram que eles não se limitam a determinados espaços e que suas fronteiras, no espaço urbano, são flexíveis. Suas trajetórias narram experiências de apropriação da cidade em diferentes perspectivas e contextos.

Os dramas dessas famílias ressignificam os espaços da cidade. Próximo ao local em que o corpo do menino do João Hélio foi encontrado, em Cascadura, depois do ocorrido, uma

praça teve o nome modificado, passando a receber seu nome. Com o intuito de ser um local destinado à memória do garoto, essa praça narra também a memória social da cidade, e está atrelada a um dos muitos casos de morte violenta que tecem a história do Rio de Janeiro – assim como a rua com o nome de Gabriela, próxima a estação de metrô São Francisco Xavier, na Tijuca. São espaços públicos da cidade preenchidos por histórias familiares relacionadas à violência urbana que, por diferentes mediações – midiática, religiosa, política –, ultrapassam o domínio do privado. Histórias que, devido a essas mediações, passam a fazer parte de um imaginário coletivo, cujas narrativas retratam a metrópole carioca a partir de uma geografia moral.

As experiências dolorosas que os familiares de vítimas da violência urbana vivenciaram na metrópole carioca colocam em questão as possibilidades de habitar novamente espaços cotidianos, agora permeados por narrativas e percepções de dor e sofrimento. Para eles, surge o desafio de rotinizar espaços deslocados pelos atos de violência. Narrativas passadas mesclam-se às narrativas presentes em discursos que projetam um futuro incerto. Locais de afeição se tornam locais a serem evitados em seus repertórios cotidianos. Eles dão testemunho dessas experiências que ressignificam os espaços e olhares sobre a cidade do Rio de Janeiro. Emergem discursos de interdição, entrelaçados com práticas de proibição e narrativas sobre perigos.

Há uma dimensão da experiência que é apreendida pelo sofrimento, como destaca Veena Das. Desse modo, o processo de conhecer a cidade passa também por essa dimensão, cuja apropriação desse espaço é marcada por um complexo gramatical de emoções. Falar desses sentimentos, narrar essas vivências, produz efeitos diferentes e pode determinar as relações dessas pessoas no presente. O discurso da superação da dor está intimamente ligado aos discursos sobre os recursos encontrados, pelos familiares, para retornarem suas rotinas e habitarem novamente o cotidiano¹⁸. O processo de elaboração do luto exige dessas famílias a gestão de suas emoções. Para eles, é posta a necessidade de continuarem suas vidas pela transformação do sentimento de revolta pela aceitação. Para a permanência das suas relações presentes, os familiares sentem a necessidade de elaborar processos de gestão e controle das suas emoções. As suas relações sociais, dentro e fora do espaço doméstico, ficam comprometidas se esses pais e mães tentam, a todo o momento, falar do acontecido. Filhos, parentes, amigos tendem a se afastar quando eles começam a contar, com certa frequência, as situações de violência. Como a morte em alguns casos aconteceu acompanhada de atos de

¹⁸ Cotidiano aqui compreendido a partir da perspectiva de Wittgenstein, como algo *recuperado* (DAS, 2011).

terror, narrar a história pela primeira vez a alguém pode levar a distanciamentos por parte do ouvinte. Os espaços de narrativas e de compartilhamento do sofrimento por essas famílias são reduzidos.

A rede de apoio fomentada pelas famílias espíritas, suas ações em conjunto com encontros religiosos e a convivência de amizade desses familiares representam experimentos com a vida a partir de diálogos com as normas estabelecidas. Buscas compartilhadas de produção de narrativas que vislumbram um horizonte comum de possibilidades de reconstruir o presente e as relações mortas pelos atos de violência.

Estratégias e ações são acionadas, agenciamentos que surgem como espectro de possibilidades, capazes de permitir um retorno ao cotidiano. Durante a pesquisa, a percepção é a de que a rede espírita desempenha um papel importante nos processos pessoais de retorno ao passado, construindo narrativas presentes que se configuram como possibilidades de habitar novamente a cidade, a partir de novas rotinas. Ao forjarem uma *comunidade moral*, esses pais e mães compartilham experiências, criam novos hábitos e novas redes de sentido.

O contato com o filho, através das mensagens psicografadas, promove a conversão dos pais e mães a novas práticas e perspectiva de mundo, narrando suas histórias com as demarcações temporais entre um “antes” e um “depois”.¹⁹ Como assinala Geertz (1978), a conversão a uma religião altera as *disposições, motivações* e práticas.

É justamente o fato de colocar atos íntimos, banais, em contextos finais que torna a religião socialmente poderosa, ou pelo menos com grande frequência. Ela altera, muitas vezes radicalmente, todo o panorama apresentado ao senso comum, altera-o de tal maneira que as disposições e motivações induzidas pela prática religiosa parecem, elas mesmas, extremamente práticas, as únicas a serem adotadas com sensatez, dada a forma como são as coisas “realmente”.

Tendo “pulado” ritualmente (a imagem talvez seja demasiado atlética para os fatos verdadeiros – talvez “escorregado” seja melhor) para o arcabouço de significados que as concepções religiosas definem e, quando termina o ritual, voltado novamente para o mundo do senso comum, um homem se modifica – a menos que, como acontece algumas vezes, a experiência deixe de ter influência. À medida que o homem muda, mudam também o mundo do senso comum, pois ele é visto agora como uma forma parcial de uma realidade mais ampla que o corrige e o completa (GEERTZ, 1978, p. 138-139).

Assim, como apresento no decorrer da tese, o contato desse coletivo de familiares de vítimas da violência urbana com as mensagens psicografadas permite a articulação de novas

¹⁹ Patricia Birman e Carly Machado, ao descreverem os processos de conversão de **ex-bandidos** a Assembleia de Deus dos Últimos Dias (ADUD), destacam que: “Os testemunhos de conversão ressaltam frequentemente o grande contraste entre o “antes” e o “depois” (BIRMAN & MACHADO, 2012, p. 62). O processo de conversão, dessa forma, implica a re-narração das trajetórias pessoais dos convertidos – comum a diferentes credos, crenças e religião.

práticas, com forte conteúdo moral e que possibilita essas famílias habitarem os espaços da cidade, marcados anteriormente por suas experiências de sofrimento e dor.

Os pontos, presentes nos mapas ao final deste capítulo, referenciam locais que ajudam a contar as histórias de vida desses familiares. São lugares da cidade atrelados as suas experiências familiares, espaços de coabitação de memórias dolorosas e festivas. A proximidade de muitos desses pontos demonstra o quanto a cidade, inserida no cotidiano dessas famílias, é transpassada por locais de convivência ligados a diferentes episódios de suas histórias de vida. A partir disso, questões são colocadas a esses familiares sobre as possibilidades de habitar a metrópole carioca em seus diferentes espaços narrativos que movimentam distintas gramáticas emocionais. São locais que se constituíram a partir de uma teia de significados díspares e percepções dissonantes que produzem reações, nos familiares de vítimas, destoantes. Um espaço evitado, contíguo da residência da família e, desse modo, ambos presentes em suas rotinas.

Ao determos-nos aos mapas, podemos perceber que os locais de morte da maior parte dos filhos e filhas dos familiares – com os quais tive contato durante a pesquisa – são próximos, situados em bairros localizados na Zona Norte da cidade, em uma área relativamente pequena – se compararmos com toda área de extensão que compreende a metrópole –, tais como: Tijuca, Grajaú, Méier e Cascadura. Thiago, filho de Francilene e Diraison, foi baleado no bairro de Cascadura. André, filho do Sr. Orlando, foi atingido na Rua Itabiana, no bairro Grajaú. O menino João Hélio, filho do casal Rosa e Élson, foi arrastado da Rua João Vicente à Rua Caiari – sendo essa última considerada o local de seu falecimento pelos pais e amigos da família. Luis Alberto, filho de Sônia e Luis, foi vitimado na Rua General Canabarro, no bairro da Tijuca. Essas famílias residiam, excetuando o casal Sônia e Luis, próximas desses locais no período em que as mortes ocorreram. Duas delas ainda residem na Zona Norte, região em que aconteceram os crimes.

Alguns centros espíritas e igrejas frequentados por esses familiares também estão localizados nessa região. Como destacado anteriormente, são bairros presentes em suas rotinas. Zoraide trabalhou por muitos anos como advogada, no Posto Avançado da OAB, no Morro do Borel – situado nessa região da cidade. Sua carreira como advogada se confunde com a história local. Durante anos, ela morou no Grajaú – bairro em que sua filha Glaucia reside atualmente. Mesmo morando atualmente na Zona Sul, sua filha, netos, bisnetos e amigos residem na Zona Norte, na qual frequenta regularmente devido as suas redes de sociabilidade e aos eventos familiares, como: festas de aniversário, encontros com as amigas para *chopp* ou ir ao cinema. Francilene e Diraison residem no bairro de Higienópolis e o Sr.

Orlando, mesmo após o ato de violência que vitimou seu filho André, continua morando no bairro Grajaú. Essa região da cidade faz parte da história de vida dessas famílias, a partir de diferentes narrativas e experiências. Das famílias com as quais tive contato durante a pesquisa, apenas o casal Sônia e Luis nunca residiu em bairros da Zona Norte. Há anos moram na Zona Oeste da cidade. Porém, essa região se fez presente em suas vidas com o assassinato de seu filho na Rua General Canabarro, no bairro da Tijuca, Zona Norte.

Suas trajetórias de vida estão relacionadas com um reconhecimento local dos casos de morte de seus filhos e filhas. Dessa forma, as praças em homenagem a João Hélio e Gabriela estão localizadas na zona norte da cidade, ou seja, aos espaços cotidianos dessas famílias.

Por outro lado, as sociabilidades dessas famílias não se limitam a determinada região. No mapa, podemos visualizar pontos em regiões diferentes da cidade. Thiago era oficial de cartório na Delegacia da Ilha do Governador e Ludmila, na época do seu falecimento, residia na cidade de Duque de Caxias – região metropolitana do Rio de Janeiro. O centro do Rio de Janeiro é também uma região bastante frequentada por essas famílias por nele estar localizadas instituições de poder – como o Tribunal de Justiça, a Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ), Assembleia Legislativa, Câmara Municipal, Academia da Polícia Civil, dentre outros. Sônia frequentou durante muito tempo a sede da Ordem dos Advogados do Brasil, pelo fato de ter feito parte da Comissão de Direitos Humanos dessa instituição. Na região central da cidade, também estão localizados espaços religiosos. A igreja de Santa Rita, em que Zoraide e Glaucia entregaram os santinhos quando encontraram um dos envolvidos na morte de Ludmila, se localiza nessa região, próximo do local de trabalho de Glaucia. Foi lá que ela fez a promessa a Santa Rita – citada por ela como a santa das causas impossíveis –, quando, segundo me contou, não aguentava mais ver o sofrimento de sua mãe. Nas narrativas dessas famílias, a justiça é buscada e encenada em diferentes espaços, religiosos e políticos, no centro da cidade do Rio de Janeiro.

A cidade é apropriada pelas famílias em seus múltiplos trajetos, experiências e narrativas. Suas redes de sociabilidade são tecidas em diferentes circuitos, passagens e regiões. A metrópole é um espaço aberto as suas vivências, mesmo após as experiências traumáticas. As trajetórias e deslocamentos desses familiares de vítimas da violência urbana demonstram como os “mapas de orientação da vida social [tanto físicos quanto afetivos] são particularmente ambíguos, tortuosos e contraditórios” (VELHO, 1999, p. 33).

Descrever suas trajetórias e circuitos pela capital fluminense é uma forma de situá-los no espaço da cidade. São muitos os estudos que destacam as diferentes gestões e percepções do território existentes entre “morro e asfalto”. Os acessos aos serviços públicos e atuação do

Estado, nesses espaços, ocorre de maneira diferenciada. Contudo, as narrativas e pesquisas em favelas destacam que esses territórios são múltiplos. Há muitas favelas e, dentro de uma mesma, existem diferentes realidades que tornam impossíveis defini-las ou nomeá-las no singular. Dentro de um morro, há muitos morros e formas de viver e habitar esse espaço. Da mesma forma, na cidade do Rio de Janeiro, há muitos asfaltos. A gestão do cartão postal, destinada a uma representação internacional da cidade, é diferente da gestão do asfalto em que as circulações e os trânsitos não abarcam a presença dos turistas. O atual secretário de Segurança Pública, José Mariano Beltrame²⁰, em um pronunciamento recente, após a morte de um ciclista na Lagoa Rodrigo de Freitas, disse o seguinte:

“– Um lugar como a Lagoa não pode, de maneira nenhuma, ser alvo desse tipo de atitude, porque é um local onde todos nós frequentamos, é um cartão postal. Ações desta natureza, neste local, é inadmissível que aconteça.” (Notícia do Jornal O Dia, publicada no dia 20 de maio de 2015).

Há espaços definidos como “asfaltos” que não são frequentados por todos nós e, por isso, não são governados da mesma forma. Há uma configuração política no agenciamento dos familiares de vítimas da violência urbana expressa também em uma micropolítica das emoções que, em momentos diferentes, une e distancia pessoas, qualificando as suas ações. Nesse processo de qualificação, o tempo é uma variável de análise. O passar do tempo delimita as possibilidades políticas e emocionais das narrativas das famílias. A relação entre gramáticas emocionais e os processos vivenciados por essas famílias está intimamente ligada às possibilidades desses familiares de vítimas inspirarem compaixão. O tempo do luto e a exigência dos familiares – e das demais pessoais com as quais se relacionam – para que eles superem a dor – ou pelo menos a exponha com menos frequência – impõe o silêncio em suas trajetórias presentes. O tempo, por esse prisma, corroeria as relações, impondo um tempo ao luto e a expressão dele. Os pais e mães relatam que os filhos vivos sempre falam: “– *Ele/ ela se foi, mas nós continuamos vivos*”.

O passado define as relações presentes, mesmo quando é silenciado. O fato de que, com o passar do tempo, falar das experiências traumáticas se torna constrangedor, não diminui os efeitos desse passado nas relações presentes. O rompimento das relações produzido pelos assassinatos é recuperado a partir da própria percepção dos pais e mães sobre o ocorrido e das estratégias que eles utilizam para habitar novamente o cotidiano – intimamente ligado à manutenção da comunicação através das psicografias. Zoraide contou-

²⁰ Disponível em: < <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2015-05-20/e-inadmissivel-diz-beltrame-sobre-morte-de-medico-na-lagoa.html> > Acesso em: 10 de agosto de 2015.

me certa vez que deixou de falar do assassinato de Ludmila para conseguir manter suas relações presentes. São recursos utilizados para realinhar presente e passado em sua história de vida. Relações estabelecidas no tempo presente silenciam o passado, impondo limites. As conexões entre presente e passado produzem subjetividades governáveis pelos discursos de superação da dor e de adesão às narrativas relacionadas à promoção de uma *cultura da paz*.

Desse modo, indagar as possibilidades desses familiares habitarem a metrópole carioca após os atos de violência é questionar as possibilidades de compartilhamento dessa cidade, marcada pela linguagem da violência nas narrativas de seus habitantes. O exercício de incorporar experiências tão díspares ao cotidiano, empreendido por esses familiares de vítimas da violência, se une aos seus esforços de dar continuidade à vida, juntando os espaços diários ao tempo presente. Essa reconstrução de suas experiências no presente permite situar o passado em suas histórias de vida, para que, assim, essas famílias possam reabitar esses lugares passados no tempo presente. Construir diálogos, para além da *metáfora da guerra*, a partir da descida ao cotidiano por essas famílias vítimas da violência e, dessa forma, reconhecer quais suas estratégias de construção de discursos que permitem a reinvenção de suas vidas no presente.

Figura 2 – Deslocamento dos familiares na região central

Figura 3 – Deslocamento dos familiares de vítimas

Figura 4 – Deslocamento pelas regiões oeste e por cidades da região metropolitana

Figura 5 – Deslocamento dos familiares pela Ilha do Governador e região metropolitana

Figura 6 – Deslocamento dos familiares pela zona norte

Figura 7 – Trajetórias e trânsitos do coletivo de familiares vítimas da violência urbana

3 O TEMPO DO TESTEMUNHO

A representação da cidade do Rio de Janeiro como violenta fundamentou determinadas práticas e ações de agentes da segurança pública. A divulgação de imagens da metrópole carioca, que circularam o mundo durante a década de 90, promoveu o surgimento de uma representação da cidade como inserida em um contexto de guerra e que, nesse sentido, exigiria medidas de exceção para conter a escalada de violência e do tráfico. A *guerra*, como *metáfora e representação* da cidade, passou a povoar o imaginário dos moradores da cidade que passaram a testemunhar as experiências de dor vivenciadas na metrópole carioca (LEITE, 2000).

A partir dessas representações, surgiram consensos sobre a cidade, e sobre o país – uma vez que parte da representação da nação no exterior está atrelada a imagem da metrópole carioca, antiga capital do país – como *violento*, perigoso, com as rotinas dos seus cidadãos inseridas em um contexto de guerra. Dessa forma, em um contexto representado como extremamente violento, medidas *restaurativas* e de promoção da *pacificação das almas*, deveriam ser implementadas. Como ressalta Schuch (2008), as justificativas da inserção de ações de justiça restaurativa no Brasil vinculam-se ao reconhecimento da sociedade brasileira como violenta. A violência social é tomada como um risco a manutenção da própria sociedade, vista como incapaz de “mobilizar valores que fundamentam a existência comum” (SCHUCH, 2008). Esse imaginário da sociedade brasileira – e carioca – como violenta legítima – para o grupo de familiares de vítimas que fazem parte da minha pesquisa de campo – ações cujo objetivo é fomentar o surgimento de *novas subjetividades*, gestadas a partir de uma adesão as linguagens promotoras de uma “Cultura da Paz”.

Ao analisar os *dispositivos* de elaboração e articulação de subjetividades por familiares vítimas da violência urbana na cidade do Rio de Janeiro, inseridos em redes espíritas, com seus projetos de promoção da paz. Não há como descrever seus processos de superação do luto sem destacar as redes de pessoas e projetos políticos-religiosos com os quais se relacionaram esse grupo de familiares de vítimas – que faz parte da minha pesquisa de campo. Esses familiares estabeleceram diálogos e agenciamentos com atores diversos como: representantes de governo, Estado, agentes religiosos e grupos de familiares de vítimas, com os quais, em determinados momentos, elaboraram agendas e projetos comuns.

Em seus processos de elaboração de *projetos de vida e missão* – categorias que serão apresentadas de forma mais detalhada no decorrer desta tese – foram muitos os interlocutores com os quais esses familiares dialogaram e construíram suas estratégias de *ação, de sujeição e de elaboração de si*.

Para o casal Sônia e Luis Alberto, as estratégias foram construídas a partir de diálogos elaborados com representantes do Sistema Judiciário – principalmente com a Defensoria Pública do Estado. Ao constituírem suas subjetividades no interior de narrativas e dispositivos de construção da “*Cultura da Paz*”, esse casal se apropriou das linguagens e mecanismos desse sistema para compor suas narrativas sobre violência e sobre as possibilidades de estabelecimento de novos pactos sociais para a construção da tão almejada paz. Por outro lado, as transformações de comportamento de Zoraide foram elaboradas pelos diálogos estabelecidos, por ela, entre o Sistema Judiciário e a cosmologia espírita. Aos percebê-los como sistemas de produção de verdades, Zoraide produziu uma *verdade* para o caso de sua filha no entrelaçamento de narrativas, elaboradas por esses dois sistemas, articulando estratégias para conseguir que fosse feita justiça ao caso. Para Francilene, Diraison, Rosa e Élson, as psicografias de seus filhos foram o mecanismo propulsor de mudança de suas subjetividades, levando-os a adesão a um projeto de promoção da “*Cultura da Paz*” na cidade do Rio de Janeiro. A partir do “Projeto Amor Além da Vida”, a paz desejada passou a ser construída e promovida por eles, convergindo diferentes interesses na elaboração de um *projeto social*.

A partir do reconhecimento de suas *missões* – e toda ambiguidade em torno desse conceito –, esses pais e mães se constituíram como sujeitos nas duas dimensões envolvidas nesse processo: *assujeitamento* e *agenciamento*. Suas missões estariam implicadas, ao mesmo tempo, com o sujeitar-se às ordens divinas e por formas de *agenciamento* elaboradas através do reconhecimento e da interpretação da sua *missão* como fundamental na constituição de suas biografias e trajetórias de vida.

O objetivo deste capítulo é narrar processos diferenciados de gerenciamento de suas subjetividades, empreendidos pelo grupo de familiares de vítimas da violência urbana, na cidade do Rio de Janeiro, ao dialogarem com diferentes esferas, políticas e religiosas, na elaboração do luto e gestão de suas vidas no presente. O tempo do testemunho, o tempo da justiça e o tempo dos projetos se entrelaçam na formação de *novos sujeitos éticos*, moldados por diferentes discursos *de governo de si, governo das condutas e pacificação das almas*. De modo semelhante aos processos de produção da paz descritos por Schuch (2008), esses sujeitos surgem em um contexto de *promoção de práticas de governo, as quais trabalham*

com o ideário da responsabilização e autonomia individual na gestão da vida (SCHUCH, 2008, p. 501). A diferença é que esse ideário de responsabilização e autonomia do indivíduo do contato, diálogo e relações promovidos por redes espíritas de *gestão da vida* e da *morte*. Ao descrever os processos de produção desses novos sujeitos éticos, e estéticos, meu intuito é destacar como diferentes atores, dispositivos e operadores se entrecruzam em suas narrativas pessoais de dor, sofrimento e luta por justiça.

3.1 O tempo do testemunho: performances de elaboração da denúncia

O surgimento da representação da cidade do Rio de Janeiro como violenta, inserida em contexto de guerra, está relacionado, segundo Márcia Leite (2000) a uma percepção ambígua e diferenciada com relação à cidadania.

Apoiada em várias pesquisas, demonstro como o crescimento da violência e da insegurança favoreceu a emergência de um pensamento refratário ao respeito e/ ou reconhecimento de direitos de cidadania de segmentos considerados potencialmente disruptivos da ordem social. Detenho-me ao Rio de Janeiro, examino as conexões entre a representação da cidade em guerra e o desenvolvimento de uma ambiguidade em relação à cidadania desses segmentos, por presumi-la incompatível com a segurança pública (LEITE, 2000, p. 75).

Esses discursos e representação tiveram como efeito uma postura leniente por uma parcela da população, com relação às ações de desrespeito aos direitos humanos, realizadas por parte de agentes do Estado nas favelas da metrópole carioca (LEITE, 2000). As *linguagens da guerra*, e os discursos de ódios que emergiram a partir dessas representações, foram incorporados às narrativas de pessoas da cidade que defendiam a ações de justificação e vingança.

As narrativas ambíguas sobre cidadania e acesso à justiça, como destacado por Leite (2000), perfazem alguns dos argumentos e reflexões sobre a violência urbana, elaborados pelo grupo de familiares de vítimas que acompanhei durante a minha pesquisa. Assim, logo após a morte dos seus filhos e filhas, a construção coletiva dos casos, em torno de denúncias e testemunhos nos espaços públicos, foi tecida a partir de análises sobre a violência urbana que, influenciadas pela *metáfora da guerra*, opunham direito civil, dos “*indivíduos de bem*”, aos direitos humanos dos “*potencialmente disruptivos da ordem social*” (LEITE, 2000).

Na busca pela construção coletiva da denúncia, o caso do menino João Hélio é central pela abrangência dos diferentes processos e tempos pelos quais passou esse grupo de familiares de vítimas da violência urbana. Por unir diferentes pessoas em torno de diferentes projetos de cidade e de nação, os diferentes sentidos de luta elaborados pelos pais do João Hélio narram as estratégias de atuação desse grupo na proposição de alternativas à violência e construção da paz na cidade do Rio de Janeiro.

O ato de testemunhar a dor da morte e da perda de um filho ou filha de forma violenta é uma forma de construção de trajetórias que narram sobre uma dor fora do lugar, difícil de ser incorporada ao cotidiano das pessoas. Após a perda, há diferentes processos pelos quais passaram esses pais e mães de vítimas da violência urbana, principalmente na cidade do Rio de Janeiro. O tempo do testemunho é tecido por diferentes processos, como o tempo da denúncia, em que esses pais participaram de várias passeatas, manifestações e eventos que tinham por pressuposto questionar o contexto em que essas violências surgiram, rompendo com suas trajetórias de vida.

Zoraide, Francilene, Sr Orlando, Élson, Rosa e Sônia – que se conheceram durante a missa do sétimo dia de João Hélio –, logo após a morte do menino, participaram de manifestações, eventos, seminários e rodas de debates em que cobravam dos representantes do Estado ações mais enérgicas com relação aos atos de violência praticados, segundo eles, cotidianamente na cidade do Rio de Janeiro.

3.2 Movimentos de mães vítimas da violência: modelos de construção da denúncia

No Rio de Janeiro, as mães de pessoas vitimadas pela violência tornaram-se atores privilegiados de comunicação dos sentimentos compartilhados por aqueles que convivem cotidianamente com a violência urbana. A dimensão simbólica da categoria “mães de vítimas de violência” transformou-as em atores legítimos da expressão dos sentimentos de dor, de perdão, de tolerância e de reconciliação presentes na base dos discursos do movimento de criação subjetiva da *cultura da paz*.

Em nome dos laços primordiais construídos na relação mãe/ filhos, baseados em valores como igualdade de sangue, fala, costumes (GEERTZ, 1998), assim como na construção dessa relação a partir da vivência da comensalidade e de trocas de fluidos corporais no período da gestação (LAMBERT, 2000), essas mulheres narram uma dor que,

segundo elas, foi gerada no útero e, por isto, experienciada na própria carne. Só quem experimentou tal dor, e busca meios de superá-la, poderia ensinar a população carioca a superar os sentimentos de medo e impotência diante das expressões da violência urbana (LEITE, 2004).

Fábio Alves de Araújo (2007), em sua dissertação de mestrado²¹, demonstra como o sofrimento e a dor dessas mães exerce um importante papel na criação de “comunidades morais”:

[...] ao exigirem justiça e ao se relacionarem com o sistema burocrático e jurídico do Estado, tais comunidades são deslocadas do mundo privado e “criadas” como comunidades políticas, passando a questionar a legitimidade de um Estado incapaz de monopolizar a violência. Nesse sentido, a violência não é só destruição, influi na construção de novas identidades sociais e políticas (ARAÚJO, 2007, p. 13).

Nesse contexto, a violência provoca a transformação subjetiva daqueles que vivenciaram seus efeitos. Um dos processos de se tornar sujeitos por essas mães estaria vinculado a surgimento delas como atores privilegiados de interpelação do Estado na busca por justiça. Desse modo, seus processos de subjetivação se relacionam com suas experiências de sofrimento e a forma como essas experiências se articulam na construção da categoria da figura da vítima nos agenciamentos políticos contemporâneos (SARTI, 2011).

A interlocução entre movimento de mães e movimentos cívico-religiosos na cidade do Rio de Janeiro, através de suas linguagens de tradução de sentimentos, tornaram-se referências para outros movimentos de denúncias e expressão da violência urbana sofrida na cidade e no anseio de superá-la. Assim, como afirma Márcia Pereira Leite (2004) em sua análise do Mural da Dor, “através das mães todos são chamados a transitar os caminhos do perdão, entrelaçando-os” (LEITE, 2004, p. 162). Dessa forma, esses movimentos forneceram as linguagens para outros movimentos, principalmente os movimentos de mães e familiares de vítimas que se seguiram.

No âmbito das reivindicações políticas, as lutas dos familiares de vítimas da violência urbana na cidade do Rio de Janeiro possuem pontos semelhantes. Como ressaltou Leite (2004), os elementos que configuram o ativismo político dessas mães partem da:

[...] percepção das “mães” de terem (ou não) acesso à justiça. O que não se resume estritamente à convicção de que a justiça foi feita no caso de seus filhos, punindo-se os culpados. A despeito da importância dessa dimensão, as “mães” se referem também a outros elementos além do julgamento e da condenação das pessoas que

²¹ Sobre o Caso Acari e uma análise da luta empreendida pelas Mães de Acari ver a dissertação de mestrado defendida por Flávio Alves Araújo (2007) *Do luto à luta: a experiência das Mães de Acari*.

vitimaram seus filhos. Queixam-se do descaso e do preconceito com que foram relegados os casos de seus filhos, de empecilhos de toda ordem acobertando criminosos, do corporativismo e do deboche de representantes do Estado, da invisibilidade de suas dores e esforços. Falam de seu desamparo com relação ao Estado (LEITE, 2004, p. 173).

A linguagem ensinada por esses primeiros movimentos, com suas ações protagonistas, fornece grande parte dos símbolos movimentados nas lutas de outros movimentos, redes e grupos de mães e familiares de vítimas da violência urbana – como descrito por Fábio Araújo (2007):

Em cada cerimônia, missa, passeata, homenagens, seminários, o protesto ia ganhando novos adeptos. Eram outros “familiares de vítimas da violência”, principalmente mães, que a cada nova tragédia, a cada bala perdida, a cada assassinato, a cada desaparecimento, a cada nova chacina, acabavam de se juntar ao grupo ou formavam novos grupos. Marilene, mãe da jovem Rosana, sempre fez questão de chamar a atenção para o fato de que existe uma grande família que não para de crescer no Rio de Janeiro, a “família de vítimas de violência” (ARAÚJO, 2007, p. 61).

A dor da perda, comum aos diferentes movimentos de familiares de vítimas da cidade do Rio de Janeiro, une-se ao descaso sofrido por mães e pais de vítimas na busca por justiça. No caso dos movimentos de mães moradoras de favelas, segundo Leite (2004), “são grupos e organizações de direitos humanos que oferecem às mães a possibilidade de interpretar suas reclamações e demandas na linguagem dos direitos, traduzindo a justiça como um substituto de vingança na esperança de, ao menos algum dia, alcançarem a primeira” (LEITE, 2004, p. 178). As organizações, os grupos de direitos humanos, os fóruns e as instâncias legais fornecem as linguagens necessárias à luta dessas mães, contribuindo para que os casos particulares de seus filhos se transformem em “denúncias públicas” (BOLTANSKI, 1990).

Nos diferentes processos pelos quais passaram, esses familiares empreenderam (e empreendem) diferentes agenciamentos na busca por justiça, elaborando percepções acerca da violência e construindo suas trajetórias pessoais – e coletivas – de adesão aos projetos de *Cultura da Paz*. Apesar dos sentimentos de vingança e de impunidade que alimentam o componente moral da cólera (LEITE, 2004), outros discursos morais emergem na tentativa de habitar a metrópole carioca por gramáticas diferenciadas. As *performances* elaboradas pelos primeiros movimentos de familiares de vítimas na luta por justiça se tornaram exemplos para a construção de agenciamentos políticos de outros grupos de vítimas da cidade do Rio de Janeiro. Há um acúmulo de símbolos e atuações desses movimentos que são compartilhados

por aqueles que buscam testemunhar os efeitos da violência urbana em suas trajetórias de vida.

Para os movimentos e coletivos de mães moradoras de áreas de favelas, descritos por muitos autores²², a promoção da paz está intrinsecamente atrelada ao acesso a direitos pelas populações que residem nas margens. As aproximações e diferenciações promovidas pelas mães que fazem parte desses coletivos com vítimas de classe média e/ ou moradores do asfalto seguem lógicas afetivas, como destacou Vianna (2014), ligadas a geografias morais e políticas. Há trânsito de linguagens e performances entre esses coletivos e movimentos, entrelaçados por contatos e distanciamentos. A construção da denúncia através dos *corpus* se torna modelos de exposição e de ocupação dos espaços públicos.

As palavras-ato movimentadas nesse espraiamento da maternidade devem ser pensadas, a meu ver, como operações que buscam alterar sentidos preestabelecidos para as mortes, bem como para o lugar social que certos mortos e certos vivos merecem ocupar na cena pública, sendo reconhecidos como vítimas e não como ocorrências massivas, generalizadas e previsíveis do universo da “guerra” interna. Os corpos maternos reinventados, por meio das fotografias, tatuagens com o nome dos filhos, doenças e sonhos, aparecem como linguagem não apenas da perda insuportável, mas também dos processos de reinscrição de si no mundo e do próprio mundo como algo que agora precisa ganhar novo sentido e que passa a ser lido e descrito em outros termos (VIANNA, 2014, p. 232).

É esse corpo, transformado em linguagem, que se torna modelo de apresentação de outros grupos de familiares no espaço público e que, no caso da minha pesquisa, se abre para os sinais, sonhos e intervenções dos filhos e filhas.

3.3 O caso do menino João Hélio

Devido à importância que o caso do menino João Hélio possui na formação desse coletivo de familiares de vítimas, que se uniram em diferentes momentos em torno de projetos comuns, irei descrevê-lo de modo mais detalhado com o intuito de facilitar a leitura desta tese.

O menino João Hélio, filho do casal Rosa e Elson, faleceu em fevereiro de 2007, durante um assalto ao carro da família. O caso foi amplamente divulgado pela mídia e causou repercussão nacional devido a dois fatores: pelo fato da vítima ser uma criança e pela forma como a morte ocorreu. Com o assalto ao carro, o menino de seis anos não conseguiu se

²² Em especial os trabalhos desenvolvidos por Araújo (2007; 2012); Leite (2004); Farias (2007; 2015); Vianna (2014; 2015); Vianna & Farias (2011); Freire, Farias & Araújo (2009).

desprender do cinto, tendo sido arrastado fora do carro e preso ao cinto por cerca de quatro quilômetros, entre os bairros de Oswaldo Cruz, Madureira e Cascadura.

O caso ganhou, na época, a capa dos principais jornais de circulação do país e, segundo pesquisa realizada pela Organização Não Governamental *ANDI – Comunicação e Direitos*, de 9 de fevereiro a 30 de abril de 2007, 34 jornais impressos de cinco regiões brasileiras publicaram 245 textos sobre o caso²³. Como destacou ainda a pesquisa, parte considerável das matérias vinculadas na mídia esteve centrada na morte do garoto e no sentimento da família diante do fato. Paralelo a essa cobertura, circularam matérias defendendo a redução da maioria penal, devido ao fato de um dos participantes do assalto ser adolescente.

Os envolvidos no assalto ao carro da família foram caracterizados pela cobertura midiática como monstros, sociopatas, psicopatas, sendo alvos do processo de *sujeição criminal*. Representantes de diferentes instituições do Estado e da sociedade civil se pronunciaram exigindo mudanças na legislação penal. O então governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, ao participar da missa de sétimo dia do garoto, defendeu a autonomia dos estados para legislar. O caso do menino colocou em pauta, naquele ano, a discussão sobre a redução da maioria penal – como destaca a reportagem abaixo, publicada em 14 de fevereiro no *Jornal do Brasil*. Na reportagem, figuras políticas discutem se a questão deve passar por consulta popular, com a realização de um plebiscito. Ao se manifestarem, essas figuras agiram em resposta a pressão popular.

²³ Os dados sobre a pesquisa estão presentes no relatório “Direitos em Pauta: Imprensa, Agenda Social e Adolescentes em Conflito com a Lei. O caso João Hélio – uma análise da cobertura de 34 jornais brasileiros entre fevereiro e abril de 2007” organizado pela ONG *ANDI - Comunicação e Direitos* em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal, publicado em agosto de 2012. Disponível em: <<http://www.andi.org.br/infancia-e-juventude/publicacao/o-caso-joao-helio-uma-analise-da-cobertura-de-34-jornais-brasileiros.>>.

Figura 8 – Reportagem do Jornal do Brasil sobre debate acerca da redução da maioridade penal, publicada próxima da morte do menino João Hélio.

Cidade

A7
JORNAL DO BRASIL

QUARTA-FEIRA
14 DE FEVEREIRO DE 2007
cidade@jb.com.br

Missa de sétimo dia reúne mais de 500 pessoas

Pág. A 11

SEGURANÇA ■ Parlamentares aceleram discussão do projeto e debatem a possibilidade de um plebiscito

Redução da maioridade em pauta

Renato Grandello e Ricardo Albuquerque

Senadores e deputados federais começam a discutir, hoje, o projeto que propõe a redução da maioridade penal para 16 anos, em caso de crimes hediondos. O deputado Fernando Gabeira (PV) acredita que este seja o melhor momento para o debate.

– Poderíamos pensar também em plebiscito. Mas o tempo que gastaríamos debatendo este tema pode ser usado já na discussão do projeto.

Ontem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez um apelo para que o Congresso vote com cautela os projetos da área de segurança pública. Congressistas como o senador Paulo Duque (PMDB) consideraram importante o parecer do povo e pensam na possibilidade de haver um

plebiscito para decidir se a maioridade deve ou não ser reduzida. Na pesquisa feita pelo **JB Online**, 94% dos internautas mostraram-se favoráveis à consulta popular.

– Se for para votar o plebiscito, melhor que seja agora no calor das emoções – defende Duque. – Caso demore muito o projeto é esquecido, pois pode acontecer algo mais importante, como uma guerra contra a Bolívia.

Entre os congressistas eleitos no Estado do Rio de Janeiro, ouvidos pelo **JB**, apenas os deputados Edmilson Valentim (PCdoB) e Chico Alencar (PSOL) são contra a redução da maioridade penal.

– Temos mais de 300 mil mandatos da Justiça para adultos e não há cadeia para todo mundo no Brasil – comenta Valentim – Como absolver esses jovens

marginalizados? A solução passa por investimentos em educação e geração de empregos.

Marcelo Itagiba (PMDB), deputado federal, defende a aplicação da pena prevista no Código Penal. Segundo ele, os jovens de 16 anos deveriam cumprir o

Presidente Lula pediu que o Congresso vote com cautela os projetos da área de segurança

tempo integral previsto na lei, desde que eles fossem transferidos para os presídios ao completar 18 anos.

– Sou favorável ao plebiscito porque é importante saber o que o povo pensa – explicou – Ainda mais diante de um tema tão im-

portante e complexo como este.

– Ao contrário do deputado, o senador Francisco Dornelles (PP) mostra-se contra o plebiscito, mas favorável à redução da maioridade penal. Para Dornelles, o parecer público da população é um recurso da democracia que deve ser usado no âmbito municipal, em questões de menor importância.

– Não há como negar que a maioria dos crimes, hoje em dia, são cometidos por jovens de 16 anos – diz o senador – Sou amplamente favorável a essa redução de idade para quem comete delitos, graves ou não.

Contrário à redução e favorável à consulta popular, Chico Alencar (PSOL) acredita que o plebiscito seria oportuno em outro momento. O deputado garante que a morte de **João Hélio** Fernandes

Vieites, na quarta-feira passada, provocou uma comoção nacional, o que iria influenciar a decisão do Congresso.

– Deliberar no calor das emoções nunca é bom – justifica Chico Alencar – O sistema socioeducativo tem falhado, mas reduzir a maioridade penal é vender ilusão à população.

Rodrigo Maia (PFL) discorda de Chico Alencar. Maia é favorável à redução, mas admite que só essa medida não irá resolver o problema da criminalidade.

– No Rio, as estruturas que tratam do menor infrator estão completamente destruídas pelo governo Garotinho – observa Maia – Não há condições para tratá-los. É preciso uma política mais agressiva.

■ Leia e opine no **JB Online**.
www.jb.com.br/24 horas

Os pais do menino **João Hélio**, morto na quarta-feira, são a favor da redução da maioridade penal. Um menor participou do crime

ARQUIVO JB

Memória

OS CASOS DE VIOLÊNCIA com participação de menores de 18 anos nos últimos meses tem causado repercussão mundial e cobrança da sociedade por punições mais severas.

Em novembro do ano passado, um adolescente de 17 anos foi acusado como o autor do disparo que matou Ana Cristina Johannpeter, ex-mulher de Germano Johannpeter, um dos diretores do Grupo Gerdau. A morte ocorreu em tentativa de assalto na Rua General San Martin, no Leblon. De acordo com a polícia, o menor havia sido liberado 19 dias antes de uma instituição sócio-educativa.

Em 2004, em outro crime de repercussão, um adolescente de 17 anos assumiu ter matado o turista espanhol Juan Carlos Ronceiro, no Aterro do Flamengo.

Opinião do leitor ■ BARBÁRIE

Se um menor de idade tem capacidade para votar nas eleições e de matar pessoas – e até crianças, como agora, como aconteceu com João, – eles também terão que ir para a cadeia, pois já sabem separar o que é certo e o que é errado.

Mário de Mattos Júnior
Salvador

No mundo globalizado, onde quase 100% dos lares brasileiros possuem aparelho de TV e tudo é mostrado, além de outras liberdades, aos 16 anos, o jovem já tem consciência suficiente para saber o que é certo e errado. Principalmente quando se trata de tirar vidas inocentes.

Luís Alberto de Medeiros
Salvador

A realização de um plebiscito é necessária atualmente não apenas para a redução da maioridade penal, mas também para a adoção da pena de morte, além de outras alterações no Código Penal brasileiro.

Anderson Pereira de Carvalho
Rio de Janeiro

A população devia decidir não só se deve haver a redução da maioridade penal, mas também a prisão perpétua e a pena de morte. Além disso, devem ser modificados os códigos Penal e Processual Penal, mas até o momento não se discute uma modificação das duas legislações.

Valentino Almeida Galvão
Rio de Janeiro

Os criminosos adultos praticam o delito e alegam que foi um menor de idade o responsável pelo crime bárbaro cometido contra João, exatamente porque sabem que o adolescente delinqüente está sujeito a uma pena de no máximo três anos.

Geraldo Cordeiro de Carvalho
Paulo Afonso (BA)

No processo de incriminação dos envolvidos e na construção da representação deles como sujeitos irrecuperáveis, várias vozes surgiram, cobrando a punição dos envolvidos. A Associação Brasileira de Magistrados da Infância e Juventude elaborou um anteprojeto de lei cujo objetivo era aumentar a permanência dos adolescentes infratores de 3 para 5 anos em regime fechado em instituições sócio-educativas – como destacado em reportagem do Jornal do Brasil, publicada no dia 13 de fevereiro de 2007. A idade máxima para permanência nessas instituições também aumentaria, segundo a proposta dos magistrados, de 21 para 24 anos. Segundo o juiz da 2ª Vara de Infância e Juventude do Rio de Janeiro, e presidente da associação na época, essa proposta equivaleria à punição dos adultos que, quando condenados a 30 anos de prisão, permanecem cinco anos no regime fechado.

A repercussão do caso pela mídia estimulou os discursos sobre justificação e vingança utilizados para defender as mudanças nas legislações penais e de proteção da criança e adolescente. Os pais do menino João Hélio, na época, defenderam essas mudanças e leis específicas para estados mais violentos – assim como havia defendido o então governador da época a autonomia dos estados na elaboração de leis específicas.

Na época, a irmã de João Hélio chegou a criar uma comunidade no Orkut “Comunidade Joãozinho Pede Justiça” e circulou um abaixo-assinado a favor da redução da maioria penal. A reunião desse grupo em torno de uma causa comum passava pela denúncia coletiva dos casos de violência urbana – compreendida por eles como aquela exercida por habitantes jovens das favelas contra os *homens de bem*. A violência, vivenciada cotidianamente, segundo eles, tinha excedido todos os limites e exigia ações enérgicas e a reação por parte de todas as vítimas.

A partir do caso do menino, esses pais e mães se reuniram em um coletivo cujo objetivo era testemunhar as consequências da violência urbana em suas vidas. Esse coletivo organizou passeatas, manifestações, escreveu cartas para representantes do Estado, realizaram abaixo-assinado, articularam diferentes recursos, na tentativa de construção de uma denúncia coletiva, que abarcasse os casos particulares. Esse período representa o *tempo do testemunho* e tem o ano de 2007 – ano de falecimento de João Hélio – como o de maior participação desse coletivo nas esferas públicas. A partir desse ano, esses pais e mães passaram a ocupar coletivamente os espaços públicos, elaborando *performances* e discursos de vítimas, se constituindo como atores políticos.

Figura 9 – Familiares de vítimas em missa organizada pelo Jornal do Brasil



Fonte: Blog da Comunidade “Joãozinho Pede Paz”

Figura 10 – Passeata organizada pelo coletivo de familiares de vítimas

Fonte: Blog da Comunidade “Joãozinho Pede Paz”

Figura 11 – Coletivo de familiares de vítimas



Fonte: Blog da Comunidade “Joãozinho Pede Paz”

Figura 12 – Ato público contra a violência

Fonte: Blog da Comunidade “Joãozinho Pede Paz”

Ao se unirem a diferentes movimentos de denúncia, esses pais e mães, tendo por aparato a cobertura midiática do caso do menino João Hélio, participaram e organizaram passeatas no Rio de Janeiro, assim como em outras cidades do país. Na época, através das mobilizações coletivas, eles obtiveram determinados ganhos, dentre eles: o convite para que Mães de Vítimas da Violência passassem a integrar a Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil/RJ. Em 2007, ano da morte do menino, aconteceu uma reunião de representantes da OAB/RJ com as mães Sônia Regina, Cristina Fabri²⁴, Regina Célia, Joseane da Silva²⁵, Elisabete Souza, Francilene, Zoraide, Rosa. Na comissão da OAB juntaram as pessoas, mães de vítimas de policiais e mães de policiais, com seus testemunhos de morte. Nessa reunião, as mães apresentaram também algumas reivindicações como: *“amparo psicológico às mães, parentes e amigos de vítimas, que sofrem com o trauma após a perda”*. Essas reivindicações, segundo essas mães, se justificam pelo fato de que *“muitas delas deixam de viver sua rotina, abandonam o trabalho, perdem a autoestima, ficam depressivas, chegando ao falecimento de algumas*. Após essa reunião, outra foi marcada para a eleição de algumas dessas mães como representantes da Comissão de Direitos Humanos da OAB/ RJ. Sônia Regina, Rosa Vieites e Regina Célia²⁶ foram as escolhidas, naquele momento, para integrarem a Comissão.

²⁴ Christina Fabri mãe de Pedro Fabri, menino de oito anos que faleceu, segundo a mãe, após agravamento de seu quadro clínico devido aos maus-tratos da babá que cuidava dele. É uma das idealizadas do projeto “Mães Sem Nome”.

²⁵ Joseane da Silva é mãe de Taís Louise, de 19 anos, assassinada pela esposa de um suposto homem ligado ao comércio de entorpecentes, na Ilha do Governador. Segundo Joseane, a filha tinha relacionamentos com esse rapaz, o que provocou ciúmes na esposa.

²⁶ Regina Célia é mãe de Márcio Antônio, assassinado no Morro do Salgueiro, em 1995, por policiais. É uma das fundadoras da Organização Não-Governamental “Mães da Cinelândia”.

Figura 13 – Eleição dos representantes de familiares de vítimas como membros da Comissão de Direitos Humanos da OAB/ RJ, no dia 22 de junho de 2007.

Legenda: Foto tirada no dia da posse dos novos membros da Comissão de Direitos Humanos
Fonte: Blog da Comunidade “Joãozinho Pede Paz”

A denúncia, como processo, é elaborada por múltiplas vozes – inclusive dissonantes – em que diferentes atores se unem em eventos específicos para erguerem suas vozes e anunciarem uma violência vivida que se insere na lógica do absurdo. Assim é que o grupo de familiares de vítimas da violência urbana, que acompanhei durante a minha pesquisa, se uniu em passeatas, atos e manifestações com fotos, camisetas e cartazes, trazendo para a esfera pública suas histórias de *luto* e sofrimento.

O processo de construção da denúncia por esses pais e mães teve como um dos *locus* de gestão, o próprio corpo²⁷. O corpo que, no caso das mães, havia gestado seus filhos e filhas, é utilizado como espaço de manutenção da memória deles. Zoraide e Francilene mantém a memória de seus filhos pela utilização de colares com a imagem deles. Em forma de coração, feito de mármore semelhante ao utilizado na confecção de fotos para os túmulos,

²⁷ Os trabalhos de Farias (2007; 2015), Vianna (2014) e Vianna & Farias (2011) destacam diferentes formas de construção da denúncia através do corpo pelos movimentos de mães vítimas da violência urbana na cidade do Rio de Janeiro.

as fotos de Ludmila e Thiago acompanham suas mães por diferentes espaços. O corpo dessas mães, que gerou suas vidas, encena a memória e a morte de seus filhos. A fabricação de camisas, fotos, marca textos, dentre outros objetos, é estratégia de publicização dos casos, fundamentais para a elaboração de narrativas e dos testemunhos.

Figura 14 – Familiares em manifestação - vestidos com camisas estampadas com as fotos dos filhos e filhas (1)

Fonte: Arquivo pessoal das vítimas.

O testemunho, desses casos, é produzido a partir de várias performances no espaço público. “Através de complexas transações entre corpo e linguagem, [esses familiares] foram capazes de dar voz e de mostrar os prejuízos causados a eles”. Ao narrar suas dores nos espaços públicos, esses pais e mães buscaram representar seus dramas pelo ato de “testemunhar um dano causado ao tecido social como um todo”. Uniram-se na tentativa de contrapor a própria percepção de que grupos diferentes são “capazes de habitar o mundo conjuntamente” (DAS, 2011). O corpo é utilizado como espaço de elaboração do luto e de construção de subjetividades.

Figura 15 - Familiares em manifestação - vestidos com camisetas estampadas com as fotos dos filhos e filhas (2)



Fonte: Arquivo pessoal das vítimas.

Como contraponto a essas práticas surgem diferentes *projetos de adesão* à “*Cultura da Paz*” – que serão descritos de maneira mais detalhada nos capítulos seguintes. Diálogos estabelecidos entre várias esferas de agenciamento por familiares de vítimas da violência urbana produzem a passagem da luta à paz. Assim, mudanças gramaticais na elaboração do *luto* e da *dor*, constroem sujeitos que promovem processos internos de adesão aos projetos e propostas de implementação de uma “*Cultura da Paz*” na metrópole carioca. Veena Das destaca o fato de que “muitas contribuições recentes à teoria do sujeito argumentam que a experiência de tornar-se sujeito está ligada à experiência da sujeição de maneiras importantes (cf. Butler, 1997 e Mohanty, 1993)” (DAS, 2001, p. 11). Segundo Judith Butler (2010), os processos de *assujeitamento*, aludidos por Foucault, estão relacionados, ao mesmo tempo, ao fato de estarem subordinados a um poder e ao processo de tornar-se sujeito. Desses processos, segundo a autora, dependeria a própria existência do sujeito (BUTLER, 2010).

Durante a minha pesquisa de campo com familiares vítimas da violência urbana, pude acompanhar seus *testemunhos* e suas *elaborações criativas de sujeição* às *linguagens* da paz

e, conseqüentemente, de abandono das linguagens de representação da cidade em guerra. O ato de testemunhar a dor no espaço público – com discursos elaborados a partir de gramáticas emocionais, muitas vezes, dissonantes – representa um dos processos presentes nas trajetórias pessoais desses familiares. Devido ao fato de ter realizado a minha pesquisa por cerca de quatro anos, participei do cotidiano desses familiares e presenciei suas estratégias de *luta* por justiça, elaboração do luto e elaborações de práticas e discursos que constroem subjetividades pacificadas. Seus processos de adesão a “*Cultura da Paz*” versam sobre as possibilidades, criadas por eles, de habitarem o mesmo espaço após os seus testemunhos de dor e sofrimento.

Meu intuito é demonstrar como, em cada caso, essas famílias espíritas acionaram mecanismos e dispositivos espíritas, políticos e jurídicos para alcançarem diferentes formas de justiça.

3.4 Os dispositivos jurídicos de elaboração da “Cultura da Paz”: tornando-se sujeitos de direitos em um contexto de violência urbana

Entre os familiares de vítimas que acompanhei durante minha pesquisa de campo, um caso emblemático dessas trajetórias pelas instituições penais em busca de justiça é o de Sônia e Luis, pais do policial militar Luis Alberto. Conheci Sônia e Luis durante a Oficina de Imersão em Campo realizada pela orientação da professora e pesquisadora Jurema Brites, como ressalté anteriormente. Em dupla com o pesquisador Eduardo Martinelli, fomos a Campo Grande, local onde essa família mora, entrevistá-los para a pesquisa. O contato por telefone foi feito por mim. Falei com Sônia e marcamos o dia. Após nos fornecer um ponto de referência, Eduardo e eu seguimos para a casa deles.

O casal mora em um condomínio residencial e possui uma casa ampla, com dois andares e um jardim na entrada. Devido à profissão de Luis, funcionário da Petrobras, a família possui uma boa condição financeira, o que permitiria o investimento na educação do filho, caso este tivesse optado por outra profissão. Luis Alberto passou tanto para o vestibular como para a Polícia Militar, e escolheu ser policial. Segundo palavras da mãe, ele encarava a profissão como vocação e tinha o sonho de fazer carreira na corporação. Dias após a sua morte, chegou a confirmação de que ele havia passado na seleção de ingresso para Escola de Oficiais da Polícia Militar. Os pais relataram que, apesar de temerem a escolha, sempre apoiaram o sonho do filho. Para eles, o filho tinha feito uma escolha de vida e não assinado a

própria sentença de morte quando decidiu ser policial militar. A morte de Luis, ao contrário do que representantes do Estado insistem em dizer, segundo esses pais, não foi uma fatalidade. Em situações que esses pais tiveram a oportunidade de interpelar membros da Polícia Militar e representantes da Segurança Pública, segundo eles, as respostas desses aos questionamentos demonstravam que eles percebiam a morte de Luis Alberto – assim como de outros policiais – como uma fatalidade, risco inerente à profissão. Na primeira vez que conversei com eles, exaltados, Sônia e Luis repetiram várias vezes que o filho deles não tinha assinado sua sentença de morte quando decidiu ser policial.

Além de Luis Alberto, o casal possui outra filha que sempre apoiou os pais na *luta* por justiça. Eles falam muito pouco dela por temerem pela sua segurança e para não expô-la. É um casal muito reservado. Fui duas vezes a casa deles e alguns espaços nunca foram acessíveis. Nas falas de Sônia, com quem tive mais contato, apareceu em diversos momentos um julgamento do comportamento das outras famílias, ressaltando enfaticamente, e reiteradamente, a diferença desse casal com relação aos outros familiares de vítimas. As críticas estavam ligadas ao comportamento e a julgamento morais. Na primeira vez em que fui a sua casa, ela repetiu mais de uma vez que a intimidade do seu filho estaria sempre resguardada. Que ela não faria um drama, não venderia a história do seu filho, não mostraria o quarto dele – como, segundo ela, uma repórter solicitou – e não permitiria que o caso fosse utilizado de forma sensacionalista – um julgamento seu com relação a outros familiares que, segundo ela, utilizam dessas estratégias para dar visibilidade aos casos de seus filhos e filhas. Em outra conversa, ela me perguntou se tinha ido à casa da Francilene. Na época, ainda não tinha ido. Ela me contou, com a expressão em que fez questão de ressaltar o seu estranhamento, que a Francilene mantinha um santuário em casa com fotos e pertences do seu filho Thiago.

O casal Sônia e Luis Alberto une a linguagem do direito a linguagem espírita a partir da apropriação de linguagens, práticas e perspectivas compartilhadas pelos operadores do direito. A concepção de justiça, defendida e movimentada por esse casal, está atrelada a um projeto de intervenção que tem por objetivo questionar as operações policiais nos territórios de favela. Dessa forma, eles recorrem à justiça para garantir que essa intervenção seja efetivada.

Essas narrativas de Sônia representam uma demarcação, a partir dos discursos e práticas, de um *habitus* diferenciado de classe (BOURDIEU, 2007). Há uma clara necessidade de distinção, de demarcar diferença por parte do casal Sônia e Luis Alberto, destacando os seus locais de fala – visto por eles como *distintos*, na dupla acepção dessa

palavra. Eles utilizam demarcadores de classe ao desqualificarem os comportamentos e gostos incorporados das outras famílias, com o intuito de se distanciarem delas, ressaltando em suas falas que eles falam de outro lugar. Veem-se como se expressando de forma mais apropriada, como discussões teóricas e perspectivas de mundo mais sofisticadas, conquistadas a partir de um investimento na formação superior, nos diálogos e interlocuções que estabelecem com representantes do sistema judiciário. Esse investimento, ressaltado em suas falas, tem por objetivo uma inserção no debate a partir de um local, visto por eles, como mais qualificado do que os dos outros familiares. Segundo Sônia e Luis Alberto, o caso do seu filho serviu para que buscassem compreendê-lo dentro de um contexto mais amplo, da violência urbana. O objetivo desse casal era compreender o contexto da violência para, assim, propor mudanças nas ações junto aos órgãos de Segurança Pública.

A própria relação que eles estabelecem com o espiritismo, através das leituras dos textos da doutrina, ao invés da busca das psicografias do filho, é uma diferença ressaltada por Sônia. Para ela, o mais importante é o conhecimento da doutrina e a mensagem, quando vier, virá sem ela ter que se movimentar para isso. Em algumas conversas, Sônia me disse que participou de uma das sessões do médium Rogério H. Leite no Rio de Janeiro e que não se sentiu bem. Por outro lado, ela descreveu aspectos de sua relação com o seu filho, semelhantes às narrativas de outras mães, como informações recebidas em sonho. Além disso, todo ano ela realiza um verdadeiro ritual no dia em que se completa mais um ano de falecimento. Nesse dia, Sônia realiza as mesmas atividades e tarefas que realizou no dia de sua morte, limpa o jardim, rega as plantas, arruma a casa, na tentativa de manter sua memória contra a corrosão do tempo. Sônia compartilha da percepção de que a morte de seu filho está atrelada a *missão* que ela deve desempenhar no *Mundo Material*. Para ela, através de ação política, a morte de seu filho se tornará exemplo para que outros policiais não morram em situação semelhante. Para tal, ela e o marido moveram processos com o intuito de pôr fim a uma operação da Polícia Militar do Rio de Janeiro.

Diferentemente da relação que construí com Zoraide e Francilene, em que o meu contato com elas ocorreu com a aproximação também de seus familiares – filhas, netos, amigos, sobrinhos –, Sônia me convidou para refazer sua trajetória de busca por justiça, empreendida logo após a morte do seu filho. Ela quis que eu falasse com todas as pessoas com as quais ela falou na época: promotor de justiça, defensor público, representante da Secretaria Estadual de Direitos Humanos. Além disso, Sônia me repassou reportagens de jornais, livros, monografias, diferentes trabalhos que discutiam a temática da violência urbana e segurança pública na metrópole carioca. Com Sônia, transitei pelos fóruns, defensorias, pela

sede da OAB, pelo centro do Rio de Janeiro e por espaços de narrativas oficiais da Justiça. Apreendi as linguagens dos processos, a lê-los e a compreender seus discursos como inseridos na produção de sistemas de justiça e de verdade. Essa peregrinação foi fundamental para que compreendesse que ao falarem de justiça, pais e representantes dessas instituições, muitas vezes, não estão falando sobre as mesmas coisas. Enquanto os operadores do direito falavam de justiça a partir de leis e procedimentos legais, Sônia testemunhava sua angústia de tentar explicar para esses representantes as suas demandas por justiça a morte do seu filho. A angústia dela estava na dificuldade que ela sentia ao explicar para os operadores de direito que a justiça que buscava não estava centrada na condenação dos supostos assassinos, mas na responsabilização de representantes do Estado e da segurança pública.

A partir de processos de diferenciação, o casal busca pautar o discurso do grupo de familiares, argumentando que eles são os mais qualificados para falarem em nome dos familiares de policiais civis e militares vitimados pela violência urbana na cidade do Rio de Janeiro. Assim como eles, outros familiares também buscam pautar o debate. Apesar de eles se encontrarem em diferentes lugares, tanto políticos como religiosos, há uma dificuldade de construção de uma agenda comum, com ações que abarquem todos os casos particulares. São famílias que se tratam cordialmente – posso afirmar isso das minhas experiências na presença deles –, mas não conseguem dialogar. Eles estão o tempo todo afirmando seus posicionamentos e perspectivas. Há uma tensão entre eles, porém não se agridem diretamente. São comentários, fofocas e ruídos ditos indiretamente, para outras pessoas.

As tensões desse casal com os outros familiares de vítimas eram provocadas pelo choque de perspectivas diferentes. Durante o período que Sônia e Luis Alberto se aproximaram do grupo, eles discordavam dos discursos sobre *justiçamento* aflorados em falas inflamadas dos familiares. O que havia ocorrido com o filho deles, para o casal, não era resultado apenas da ação de indivíduos que não se sujeitam às regras e normas, mas de táticas e estratégias equivocadas de agentes e representantes estatais ligados às políticas de segurança pública. Outro ponto a ser destacado é o fato de Sônia não fazer questão de se apresentar no espaço público como mãe de policial porque, segundo ela, essas diferenciações provocam cisões que enfraquecem o movimento de familiares de vítimas da violência e, dessa forma, faz com que esse perca força política no diálogo com representantes do Estado.

A *luta* de Sônia e Luis teve tanta centralidade na vida deles que ambos foram buscar formação superior para compreender o que aconteceu com seu filho. Luis foi cursar faculdade de Direito e Sônia foi cursar Ciências Sociais. Sônia não concluiu a faculdade de Ciências Sociais, mas durante anos fez parte da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos

Advogados do Brasil/ OAB-RJ. Além disso, eles obtiveram ganhos importantes como a criação do Programa “Direitos Humanos dos Agentes Estatais” do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, cujo objetivo principal:

[...] é a prestação de atendimento a Policiais Militares, Policiais Civis, Inspectores de Segurança Penitenciário e a membros de outras categorias profissionais que pertencem à força pública, com o objetivo de garantir-lhes a tutela de direitos eventualmente violados em razão da função que exerçam. Nesta senda, o NUDEDH promove a orientação jurídica do assistido ou de seus familiares que se amoldem ao perfil do programa, mediante a atuação na esfera extrajudicial e/ou judicial (Publicação comemorativa *A Defensoria Pública e os Direitos Humanos* dos 5 anos de criação e atuação do Núcleo de Direitos Humanos/ NUDEDH da Defensoria Pública do Rio de Janeiro, 2009).

Sônia fez parte da Comissão de Direitos Humanos da OAB/ RJ durante cerca de seis anos. Ela passou a fazer parte da comissão a partir das reuniões realizadas pelos familiares de vítimas da violência juntos com representantes dessa instituição. Dessa forma, sua inserção nessa comissão ocorreu a partir de sua participação em passeatas e manifestações contra violência junto com Rosa, Élson, Francilene e Zoraide. Dessa forma, se a reunião desse grupo em atos políticos e construção de pautas comuns não originou a construção de uma agenda comum, por outro lado, ampliou as possibilidades de estabelecimento de diálogos com diferentes setores e segmentos da sociedade. A construção da denúncia do casal sempre esteve centrada na elaboração do argumento de que os policiais, principalmente os militares, estão sendo caçados no Rio de Janeiro.

Em uma de nossas conversas, Sônia me disse que se o grupo de familiares de vítimas da violência urbana na cidade do Rio de Janeiro fosse unido, se as pessoas pensassem no bem coletivo e esquecessem um pouco suas necessidades e reivindicações particulares, eles teriam muita força no diálogo com representantes do estado. Porém, segundo ela, quando eles se reuniram para montar uma ONG, as pessoas estavam mais preocupadas com seus casos particulares do que em pensar em estratégias de construção da paz, capazes de diminuir a violência na cidade. Quanto às questões políticas, esse grupo de familiares de vítimas da violência, inseridos em uma rede espírita, divergem sobre os pontos e sobre as estratégias de construção de uma “Cultura da Paz” para o Rio de Janeiro. São pessoas que falam de lugares diferentes e pensam a questão de forma diferenciada. Os próprios trânsitos que realizei com elas pela cidade demonstram as relações que estabelecem com o espaço urbano e suas percepções sobre *cidadania*.

Enquanto para o casal Sônia e Luis a paz desejada seria alcançada a partir de uma política de segurança eficaz, proposta a partir de diálogos entre diferentes setores da

sociedade, promovendo mudanças nas funções relacionadas à prática policial, os demais familiares articularam discursos de paz no interior de redes espíritas. Sônia era entusiasta das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) e do policiamento de proximidade que, segundo ela, seria capaz de transformar a perspectiva da sociedade sobre o policial.

O casal não interpretou a morte do filho como fatalidade, risco inerente à profissão de policial militar. Negaram a afirmação de que ele tinha assinado uma sentença de morte ao ingressar na Polícia Militar do Rio de Janeiro e reconheciam o Estado como o principal responsável pela morte de seu filho. Na luta para questionar essa afirmação, eles encontraram apoio no trabalho realizado pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. Eles passaram a questionar a *Operação de Visibilidade* – operação em que estava trabalhando o seu filho quando foi assassinado próximo ao Maracanã. A operação que consiste basicamente no seguinte:

As patrulhas constituídas de dois policiais militares recebem ordem de estacionarem em cruzamentos, vias de grande fluxo, etc. no intuito de SEREM VISTAS e ali permanecerem estáticas para darem uma falsa sensação de segurança à população. Porém a população que os vê não sabe que aqueles policiais que ali estão, encontram-se arriscando a vida no cumprimento de ordens superiores (definição da operação que consta nos autos dos processos movidos contra o Estado por Sônia Regina e Luis Alberto, pais do policial).

As circunstâncias do assassinato foram: Luis Alberto Ramos dos Santos Filho foi assassinado no exercício desta operação, vitimado após ação de quatro homens enquanto estava dentro de uma patrulha do 6º BPM (Tijuca) – em que trabalhava na época –, acompanhado pelo colega de serviço Sady Silva Damazio. Esses homens, armados de fuzis, pararam com um Audi atrás do carro da PM, desceram e atiraram na viatura pela parte traseira do veículo.

Para o questionamento dessa operação, tendo por objetivo o fim dessa ação pela corporação militar, esse casal utiliza como recursos a movimentação de processos contra o Estado, tanto de responsabilidade criminal de alguns representantes do Executivo – que representavam esse poder na época da morte do filho de casal –, como processo de responsabilidade civil. No processo em que esses pais buscaram a responsabilidade criminal de Anthony Garotinho e Rosângela Rosinha Garotinho Barros Assed Matheus de Oliveira, o veredito do juiz não foi favorável à argumentação do casal, visto a dificuldade em comprovar a responsabilidade direta de tais pessoas no homicídio do policial militar Luis Alberto.

Quanto ao processo de responsabilidade civil, contudo, esses pais ganharam a causa em primeira instância, cuja sentença lavrada nos autos tem a seguinte argumentação do Juiz de Direito:

Trata-se de ação em que os Autores pretendem o reconhecimento de dano moral, em virtude do falecimento do filho do casal, Luis Alberto Ramos dos Santos Júnior, Policial Militar, com 21 anos de idade, vítima de disparo de arma de fogo efetuado por meliantes, quando exercia a sua atividade na denominada “operação de visibilidade”, efetivada na esquina da Av. Presidente Castelo Branco com a Rua General Canabarro, na Tijuca.

O Réu invoca o reconhecimento da excludente de responsabilidade, por ter sido o ato praticado por terceiro, um meliante, conforme a afirmação dos Autores.

Entretanto, a defesa manifestada pelo Estado não pode ser acolhida, uma vez que não se trata de omissão genérica do Poder Público, mas, conforme bem acentuou a douta Curadora de Fazenda, a omissão é específica, caracterizada pela *faute de service*, eis que o Policial Militar encontrava-se em atividade, participando de operação que, pelo desastroso desenlace, motivou a substituição do Comandante da PM, conforme se vê no noticiário jornalístico ofertado com a inicial.

O novo Comandante, ao reconhecer a impropriedade tática cometida pelo responsável pela operação policial, ao promover a “operação de visibilidade” em área de alto risco, como a Tijuca, assim se manifestou: “Sozinhos, os policiais ficam muito expostos. Vamos reforçar com mais carros e homens”.

A situação da Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro é uma das mais graves do País, desafiando estratégias inteligentes, com mecanismos de proteção àqueles que estarão na “linha de frente”, isso sem se falar na necessidade de aplicação paralela de políticas públicas de inclusão social.

Ao praticar de forma simplista uma operação denominada de “visibilidade”, é de se meditar, a quem pretendia o Estado, por seu Comandante, dar visibilidade.

Estava, assim, o Estado, obrigado a adotar um cuidado especial nas operações policiais de grande risco, e essa negligência propiciou a morte do filho dos Autores. A omissão específica caracteriza-se quando há o dever individualizado de agir do Poder Público para evitar o evento danoso e este não o observa ou, nas palavras de Sérgio Cavalieri Filho, “quando a inércia administrativa é a causa direta e imediata do não impedimento do evento.”, in “Programa de Responsabilidade Civil”.

A hipótese é de responsabilidade civil fixada em sede constitucional, a par do que dispõe o art. 37, § 6º. da Constituição da República, no molde objetivo, em que se exige apenas, a prova do dano e onexo causal” (Retirado da cópia do processo de Responsabilidade Civil, anexada nesta tese, grifos meus).

Para esses pais, assim como para outros familiares de policiais civis e militares com as quais tive contato durante a pesquisa, mesmo que a morte tenha sido deflagrada por terceiros, a responsabilidade do Estado está presente pelo fato desse não tratar como iguais todos os seus funcionários, não os protegendo, colocando-os em situações de risco, sem muni-los com materiais de segurança e, assim, não assegurando a integridade física e psicológica dos policiais que trabalham para a manutenção, segundo esses pais, do Estado Democrático de Direito. Ao moverem o processo, o casal destaca que ao tomarem o conhecimento da morte de policiais, as autoridades públicas se posicionam, declarando serem esses casos fatos isolados.

A tese defendida por Sônia e Luis Alberto é que policiais militares são caçados ao seguirem ordens superiores e trabalhem na “Operação de Visibilidade”.

Assim como Sônia e Luis, outros pais e mães, com os quais tive contato durante a pesquisa, argumentam que seus filhos e filhas foram assassinados por exercerem a função de policial e, desse modo, se tornaram mais vulneráveis aos ataques da violência urbana. Vulnerabilidade e precariedade atreladas ao exercício da função, no Estado do Rio de Janeiro, cujas políticas de segurança pública, para essas famílias, falham ao proteger tanto os cidadãos, como os funcionários ligados a segurança pública.

Por mais que no sistema jurídico não haja um dispositivo que possibilite a responsabilização penal de pessoas que ocupam cargos públicos, a tentativa de responsabilização, civil ou penal do casal Anthony Garotinho e Rosa Matheus, é um ato contra os princípios do direito e da própria Razão de Estado – em que os policiais, como integrantes de uma parcela da população, são pensados a partir da estatística²⁸. O casal busca ressaltar o caráter único do filho, para além do embate entre estruturas de poder. A sacralidade do indivíduo, um dos pilares do romantismo, produz reverberações na cosmologia espírita – que ressalta a individualidade e idiosincrasia do indivíduo. Essa concepção está na base da formação do Estado Moderno²⁹.

Luis, pai do policial militar Luis Alberto e marido de Sônia, na primeira vez que conheci o casal disse emocionado que a morte de seu filho tinha entrado para todas as estatísticas oficiais do estado: jovem de 21 a 24 anos, negro, homem e policial. Os números oficiais, contudo, escondem a identidade, o nome e a trajetória de uma vida específica. Por isso, a mãe de Luis Alberto produziu um livro cujo objetivo era contar a sua história e apresentar seu filho, esquecido pelas estatísticas do estado. Para compor esse livro, ela juntou papéis importantes, desde a primeira ultrassonografia até o seu atestado de óbito, passando pelos seus diplomas, cartinhas de colégio e reportagens de jornais que noticiaram sua morte. Ao conversar com os representantes, ela abria o livro e contava a história. Essa estratégia, utilizada por ela, tinha como objetivo dar nome, idade, história ao policial militar morto, representado pelos números.

²⁸ O conceito de Estatística é utilizado tendo por referência a análise de Michel Foucault que o definiu como *ciência do Estado*, um dos pressupostos da *governamentalidade* (FOUCAULT, 1984).

²⁹ Há uma vasta bibliografia sobre o tema. Destaco aqui duas análises desenvolvidas: a elaborada por Benzaquen de Araújo & Viveiros de Castro no texto “Romeu e Julieta e a origem do Estado”. In: VELHO, Gilberto. *Arte e sociedade: ensaios de sociologia da arte*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1977; e a desenvolvida por Duarte no texto “A pulsão romântica e as Ciências Humanas no Ocidente”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. vol. 19, nº 55, junho 2004.

No processo movido pelo casal Sônia e Luis foram indiciados como responsáveis pela morte do policial Luis Aberto Ramos dos Santos Junior, o então Secretario de Segurança Pública da época Anthony Willian Garotinho Matheus de Oliveira e a Governadora do Estado, que ocupava a função na época, Rosângela Rosinha Garotinho Barros Assed Matheus de Oliveira. Eles foram acusados de omissão, imprudência e negligência por:

[...] imprudentemente ordenar que policiais militares sejam alvos fáceis; ao negligenciarem na proteção destes policiais; ao omitirem que policiais estão sendo caçados; ao demonstrarem flagrante desprezo pela vida destes policiais, torna os expoentes da segurança pública supra citados, responsáveis pela morte de Luis Alberto (parte retirada dos autos do processo).

Sônia argumenta que, no caso do seu filho *justiça* não é apenas punir os culpados diretos pelo assassinato de seu filho e do seu colega de profissão, mas *promover mudanças estruturais e uma nova política de segurança pública*. Durante muito tempo, uma de suas ações políticas era ir aos enterros de policiais e questionar as *autoridades até quando permitirão o fuzilamento de PMs*. Outra reivindicação de Sônia é apoio aos familiares e melhores condições de trabalho, humanização dos quartéis, apoio psicológico e qualificação da tropa. Ela chegou a redigir e a entregar aos representantes de governo, na época, uma solicitação em que reivindicava todos esses pontos.

O reconhecimento de sua *missão*, por esses pais e mães, é fruto do diálogo que eles estabelecem com diferentes esferas e dispositivos político-religiosos. Desse modo, o casal Sônia e Luis relaciona espiritismo e sistemas de produção de verdade segundo os preceitos espíritas elaborados por Kardec e seu projeto de transformar o espiritismo em uma doutrina científica. As relações estabelecidas pelo casal com a doutrina são menos místicas e mais científicas, diferente dos outros familiares do grupo que, ao tecerem suas *missões*, se apropriam de um espiritismo à brasileira, em que a mística tem papel central nos processos de produção dos sujeitos (STOLL, 2002). Sônia e Luis frequentam centros espíritas que se dedicam a leitura e aprendizado dos livros de Allan Kardec e que realizam passes. Não são frequentadores assíduos das sessões públicas de psicografia, apesar de terem participado de algumas e recebido uma mensagem de seu filho. Para o casal, o aprendizado da doutrina espírita é mais importante do que a comunicação com o filho. Eles frequentavam os centros antes da morte do filho e destacam a importância dela na crença que possuem de que o filho permanece vivo no *plano espiritual*. A busca do conhecimento, para Sônia e Regina, seria a estratégia utilizada para atingirem a evolução de seus espíritos e, dessa forma, suas ações,

após a morte do filho, se relacionam com um aspecto da doutrina, a busca pela *ilustração* do espírito.

Sob essa perspectiva, após a morte do filho, Sônia e Luiz passaram a elaborar seus *selves* ao fazerem um investimento na aquisição de saberes e conhecimentos capazes de legitimá-los como hábeis interlocutores no debate sobre a violência urbana na cidade do Rio de Janeiro. O investimento na formação superior se juntou ao conhecimento adquirido no diálogo com operadores do sistema judiciário. Nas relações estabelecidas com membros da defensoria pública e da OAB/RJ, Sônia se apropriou das linguagens dos operadores do direito para estabelecer a sua denúncia, elaborando análises conjuntas com esses operadores sobre a situação da violência urbana no Rio Janeiro. Ao invés de discursos sobre *justiçamento*, ela se apropriou de uma perspectiva racional da pena e da prisão, desprovida de “qualquer vestígio de vingança e de emoção no processo de criminalização” (MISSE, 2015, p. 77).

A pena para esse casal não deveria ser aplicada recorrendo a atos monstruosos. A justiça, para eles, não seria conquistada a partir do endurecimento da legislação penal, mas a partir da responsabilização do Estado por suas políticas de segurança mal sucedidas. A paz, para eles, não seria elaborada internamente, mas atingida a partir de procedimentos, táticas e estratégias de governo desenvolvidas a partir de políticas de governo.

Das visitas que fiz com Sônia às instituições do Estado, o defensor público Alexandre Paranhos descreveu como instruiu o casal acerca dos procedimentos a serem utilizados por eles para a construção do processo de responsabilidade civil do casal Anthony Garotinho e Rosinha Matheus Garotinho. O defensor orientou Sônia e seu marido de que eles deveriam buscar fontes de jornais, revistas, todos os materiais que ajudassem a construir a denúncia contra a “Operação de Visibilidade” e a favor do argumento de que o Estado do Rio de Janeiro, ao realizar essa operação, expõe seus servidores a situações de risco, sem comprovar a eficácia da operação. O defensor público, no dia, disse que o casal se dedicou a buscar as fontes para a construção da denúncia e que, a partir disso, iniciou o processo.

Como destacou o defensor Alexandre Paranhos, ao conversar comigo e com Sônia, ele a instruiu de quais elementos seriam necessários para a elaboração de uma tese que fundamentasse o processo de Responsabilização Civil. A sua linguagem de acusação do Estado – e de seus representantes – alimentada pela revolta e desejo de vingança foi reelaborada a partir de argumentos e procedimentos *racionais-legais*, desenvolvidos junto com os operadores do direito. O discurso de desqualificação e acusação do casal Garotinho e Rosinha como sujeitos morais cedeu espaço, no processo de responsabilização, a um discurso relacionado à competência e responsabilidade deles enquanto agentes públicos.

O papel ativo de Sônia e Luis foi fundamental para a movimentação desse processo. O investimento que fizeram de compreensão da situação da violência urbana na cidade do Rio de Janeiro permitiu que acionassem diferentes mecanismos do estado e dialogassem com diferentes percepções dentro dele. O casal estabeleceu diálogos com delegados, promotores, defensores públicos, representantes da segurança pública e organizações da sociedade civil, vinculadas à defesa dos direitos humanos – como a Ordem dos Advogados do Brasil.

Além disso, eles se apropriaram de uma linguagem, a jurídica, que não é acessada e acessível a grande parte da sociedade brasileira. Enquanto os outros pais e mães acionaram as instituições de justiça apenas com o intuito de que os supostos réus fossem presos, esse casal construiu diálogos com defensores públicos e se dedicou a pôr fim a uma operação da Polícia Militar por uma ação no sistema judiciário. Eles não interpelaram diretamente a Corporação Militar, nem os responsabilizaram pelo ocorrido. Do mesmo modo, eles não buscaram dialogar com policiais militares para convencê-los do equívoco da operação. A estratégia de ação foi acionar os dispositivos jurídicos, recorrendo a um órgão do estado que assessora juridicamente a população, principalmente as pessoas que não possuem condições de pagar advogado.

Ao acionarem a justiça para a resolução de conflitos, Sônia e Luis, dentro de um *campo de possibilidades*, escolheu uma das opções mais utilizadas ultimamente nas sociedades pós-coloniais.

A estratégia de ação política de responsabilização do Estado, ou de representantes do estado, pelo evento morte de seu filho se enquadra na lógica da justiça *reparativa* – surgida após a Segunda Guerra Mundial. Esse tipo de recurso é crucial para construção da categoria vítima como figura política contemporânea (SARTI, 2011). Uma vez que a violência urbana, na cidade do Rio de Janeiro, deturpou a anterior imagem da cidade, ferindo a construção dos indivíduos como sujeitos de direitos, a reconciliação com a cidade e com a cidadania passaria pela responsabilização de representantes do estado que, por não governar devidamente as relações na cidade, desfez a percepção de pertencimento a uma comunidade moral.

Recorrer à justiça para a mediação dos conflitos se insere nas dinâmicas do processo de *judicialização do mundo da vida*, atreladas aos dispositivos de poder que mediam relações entre Estado e indivíduo nessas sociedades. Essas relações se constroem no embate entre sujeito de direito e os dispositivos jurídicos de mediação da vida social. Acionar a justiça como estratégia de ação política para interferir em operações militares não é um recurso óbvio. Assim como responsabilizar indivíduos que ocupam cargos públicos, e políticos, por ações vinculadas às “razões de estado” é ato pouco provável, e comum, de ser utilizado tanto

por membros da sociedade civil, como arrolado por membros que fazem parte dessa mesma estrutura estatal. O fato de a defensoria pública ter movido ação de responsabilidade civil contra Anthony Garotinho e Rosinha Matheus é sintomático das relações estabelecidas entre as diferentes esferas e representantes desse estado.

A *judicialização do mundo da vida* parte de demandas da população por acesso e reconhecimento de direitos. Dessa forma, como foi destacado pelos representantes da Defensoria Pública ao falarem sobre a criação do Programa de Prestação de Atendimento aos Agentes Estatais, o programa foi forjado à luz da *justiça reparativa*. Reparação e reconhecimento dos direitos são demandas da população direcionadas e mediadas por operados do sistema judiciário.

Los regímenes de gobierno también enfrentan una demanda cada vez mayor de comprometerse con el imperio de la ley, reconocer distintos derechos a la diferencia que cortan transversalmente las viejas cartografías y configuraciones políticas y responder a sus ciudadanos por su propia cuenta o en las cortes y tribunales internacionales. En tales condiciones, el lenguaje jurídico ofrece un registro supuestamente – adviértase, supuestamente – neutral de comunicación entre distintas líneas de clivaje social y cultural, que posibilita la formulación de ecuaciones entre valores desiguales, la aparición de colaboraciones híbridas y la toma de decisiones sobre reclamos que postulan contradicciones irresolubles. La promesa pragmática de los instrumentos jurídicos es su capacidad de crear equivalencia a partir del contraste, una moneda que pareciera permitir transacciones entre intereses incommensurables cruzando los que de otra manera resultarían límites intransitables. Es así como la ley ofrece un denominador común, y un modo de imponer coherencia, en circunstancias social y éticamente incoherentes (COMAROFF y COMAROFF, 2013, p. 223).

Nos tempos atuais, podemos pensar o quanto a construção desse sujeito de direito elaborou-se em diferentes partes do mundo de uma maneira muito similar. A percepção do sujeito como possuidor de direitos, que lhe permite agenciamentos políticos, é uma crença que se disseminou por diversos países. A estetização do cidadão, e suas refratárias ações nas esferas públicas e privadas, impulsionou um processo em curso: a *judicialização* da política (COMAROFF y COMAROFF, 2013).

A partir das reflexões sobre as formas de *governo dos outros*, podemos deslocar a análise do *governo das condutas*, para as formas de *governo de si*, marca do projeto espírita – que será analisado neste trabalho. Esses deslocamentos, descritos por Foucault (2008), ressaltam os processos de produção de sujeitos *governáveis*.

Ao se constituírem enquanto *sujeitos éticos*, Sônia e Luis se apropriaram das linguagens e dispositivos do judiciário, construindo representações de si como sujeitos qualificados na interpelação de representantes do Estado, cobrando mudanças em suas

estratégias de ação. A inserção de Sônia em diferentes espaços, inclusive participando como membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB/ RJ, permitiu que o casal ocupasse um espaço específico na cartografia política da cidade.

Além das ações desse casal para pôr fim a essa operação da Polícia Militar, eles travaram também uma *luta* para conseguir que os supostos assassinos do seu filho fossem presos. Dois meses após ser preso, um dos assassinos do grupo que participou do assalto à viatura e do homicídio dos policiais Luis Alberto Junior e Sady, foi solto. O motivo, o Ministério Público não apresentou denúncia por falta de qualificação do crime. Após percorrer por diversas varas – delegacia e Ministério Público – por falta de definição do tipo de crime, se seria qualificado como homicídio ou latrocínio seguido de homicídio, a denúncia não foi apresentada. A qualificação do crime define em qual juizado o processo será julgado. Na ausência da denúncia, o processo foi arquivado e só foi reaberto devido à atuação e participação de Sônia em diversos eventos e manifestações.

Ao participar do workshop “*Polícia Militar e Direitos Humanos*”, organizado pelo Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Rio de Janeiro, relatando sua história e a do seu filho, Sônia foi escutada por um promotor que estava na plateia e que prometeu estudar o caso do seu filho. Após avaliar o processo, esse promotor encaminhou-o ao *promotor natural* solicitando que a denúncia, já pronta, fosse feita. O réu foi novamente preso, julgado e condenado por duplo homicídio. Sônia me disse que, até sua prisão e julgamento, foi diversas vezes ao cartório para acompanhar o caso, com receio de que o acusado fosse novamente solto. Depois de tantas idas e vindas, uma funcionária do cartório disse que a comunicaria assim que fosse marcado o julgamento. No entanto, ela não foi avisada e só soube da sentença quando ele já tinha sido julgado e condenado. De qualquer forma, devido a todos os percalços ocorridos durante o processo, ela ficou feliz quando o caso foi solucionado. Isso ocorreu no começo de 2012.

A construção da denúncia pública por Francilene e Zoraide partiu de um argumento comum ao do casal, porém as estratégias de elaboração da denúncia ocorreram de forma diferenciada. Assim como o casal, seus discursos e performances sobre a morte de seus filhos tiveram como pressuposto o argumento de que, na cidade do Rio de Janeiro, policiais são caçados e se encontram expostos a situações de risco e vulnerabilidade, mesmo em seus períodos de folga. Embora os filhos de Zoraide e Francilene fossem policiais civis e não estivessem inseridos da mesma forma que o filho do casal Sônia e Luis – policial militar –, nas mesmas lógicas e dinâmicas do contexto de elaboração das linguagens e representações da

cidade em guerra, o argumento é semelhante, ou seja, de que na cidade do Rio de Janeiro, ser policial representa um risco para o profissional e sua família.

4 A NOSSA LUTA É POR JUSTIÇA: RELAÇÕES POLÍTICO-RELIGIOSAS E SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE VERDADE

Tanto Francilene como Zoraide contaram que, ao descobrirem que seus filhos tinham feito concurso para a polícia civil, choraram vários dias, mesmo seus filhos afirmando que a função que desempenhariam era de oficiais de cartório. Esses relatos demonstram que, para essas duas mães, a representação do Rio de Janeiro como uma cidade em guerra não era questionada, mas reproduzida em seus discursos, narrativas e práticas.

A construção da denúncia por Zoraide está atrelada com os processos empreendidos por ela em diferentes esferas político-religiosas. Assim, no caso do assassinato de sua filha, ela elabora diálogos diferenciados, dependendo das esferas em que participa. O argumento construído por ela, com o intuito de elaborar uma denúncia sobre a situação da violência urbana, apresenta o caso da sua filha Ludmila como tendo sido assassinada simplesmente pelo fato de ser uma policial civil.

Ela constrói essa denúncia narrando, emocionada, como aconteceu o crime, imprimindo sua leitura do ocorrido. Segundo Zoraide, Ludmila tinha se mudado há pouco tempo para uma casa, que pertencia à família, em Imbariê. Ao retornar para a casa, após o dia de serviço, Ludmila ficou presa em um engarrafamento na Avenida Brasil e ao ficar parada nessa importante via de acesso, foi abordada por homens que tentaram roubar seu carro. Os supostos assaltantes, segundo Zoraide, pegaram o carro e deixaram sua filha ir embora. No entanto, antes de ir, a policial civil pediu para que os assaltantes lhe dessem a sua bolsa para que, assim, ela conseguisse retornar para sua casa. Quando foram entregar a bolsa, eles viram sua arma e suspeitaram de sua profissão. Após isso, eles a colocaram novamente no carro, levaram-na, segundo relatos da mãe, para a Favela Parque Estrela, a torturaram e a mataram. Segundo o argumento de Zoraide, sua filha foi morta por ser uma policial civil e ter tido sua identidade profissional descoberta durante o assalto. Em sua *performance* narrativa sobre o fato, Zoraide faz questão de ressaltar que Ludmila implorou pela sua sobrevivência, disse que estava grávida: “– Foi aí que eles disseram que a matariam, já que ela, como policial grávida, carregava uma sementinha do mal em seu ventre”.

Dessa forma, ao narrar a morte da filha, ressalta a mágoa e a revolta que sente pela forma como, segundo ela, os assassinos tinham matado sua filha: “– Atearam fogo, não

sobrou nada da minha filha. Nem pude me despedir dela direito. Não sobrou nada dela, só um punhado de cabelo”. Não apenas a morte, mas também o relato dela perpassado de detalhes de horror e tortura reforça o discurso de indignação dessa mãe.

Fábio Araújo destaca em sua tese as estratégias de traficantes, policiais e milicianos, da cidade e região metropolitana do Rio de Janeiro, de abusarem do “excesso de violência e dos seus significados”. Segundo ele, “a linguagem do terror se tornou um *modus operandi*, baseado na violação e destruição extrema dos corpos” (ARAÚJO, 2012, p. 225). São estratégias de demonstração e demarcação de poder de uma guerra não declarada, mas efetivada.

Conforme a fala de Zoraide, a filha não merecia ter passado por tudo isso. Além disso, em várias conversas, ela fez questão de demonstrar a mágoa que nutre com relação ao seu próprio destino. Por ter trabalhado durante anos em favor dos moradores de favela, ela acha um absurdo sua filha ter sido assassinada justamente por pessoas por quem lutou sua vida inteira.

Ao construir seu argumento, Zoraide deixa implícitas questões que perfazem o campo da violência urbana. A sua mágoa pode ser interpretada da seguinte forma: ela, que sempre atuou na promoção de direitos dos moradores de favela, e contra o extermínio deles, teve sua filha assassinada justamente por um bandido, morador de uma favela. A advogada, que atuou por mais de 20 anos em um Posto Avançado da OAB-RJ, aciona os mecanismos de criminalização dos habitantes desses territórios vistos, indiscriminadamente, como bandidos, supostos bandidos, ou envolvidos com o crime – direta ou indiretamente. Ela não chega a ponderar o fato de que trabalhou no Morro do Borel, localidade bem distante da Favela Parque Estrela – pertencente ao município de Magé –, e que esse trabalho não possui qualquer relação direta com os moradores dessa última localidade. Em seu discurso, Zoraide questiona as ações e os discursos desenvolvidos pelas instituições que atuam na proteção dos direitos humanos desses moradores – alvos de práticas de extermínio do estado. Suas narrativas oscilam entre a percepção dos bandidos como monstros, seres irrecuperáveis, que devem ser eliminados e a necessidade de se criar políticas de ampliação dos direitos desses moradores.

Zoraide relata ainda que sua filha, Ludmila, escolheu se mudar para Imbariê porque queria ajudar as *pessoas mais carentes, mais humildes*, que encontram dificuldades ao procurarem os serviços das delegacias. Assim, segundo Zoraide, a filha também queria trabalhar justamente para aqueles que a assassinaram. Seus relatos podem ser sintetizados na seguinte máxima, elaborada por muitos daqueles que defendem o recurso à violência no

enfrentamento da questão da violência: fui a favor da ampliação dos direitos de *bandidos* e, mesmo assim, eles mataram a minha filha.

A *performance* utilizada por ela para a construção da denúncia não é suficiente para sustentar seu argumento de que sua filha foi assassinada apenas pelo fato de ser uma policial civil. Desde que comecei minha pesquisa, soube que o único condenado pela morte da sua filha disse, no dia de julgamento, que Ludmila tinha sido morta por encomenda do seu próprio marido – com quem havia se casado há pouco tempo e de quem estava grávida. Escutei essa versão do fato, pela primeira vez, da própria Zoraide. Sônia um dia me perguntou se sabia que havia essa suspeita de que o próprio marido da Ludmila tinha sido o mandante do crime – ela me narrou isso em tom de voz baixo, ao mesmo tempo em que não acrescentou nenhum aspecto ou julgamento a sua fala sobre o caso. A menção a esse fato demonstra que, o argumento de Zoraide, não se mostrou consistente nem para as pessoas que compunham o grupo que, inicialmente, se reuniu e participou das manifestações fomentadas pelo caso João Hélio.

O agenciamento de Zoraide, na busca por justiça ao caso de sua filha, entretanto, não se articula apenas na elaboração da denúncia coletiva da violência urbana, juntamente com outros pais e mães de vítimas da violência urbana. Os processos dinâmicos pelos quais passou, desde a morte da sua filha, ocorreram pela inserção dela em diferentes redes e sistemas de produção de verdade. Como advogada, Zoraide foi atrás de diferentes sistemas de produção de verdade para construir narrativas e *justiças* para a morte de sua filha. A tentativa de estabelecimento de um diálogo com a sua filha, através das psicografias, demonstra as diferentes possibilidades de produção de verdades que surgem nesse contexto – representado como violento.

Os discursos sobre *justiça*, nesse contexto, se constituem de forma ambígua. Em determinados momentos, as narrativas dos familiares fazem coro aos argumentos da *sujeição criminal*, com os supostos assassinos descritos como sujeitos aos quais se destinam os piores sentimentos, irrecuperáveis e que, por isso, devem ser eliminados. Contudo, em suas falas eles destacam a necessidade de adesão à *Cultura da Paz* para que essa realidade modifique. Essas contradições estão presentes na fala de Zoraide. Para ela, a prisão de um dos supostos assassinos – que cometeu todas as atrocidades com sua filha –, não é suficiente para que reconheça que tenha sido feita a justiça. A sua percepção sobre penalidades e justiça se assemelha aos tipos de penas, descritos por Foucault, característicos do século XIX, com a caracterização do criminoso como alguém que rompeu com o pacto social e, desse modo, se distanciou dos vínculos sociais. A partir desse prisma, deveriam ser destinados ao suposto

criminoso quatro tipos de penalidades: “a deportação; exposição a mecanismos de vergonha e humilhação; reparação do dano social com trabalho forçado; e pena de talião (que consiste em fazer com quem cometeu uma violação sofra algo semelhante, exemplo: matou tem que morrer etc.)” (FOUCAULT, 2002, p. 82-83). Em suas reflexões sobre a morte da filha, a penalidade justa seria que o assassino sofresse algo semelhante ao que fez com ela.

Desse modo, Zoraide sempre ficou dividida entre aderir a um discurso sobre perdão e *Cultura da Paz* e defender ações sobre justiça. O sistema penal brasileiro, segundo Kant de Lima, é voltado para a busca da *verdade dos fatos*. Entretanto, só se chegaria a essa verdade, com total certeza, a partir da confissão do crime. O pressuposto da confissão é descrito, pelo autor, como herança da tradição inquisitorial do nosso sistema.

[...] se trata provavelmente da associação entre o processo penal secular e o *ethos* católico, que pretende, com a confissão, salvar a alma até dos condenados, como se vê nas cenas dos Autos da Fé da Inquisição. Se o acusado não confessa e é culpado, vai para o inferno, para a danação eterna. Então, no caso do processo, o réu pode se livrar da pena secular, mas não escapará da justiça divina pois, quando morrer, irá para o inferno (LIMA, 2010, p. 39).

Segundo Kant de Lima, o sistema penal brasileiro está centrado na acusação e na confissão de culpa por parte do acusado. Os processos de *sujeição criminal*, e os procedimentos do inquérito, incriminam o acusado antes mesmo de ele ser levado a julgamento. Do acusado que confessa é exigido o arrependimento e o desejo de mudança de postura. A condenação e o período de reclusão prisional teriam essa função de levar o indivíduo a se arrepender do ato cometido e se sujeitar às leis e normas sociais. O conflito nesse sistema, segundo Kant, não é mediado pelas partes envolvidas, mas administrado pelos agentes estatais. O julgamento do acusado, no sistema brasileiro, não necessariamente põe fim ao conflito, podendo em muitos casos agravá-lo suscitar ações de justiça.

4.1 Justiça na religião: a psicografia como prova

A presença de familiares que perderam seus filhos e filhas de maneira violenta nos centros espíritas colocou em evidência, para essa rede, as lutas deles por justiça e a busca do conforto espiritual. Ao ingressarem nessas redes, essas famílias, passaram a ter contato com os ensinamentos espíritas através das palestras promovidas pelos centros, bem como de uma vasta literatura que circula atualmente pelas livrarias do nosso país, estimulada pelas editoras.

Diferentemente do centro do Fábio, na Tijuca, em que os frequentadores perderam seus familiares de formas diversas, no projeto “*Amor Além da Vida*” – nas primeiras sessões que organizaram com Rogério – parte considerável dos presentes nessas sessões era de familiares de vítimas da violência urbana. Visto que os participantes eram convidados pelos organizadores do evento – pessoas que perderam seus filhos de forma violenta –, torna-se compreensível a presença dessas famílias. O projeto, desde o começo, teve esse recorte. Como ressaltado anteriormente, o projeto se apropriou de símbolos elaborados por esses familiares de vítimas – como o desenho do menino João Hélio, citado anteriormente. Além disso, dentre os muitos livros escritos e organizados por esse médium, um deles teve como título “*Policiais de Volta*”, no qual ele reuniu psicografias de policiais civis e militares assassinados no Rio de Janeiro e em São Paulo, juntamente com mensagens espíritas. Em uma das passagens desse livro é ressaltado o trabalho que o médium vem desenvolvendo “há anos de consolar as famílias vítimas de violência através do intercâmbio espiritual” (LEITE, 2011, p. 23).

Na clivagem do projeto, e o acontecimento de casos semelhantes em outros lugares, produziu-se discursos sobre violência urbana e justiça. Todavia, a relação entre espiritismo e sistema judiciário, no Brasil, é anterior ao projeto desenvolvido por Rogério, com casos de psicografias sendo aceitas como provas em processos judiciais.

Os casos em que psicografias foram aceitas como provas em julgamentos, em todos foram para inocentar o réu. No Brasil, são cinco casos de homicídio em que a decisão judicial se fundamentou em comunicações mediúnicas psicografadas por médiuns. Foram absolvidos José Divino Gomes, em Goiás, em 1976; José Francisco Marcondes de Deus, em Mato Grosso do Sul, em 1980; e Aparecido Andrade Branco no Paraná, em 1982. Há também dois casos recentes. Em uma psicografia recebida em 2004, na cidade de Ourinhos pelo médium Rogério H. Leite, “Paulinho do Estacionamento” inocenta seu concunhado, Milton dos Santos, suspeito de ser o mandante do assassinato. Outro caso aconteceu:

[...] em Viamão, no Rio Grande do Sul, em 2006. Iara Barcelos, acusada pelo assassinato do amante, Ercy Cardoso, foi absolvida pelo júri depois que a defesa apresentou uma carta psicografada por um médium que teria sido enviada pelo espírito de Ercy. Iara não quis falar sobre o caso. O advogado dela, Lúcio de Constantino, disse que a carta foi uma prova relativa, que “somada às outras firma o contexto probatório”. Valter da Rosa Borges, exprocurador de Justiça em Pernambuco (e um dos pioneiros no Brasil da parapsicologia, estudo dos fenômenos incomuns da mente humana), diz ser possível aceitar a carta psicografada como prova com base no Artigo 332 do Código Civil: “Todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados neste Código, são hábeis para provar a verdade dos fatos.” E no Artigo 157: “O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova.” Mas o especialista alerta que uma psicografia só pode ser válida em um processo “se reforçar outras provas ou trazer um fato novo.” (trecho

retirado da reportagem de capa da Revista Isto é: “Cartas do Além” de 11 de fevereiro de 2009).

No caso da psicografia do “Paulinho do Estacionamento”, como em outros, foi contestado o porquê de o morto se manifestar na carta inocentando o réu e não acusando o “verdadeiro culpado”. O médium Rogério Leite argumentou que a doutrina espírita não discorre sobre vingança e justiça, mas sobre perdão e superação. Ele destacou ainda, na reportagem, que o espírito é quem decide o quê relatar nas psicografias, sem o médium ter domínio sobre as declarações.

A concepção de justiça do espiritismo difere em alguns aspectos da concepção jurídica ao mesmo tempo em que em outros momentos converge. As relações estabelecidas entre justiça *divina* e justiça *terrena* são inúmeras. Na entrevista, o médium Rogério Leite defende que a psicografia seja usada como indício e não como prova final. A psicografia pode *colaborar*, como afirma Rogério H. Leite em uma reportagem, “para uma melhor avaliação dos fatos que precederam o crime. Como o médium mesmo ressalta nessa reportagem, na maioria das vezes os desencarnados querem passar mensagens de consolo e conforto para suas famílias” (Disponível em: <<http://www2.uol.com.br/debate/1365/regiao/regiao04.htm>>. Acesso em: 27 de junho de 2013).

Dessa maneira, esses casos demonstram que o espiritismo tangencia as discussões sobre violência urbana na medida em que familiares de pessoas vítimas da violência nas metrópoles e grandes cidades brasileiras se movimentam a partir do anseio de receberem as mensagens de seus filhos e filhas. A agência dessas famílias, nesses casos, tem uma importância fundamental, visto que é através da presença delas nos centros que os casos passam a ser conhecidos no interior de uma rede espírita de médiuns e fiéis. São os familiares que demandam dos interlocutores mediúnicos explicações sobre as situações vividas por eles que os ajudem a superar o luto. A doutrina espírita, por outro lado, estimula essas pessoas a buscarem o caminho do perdão, da superação e da compreensão de que existem desígnios mais amplos, nem sempre de fácil acesso. Atos violentos, por mais terríveis que sejam, para a doutrina espírita, acontecem para transformar a vida de uma família, fazendo com que eles quebrem *o ciclo das encarnações*.

O contato de Zoraide com a doutrina espírita aconteceu no centro de Dona Célia, após convites de amigos, frequentadores do centro. Ela foi convidada para participar da sessão, segundo ela, a contragosto, já que até aquele momento se considerava uma pessoa de pouca fé, desconfiando de práticas e crenças religiosas. Essa médium recebia pessoas em um galpão, frequentado por cerca de mil pessoas, que vinham em busca de mensagens de *entes queridos*.

A sua mediunidade era a *psicofonia*, ela escutava vozes durante sessões. Segundo Zoraide, os poderes mediúnicos dessa médium eram incontestáveis. Sem realizar entrevistas com os participantes das sessões, Dona Célia dava detalhes da vida da pessoa e de seus parentes falecidos. Nos casos em que as mortes envolviam inquéritos policiais, a médium trazia detalhes do número do processo judicial, tais como: em que vara o processo estava correndo, elucidando aspectos sobre como as mortes tinham ocorrido. Zoraide que, a princípio não quis participar da sessão, depois da primeira vez que foi, passou a trabalhar no centro, auxiliando a médium e sua equipe. Em uma das sessões que participou, Zoraide narrou que as revelações da médium mudaram os rumos do julgamento de um crime. Durante a sessão, a médium revelou quem seria o “verdadeiro” culpado de um assassinato.

Essas memórias e narrativas de Zoraide vão de encontro aos pressupostos e princípios da doutrina espírita – que preconiza a justiça divina à justiça terrena. Entretanto, esses relatos fazem parte da representação e relação que ela estabelece com o universo espírita e suas expectativas ao frequentar as sessões de psicografia.

Nesse centro, Zoraide recebeu a mensagem da sua mãe, solicitando que ela fosse mostrada aos seus irmãos. A mãe de Zoraide descobriu um câncer no intestino que lhe obrigava a seguir uma dieta alimentar. Um dia, sua mãe pediu para que ela lhe desse um pedaço de carne de boi. Zoraide, sabendo das restrições alimentares, negou. Sua mãe insistiu, dizendo que iria morrer de qualquer jeito e que, se ela não realizasse o seu desejo, iria morrer magoada com a filha. Ela então resolveu atender ao pedido e sua mãe veio a falecer no mesmo dia. Seus irmãos passaram então a culpá-la pela morte dela, ficando muito tempo sem conversar com Zoraide. Na mensagem que recebeu no centro de Dona Célia, sua mãe a “inocentava” da culpa. A relação dela com a doutrina espírita se estabeleceu, desde o começo, por princípios factuais, na busca pelo estabelecimento de verdades através das mensagens dos espíritos – vistos como entidades privilegiadas na elaboração de narrativas sobre os fatos.

Após a morte de Ludmila, Zoraide passou a frequentar as sessões públicas de psicografia com o claro interesse de que a filha confirmasse que o próprio marido havia mandado assassiná-la. Com esse objetivo, Zoraide participou de várias sessões espíritas, alimentando a esperança de que poderia utilizar a confissão da filha, em uma psicografia, como prova.

Em uma das mensagens recebidas por Zoraide no centro Grupo Espiritualista Consciência (GEC), sua filha Ludmila fala sobre diferentes percepções de justiça – a busca pela mãe e a pregada pela cosmologia espírita:

Eu lhe peço que se queres justiça seja justa com você mesma e aproveite a sua vida. Você cultiva essa ferida diariamente com ódio e rancor e não permite que ela cicatrize. A paz não chega a ti porque aduba essa chaga de ausência de fé. Existe sim uma justiça que ainda não conseguistes entender, mas sim há uma justiça muito maior. Eu lhe peço que ame a humanidade. Vale a pena sim. A vida vale a pena sim. Você vale a pena sim! (trecho retirado da psicografia em anexo).

A forma como Zoraide me contou sobre o recebimento dessa mensagem psicografada deixou transparecer que, para ela, a filha tinha se negado a produzir a prova que tanto queria. Após anos de busca, ela aceitou o silêncio da filha que, para ela, foi compreendido como uma resposta a seus anseios.

Na psicografia, repleta de detalhes sobre o dia da morte de Ludmila, ela destaca que não morreu, mas retornou para os planos espirituais, onde vive uma vida cheia de amor e de paz. Diferente do testemunho da mãe, que percebe sua morte como injusta, Ludmila diz que seu retorno aconteceu no momento certo. O Lucas – filho que ela gestava em sua barriga – estaria vivo, junto dela e também não havia morrido. Ao contrário do que a mãe acreditava, a sua morte não era injusta, mas uma nova vida, repleta de amor. O ódio e rancor que Zoraide cultiva, segundo sua filha, a impede de encontrar a paz e compreender que há uma *justiça muito maior*. Por cultivar sentimentos negativos e por não se resignar a vontade divina, Zoraide não consegue encontrar a paz – aqui entendida como paz interior, adquirida a partir de uma transformação subjetiva. O amor à humanidade e à vida faz parte da estratégia para essa transformação e para a aquisição da paz.

As falas de Zoraide demonstram que a adesão ao discurso espírita de elaboração de uma *cultura da paz* e superação da dor acontece com resistências. A busca por conforto espiritual, por acolhimento e explicações sobre o ocorrido – no caso desse grupo, sobreposto a busca por justiça – se confronta com sentimentos de revolta e vingança que se suavizam, de maneira diferenciada, nas falas dos pais e mães de vítimas. Os discursos, após quatro anos de convivência com essa rede de familiares espírita, são bem mais brandos, pacificados. Contudo, em alguns momentos, a revolta e a mágoa aparecem em falas resignadas de quem, segundo eles, resolveu fazer a vida andar, seguir em frente. As relações que esses familiares estabelecem – entre si e com os outros – são perpassadas por situações de conflito.

Em uma das sessões que participei, em setembro de 2010, Zoraide arrumou uma confusão com Rosa, a mãe de João Hélio, proprietária da casa em que as sessões eram realizadas, após não conseguir encontrar seu celular. Ela afirmava que o seu celular tinha sido roubado durante o evento e que ela deveria tomar alguma providência. Rosa e o seu marido ajudaram a procurar o celular, mas, segundo Zoraide, não ofereceram a atenção que ela

queria. O clima ficou tenso, com ela falando o tempo todo do ocorrido e as pessoas ignorando-a ou cochichando entre si que o fato era fruto de sua falta de atenção, que ela deveria ter perdido e que o desejo dela era criar um tumulto e desmoralizar o evento. O fato dela não ter muito cuidado com as coisas e de ser desatenta era ressaltado pelo grupo, questionando o suposto roubo.

As sessões com o Rogério aconteciam durante um final de semana, sábado e domingo, o dia inteiro. Nessa sessão de setembro, foi feita uma filmagem do evento pelo *Programa Mais Você*, de uma rede de televisão aberta, que além da gravação das leituras das psicografias e das reações das pessoas, teve ainda o depoimento do pai do João Hélio, Elson. A matéria do programa enfatizou o protagonismo de Elson e não destacou que essas reuniões eram fruto da atuação conjunta de um grupo de pais e mães que perderam seus filhos e filhas no contexto da violência urbana na cidade do Rio de Janeiro. A postura de Elson e Rosa, nessa sessão, contradiz a postura deles na reunião que participei em abril desse mesmo ano – citada anteriormente –, em que eles pediram para os outros familiares não falassem com ninguém que a sessão ocorreria na casa da família do menino João Hélio, uma vez que o caso foi amplamente divulgado na mídia e poderia atrair curiosos. As pessoas escolhidas para participar do evento deveriam ser selecionadas, segundo eles, pelos familiares. O número de participantes seria reduzido e, por isso, só as pessoas que seriam convidadas pelas famílias organizadoras do evento iriam participar. Apenas pessoas próximas comporiam a rede de familiares que teriam a oportunidade de receber as mensagens psicografadas dos seus *entes desencarnados*. O objetivo era o fortalecimento dessa rede espírita de familiares de vítimas da violência urbana. A realização da matéria, tornando o evento público, em rede nacional, demonstrava que os objetivos haviam mudado.

Dessa forma, a mudança nos objetivos do grupo – anteriormente reunido em manifestações e atos públicos contra a violência, agora atuantes na articulação da rede espírita e das sessões de psicografia – não mudou a dinâmica de poder e visibilidade dos diferentes casos. O grupo ainda estava reunido em torno do caso João Hélio e, por isso, seus agenciamentos político-religiosos eram definidos, segundo Zoraide, a partir da perspectiva desses pais. Para ela, os casos que tiveram maior repercussão na mídia se tornam centralizadores, com outros casos orbitando ao redor. Contudo, há que se destacar que durante o período das ações e manifestações empreendidas por esse grupo de pais e mães, logo após a morte do menino, eles se beneficiaram da repercussão midiática do caso para acessarem determinados espaços e estabelecerem diálogos com agentes da segurança pública e

operadores do direito – como é o caso da participação da Sônia como membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB.

Entre os discursos de paz e a luta por justiça a qualquer preço, esse grupo de familiares se uniu, se desfez e se refaz a partir de encontros estabelecidos em diferentes esferas político-religiosas. Seus projetos individuais, em alguns momentos, se tornaram sociais, em outros não. Como destaca Velho (1999), o mundo dos *projetos* é extremamente dinâmico, compondo-se de diferentes arranjos e rearranjos. Por estar atrelada a gramáticas emocionais, a elaboração de *projetos sociais* depende de quais emoções são aceitas e rejeitadas pelo grupo. O cultivo do ódio e rancor, sentimentos vistos como negativos, por Zoraide, e sua resistência à pacificação demonstra como os processos de governo das emoções passam pela *submissão* e pelo *assujeitamento* dos membros dessa rede espírita.

4.2 A caridade como missão: narrativas de construção da paz

O meu primeiro contato com Francilene foi durante a reunião na casa dos pais do João Hélio, na organização da sessão do médium Rogério H. Leite de Lorena/ SP no Rio de Janeiro. Isso ocorreu em abril de 2010. Ela conversava com todos com seu sotaque nordestino acentuado, mesmo depois de muito tempo morando no Rio de Janeiro. Na época, além de se dedicar ao grupo espírita, ela também dava aulas de artesanato na ONG “Amor Eterno”, no centro da cidade do Rio de Janeiro. As aulas de artesanato eram dadas para mães que perderam seus filhos em diferentes situações. O objetivo era auxiliá-las de forma terapêutica com trabalhos manuais, sessões de terapia, palestras, dentre outras coisas. A idealizadora do projeto é Daniela Duque, empresária, moradora da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro que teve o filho assassinado em frente à porta de uma casa de show por um policial militar que trabalhava como segurança. Também participava ativamente da ONG Maria dos Anjos, cujo marido foi assassinado quando ocorreu a Chacina de Vigário Geral.

Uma das atividades da ONG era a organização de bazares para angariar recursos para o projeto e, através desses encontros, nos aproximamos. Em um desses bazares, perguntei a ela sobre o livro “*Policiais de Volta*”, pois me interessei em adquiri-lo. Ela então me passou seu telefone e marcamos um encontro no fórum, no centro da cidade. Ao telefone, Francilene me disse que estaria lá participando de uma palestra. Quando cheguei ao local, ela me perguntou se não queria participar junto com ela do evento, que descobri que se tratava do

curso Justiça Cidadã³⁰, promovido pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Com o intuito de me aproximar ainda mais dela, aceitei e convite.

Em sua casa, no bairro de Higienópolis, logo na entrada tem um mural feito por ela com diversas gravuras e escritos. Em uma delas, está escrita a frase: “*Só há salvação na caridade*”. De certa forma, essa frase sintetiza as escolhas feitas por ela após a morte do filho: a sua atuação na ONG “Amor Eterno” – em que passava seus conhecimentos de artes manuais para outras mães –, a sua dedicação às sessões espíritas do médium Rogério Leite no Rio de Janeiro e, atualmente, as palestras que ministra no grupo de terapia do qual faz parte para aprender a lidar com a sua filha que é dependente química. O trabalho que realizou na ONG *Mães do Amor Eterno*, Francilene quer novamente realizá-lo em sua casa, já que a ONG fechou por não possuir um espaço e incentivo financeiro.

A única vez que a vi manifestar uma reflexão política sobre a situação de seu filho enquanto policial – e dos demais policiais civis –, foi em um evento que participamos a convite da Maria dos Anjos, em memória das vítimas da Chacina de Vigário Geral – quando essa completou 20 anos. O evento ocorreu no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e um documentário sobre a chacina foi lançado. No corredor de acesso ao anfiteatro em que foi exibido o filme, havia várias faixas, fotos de familiares de vítimas, camisas com fotos de vítimas de diversos lugares do país e alguns murais. Em um deles estava destacada a história da Chacina de Acari, em outro o caso do menino João Hélio e um terceiro com destaque a morte da juíza Patrícia Acioli. O evento aconteceu perto do assassinato da juíza, que foi lembrando diversas vezes nas falas dos organizadores desse evento. Ao escutar um dos pronunciamentos das famílias da Chacina de Vigário Geral sobre o assassinato da juíza, ela se virou para mim, que estava ao seu lado, e disse: “– *O que nos revolta é isso. Nossos filhos eram tão representantes do Estado como a juíza, mas não tiveram o mesmo tratamento que a morte dela*”. O assassinato da juíza Patrícia Acioli foi rapidamente solucionado – ao contrário desses familiares que tiveram que percorrer delegacias, juizados, defensorias públicas, dentre outros lugares, para que os casos dos seus filhos e filhas fossem solucionados.

³⁰ O Projeto *Justiça Cidadã* é desenvolvido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e tem por objetivo promover capacitações de agentes multiplicadores que atuam como lideranças comunitárias, gestores sociais ou trabalham em organizações da sociedade civil. As formações têm o intuito de capacitá-los sobre noções de direitos, justiça e cidadania. Essas formações os capacitam para o emprego de métodos alternativos na mediação de conflitos que não necessitam de intervenção judicial. Participei duas vezes do projeto, a primeira a convite de Francilene e a segunda a convite de Sônia.

Francilene nasceu no interior estado do Ceará e se mudou para o Rio de Janeiro quando era adolescente. Sua irmã já morava na cidade e ela resolveu se mudar em busca de condições melhores de vida. Francilene conheceu seu marido quando trabalhava em um escritório médico, embaixo de um Cursinho de Inglês. O curso resolveu organizar uma excursão para Petrópolis e ela resolveu ir ao passeio. Nessa excursão, conheceu seu marido, Diraison. Ele nasceu no estado do Rio Grande do Sul e, assim como Francilene, tinha migrado para a capital fluminense. Os dois tiveram um único filho, Thiago, policial civil, que trabalhava na Delegacia da Ilha do Governador.

Thiago foi assassinado após seu carro, no qual estava com outras colegas, ser assaltado. Ele estava no banco da frente, adormecido, quando o carro foi abordado. Ao despertar, se deu conta do que estava acontecendo. Uma das pessoas presentes no carro, com o intuito de amedrontar os homens que abordaram o carro, disse que Thiago era policial. Por temerem uma reação, um deles atirou em Thiago que faleceu a caminho do hospital. Essa história me foi narrada por várias pessoas, antes que Francilene me contasse alguns detalhes dela. Sempre com sorriso no rosto, ela, que nos enche de abraços e mimos, não gosta de narrar a história do filho. Quando a conheci, soube disso, que seria difícil escutar dela o caso da morte de seu filho. Diraison, seu marido, com quem tive contato em diversos momentos, jamais fala da história. Acompanhado dos netos, Bia e Pedro, dedica a sua atenção, na maior parte do tempo, ao cuidado deles. Tanto Francilene como Diraison participaram ativamente da organização das sessões com o médium Rogério Leite no Rio de Janeiro. Ambos fazem parte do “*Projeto Amor Além da Vida*”, que frequentam acompanhados dos netos. Beatriz e Pedro são filhos da filha adotiva do casal, uma sobrinha que Francilene passou a cuidar após a morte dos pais.

A relação do casal com a filha adotiva é conturbada. Toda vez que nos encontramos, Francilene passa boa parte do tempo me contando as histórias de Daniele, sua filha adotiva. Daniele foi internada algumas vezes, pela família, em clínicas de reabilitação de dependentes químicos. Segundo Francilene, que narra a história com muito pesar, desde que Daniele passou a ser usuária de *crack*, o relacionamento delas, que sempre foi difícil, se tornou impossível. Por causa do vício, ela abandonou os filhos com os pais adotivos. Segundo Francilene, ela e o marido já tentaram ajudá-la várias vezes, mobiliaram um apartamento para que Daniele vivesse com os filhos, mas a filha sempre tem recaídas. Por causa dessa inconstância da filha adotiva, ela e o marido resolveram assumir a guarda dos netos. Da última vez que conversamos, Francilene me contou que sua filha tinha saído da clínica e que

estava morando com o namorado, que conheceu quando estava internada, em uma cidade do interior do estado do Rio de Janeiro.

Nas psicografias do Thiago, assim como nas falas de Francilene, as narrativas sobre a prática da caridade e o exercício do bem estão presentes em vários momentos. Quando pergunto a ela se sente revolta com relação a quem matou seu filho ou se ela se arrepende de não ter levado a diante as bandeiras políticas que o grupo compartilhava no começo, ela me responde rapidamente:

– Meu filho já dizia, quem é do bem não mata ninguém. Não tenho vontade nenhuma de me vingar. A minha vontade é fazer isso que eu estou fazendo, ajudando as pessoas. Quando meu filho foi assaltado da outra vez, não matou o assaltante, apenas atirou para se defender, mesmo após ter sido baleado. As pessoas chamavam-no de bundão e ele dizia “Não entrei para a polícia para matar as pessoas”. Tanto que, em diversas mensagens psicografadas, ele pedia ao seu amigo que se esquecesse dessa história de vingança. Em uma das suas cartas, o Thiago me disse que estava trabalhando para a recuperação espiritual de um dos seus assassinos, já falecido (Diário de campo).

Francilene define como sua *missão* a prática da caridade e o apoio à rede espiritual e terapêutica formada por pessoas que passaram por situações semelhantes. Quando aconteciam as sessões do médium de Rogério H. Leite na cidade do Rio de Janeiro, ela e o seu marido atuavam ativamente na organização dessas reuniões junto com a família de João Hélio (pais, avó e irmã), as filhas da Téia³¹ e o Sr. Orlando. Algumas vezes, a equipe que vinha com o médium do estado de São Paulo se hospedava em sua casa. Além disso, ela participava da entrega das doações de fraldas geriátricas e outros donativos a um lar espírita de caridade – ajudado por essa rede de famílias que organizava as sessões do médium de Lorena no Rio de Janeiro. Ela e o seu marido se engajaram na proposta de estabelecimento dessa rede espírita de apoio às famílias que perderam seus filhos em diferentes contextos, “amigos da dor”, e que tinham em comum a busca pela manutenção da comunicação com seus filhos e filhas através dos dons mediúnicos. Thiago, filho do casal, nas psicografias, é um entusiasta dessa rede. Em uma delas ele saúda o “*Núcleo espírita que nos agasalha a esperança*”.

Nas falas de Francilene, e de outros familiares de vítima, vida e morte se entrecruzam em um emaranhado de relações estabelecidas por pessoas que fazem parte dessas redes espíritas de elaboração do luto. As relações estabelecidas pelas pessoas são interpretadas à luz da doutrina espírita. Mundo material e mundo espiritual, para essa doutrina, estão em constante relação, com projeções estabelecidas entre esses mundos. E é justamente no

³¹Mãe que participava da Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência.

diálogo entre esses dois mundos que as manifestações mediúnicas se estabelecem e, desse modo, permitem aos familiares o conhecimento de como estão seus filhos após a morte, a partir de um vocabulário presente no cotidiano dessas famílias. Nos casos, por exemplo, que a morte do ente querido ocorre de maneira violenta e brusca, esse espírito vai para um hospital, no *plano espiritual*, para ser tratado de suas feridas na matéria e para também, aos poucos, ir compreendendo sua própria morte. Nesses casos, a presença de parentes desencarnados do espírito, próximos a ele, ajudam a compreender e a superar sentimentos de revolta e vingança. Em várias psicografias aparecem essas pessoas que ampararam o espírito nesse momento de passagem da *vida material* para a *vida espiritual*. Como destaca Stoll (2009):

É comum a “conscientização da morte” associar-se ao reencontro com familiares já falecidos – em geral, os avós, no caso de crianças e jovens; pais ou cônjuges, no caso de adultos. De modo geral, são estes que, de início, auxiliam a escrita da mensagem (STOLL, 2009, p.160).

As linguagens presentes nas mensagens psicografadas e nos livros espíritas são incorporadas ao vocabulário desse grupo. Os relatos, somados aos detalhes íntimos, de conhecimento apenas da rede familiar e afetiva próxima, ajudam os familiares que permanecem no plano material a elaborarem o luto e compreenderem que nem sempre as explicações se encontram no plano em que eles estão, mas em outras esferas da experiência espiritual. Para o espiritismo, se a pessoa morre de forma muito violenta na sua última vida material, as explicações podem estar em vidas passadas.

Em seu texto “*Dos mortos e sua volta: biografia e família na literatura espírita*”, Sandra Jacqueline Stoll (2009) questiona os argumentos de que, na modernidade ocidental, os cultos aos mortos se tornaram privados e ritualizados, com os vivos recusando a possibilidade da morte e se esquecendo dos “seus mortos”. O interesse pelo espiritismo e pelas psicografias, segundo a autora, veio por meio do questionamento dessa argumentação, tão fundamentada analiticamente por Ariès (1990) passando por Lévi-Strauss (1975), Certeau (1994) e Elias (2001).

[...] A escolha se justifica por se tratar de doutrina religiosa cuja prática ritual se funda em múltiplas formas de produção do contato entre vivos e mortos. Essas práticas são frequentemente públicas, portanto, permitem investigar os modos pelos quais, nesse contexto particular, se criam formas coletivas de compartilhamento da experiência da morte e seus significados (STOLL, 2009, p. 154).

É possível ampliar essa perspectiva trazida pela pesquisadora Sandra Stoll (2009) dando prosseguimento as suas reflexões. O espiritismo, ao criar *formas coletivas de*

compartilhamento da experiência da morte, cria também formas coletivas de experiência de vida.

Por acompanhar esse grupo há cerca de quatro anos, pude perceber que, cada um, a sua maneira, incorporou parte da doutrina espírita em suas trajetórias de vida, narrando os seus processos de superação da dor e da aceitação do perdão. Aos poucos, essa rede espírita, nas psicografias e no trabalho do tempo, assumiu práticas descritas por eles como sendo projetos de superação da dor, com discursos de adesão aos pressupostos da *Cultura da Paz*.

5 O TRABALHO SEGUNDO UMA ÉTICA DA RESIGNAÇÃO

Neste capítulo, as categorias que mediam as relações estabelecidas entre o grupo de familiares de vítimas da violência e o campo espírita serão apresentadas. Essas categorias perpassam narrativas espíritas e se intercalam com a minha pesquisa de campo. Ao apresentar como a categoria *trabalho* tece relações no *plano espiritual*, meu intuito é mostrar os diferentes matizes das conexões estabelecidas pelo grupo de familiares de vítimas da violência – que fazem parte da minha pesquisa de campo – com os preceitos espíritas. O objetivo é ressaltar como esse grupo se apropriou de certas categorias espíritas em seu cotidiano, que estruturam o *plano espiritual*, utilizando-as como norteadoras de suas relações no *plano material*.

A introdução do espiritismo Kardecista, no Brasil ocorreu a partir das camadas médias e altas brasileiras que, ao terem contato com a doutrina, viram nela uma possibilidade de “educar” e “civilizar” a população – ou nos termos espíritas, promover sua *evolução* (D’ANDREA, 2000). Desse modo, desde a inserção de seus princípios em terras brasileiras, as camadas médias brasileiras nutriram expectativas com relação aos aspectos civilizacionais dessa doutrina.

Em nosso país, o médium Francisco Cândido Xavier, conhecido como Chico Xavier, representou um importante papel na divulgação da doutrina espírita. Seus livros, palestras, textos e relatos sobre seus dons mediúnicos circularam – e circulam – amplamente na sociedade brasileira. Recentemente, algumas de suas obras literárias foram adaptadas para o cinema e sua história de vida ganhou as telas a partir da narrativa cinematográfica. Segundo Stoll (2002), as obras e trabalhos desenvolvidos pelo médium mineiro estão vinculados a um espiritismo kardecista, com *feições católicas*³².

O *estilo de vida exemplar* do médium esteve atrelado a um “*discurso de virtudes*” que remetia à *paciência, obediência e humildade* (STOLL, 2002). Outro fator preponderante para a construção de seu estilo de vida foi a relação disciplinar estabelecida com o seu *mentor espiritual*, seu guia, com o qual estabeleceu um *contrato de trabalho* para a produção das

³² Segundo Stoll, a síntese entre espiritismo e catolicismo, empreendida pelo médium Chico Xavier, está baseada em suas estratégias de construção da sua imagem pública, semelhante a linguagem católica da santidade – por mais que ele não se considerasse um santo e não gostasse de ser chamado assim. O *sofrimento* é a chave central de construção do discurso de santidade, que permite, assim, a representação de sua história da vida como a de um santo. Dessa forma, sua história de vida é vinculada *ao cumprimento de uma missão, a renúncia a projetos de caráter pessoal e a produção de um estilo de vida exemplar* (STOLL, 2002, p. 371).

obras literárias (STOLL, 2002). Sua relação com as autoridades religiosas, tanto do catolicismo como do espiritismo – guia espiritual –, esteve pautada pelo *sofrimento*, resignação e assujeitamento – que visava o controle dos seus dons mediúnicos³³. Lewgoy (2001) destaca que a representação da pessoa do médium como “santo”, a partir de uma narrativa mítica, foi gestada pela renúncia ao seu corpo, visto como instrumento da *missão* imposta a ele pelos mediadores do *plano espiritual*. Desse modo, ao unir referências do catolicismo institucional – seu principal guia espiritual, Emmanuel, foi o padre jesuíta Manoel de Nóbrega, missionário no Brasil –, o médium une missão e dons mediúnicos na representação de uma *vida exemplar*, baseado em um projeto de *religião cívica*. O *estilo de vida exemplar* de Chico Xavier é o estilo do *bom cidadão* pela ótica do Estado, obediente às leis, que respeita a ordem e a hierarquia (LEWGOY, 2001).

Chico Xavier cumpriu um “*itinerário de santidade*” (CERTEAU, 1982) que, segundo Stoll (2002), está centrado em um *estilo de vida exemplar*, muito mais do que em milagres³⁴.

A construção da própria representação, pelo médium, foi gestada a partir da apropriação de preceitos dogmáticos do catolicismo. O celibato, o voto de pobreza, a caridade e a renúncia aos projetos pessoais se assemelham a escolhas da vida monástica católica. A santidade de Chico Xavier se constitui através de um modelo de santidade franciscano. Ao se valer disso para construir a representação de si, a *vida exemplar* de Chico Xavier tornou-se modelo para outros médiuns espíritas. A mediunidade, para ser plenamente vivida, segundo o modelo do médium, deveria ser vivenciada a partir de renúncias e sacrifícios. O sofrimento, o sacrifício e a resignação perante a própria dor configuram-se como linguagens de acesso aos *planos espirituais* e de desenvolvimento da mediunidade. São elementos discursivos que ressaltam a sua existência como a de um escolhido pelas forças divinas.

Apesar de existirem tendências atuais do espiritismo³⁵ que se distanciam da perspectiva do médium mineiro – se contrapondo inclusive as suas práticas e ao seu *estilo de vida exemplar*, e por sua trajetória ter contribuído para a difusão do Espiritismo Kardecista no

³³ Assim como o padre católico, em sua infância, obrigava-o a cumprir penitências, seu guia espiritual o amansava, segundo ele, como *um viajante que doma um animal freado e irrequieto* (XAVIER, APUD STOLL, 2002, p. 379).

³⁴ Ao analisar a história de vida do médium, Sandra Jacqueline Stoll utiliza a definição de santidade que Le Goff utilizou para definir o estilo de santidade de Francisco de Assis que, segundo esse autor, estaria baseado na exibição de virtudes, na gestão de uma vida exemplar, muito mais do que na realização de milagres. Essa gestão de uma vida exemplar foi laboriosamente construída por ele e seu mentor espiritual.

³⁵ Stoll (2002) destaca duas tendências dissidentes do espiritismo pregado pelo médium Chico Xavier, as desenvolvidas pelos médiuns Waldo Vieira e Luiz Antônio Gasparetto. Cabe ressaltar que apesar das rupturas e críticas empreendidas por esses médiuns ao trabalho desenvolvido por Chico Xavier, ambos iniciaram suas carreiras mediúnicas sob a tutela do médium mineiro. Para mais detalhes, veja-se o artigo de Stoll (2002).

Brasil, com sua própria linguagem e identidade, diferente do Espiritismo de Allan Kardec – suas práticas mediúnicas e sua *vida exemplar* fornecem modelos para esse campo religioso. Os próprios médiuns que criticam as práticas de Chico Xavier acabam por contribuir com a difusão de suas concepções e ensinamentos. Seus textos e livros são reproduzidos e se tornaram, atualmente, amplamente conhecidos, principalmente com o surgimento das novas tecnologias e das redes sociais.

O coletivo espírita de familiares de vítimas da violência urbana, que acompanhei durante a minha pesquisa de campo, reproduz, nas redes sociais, frases, pensamentos e trechos dos livros do Chico Xavier vinculados aos preceitos de sua *vida exemplar*. Esse modelo foi apropriado por eles como forma de enfrentar o sofrimento da perda, provocado pelas mortes. A vida no *mundo material* é vista, por esses familiares, como um lugar de sofrimento. A terra, local de *provas e expiações*, segundo os ensinamentos do médium Chico Xavier, é representada pelas experiências de sofrimento, necessárias à evolução do espírito.

Ao se unirem na criação e promoção desse coletivo, esses familiares, gradativamente, se distanciaram da luta por justiça, a partir de discussões sobre direito, cidadania e os limites desses em um contexto de violência urbana. Com o passar do tempo, esse coletivo passou a empreender uma luta interior de aceitação e resignação como estratégia para alcançar a paz.

O modelo de *vida exemplar* de Chico Xavier e os ensinamentos morais passados em suas obras estão intimamente ligados a determinados projetos desse coletivo de familiares de vítimas da violência urbana, que se reuniu em busca das mensagens psicografadas de seus filhos e filhas. As categorias utilizadas pelo médium em suas obras, tais como *trabalho, serviço, missão, humildade, caridade e o governo de si pelo controle das emoções negativas* foram apropriadas por eles e passaram a nortear as práticas dos projetos, coletivos e pessoais desse grupo de familiares.

Por mais que esse coletivo de familiares não se defina como espírita – ou como kardecistas – as práticas que passaram a desenvolver após o contato com as mensagens psicografadas de seus filhos e filhas fazem parte das ações definidoras do campo do espiritismo no Brasil, diferenciando de outras religiões mediúnicas. Segundo Emerson Giumbelli (1997), no embate de instituições espíritas com médicos, policiais e juízes, o espiritismo brasileiro – praticado no Rio de Janeiro – forjou sua identidade a partir de alguns elementos, tendo o exercício da caridade como um dos principais legitimadores desse campo. As práticas mediúnicas direcionadas apenas ao exercício da caridade têm como desdobramento a impossibilidade dos médiuns cobrarem pelos serviços prestados. Dessa forma, essa prática diferencia o espiritismo de outras religiões mediúnicas. Por mais que

desde a publicação da dissertação de Emerson Giumbelli o campo do espiritismo tenha se complexificado – com alguns médiuns espíritas cobrando por suas atividades –, é inegável o quanto essa categoria ainda hoje media relações das pessoas que participam desse campo. Em todas as sessões mediúnicas que participei, levávamos fraldas geriátricas – que eram entregues em asilos e instituições de apoio aos idosos. Era o nosso “pagamento” por participar das sessões.

Enquanto *sistemas de crenças*, o espiritismo se constitui a partir de ações de assistência morais e materiais. A caridade e a comunicação mediúnica definem seus domínios próprios. A partir do confronto com dispositivos médicos e jurídicos, o espiritismo se constituiu como: “doutrina fundamentada sobre a ‘imortalidade da alma’, o princípio da ‘reencarnação’ e a ‘existência de Deus’, cujos praticantes cultivam a ‘mediunidade’ com ‘objetivos superiores’ e ‘finalidades de ordem moral’” (GIUMBELLI, 1997, p. 14).

Outro aspecto importante a ser destacado é o caráter individualista da cosmologia espírita. Enquanto descrita como religião interna (individualista), em oposição às religiões tradicionais, o espiritismo parte de uma aceitação crescente da noção de que cada indivíduo fomenta suas próprias orientações no mundo, não se filiando as respostas fabricadas pelas religiões tradicionais. Desse modo, o controle seria promovido pelo próprio indivíduo e não por normas externas (D’ANDREA, 2000). O conceito de carma, apropriado pela doutrina espírita, faz parte dessa percepção do indivíduo como responsável por suas escolhas e pelas consequências delas em suas vidas *espirituais e terrenas*³⁶.

Nesse processo de institucionalização do campo do espiritismo no Brasil, a *história de vida* do médium Chico Xavier e a sua representação – perpassadas pela narrativa do *sofrimento*³⁷ – são centrais. Além disso, no caso específico de minha pesquisa de campo, a história do médium é cercada por discursos e práticas que dialogam com as trajetórias pessoais dos membros desse coletivo. Ao narrar suas dores e superação em seus livros e

³⁶ Como destaca Weber (1913, p. 354-355): “A solução formalmente mais perfeita do problema da teodicéia é a obra específica da doutrina indiana do ‘carma’, da chamada crença na transmigração das almas. O mundo é um cosmos ininterrupto de retribuição ética. (...) No sentido mais rigoroso, é exclusivamente o próprio indivíduo que cria seu destino”. A religiosidade, sob essa perspectiva, estaria centrada nas escolhas individuais e no agenciamento do indivíduo.

³⁷ Em sua trajetória de vida, Chico Xavier passou por diversas situações de *sofrimento* que, segundo Stoll, se entrelaçam na construção de sua imagem como o santo, eleito e escolhido para desenvolver determinada *missão*. Todas as vezes que passou por essas situações – como a morte de sua mãe, os castigos físicos de sua madrinha e de seu pai, por causa de sua mediunidade –, seu comportamento foi de resignação e aceitação da situação. As primeiras orientações que recebeu dos espíritos foram para aceitar a situação e os castigos, ocultando a sua mediunidade das pessoas para que não sofresse represália – o espírito de sua mãe apareceu para ele, quando ainda era criança, orientando para que não falasse de seus dons e de tudo que eles conversavam para as outras pessoas.

biografias, o médium expõe um *itinerário* de sofrimento, ao mesmo tempo em que testemunha a sua superação. Sua *história de vida* fornece os recursos necessários para que os pais e mães que perderam seus filhos e filhas – principalmente aqueles que perderam de forma violenta – possam trilhar novos caminhos de superação e paz. Um exemplo é o trabalho desenvolvido pelos pais do menino João Hélio, principalmente Elson, que ao modificarem suas ações e suas *performances* no espaço público, se tornam modelos para outros familiares de vítimas da violência urbana.

Assim como a relação do médium Chico Xavier com os espíritos e com o mundo espiritual narra uma *ética da resignação*, o protagonismo de Elson no *Projeto Amor Além da Vida* fundamenta suas práticas em princípios éticos semelhantes. A humildade, gestada na lógica de um discurso de *virtudes*, foi utilizada pelo médium para construção de *projetos de governo* – atrelados ao controle do ego e a processos de *sujeição* aos desígnios divinos.

Essa resignação diante da vida serve como modelo de construção de subjetividades para os membros do Projeto *Amor Além da Vida*. Essa elaboração de si do médium Chico Xavier, pautada no controle das emoções, é seguida pelos familiares que promovem mudanças em suas subjetividades ao aderirem ao projeto espírita de construção da paz. A paz, tão almejada por eles, é gestada no interior de cada um, a partir da superação da perda, do luto e dos sentimentos de revolta e vingança; assim como pela adoção de linguagens e práticas voltadas para a promoção da paz. A aceitação e resignação diante dos fatos levam ao abandono da *linguagem da guerra* por essas famílias³⁸. O trabalho de divulgação das sessões e mensagens espíritas, desenvolvido como *missão* por esses pais, tem por objetivo impedir que outros pais e mães que perderam seus filhos e filhas se revoltem contra *Deus* e se *distanciem da misericórdia do amor divino* (LEITE, 2011).

Para Francilene e Diraison, Élson e Rosa, bem como para Sr. Orlando – que fazem parte do *Projeto Amor Além da Vida* –, a possibilidade que tiveram de se comunicarem com seus filhos após a morte representa um sinal de que foram escolhidos para desempenharem uma *missão* na terra – que orienta e dá sentido a vida deles após a perda. Sob essa perspectiva, as mortes de seus filhos não foram em vão, mas são interpretadas, por eles, como parte de um projeto divino de transformação e de evolução de suas *consciências*. São pessoas que se consideram mais próximas da evolução eterna após a morte de seus filhos. As *ações sociais* de caridade, a organização das sessões de psicografia e a manutenção da comunicação com os

³⁸ Sobre a representação da cidade do Rio de Janeiro a partir de linguagens e *metáforas da guerra*, como referência utilizo os trabalhos de Márcia Leite, principalmente o texto “Entre o individualismo e a solidariedade: dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro”. In. Revista Brasileira de Ciências Sociais – vol.15, nº 44, outubro/2000.

filhos são os eixos de atuação do projeto desenvolvido por este coletivo e que se articula com os projetos desenvolvidos pelos médiuns espíritas. Mais adiante explanarei melhor sobre esse projeto. Contudo, quero enfatizar essa perspectiva de *vida exemplar*, desempenhada por Chico Xavier, que serve de modelo para esse coletivo.

5.1 A categoria trabalho na obra “Nosso Lar”: os princípios espíritas norteadores da produção de subjetividades pacificadas

A categoria trabalho norteia os processos de produção de uma *cultura da paz*, de inspiração espírita. Os planos espirituais, descritos como colônias de trabalho, demonstram o quanto essa categoria fundamenta práticas e relações no interior do campo espírita brasileiro. A permanência dessa categoria, presente nas mensagens psicografadas dos filhos e filhas aos pais e mães inseridos nessa rede espírita de promoção da paz, destaca o quanto essa se relaciona com as ações e os processos de *subjetivação* do Projeto *Amor Além da Vida*³⁹. A paz, para ser alcançada, deve ser praticada através do exercício da caridade e de ações projetadas de forma conjunta nos dois planos: *espiritual e material*.

Uma das obras mais conhecidas de Chico Xavier, dramatizada no cinema, é o livro “Nosso Lar”. Ele foi publicado em 1944 e é o primeiro da Coleção “A Vida no Mundo Espiritual”. A obra, que narra a vida do espírito André Luiz após sua *morte material*, surgiu em um contexto da sociedade brasileira marcado por determinados valores. Em algumas partes do livro, a conjuntura do *Mundo Visível*, a Segunda Guerra Mundial, é relacionada com os trabalhos desenvolvidos pelos espíritos nos *planos espirituais*. Desse modo, essa obra, além de trazer categorias e preceitos da cosmologia espírita, está inserida nesse contexto social e político.

“Nosso Lar” é uma obra que surgiu durante o Estado Novo⁴⁰. O *trabalho* como categoria central dessa obra – e dos mundos espirituais, como descrevo mais adiante – se

³⁹ Subjetivação, aqui, compreendida no duplo sentido: de tornar-se sujeito e de sujeitar-se ao governo alheio – como destacado por diversos autores como Foucault (2006), Das (2011), Butler (2010).

⁴⁰ O Estado Novo se legitimou a partir de relações estabelecidas com a sociedade, dividida em grupos de interesse e organizada em um sistema corporativista. Das muitas definições do corporativismo, há consenso de que o tipo implementado no Brasil se aproxima do modelo dos países ibéricos em que os conflitos e lutas de classes seriam solucionados a partir do controle da representação sindical pelo Estado. O principal objetivo desse sistema é evitar conflitos no seio da sociedade. Devido à fragilidade das instituições democráticas no Brasil, segundo especialistas da época, o desenvolvimento da democracia brasileira ocorreria sob a supervisão do

entrelaça com o período histórico de surgimento do *corporativismo*. Segundo Lewgoy, essa obra de Chico Xavier é considerada o *maior clássico do espiritismo brasileiro* e as categorias, utilizadas na descrição do *mundo espiritual*, se ligam a uma *visão corporativista da sociedade*, baseada em uma *linguagem burocrática, administrativa, impessoal e abstrata* (LEWGOY, 2001, p. 80).

O livro reproduz em suas páginas as bases ideológicas do Estado Novo e do *positivismo/funcionalismo*. As colônias espirituais descritas na obra se estruturam a partir dos preceitos do *coorporativismo* e de seu modelo de gestão da sociedade. A gestão das colônias é feita por um estado burocratizante, hierárquico e autoritário. Os membros das colônias, ao ingressarem nelas, estabelecem relações de trabalho harmônicas, organizadas hierarquicamente, de forma verticalizada – sem espaço para conflitos e desestabilização das relações sociais. A hierarquia, sob esse prisma, é aceita e justificada, assentada na lei de reencarnações e evolução espiritual. Como obra clássica do espiritismo no Brasil, “Nosso Lar” sintetiza os pontos principais da perspectiva de Chico Xavier e da sua ação no *Mundo Visível*. De acordo com Lewgoy, sua:

[...] visão cívica, orgânica e corporativa de cidadania e de pessoa afina-se com certas tendências ideológicas dos segmentos militares ao modernismo racionalizante, que pregava a tutela da sociedade pelo Estado (Carvalho, 1998; Castro, 1995) e, mais tarde, com as tendências conservadoras do pensamento social dos anos 20, 30 e 40 inclusive na doutrina social da Igreja. Originalmente católica, essa visão é também encarada na perspectiva que lançava o Estado e o exército como instrumentos modernizantes e laicos o suficiente para, de um lado, desidentificar-se com a religiosidade conservadora, mas não o bastante a ponto de prescindir-se da tradição cristã, como fez o positivismo, quando convertido à doutrina política (LEWGOY, 2001, p. 80 e 81).

Em “Nosso Lar”, o trabalho e o serviço são categorias centrais no processo de evolução do espírito humano em busca da perfeição. No livro, a entrega e a dedicação incansáveis ao serviço da obra divina – evolução da humanidade – são os atributos necessários para a *evolução* da alma do indivíduo que visa atingir o progresso espiritual e, assim, quebrar os ciclos das encarnações. A importância do *trabalho* é constantemente ressaltada nas falas das personagens cujas histórias são retratadas na obra. “Nosso Lar” é uma esfera próxima da terra, com *vibrações* semelhantes, que constitui um dos planos de evolução do espírito após o desencarne, é uma *colônia “consagrada ao trabalho e ao socorro espiritual”* (Espírito André Luiz [psicografado] Francisco Cândido Xavier, 2014). O espírito

Estado. Por outro lado, a mediação dos interesses pelo estado, a partir do sistema cooperativo, era o que conferia legitimidade as ações do Estado Novo.

desencarnado que se encontra nessa colônia consegue se desvencilhar de vibrações inferiores e ascender aos planos espirituais evolutivos na medida em que se dedica, sem questionamento, às diferentes tarefas e serviços existentes. O direito ao serviço, independente da tarefa desempenhada, é a maior dádiva que o espírito pode alcançar na sua trajetória de progresso. Além disso, é através dele que poderá interceder pela evolução de sua rede afetiva – familiares e afins – que se encontra em diferentes planos: terreno e espirituais.

Há vários planos espirituais de transcendência e, segundo a obra, o “Nosso Lar” é a primeira colônia de trabalho após o *Umbral*⁴¹. Os espíritos que ali estão foram direcionados para esse mundo de *trabalho* e de socorro espiritual porque precisam se dedicar a essas tarefas para alcançarem níveis mais elevados de evolução. Junto com o trabalho dedicado, a ascensão espiritual é conquistada pela *simpatia* multiplicada em diferentes planos. Assim, toda simpatia conquistada pelo espírito em suas diferentes vidas – material e espiritual – se torna moeda a seu favor. Sob esse prisma, a *caridade* produz efeitos não apenas para as pessoas que recebem ajuda, mas também para aquelas que doam, uma vez que esses dons contribuem para sua evolução espiritual. Os exercícios da caridade e do amor ao próximo sustentam os planos terreno e espirituais e são dons que circulam entre essas diferentes dimensões. As dádivas afetivas, ao transitarem entre os diferentes planos, promovem a evolução espiritual dos membros de uma mesma família e das redes afetivas unidas a ela. Nas psicografias de Thiago, filho de Francilene, o seu espírito sempre ressalta que *está trabalhando*, e muito, nas esferas em que se encontra. Segundo os ensinamentos presentes na doutrina espírita, explicitados no livro, o trabalho de Thiago nos *planos espirituais* sustenta toda sua família, contribuindo para o bem físico e espiritual do círculo familiar, bem como para a evolução espiritual dele.

A busca pela perfeição, desse modo, representa o espírito como entidade moral, destinada a um projeto universal de evolução da humanidade. Ao centrar-se na escolha indivíduo em se esforçar para atingir níveis evolutivos mais elevados, os espíritos são percebidos como individualidades morais. O indivíduo se dedicaria, dessa forma, a movimentação de sua subjetividade e a manifestação do seu espírito, abdicando dos aspectos materiais da vida – ligados aos níveis mais baixos de evolução.

⁴¹Umbral: região obscura. Começa na crosta terrestre é a zona onde habitam os espíritos que “não se resolveram a atravessar as portas dos deveres sagrados, a fim de cumpri-los, demorando-se no vale da indecisão ou no pântano dos erros numerosos”. O Umbral funciona como “região destinada ao esgotamento de resíduos mentais; uma espécie de zona purgatorial”. “Tudo que não tem finalidade para a vida superior concentra-se nesse local” (Espírito André Luiz [psicografado] Francisco Cândido Xavier, 2014, p. 68).

O espírito de Thiago se constitui, assim, como uma individualidade moral ao se relacionar com o projeto moral, espírita, de evolução da humanidade – que, nesse sentido, se relaciona com os processos civilizacionais empreendidos pelo Ocidente.

Ao auxiliarem espiritualmente diversos espíritos nos trabalhos que desenvolvem pelos diferentes ministérios – que compõem essa esfera de transcendência –, os habitantes de “Nosso Lar” contribuem para a evolução de toda humanidade. Desse modo, não há como atingir a evolução pessoal sem cooperar para a evolução de todos e todas. Os serviços desenvolvidos nas diferentes *colônias* de trabalho existentes no *plano espiritual* estão intimamente ligados às trajetórias individuais de evolução de um espírito. Ao desenvolverem, os espíritos promovem a evolução de sua rede afetiva e dos espíritos que auxiliam em suas tarefas nas colônias. Há íntima relação entre trabalho e evolução da humanidade. Visto que o Espiritismo Kardecista tem por questão central o progresso da humanidade, para o autor do livro a categoria trabalho alicerça esse processo. O espírito promove a evolução da humanidade através do trabalho incansável que realiza nas colônias espirituais e em suas encarnações no mundo terreno – visto como local de *sofrimento*.

Segundo o livro, aos espíritos que habitam esse plano, são exigidas 8 horas diárias de trabalho, sendo o descanso também concedido em um dos dias da semana. Em partes do livro, é ressaltado que o *governador da colônia* – figura definida como administrador do local – não descansa nunca. Sua dedicação e abnegação são permanentes. Quanto mais o espírito ascende nos *planos espirituais*, mais ele trabalha. O serviço à obra divina permite que, como relatado no livro, uma mãe interceda pela alma do filho que se encontra no *Umbral* para que ele ascenda ao *Nosso Lar* e possa iniciar sua trajetória pessoal de transcendência. *Ascender às esferas superiores é conquistar o direito de interceder, de modo mais eficaz, pelos que ama.*

A estrutura de funcionamento de “Nosso Lar” é muito semelhante a da terra porque, segundo o autor, é uma esfera que vibra muito próximo do plano terreno⁴². Por ser o primeiro plano em que o espírito se conscientiza que se desprende da matéria, em “Nosso Lar” o processo de se desvencilhar dos hábitos cotidianos é gradual. Assim, ele se comunica, se alimenta e transita da mesma forma que na terra quando poderia, segundo o autor, realizar essas atividades com suas ações desvinculadas da matéria. Desse modo, “Nosso Lar” é um local de passagem do *plano material* para o *plano espiritual* em que o espírito apreende novos

⁴² Esse plano de evolução, segundo o livro, é dividido em: “seis ministérios orientados, cada qual por doze Ministros. Temos os Ministérios da Regeneração, do Auxílio, da Comunicação, do Esclarecimento, da Elevação e da União Divina. Os quatro primeiros nos aproximam das esferas terrestres, os dois últimos nos ligam ao plano superior, visto que a nossa cidade espiritual é zona de transição. Os serviços mais grosseiros localizam-se no Ministério da Regeneração, os mais sublimes no da União Divina” (Espírito André Luiz [psicografado] Francisco Cândido Xavier, 2014, p. 52).

modos e comportamentos em busca de sua evolução. Após sua passagem por essa colônia de trabalho, o único modo de o espírito retroceder é encarnando novamente. No entanto, a reencarnação, se avaliada como necessária, não será a mesma, pois o espírito terá aprendido pelo trabalho, pela simpatia e pela caridade a cooperar por sua evolução, tendo como apoio uma rede simpática de desencarnados, tanto de familiares como amigos, cooperando para que não se esqueça de sua missão e não se distancie dos desígnios divinos. Esses três elementos: trabalho, simpatia e caridade representam moedas acumuladas pelo espírito.

A circulação entre os diferentes mundos, planos e esferas terrenos e espirituais, se insere, de forma complementar, em sua linha evolutiva. O espírito surge imperfeito, vinculado aos planos mais materiais e através dos ciclos das encarnações ascende aos planos mais elevados. Nesse processo, ele progride *moralmente*, adquirindo culpas no plano terreno e *limpando-as* nos *planos espirituais*. De acordo com o livro, os *planos espirituais* são descritos como locais de purificação do espírito através do *trabalho*. A cada encarnação é dado por Deus ao espírito uma *missão* que, se ele cumprir, irá aproximá-lo da perfeição divina e da eternidade. Porém, se a *missão* for deixada em segundo plano, o espírito, *individualidade moral*, adquirirá culpas que o tornará ainda mais preso ao *ciclo das encarnações*. Muitas culpas acumuladas exigirão muitas encarnações do espírito. Em alguns casos, o trabalho realizado nas colônias espirituais não é suficiente para limpar determinadas culpas que, desse modo, acabam exigindo uma nova encarnação. A relação entre *plano material* e *plano espiritual* se estabelece a partir de oposições e continuidades.

O mal e o bem são descritos como aspectos transitórios na existência de um espírito e estão relacionados. Para atingir a eternidade, todo espírito passa por fases em que o mal media suas relações, quando está mais atrelado aos aspectos materiais da existência. O mal é visto como transitório e o ser humano como um ser essencialmente em busca do bem e da perfeição divina – estados que caracterizam a eternidade da alma. A maldade não faz parte da essência do ser humano, que se destina para o bem. O mal é acumulado em encarnações pelos indivíduos que se distanciam de suas *missões*. Ele faz parte apenas do mundo material e das esferas inferiores de transição. As colônias de tratamento espiritual e de trabalho do *plano espiritual* são constituídas apenas do bem. Do mesmo modo, os espíritos podem se limpar do mal em novas existências *espirituais* e *materiais*. Assim, em diferentes passagens do livro “Nosso Lar”, o espírito André Luiz teve a oportunidade de se reencontrar com os espíritos de pessoas com as quais havia agido incorretamente quando estava encarnado. Essas oportunidades foram destacadas como *dádivas divinas* que contribuem significativamente para a evolução do seu espírito.

Essas diferentes chances de purificação da alma nos diferentes planos de existência da *pessoa humana*⁴³, – segundo a cosmologia espírita composta de alma e matéria –, ampliam as esferas de compreensão e percepção do humano. Para a cosmologia kardecista, assim como o mal, o sofrimento é transitório na existência da pessoa que dele pode se desprender, mesmo que tenha que encarnar em muitas vidas. Essa perspectiva permite a “ressocialização” dos espíritos e limpeza da *alma* – vista como a verdadeira essência da pessoa. Encarnação e mundos, a partir desse prisma, representam as etapas de purificação do espírito.

Luis Fernando Dias Duarte (2004) destaca como essas etapas, descritas pela cosmologia espírita, se relacionam ao que ele denominou de *evolucionismo romântico*. Os pressupostos do *evolucionismo romântico*, segundo Duarte:

[...] encontrou expressão paradigmática na categoria hegeliana do *Aufhebung* passagem de um determinado estado dos entes para outro superior, mais “espiritual” e abrangente – sem perda da continuidade ontológica. Sua tradução como sublimação expressa apenas parcialmente uma mancha semântica complexa e intensa. Não podemos deixar de mencionar a generalizada e duradoura influência desse vetor ideológico – no vitalismo médico ou no espiritismo kardecista, por exemplo (DUARTE, 2004, p. 14).

A possibilidade de “ressocialização”, posta pela doutrina espírita, surge nas falas dos familiares de vítimas da violência. O tema aparece em mensagens e conversas. O bem e o mal, uma vez que estão presentes nos mundos e não nas pessoas, são elementos transitórios e, por isso, os espíritos devem se esforçar em multiplicar o bem e quebrar o mal que permeia as suas relações. Se em alguma de suas vidas carnis um espírito vibrou sentimentos negativos, ele terá oportunidade de expiar esses sentimentos.

Como todo espírito em algum momento de sua trajetória em busca da evolução já vibrou sentimentos negativos, nenhuma vida terrena deve ser interrompida por determinação de outrem, porque cada espírito tem que passar pelas provações necessárias. A partir dessa perspectiva, o espiritismo kardecista se posiciona de forma contrária a legalização do aborto e a pena de morte. A justiça divina, com suas *leis de reencarnação* e *carma*, seria suficiente para equilibrar as relações humanas, tornando as relações entre os mundos mais justas, unindo todos e todas na eternidade da perfeição divina.

Nos *mundos espirituais*, o ódio, a raiva, o rancor e outros sentimentos negativos não estão presentes. Enquanto os espíritos estão ligados a esses sentimentos, eles se mantêm em

⁴³ Para mais detalhes acerca da construção da categoria *pessoa* no espiritismo kardecista, sugiro a leitura do livro “*O Mundo Invisível. Cosmologia, Sistema Ritual e Noção de Pessoa no Espiritismo*”, de Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti, 1983.

tratamento. Como *individualidade moral*, a pessoa deve buscar sempre sentimentos positivos se quiser atingir a eternidade divina. Da mesma forma, na tentativa de se comunicarem com espíritos de entes queridos desencarnados, as pessoas devem vibrar sentimentos positivos. Élson, pai de João Hélio, acredita que sentimentos como raiva e revolta atrapalham a comunicação com o filho. Por causa disso, ele e sua esposa evitam ter contato com informações e notícias sobre o caso do filho para não alimentarem esses sentimentos. Ao controlar a raiva, e outros sentimentos negativos, os pais do menino buscam se imunizar contra os aspectos terrenos e materiais da vida social e, dessa forma, suas práticas se assemelham ao indivíduo ascético, descrito por Weber, que também nega a desfrutar dos aspectos materiais da existência.

Salvar o seu algoz, para Thiago, se torna uma estratégia para que ele ascenda espiritualmente. Ao agir assim, ele se capacita para que interceda pela evolução de seus familiares. Seu *trabalho espiritual* coopera para que se alcance o objetivo da doutrina espírita. Além disso, seu espírito segue um dos mandamentos de Cristo “*Amar ao próximo como a ti mesmo*”. Ao seguir esse mandamento, o espírito de Thiago multiplica simpatia e contribui para o processo de purificação da humanidade. Como ele destaca em um das suas mensagens, é no exercício da caridade e do amor que o espírito alcança a evolução: “É na interação em prol dos semelhantes deste e do outro lado da vida que a alma se aperfeiçoa” (Espírito Thiago Pinheiro de Castro [psicografado] Rogério Leite, 2011, p. 98).

A igualdade original do momento de criação e o ciclo das encarnações unem todos. As pessoas são semelhantes na composição e nos processos de evolução. Em nossas conversas, Francilene sempre destaca *o trabalho* que Thiago desenvolve nas esferas espirituais. Em uma de suas psicografias, presente no livro “*Policiais de Volta*”, do médium Rogério H. Leite, Thiago ressalta que procurou *na interação e no trabalho ocupar a mente e o coração em favor dos semelhantes* para, assim, conseguir se desprender do sentimento de revolta. O trabalho atuaria, sob essa ótica, como recurso para aquisição de sentimentos mais elevados e, assim, promoveria a adesão aos conceitos espíritas ligados à percepção do humano e da humanidade.

O trabalho – visto pela cosmologia espírita como categoria purificadora – estaria atrelado a outros aspectos como a iniciativa, postura e dedicação. Não é exigido apenas o trabalho dos espíritos habitantes das colônias dos *planos espirituais*, mas a dedicação, a satisfação em servir, e a percepção dele como uma grande dádiva oferecida por Deus aos homens. Um direito amplamente valorizado: “somos felizes, porque temos trabalho; e a

alegria habita cada recanto da colônia, porque o Senhor não nos retirou o pão abençoado do serviço” (Espírito André Luiz [psicografado] Francisco Cândido Xavier, 2014, p. 38).

Como mencionado anteriormente, o trabalho em “Nosso Lar” permite o acesso a diversos bens, sendo um deles a evolução pessoal. Por isso, não importa a natureza do trabalho, na orientação ou na subalternidade, se ele representa sacrifício pessoal. Os serviços desempenhados no plano espiritual permitem o acúmulo de *bônus-hora*. Essa forma de remuneração utilizada nessa colônia dá acesso a diversos bens. Como a maioria dos espíritos que se encontram em “Nosso Lar” deve retornar às esferas carnis, esses bens contribuem para que a pessoa, ao encarnar, não se esqueça de sua *missão* no plano terreno.

Se, como ressaltamos no contexto histórico da produção da doutrina espírita, o trabalho estava associado à ideologia do Estado Novo, e, portanto, teria o seu aspecto material ressaltado, aqui o trabalho ganha relevo espiritual, descolando-se da esfera material.

O trabalho no *plano espiritual*, na cosmologia espírita, possui valor maior do que o trabalho realizado no *plano material*. Se através do trabalho no *plano material* o espírito adquiriu *culpas*, os que ele desenvolverá no plano espiritual permitirão que ele se limpe. No caso específico da minha pesquisa de campo, o *trabalho espiritual* dos filhos, realizado em consonância a *missão* desenvolvida pelos pais, contribui para a *promoção da paz*, nos dois planos, e para a evolução da humanidade, ou seja, corrobora para o surgimento de novos arranjos civilizacionais.

Os seus filhos e filhas do coletivo de familiares de vítimas, ao desenvolverem seus trabalhos no plano espiritual, conquistam adeptos para a doutrina espírita. A evolução do espírito e da humanidade, finalidade do espiritismo como ressaltei anteriormente, está atrelada a projetos civilizacionais desenvolvidos no Ocidente. No caso específico do coletivo de familiares de vítimas da violência urbana, suas ações estão voltadas para projetos de mudanças subjetivas de *promoção da paz*. Dessa forma, a transformação de corações para os discursos da paz faria cessar os atos e ações violentas.

Missão, trabalho e caridade se tornam os elementos centrais na construção de narrativas espíritas de articulação de uma *cultura da paz*. Como destaquei anteriormente, a paz almejada, no contexto do Rio de Janeiro, é gestada de diferentes formas e vinculada a projetos de governo distintos. Nos coletivos espíritas, a paz é alcançada pelos familiares de vítimas da violência urbana a partir do reconhecimento de sua *missão*, do trabalho realizado conjuntamente nos planos *material* e espiritual por filhos e pais, e pelo exercício da caridade, efetivado através das *ações sociais* empreendidas por esses grupos.

O espiritismo praticado pelo coletivo de familiares de vítimas da violência estabelece o *governo das almas*, através do trabalho, instrumento de pacificação de si. É pelo trabalho de se *autogovernar* contra sua agressividade, que a evolução e paz são alcançadas por esse grupo. O *governo de si* é empreendido por eles a partir do controle das emoções consideradas negativas – raiva, rancor, inveja, cobiça, dentre outros –, bem como pelos desejos relacionados à matéria, descritos como carnisais. Para empreender esse governo, o espírito deve se dedicar avidamente ao trabalho, destinando a ele tempo suficiente para que não se disperse da sua *missão*. A ocupação profissional de uma pessoa no plano terreno, neste caso, perde em importância a favor de sua *missão* de transformação das almas. Trabalho, *missão* e caridade são categorias fundamentais para que os espíritos mantenham o *governo de si* e, desse modo, consigam atingir a sua evolução e contribuir para evolução da humanidade.

O controle das emoções, segundo essa doutrina, é atingido a partir do controle do ego e de suas vontades. Para atingir a evolução, o espírito deve aceitar os desígnios divinos, sem questionamento ou contrariedade, e se colocar à disposição da vontade divina, se dedicando exclusivamente a sua *missão*. Assim, se é dado por Deus o livre-arbítrio, o espírito deve subordiná-lo a sua *missão*, pois só assim ele conseguirá a *salvação* eterna. Portanto, a evolução e a lei da encarnação são os princípios que regem o *pastorado das almas* espírita.

Como na sociedade brasileira o espiritismo é difundido através de obras literárias, pela teledramaturgia e pelo cinema, seus princípios são amplamente conhecidos pela população. Os princípios desse *pastorado das almas* são amplamente difundidos em nossa sociedade. Termos como *carma*⁴⁴, reencarnação e narrativas ficcionais sobre outras vidas são utilizados por pessoas que não frequentam centros espíritas. Além disso, as múltiplas formas de comunicação com familiares falecidos, por sonhos, sinais, mensagens e outras manifestações estão presentes nas narrativas tanto de pessoas que se declaram espíritas, como das que não se declaram.

Como Stoll (2009) destacou, a literatura espírita é amplamente difundida na sociedade brasileira. Essa literatura movimenta o mercado editorial e, recentemente, tem movimentado também o mercado audiovisual. Dessa forma, mesmo que a pessoa não se considere espírita, ela acaba tendo contato com alguns princípios das doutrinas. Para as pessoas que frequentam os centros por causa das *psicografias* e da possibilidade de comunicação com os entes desencarnados, os médiuns sempre recomendam a leitura das obras espíritas e o estudo da doutrina.

⁴⁴ Para uma análise mais detalhada da apropriação do termo carma pelo espiritismo, ver Mazur (2006).

Nas psicografias recebidas pelos familiares de vítimas da violência, os espíritos contam aos seus pais e parentes que estão trabalhando após as suas mortes. Em suas mensagens, eles tranquilizam seus familiares quanto aos seus estados atuais, descrevendo curiosidades acerca de suas vidas após a morte. André, filho do Sr. Orlando, em uma de suas mensagens, traz informações sobre o local em que seu espírito se encontra: “Nossa colônia é um lugar de aprendizado constante. Estou ajudando aos jovens e dando minha colaboração amiga”. (LEITE, 2011). Em outra mensagem, André tranquiliza seus pais dizendo que está *vivo e trabalhando*, ressaltando que os tiros não tiraram sua vida, pois ele permanece vivo em outro plano.

As mensagens – cujo objetivo é inspirar nos pais e familiares a certeza de que a vida de seus filhos permanece em outras esferas –, nas psicografias, vêm acompanhadas de notícias de que os filhos prosseguem a “*jornada de mãos dadas ao trabalho que edifica e constrói*” (LEITE, 2011). Após o período de recuperação – tempo indeterminado na cosmologia espírita, necessário para que o espírito se restabeleça após a morte e tome consciência de sua nova condição –, os filhos narram que começaram a dedicar-se ao *trabalho*. A presença desse tema em grande parte das mensagens enviadas pelos filhos dos familiares que fazem parte do *Projeto Amor Além da Vida* demonstra o quanto a categoria se relaciona com os princípios espíritas de *gestão da vida e da morte*.

À medida que o espírito evolui em sua trajetória espiritual, ele atinge outras esferas de trabalho, nas quais se dedica a diferentes funções. Ao contar-me sobre a mensagem que recebeu do pai em um centro na Penha – bairro da zona norte da cidade do Rio de Janeiro –, Francilene disse-me que, nessa ocasião, não recebeu mensagens do Thiago porque, segundo informações fornecidas por seu pai, ele estava trabalhando em outra colônia. Esse dado que revela a mudança de colônia de Thiago, indica que seu espírito atingiu níveis superiores de evolução.

O contato com as psicografias e a leitura dos livros espíritas permite que os pais e mães de familiares vítimas da violência – inseridos nessa rede espírita – utilizem os vocabulários desse campo religioso corriqueiramente nas conversas, naturalizando-os como referências comuns a todos e todas. Assim, nos diálogos, eles fazem menção a termos como *colônia*, como se esses representassem uma referência comum. Tal fato demonstra a presença dessa doutrina em suas vidas cotidianas. A percepção de mundos que compartilham experiências distintas e, desse modo, se complementam, permite não apenas o trânsito de espíritos, mas também de palavras, construindo campos semânticos que circulam. O *plano material* e os *planos espirituais* se espelham, produzindo interferências. Sob essa ótica, o

espírito não apenas se comunica, mas também opina, interfere, intercede e age diretamente na vida dos seus familiares encarnados e na de pessoas desconhecidas.

5.2 Projeto Cartas Consoladoras: a mediunidade em contextos de violência

No blog do projeto “Cartas Consoladoras”, Rogério narra sua história da seguinte forma:

Nascido em Lorena/ SP, no dia 22 de setembro de 1967, teve suas faculdades mediúnicas afloradas na infância, fato que levou seus familiares a buscarem auxílio de uma casa espírita. Aos 12 anos de idade, após ter efetuado estudo das obras básicas da doutrina espírita foi convidado a integrar as reuniões de *adestramento* mediúnico. Logo o jovem médium passou a atuar com segurança na *psicofonia*, esmerando-se ainda mais nos estudos doutrinários.

Em 1986 fundou com um amigo o Templo Espiritualista “Cristo para todos”. Em 1987 recebeu dos Benfeitores amigos a orientação para dedicar-se a psicografia. No final da década de 80 empreendeu a primeira viagem a cidade de Uberaba-MG e conheceu pessoalmente o médium Chico Xavier, recebendo do mesmo palavras de estímulo e incentivo, tendo estabelecido contato com diversos médiuns expressivos do movimento espírita, entre eles Rafael Américo Ranieri, Wagner Antunes, Nilton Boechat, Carlos A. Baccelli, Celso de Almeida Afonso, Alaor Borge, Jorge Rizzini, Divaldo Pereira Franco, dentre outros.

Durante 10 anos viajou trimestralmente à Uberaba pesquisando e estudando a psicografia, sendo frequentador do Grupo Espírita da Prece, casa onde trabalhava o médium Chico Xavier. Rogério H. Leite chegou a empreender mudança definitiva de residência àquela cidade, somente retornando por ocasião da enfermidade de sua mãe. Atualmente ao lado da médium Marli Mansini, coordena os trabalhos mediúnicos do Grupo de Estudos Allan Kardec, em Lorena/ SP, situado na Rua Tenente Anacleto Ferreira Pinto, nº 55, bairro: Cabelinha.

Rogério H. Leite possui extensa agenda que atende a convite de diversos confrades. Realiza sessões públicas de psicografia que com a recepção de mensagens de entes queridos, realizando também palestras e seminários abordando diversos temas, entre eles: Mediunidade, mundo espiritual, evangelho, etc... (Disponível em: <<http://cartaconsoladora.blogspot.com.br/p/fotos.html>>. Acesso em: 16 de maio de 2015, grifos meus).

As primeiras manifestações mediúnicas aconteceram logo na infância de Rogério e Marli. Com o auxílio da rede espírita, eles se formaram como médiuns. O trabalho desenvolvido por eles está centrado nas sessões públicas de psicografia, no exercício da caridade e nos livros psicografados. Em algumas das sessões que realizaram no Rio de Janeiro, os médiuns Rogério Leite e Marli Mansini estavam acompanhados do médium Hércules Gonzaga. Diferente de Hércules, de Fábio Figueiredo e Fernando Ben – médiuns que fazem parte da trajetória do grupo de familiares vítimas da violência inseridos nessa rede espírita – que possuem formação superior, Rogério e Marli não possuem formação acadêmica.

A trajetória deles se assemelha a de Chico Xavier – que, assim como eles, não possuía formação acadêmica.

Durante a leitura de uma psicografia, na casa do casal Élson e Rosa, no Méier, foi lida uma mensagem psicografada no idioma alemão, enviada pelo marido de uma senhora que participava da sessão. Ao ler a psicografia, o médium fez questão de destacar que a veracidade da mensagem estava no fato dele possuir apenas a escolarização básica e, por isso, não ter competência para escrever tal mensagem.

As ações desenvolvidas pelo médium Rogério H. Leite se aproximam mais do espiritismo desenvolvido por Chico Xavier do que o praticado por Waldo Vieira e Luiz Antônio Gasparetto – segundo as análises de Stoll. Enquanto esses dois desenvolvem um espiritismo com práticas diferentes das de Chico Xavier – construindo diálogos com as linguagens científicas, no caso de Waldo, e com as práticas “*new age*”, desenvolvidas por Gasparetto –, Rogério desenvolve suas ações espíritas atrelando-as a sua mediunidade, com a realização das sessões públicas de psicografia, escrita de livros psicografados e ações de caridade. Não incorpora ações e práticas espíritas desenvolvidas por outras correntes desse campo religioso. Contudo, em algumas de suas sessões no Rio de Janeiro, ele contou com a presença do médium Hércules, cujas práticas espíritas se assemelham as desenvolvidas por Luiz Antônio Gasparetto. Hércules, assim como Gasparetto, realiza palestras motivacionais, irreverentes, dialogando com linguagens e práticas terapêuticas “*new age*” e com ensinamentos inspirados em textos de autoajuda⁴⁵. Nessas sessões, enquanto Rogério e Marli entrevistavam os familiares, Hércules proferia palestras para o público e recebia mensagens através do seu dom da *psicofonia*.

O médium de Lorena, contudo, quebra com a perspectiva do médium Chico Xavier ao possuir hábitos e comportamentos *atrelados à matéria*. Sua vida não é gestada tendo por pressuposto a construção de um *modelo exemplar*, similar à vida de um santo. Rogério não é celibatário e está no seu segundo casamento – atualmente, ele é casado com Marli, médium que o acompanha em suas viagens com o projeto “Cartas Consoladoras”. O médium tem o hábito de fumar e nunca escondeu esse aspecto de sua vida dos seus seguidores. A ação espírita que desenvolve se relaciona com o seu trabalho de comunicação com o *plano espiritual*, conhecido nacionalmente pela circulação do seu projeto pelo país, pelas caravanas que vão a Lorena durante todo o ano e por programas televisivos, vinculados a canais abertos

⁴⁵ Para maiores detalhes sobre as práticas desenvolvidas pelos médiuns Waldo Vieira e Luiz Antônio Gasparetto ver Stoll (2002; 2009) e Lewgoy (2001).

de televisão de grande audiência, que apresentam o trabalho do médium – Mais Você, Profissão Repórter, Programa do Netinho.

O nome do projeto desenvolvido pelo médium Rogério H. Leite é uma apropriação da forma como Chico Xavier nomeava as psicografias direcionadas aos familiares enviadas pelos “entes queridos desencarnados”, pelo intermédio de sua mediunidade. As cartas, em sua maioria endereçada às mães, eram recebidas durante as sessões públicas de psicografia organizadas por Chico Xavier em Uberaba, Minas Gerais. O objetivo das psicografias, segundo o médium, era oferecer *conforto* aos que sofrem a perda e o luto. Segundo reportagem sobre as cartas psicografadas por Chico Xavier, as mensagens dos filhos tinham por objetivo a elaboração de um trabalho comum de caridade desenvolvido por pais e filhos: “O espírito do filho trabalharia junto aos pais nessa **missão** caritativa. Ajudar, portanto, era uma forma de os pais se aproximarem do filho que partiu” (ver reportagem Jornal da Fraternidade. Disponível em: <http://fraternidades.com.br/Jornal_maio_2012.pdf>. Acesso em: 16 de maio de 2015, grifo meu).

Figura 16 – Reportagem sobre mensagens psicografadas

Perdoar é tarefa diária, o nosso próximo com a sua azedia é companheiro em desalinho necessitando de paciência, entendimento e carinho. Alma querida recordemos Jesus, sua cruz e sua dor, todos possuímos nossa cruz, carrega-la com amor e exercício cristão. Sheilla/Jairo Avellar.



Jornal FRATERNIDADE

Edição 18 - Maio de 2012



O carteiro de Deus

“Saudade é arrumar o quarto do filho que já morreu” (Chico Buarque de Holanda)

Desde menina, Lucy Ianez da Silva achava que morreria aos 42 anos. “Não morri, mas perdi meu filho aos 42, diz. José Roberto Pereira da Silva, primogênito de Lucy, morreu no dia 8 de junho de 1972, aos 18 anos, em um acidente de trem entre Mogi das Cruzes, na Região Metropolitana de São Paulo, e a capital paulista. A partir daí, a vida de Lucy foi chorar a morte do filho. No auge de seu desespero, uma amiga a convenceu a ir até Uberaba, onde Chico Xavier – qual um carteiro de Deus – entregava as chamadas “cartas consoladoras”, mensagens psicografadas pelo médium, enviadas por pessoas desencarnadas aos entes queridos que continuavam aqui na Terra, para amenizar o sofrimento e estancar o luto.

Nas duas primeiras visitas a Uberaba Lucy não recebeu nenhuma comunicação de José Roberto. Na terceira tudo mudou. “Mãezinha, o que se perdeu foi o retrato que um dia, em verdade, deveria desaparecer. Não queira morrer para reencontrar-me porque eu prossigo vivendo. Estamos juntos, só que de outra forma”, dizia José Roberto na primeira carta que mandou, em 29 de setembro de 1973. Outras 20 se seguiriam. Lucy voltou a sorrir. Continuou retornando a Uberaba por duas décadas atrás de notícias do filho. Sempre foi atendida.

Com suas cartas consoladoras, Chico Xavier ajudou milhares de brasileiros a trocar a dor pela morte de pessoas amadas, pela solidariedade e o cuidado com outras pessoas que, ao redor, sofriam tanto quanto, ou mais, do que eles. Mineira de Uberaba, a psicóloga Vera Lúcia Dias assistiu durante anos ao

fenômeno das mães que buscavam as cartas de Chico Xavier em sua cidade. “Uma mãe que perde um filho se faz muitas perguntas – onde ele está, se está bem, etc. E as psicografias dão um certo conforto nesse sentido”, afirma Vera, mestre em psicologia clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), terapeuta de perdas e do luto, além de autora da tese de mestrado “Mensagens Psicografadas e Luto” (PUC-SP, 2002) e do livro “Quando a Morte nos Visita – Uma Leitura Psicológica dos Processos de Luto e da Busca por Mensagens Psicografadas”.

A atividade consoladora de Chico passou a ser reconhecida nacionalmente quando o médium vivia em Uberaba, para onde se mudou em 1959, aos 49 anos. Psicografar cartas, porém, era uma prática que o acompanhava desde os anos 1930, ainda em Pedro Leopoldo. Com 17 anos, o mineiro psicografaria a primeira mensagem, assinada por um espírito amigo. Nesse mesmo dia, receberia uma carta assinada pela própria mãe, Maria de São João de Deus, que havia morrido quando ele tinha 5 anos.

Segundo a médica Marlene Nobre, presidente da Associação Médico-Espírita do Brasil (AMEBR), a psicografia de Chico era inconsciente. “É como se ele se doasse por inteiro para que o espírito comunicante falasse por si com total individualidade”, explica. Coautora com Paulo Rossi Severino e a equipe da AME-SP de “A Vida Triunfa”, que analisa a natureza da mediunidade do mineiro, Marlene conta que Emmanuel, o guia espiritual de Chico, funcionava com uma espécie de filtro e selecionava os espíritos que estivessem preparados para passar uma mensagem positiva. “Ele escolhia aqueles prontos para fazer recomendações, como a de ajudar os mais

carentes”, diz. “O espírito do filho trabalharia junto aos pais nessa missão caritativa. Ajudar, portanto, era uma forma também de os pais se aproximarem do filho que partiu.”

Coordenadora do laboratório de estudo sobre o luto da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Maria Helena Franco reconhece o uso das mensagens psicografadas como uma maneira de viver o luto. “Se tem sentido para viver o luto, é digno de estudo para nós”, afirma. Mas a preocupação nunca será a de descobrir se as mensagens são ou não verdadeiras. “O que nos impede a estudar o fenômeno são as motivações das pessoas que vão até os centros espíritas atrás de mensagens psicografadas”. De fato, no conteúdo das mensagens sempre há o chamado para sublimar a própria dor e cuidar da dor do próximo.

O alcance das cartas consoladoras é imenso. Elas ajudam quem está de luto a ampliar o conceito de família, passando a cuidar de filhos de pessoas que não são sangue de seu sangue. “Só há uma maneira de sair inteiro de uma tragédia como a nossa: esquecer um pouco de si e tentar fazer a vida ao redor ser um pouco melhor”, conta a professora mineira aposentada Célia Diniz, que sofreu a morte de dois filhos e cuja história inspirou uma das personagens do filme “As Mães de Chico Xavier”, dos diretores Glauber Filho e Halder Gomes. Impulsionada pelas cartas consoladoras entregues pelo carteiro Chico, a trajetória de quem recebe mensagens de filhos que partiram ganha uma nova e sublime dimensão.

(Estudo de José Paulo Borges)

Livraria Espírita
FRATERNIDADE
Livro, com carinho e todos os dias.

A Banca de Livro Fraternidade cresceu e
agora com mais livros e comodidade.

Av. Dom Vital - Centro Bca do livro
Mercado Popular de Petrópolis - Loja 68 Praça da misericórdia Juazeiro Ba

AME
São Francisco

Segunda-feira, às 20h
End.: Av Integração, Petrópolis/PE
Ativ. de Transmissão de Páris TTE 0412
amefraternidade@gmail.com

www.fraternidades.com.br

01

As cartas consoladoras, nessa perspectiva, representam uma forma de elaboração do luto, ampliando o conceito de família – abarcando os frequentadores das redes espíritas que se organizam em busca das psicografias – para esses pais e mães que passam a “cuidar de filhos de pessoas que não são sangue de seu sangue: ‘Só há uma maneira de sair inteiro de uma tragédia como a nossa: **esquecer um pouco de si e tentar fazer a vida ao redor ser um pouco melhor**’” (Depoimento de Célia Diniz, uma das mães que inspirou o filme “As mães de Chico”, presente no Jornal da Fraternidade. Disponível em: <http://fraternidades.com.br/Jornal_maiio_2012.pdf>. Acesso em: 16 de maio de 2015, grifos meus). Assim, as sessões públicas de psicografia, inicialmente realizadas pelo médium Chico Xavier, surgiram como uma proposta de elaboração do *luto* e, em alguns casos, de *produção de sistemas de verdade e justiça*. Os desdobramentos dessas sessões, através da atuação de outros médiuns, promoveram a formação de coletivos que se organizaram em torno de projetos comuns de gestão da vida e da morte.

Ao assumir o nome utilizado pelo médium Chico Xavier para se referir as psicografias enviadas por filhos, filhas, maridos, esposas, mães e pais desencarnados, com o intuito de confortar o luto dos familiares que permanecem nos *planos materiais*, Rogério assume sua vinculação ao trabalho e projeto do médium mineiro. Do mesmo modo que as sessões públicas de psicografias realizadas por Chico Xavier buscavam consolar os que sofrem a perda e o luto, o projeto do médium Rogério H. Leite, realizado juntamente com a médium Marli Mansini, percorre diversas regiões do país realizando palestras e sessões públicas de psicografias tendo por *missão consolar* os que sofrem com a *passagem de um ente querido para os planos espirituais*. Além disso, esses médiuns promovem a elaboração de coletivos de familiares, fomentados através das sessões mediúnicas que aproximam famílias que perderam seus filhos e filhas em contextos e situações semelhantes. No caso dos pais de policiais que se uniram na escrita do livro “Policiais de Volta”, o encontro entre eles aconteceu na sede do centro presidido por eles, em Lorena. Esse encontro foi citado em uma das mensagens psicografadas.

Tanto as cartas do médium Chico Xavier, como as de Marli e Rogério, incitam os pais e mães a realizarem trabalhos em conjunto com os filhos e filhas desencarnados. No caso específico do projeto desenvolvido pelo médium Rogério, em parceria com Marli, o *trabalho* conjunto se entrelaça com a criação de coletivos de familiares. Ao enviarem mensagens para os pais e mães amigos, os espíritos fomentam a criação de redes e relações entre eles. Assim, quando na mensagem de André para os seus pais Orlando e Vera, ele enviou um recado de

Thiago para o casal Francilene e Diraison, os vínculos desses familiares no *plano material* foi estimulado pelos filhos, com a mediação do médium. Filhos e médiuns promovem a formação de coletivos entre os *pais encarnados*. São relações estabelecidas a partir de planos distintos de mediação – material e espiritual.

A agenda do projeto “Cartas Consoladoras” é divulgada no blog <<http://cartaconsoladora.blogspot.com.br/>>, constantemente atualizado, no qual é possível ter acesso também às reportagens realizadas com os médiuns Rogério e Marli. Nesse espaço eletrônico é possível saber onde e quando ocorrem as sessões públicas de psicografia, bem como ter contato com as atividades desenvolvidas pelos médiuns, suas produções bibliográficas, ler depoimentos e mensagens psicografadas. Na agenda são divulgadas as sessões de psicografia realizadas no centro de Lorena/ SP, as datas das caravanas que saem de diferentes cidades rumo ao centro, e sessões realizadas pelos médiuns em diferentes cidades e regiões do país. Nesse blog, os médiuns oferecem informações sobre as obras de caridade do Centro Grupo de Estudos Allan Kardec. Todas as reportagens e programas televisivos, bem como os links para acessá-los, estão disponíveis no blog, assim como os endereços e telefones para contato com os médiuns.

As relações estabelecidas por Rogério H. Leite, a partir do projeto, contribuem para que o seu trabalho seja divulgado nas redes sociais, nos perfis pessoais e páginas organizadas pelos familiares que receberam, através do seu trabalho, mensagens de seus *entes queridos*. É possível encontrar várias informações sobre o médium, seu projeto e mensagens ao acessar a internet. O seu trabalho conta com o apoio e divulgação desses pais e mães que, com seus testemunhos, contribuem na organização dos eventos e na divulgação do projeto em diferentes mídias.

Como parte do processo de elaboração das psicografias pelo médium é público, ou seja, o médium psicografa em uma mesa, na frente do público presente na sala, pensar no médium Rogério, para mim, é lembrar-me dessa cena: ele e a médium Marli, sentados em uma mesa, psicografando, tendo como música de fundo rock progressivo – o mesmo estilo de música que escutamos quando acessamos o blog do seu projeto “Cartas Consoladoras”. O som introspectivo prepara o público para o momento posterior, a leitura das psicografias. Essas escolhas de *performance* do ritual do médium, sempre me desgastaram muito emocionalmente. A imagem de Rogério e suas escolhas performáticas sempre me pareceram soturnas. Suas roupas escuras, seus anéis, a foto dos familiares falecidos na mesa durante o momento de psicografia, tudo isso me pareceu soturno e sombrio.

Figura 17 – Rogério e Marli psicografando



Fonte: Blog do Projeto “Cartas Consoladoras”

Essas imagens e representações vinculam uma linguagem sombria à morte. O médium psicografa tendo as fotos das pessoas desencarnadas sobre a mesa. Essas fotos são colocadas pelas famílias que participam das sessões, a pedido do médium. Diferente dos médiuns Fábio e Hércules, que se vestem com roupas claras, Rogério se veste de cores escuras e se mostra introspectivo e tímido. A música tem centralidade na trajetória de vida desse médium, que a utiliza para compor sua *performance* mediúnica.

O *Projeto Cartas Consoladoras* possui ramificações, que são eventos e caravanas organizadas por familiares que se unem por compartilharem o luto e o desejo de manutenção da comunicação com seus parentes falecidos. No Rio de Janeiro, um grupo de pais e mães que perderam seus filhos e filhas de forma *violenta*, criou o projeto *Amor Além da Vida*, cuja proposta inicial era amparar, principalmente, pais e mães que perderam seus filhos e filhas de maneira semelhante. Tendo por símbolo o desenho do menino João Hélio, com a palavra PAZ abaixo, a imagem sintetiza a proposta do grupo, a elaboração do luto, coletivamente, em uma cidade em que a violência urbana produz várias vítimas, todos os dias. O grupo que criou

Projeto Amor Além da Vida começou a se reunir para a organização das sessões do médium no Rio de Janeiro.

Figura 18 – Desenho do menino João Hélio



Fonte: Arquivo pessoal das vítimas

Essa imagem, utilizada como foto do perfil da página do projeto *Amor Além da Vida* em uma rede social, é o símbolo do grupo. Em uma das sessões, o médium ressaltou que o contexto da violência urbana da metrópole carioca exige um projeto específico, voltado para os milhares de vítimas fruto dessa violência. O curto período de vida do menino João Hélio no plano terreno estaria vinculado à criação desse projeto, que faria parte da *missão* do seu espírito e da sua família, que é “amparar os corações que sofrem com as mortes violentas”, “levar a paz a quem conheceu a morte e as consequências da violência”. O surgimento desse projeto, segundo o médium, foi uma sugestão do próprio menino. Em uma de suas mensagens, o menino convocou seus pais a criar um grupo de apoio aos pais e mães que sofrem a perda de seus filhos e filhas, principalmente aqueles que perderam seus filhos no

contexto da violência urbana. O caso foi relatado na reportagem, localizada ao final deste capítulo, publicada no Jornal O Dia. A partir dessa sugestão, vinda dos planos espirituais, o médium começou a direcionar a sua mediunidade para a atuação nesse contexto específico.

Nesse contexto de violência, o médium Rogério H. Leite desempenha papel central. Sua atuação não se restringe apenas em intermediar as mensagens que os filhos e filhas enviam para os seus familiares. Quando participei das sessões de psicografia na casa dos pais do João Hélio, pude presenciar a atenção e a dedicação do médium Rogério com o grupo de familiares de vítimas da violência. Ao final das sessões, ele se reunia com o grupo responsável pela organização do evento, realizava uma oração de encerramento, conversava e atendia o grupo, escutando suas histórias e suas impressões sobre o evento.

O médium Rogério Leite é uma figura central na construção do coletivo de familiares de vítimas que se uniram a partir da busca pelas mensagens de seus filhos e filhas. Desde o começo da pesquisa, a relação dele com os pais se faz presente. Como disse anteriormente, na entrevista realizada por Claudia Fonseca e Eduardo Martinelli, durante a Oficina de Imersão, Sr. Orlando relatou para os dois que um grupo de pais e mães iria para Lorena em busca da psicografia dos filhos e filhas. Meu primeiro contato com o médium foi na casa dos pais do menino João Hélio, no Méier, onde ocorriam as sessões do Projeto “Amor Além da Vida”.

O contato desses familiares com o médium e a proximidade estabelecida entre eles contribuiu para o fortalecimento dessa rede. O livro “*Policiais de Volta*” foi publicado em 2011, no auge das atividades do médium Rogério H. Leite no projeto *Amor Além da Vida*, na cidade do Rio de Janeiro.

Figura 19 – Reportagem: vítimas da violência enviam mensagens psicografadas às famílias (Continua)

Do outro lado da vida, o conforto que ameniza a dor

Vítimas da violência enviam mensagens psicografadas às famílias

FRANCISCO ÉDSON ALVES
falves@odlanet.com.br

Convivendo muitas vezes com a impunidade e a morosidade da Justiça, parentes de vítimas que morreram de forma violenta no Rio têm encontrado alento no plano espiritual. As chamadas cartas de consolo, psicografadas por médiuns, além de servir de alívio para a dor dos que perderam entes queridos, vêm sendo fontes de força e esperança para outras pessoas que enfrentam traumas semelhantes.

Zely Maria Vidal Leite Ribeiro, 66 anos, cujo filho, o gerente de banco Marcelo Vidal, foi assassinado com um tiro no pescoço numa emboscada supostamente armada pela própria mulher, há dois anos, transformou as cinco mensagens que diz já ter recebido dele em livretos. Os exemplares são distribuídos a outras mães enlutadas.

“Através do médium Rogério Leite, de Lorena (SP), meu filho prova que sua alma evolui a cada dia. As mensagens me trazem paz, serenidade, compreensão”, diz Zely.

VIVA VOZ

ZELY MARIA VIDAL
66 anos, mãe de Marcelo Vidal

“Não fossem essas mensagens, estaria completamente louca, em algum hospício por aí!”

Evangélica, ela conta que, logo na primeira sessão, em 11 de julho de 2009, em meio a 150 pessoas, Rogério a chamou e psicografou uma carta com a assinatura “inconfundível” de Marcelo.

LEMBRANÇAS EM DETALHES

“Meu filho me elogiou por ter vencido o preconceito religioso e citou detalhes incríveis, como a bandeira do Flamengo colocada sobre seu caixão. Mencionou seu apelido de infância (Thundercat) e os nomes e apelidos dos amigos do time do qual era artilheiro. Hoje, ele continua sendo meu artilheiro, mas os gols são suas mensagens de amor”, afirma ela.

Em outra carta, Marcelo agradeceu a iniciativa da publicação em sua homenagem, citou a hora, o dia e o local onde foi assassinado, bem como o modelo e a placa do carro que usava. Também informou que estava bem e pedia para que a mãe confiasse na Justiça, sem, no entanto, guardar rancor de seus algozes.

“Já estão distantes os tempos em que a revolta e a indignação tomavam conta do meu coração”, psicografou na quarta mensagem. “Não fossem esses contatos, estaria louca num hospício”, destaca Zely.

Zoraide Vidal, 62 anos, mãe da policial civil Ludmila, assassinada aos 24 anos por três bandidos em 2006 — ela foi torturada e teve o corpo carbonizado em Imbariê, Duque de Caxias —, garante já ter recebido mais de 20 cartas psicografadas da filha. “São bálsamos de conforto para mim. Sinto emoções diferentes a cada mensagem. Elas instigam meu espírito de luta por justiça”, diz. No dia 2, na Cinelândia, ela será uma das líderes de uma caminhada pela instituição do Dia das Vítimas de Violência Urbana no Rio.

Zely com o livreto que fez com as mensagens do filho: “Me sinto reconfortada”



ESPERANÇA

Cartas pedem confiança na Justiça

■ A fé de Francilene Pinheiro de Castro, 59 anos, é que mantém a certeza da constante presença espiritual do filho, o policial civil Thiago Castro, morto em 2006, aos 26 anos, durante um assalto em Cascadura. Desde então, ela diz ter recebido mais de 30 cartas de consolo do filho.

“Ainda mantenho o quarto dele, que transformei numa espécie de santuário. Ele só me dá notícias boas, alegrias, pois é muito extrovertido. Me contou que, junto com mais três policiais que também morreram violentamente, está preparando um livro com mensagens de solidariedade, que deverá ser escrito em breve através de Rogério”, detalha Francilene.

Segundo ela, Thiago está constantemente preocupado com a saúde dos parentes. “Na última carta, deu uma bronca no pai (Diraison, 68), advertindo-o para

fazer exame de próstata”, conta, sem conter o riso.

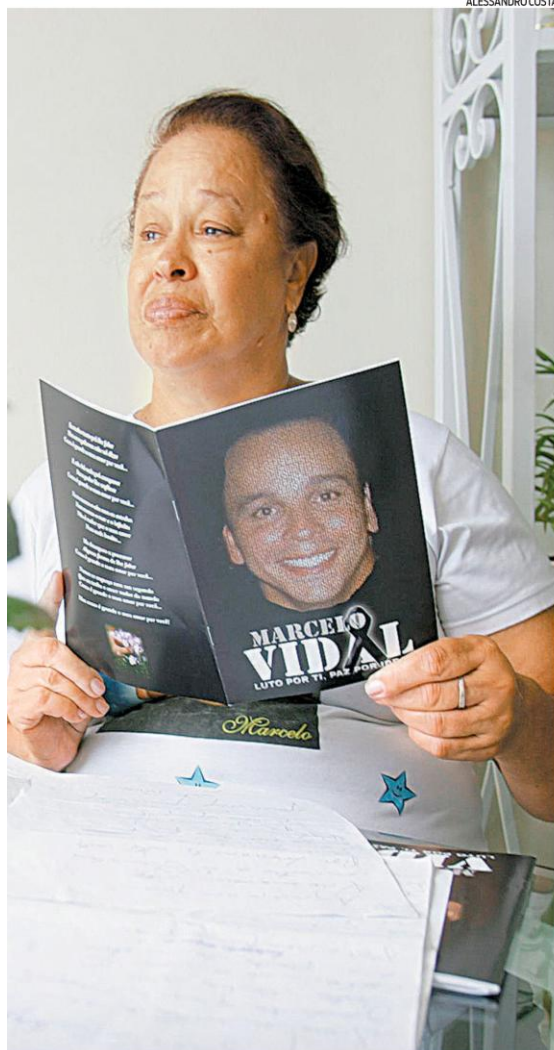
Andrea Siqueira, 43 anos, mãe de Thiago Oazen, executado em 2008 por PMs, já expulsos, em Jacarepaguá, se surpreendeu quando buscou contato paranormal com o filho, que tinha 19 anos. “Já recebi três mensagens. Ele pede que eu não sofra mais, pois os assassinos não conseguiram tirar o grande amor que sentimos um pelo outro”, afirma, emocionada.

Em outra carta, Thiago pede para que o pai, o empresário Sérgio Oazen, que é separado de Andrea, “confie na Justiça dos homens”. Inconformado com a lentidão do processo e ameaçado de morte, ele oferece R\$ 10 mil para quem der pistas sobre o paradeiro de Luiz Carlos Cerqueira Ribeiro, um dos três acusados, considerado foragido. Os outros dois respondem em liberdade.



Francilene transformou o quarto do filho, o policial Thiago Castro, morto durante assalto, em um santuário

ALESSANDRO COSTA



Médium: 'O povo carioca tem uma aura boa'

► Natural de Lorena (SP), o médium Rogério Leite, de 46 anos, vem regularmente ao Rio, sempre a convite de parentes de vítimas. Segundo ele, na cidade, boa parte dos contatos com as pessoas mortas já ocorre na primeira reunião, o que não costuma acontecer em outros municípios que visita.

"Fico feliz de poder ajudar a reconstituir pedaços das pessoas que sofrem grandes perdas. No Rio de Janeiro, apesar da violência, o povo tem uma aura boa, é unido. Isso ajuda muito na hora de se estabelecer os contatos com quem já não está mais entre nós", afirma Rogério.

O médium conta que descobriu o dom da psicografia

há dez anos, mas que desde os seis já percebia a presença de espíritos.

Amigo e admirador de Chico Xavier, Rogério instituiu a página www.cartas-consoladoras.com, onde explica como ajuda, através da mediunidade, a "enxugar as lágrimas das pessoas que perderam seus parentes e amigos".

MENINO JOÃO HÉLIO AJUDOU A CRIAR GRUPO DE PAZ

■ Marcelo Vidal foi assassinado no dia 15 de abril de 2008 por três homens no Andaraí, na Zona Norte. Durante as investigações, a Polícia Civil descobriu que a mandante do crime seria a sua própria esposa, Anny Viana, na época com 29 anos. O motivo seria um seguro de vida que o bancário havia feito, no valor de R\$ 380 mil.

"Se alguém por ganância desejar nos fazer o mal, fizeram a si mesmos", psicografou Marcelo na quinta mensagem dirigida à sua mãe, Zely Vidal. O suposto atirador, conhecido como Galinha, foi morto dias depois do assassinato

por traficantes.

Anny, que em depoimento na Justiça negou envolvimento no crime, e os outros dois acusados — os irmãos Sandro e Alessandro Tabachi de Franca — aguardam julgamento em liberdade.

As cartas de Marcelo Vidal foram recebidas por Zely na casa de Rosa Cristina e Elson Vietes, pais do menino João Hélio, que morreu aos 6 anos durante um assalto em 2007, em Osvaldo Cruz. Ele foi arastado por sete quilômetros preso ao cinto de segurança. Rosa e Elson preferem não dar declarações.

O médium Rogério Leite, convidado várias vezes para ir à casa do casal, porém, res-

salta que João Hélio sempre se comunica com os pais por meio da psicografia. "Foi o próprio João Hélio, por exemplo, que sugeriu a criação do grupo de paz 'Amor Além da Vida', que hoje ajuda parentes de vítimas a se reerguerem", diz Rogério.

Zely conta que sente a presença de Marcelo a todo momento. "Esses dias peguei um táxi e o condutor era um dos melhores amigos de Marcelo, que aparece, inclusive, na foto do time que meu filho jogava, na contracapa do livro. Incrível, já que a cidade tem mais de 30 mil táxis. É coisa divina", acredita.

6 “POLICIAIS DE VOLTA”: INTERVENÇÕES ESPÍRITAS EM CONTEXTOS DE VIOLÊNCIA

O livro “Policiais de Volta” foi escrito em 2011 por Rogério H. Leite, com a colaboração de quatro policiais falecidos, cujos pais e mães frequentaram as sessões mediúnicas do médium. A forma como o livro foi escrito e organizado – a intercalação de mensagens psicografadas com os depoimentos, a introdução escrita por um major e psicólogo da Polícia Militar do Estado de São Paulo – ressalta a interpretação e a perspectiva do médium sobre os casos e sobre a situação da violência urbana que incide sobre as camadas médias da população, tanto do Rio de Janeiro, como de São Paulo.

O livro é um dos resultados das ações desse coletivo que se formou através do entrecruzamento do projeto *Cartas Consoladores* e o *Projeto Amor Além da Vida*. A obra é fruto do encontro de dois coletivos de familiares de vítimas da violência: o *Projeto Amor Além da Vida* e a *Caravana Irmãos do Caminho*. Esses projetos surgiram a partir do contato desses familiares com o trabalho desenvolvido pelo médium Rogério H. Leite. O casal Francilene e Diraison e Sr. Orlando, integrantes do projeto Amor Além da Vida conheceram o casal Clóvis e Ediêuzza e Joana D’arc em uma sessão de psicografia ocorrida em Lorena, na sede do centro fundado pelo médium.

Os projetos “Cartas Consoladoras” e “Amor Além da Vida” se configuram como projetos de governo, elaborados pelos mediadores da rede espírita – médiuns e familiares vítimas da violência urbana. Ao participarem desses projetos, familiares vítimas da violência urbana forjam novas subjetividades, se posicionando de forma diferenciada na sociedade. Esses projetos provocam mudanças nos locais de fala e nos conteúdos das falas dos familiares. Dessa forma, ao invés de se apresentarem no espaço público como defensores de mudanças na legislação penal, esses pais se apresentam em programas de televisão, testemunhando as transformações que as mensagens psicografadas provocaram em suas vidas. A partir da mudança de gramáticas emocionais, esse grupo de familiares de vítimas passou a se dedicar ao exercício da caridade e à organização e divulgação das sessões desenvolvidas pelos médiuns – com seus projetos. A elaboração do livro “Policiais de Volta” faz parte dessas ações promovidas por esses coletivos de familiares que, através do conteúdo do livro,

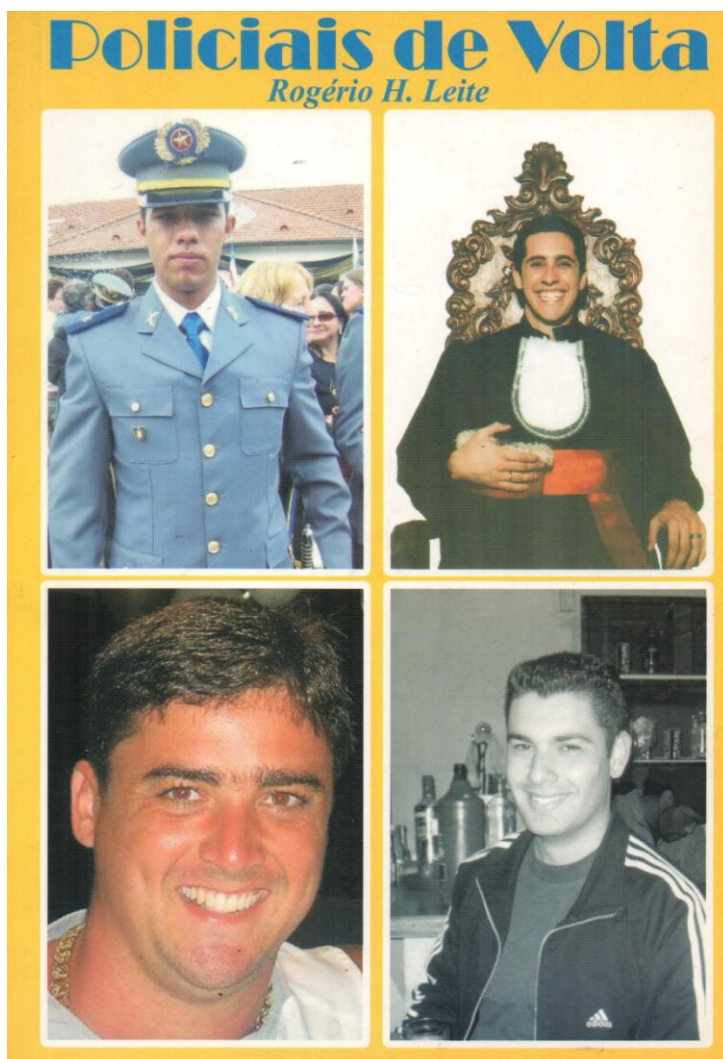
testemunham as transformações provocadas em suas vidas a partir do recebimento das mensagens dos filhos e filhas.

No começo do livro “Políciais de Volta, uma amiga de Francilene, cujo depoimento foi elaborado a partir de um pedido dessa mãe, define o médium Rogério H. Leite com as seguintes palavras: “médium que há muitos anos tem se dedicado a consolar as famílias vítimas da violência através do intercâmbio espiritual” (Depoimento de Maria José Amaral, presente no livro Políciais de Volta, LEITE, 2011, p. 21). Esse depoimento publicado ressalta a percepção das famílias e das redes nas quais elas estão inseridas, de que o médium usa sua espiritualidade especialmente a favor daqueles que perderam seus familiares em contextos de violência urbana

Os policiais retratados no livro têm em comum o fato de seus pais e mães fazerem parte de coletivos de familiares que se uniram em busca das mensagens psicografadas dos filhos falecidos. O livro está dividido em relatos, depoimentos, mensagens psicografadas e ensinamentos da doutrina espírita – com partes retiradas de outras obras espíritas e reflexões do médium Rogério H. Leite sobre vida, morte, fé.

As fotos dos quatro policiais compõem a capa do livro. Thiago, André, Maurício e Carlos Henrique são coautores e incentivadores do trabalho desenvolvido pelo médium junto a seus pais e mães.

Figura 20 – Capa do livro “Políciais de Volta”



Fonte: PEREIRA, 2015

O projeto do livro foi desenvolvido conjuntamente pelo médium em colaboração com os policiais, seus pais e mães. Thiago, filho de Francilene e Diraison, é um dos incentivados do livro. A elaboração faz parte do *trabalho espiritual* que ele desenvolve no *mundo invisível*. Por ser um trabalho coletivo, se relaciona também com a *missão* de seus pais, desenvolvida no *Projeto Amor Além da Vida*, de amparar e apoiar pais e mães que passaram por situações semelhantes – ou seja, que perderam seus filhos e filhas no contexto da violência. Em uma das sessões do *Projeto Amor Além da Vida*, em setembro de 2010, Francilene, recebeu a seguinte mensagem do seu filho:

Mãezinha Fran, meu pai Diraison,
 Aqui estou para, nesta tarde, dividir a caneta com o André, ambos precisamos nos dirigir aos que amamos, embora eu e ele, assim como os Senhores temos compreendido a universalizar a natureza deste sentimento. “O tempo passa como um barquinho levado pelo vento, só não leva o amor que vivemos todo momento”.
 Então mãe, vamos por pra quebrar através do livro?
 Sabe mãe, Jesus nos ensinou que não devemos colocar a vela abaixo do alqueire, a senhora me conhece, embora em alguns assuntos eu tenha sido cauteloso, e prudente em outros, eu fazia como a senhora, colocava para fora. Concordo com o nosso amigo neste sentido.
Se o amor deve ser enunciado que o seja, se levamos pedradas propagando a mensagem de Jesus será por que ele nos aceitou na condição de seus servos. É melhor ser apedrejado tentando divulgar a sua mensagem do que receber confetes de braços cruzados.
 Penso que o livro no qual eu, André, o Maurício e o Henrique seremos co-autores, seria ***de grande valia a mães como a senhora, presentes neste salão, que tiveram a vida ceifada de forma covarde e violenta pelos que se opõe à lei.*** Para tanto vou transcrever o material que o amigo necessita, já que ele anda tão ocupado e nervoso: Atestado de Óbito, Boletim de Ocorrência, 1 ou 2 mensagens psicografadas por nosso amigo em que melhor identificou o seu filho aqui, referência a mensagens, perfil psicológico do rapaz bonito aqui. São cópias a serem entregues a ele o mais rápido possível (psicografia de Thiago enviada a sua mãe Francilene. Arquivo pessoal das vítimas, grifos meus).

Como estava presente na sessão em que Thiago enviou a mensagem a seu pai e sua mãe falando do livro e convidando-os para participarem do processo de elaboração dele – uma vez que ele seria um dos coautores –, fiquei muito interessada com a publicação. Francilene me presenteou com o livro durante uma formação que participamos juntas.

As mensagens de três dos quatro policiais coautores do livro são antecedidas por informações retiradas do inquérito policial. Antes das mensagens e psicografias de André, Maurício e Carlos Henrique, Rogério traz partes retiradas do boletim de ocorrência para apresentar os casos. Essas informações *apresentam* os casos ao leitor que irá ler as mensagens psicografadas e os depoimentos dos familiares. Assim, antes de termos contato com as mensagens psicografadas de André, o caso é apresentado da seguinte forma:

O procedimento investigatório foi deflagrado para apurar os co-autores do Latrocínio que vitimou fatalmente o policial civil André Gustavo Lopes da Rocha, lotado em vida na DAS fato ocorrido em 21.05.2006 na circunscrição da 20 DP-Grajaú, conforme o RO 2571-06.
 Segundo o apurado, a vítima encontrava-se por volta de 18h40min, juntamente com sua esposa e o filho menor, no veículo VW FOX, cor vermelha, placa LCI 9775, na Rua Itabiana, em frente ao número 220, bairro Grajaú, quando ***elementos*** ocupando uma CITROEN C3, prata, placa DRN roubado na mesma circunscrição minutos antes, emparelharam para praticar um roubo, seguindo-se de imensa troca de tiros devido a pronta reação da vítima. Durante a troca de tiros o policial André foi atingido fatalmente e ficaram feridos pelo menos dois autores, sendo que um deles foi socorrido no Hospital do Andaraí, onde foi preso (LEITE, 2011, p. 36).

Ao introduzir partes retiradas do boletim de ocorrência, o médium narra essas histórias se apropriando da linguagem policial e desse sistema de construção de provas e verdades. As primeiras mensagens dos quatro coautores relatam o momento do *desencarne* deles e o processo de tomada de consciência da nova condição, como *espíritos*. A leitura do livro, e desses trechos retirados desses boletins, traz uma descrição dos fatos com a utilização dos seguintes termos: latrocínio, elementos, roubo, vítima, óbito. São palavras e documentos que inserem o *local de fala* da narrativa desse livro. Desse modo, a obra traz uma perspectiva sobre a violência urbana a partir do ponto de vista do policial.

A contracapa do livro traz a foto do médium, com um texto em forma de síntese, escrito por ele.

Figura 21 – Contracapa do livro “Policiais de Volta”



Na apresentação do livro “Políciais de Volta”, escrita por Rogério Leite, o autor ressalta que a obra é dedicada: aos pais que perderam seus filhos em situação semelhante, para que tenham *certeza da imortalidade da alma*; e aos aspirantes e oficiais de polícia, a quem ele homenageia através do livro. Os policiais, que têm suas histórias narradas, são *personagens* e coautores, descritos e caracterizados de forma romaneada nos depoimentos de seus familiares. As famílias testemunham as transformações provocadas nelas a partir do recebimento das mensagens dos filhos desencarnados.

Este é um livro depoimento.

Os personagens integrantes deste livro foram jovens policiais vítimas da violência e já não se encontram no mundo físico, entretanto, conservam sua individualidade no mundo espiritual e através da psicografia contataram seus familiares entregando-lhes o lenço perfumado da consolação e da esperança.

Acredito que essa obra possa contribuir como material de reflexão aos que inesperadamente tiveram seus filhos subtraídos dos seus braços de maneira tão inesperada quanto infeliz. Entretanto a misericórdia de Jesus é percebida em toda a sua abrangência protagonizando de forma direta ou indireta que nenhuma lágrima tenha sido derramada em vão.

Que os aspirantes a policiais e oficiais de polícia, junto as corporações da força pública recebam a nossa singela homenagem.

Homenageamos igualmente aos familiares que perderam fisicamente seus filhos no combate a violência.

Eles estão apenas invisíveis aos seus olhos, mas não estão ausentes, eles estão de volta (LEITE, 2011, p. 13-14).

O prefácio do livro é escrito por um major e psicólogo da Polícia Militar de São Paulo. Para o major, a leitura da obra representa uma ação terapêutica aos policiais. Ao falar da profissão policial, ele ressalta uma perspectiva que não distingue policial militar de policial civil, e define a profissão como tendo por *missão* construir a paz e tranquilidade a partir do risco, do confronto, ou seja, da guerra. Desse modo, o livro parte dessa perspectiva de que a violência é construída por um grupo que se opõe à lei e que os policiais são heróis que estão dispostos a morrer pela paz e tranquilidade dos *cidadãos de bem*.

Quando saímos para trabalhar, não sabemos se voltaremos vivos para a casa. Esta frase é um grande bordão do policial, que tem a tônica de sua profissão na defesa do cidadão, muitas vezes entrando em confronto armado com infratores da lei para garantir a segurança das pessoas de bem.

O policial honesto e bem intencionado, conhecendo as provas trazidas até o médium espírita Rogério H. Leite, certamente sairá de sua residência menos apreensivo, mais confiante. Trabalhará com menos estresse, tendo a certeza que as dificuldades e obstáculos do seu dia-a-dia sempre lhe trarão grandes aprendizados.

O policial zeloso de suas responsabilidades estará preparado emocionalmente para um possível desfecho trágico de um tiroteio.

É fundamental e tranquilizador o entendimento de que situações decisivas não ocorrem ao acaso. Elas tem um importante objetivo no desenvolvimento espiritual de quem as vivencia” (Prefácio do livro “Políciais de Volta”, escrito por um major e psicólogo da Polícia Militar de São Paulo, LEITE, 2011, p. 16).

Nesse depoimento, podemos perceber que o livro se direciona aos familiares de vítimas da violência e aos policiais vivos, que permanecem atuando em suas profissões. Sob essa perspectiva, o major acredita que o contato com essas mensagens pelos policiais em exercício representaria um alento às suas angústias diárias, promovendo neles uma maior aceitação dos perigos e destinos trágicos que, segundo ele, são inerentes a essa profissão. Assim, não são apenas os pais e mães que são convidados a trilhar os caminhos de paz e perdão, mas também os policiais “honestos e bem intencionados”, inseridos em contextos de violência. Ao invés de revolta, eles se tornariam obedientes aos desígnios divinos, aceitando a missão dada por Deus, cumprida nas instituições policiais.

Há proximidades nas trajetórias dos policiais coautores do livro. Thiago e André eram policiais civis e residiam, quando *encarnados no plano material*, na capital fluminense. O contato de seus pais com o médium Rogério H. Leite ocorreu através das caravanas realizadas do Rio de Janeiro para Lorena, com a participação do grupo inicial que se reuniu para organizar as sessões do médium na cidade do Rio de Janeiro. As famílias de Maurício e Carlos Henrique, ambos policiais militares, residem no estado de São Paulo. O contato dos pais e irmãs dos dois com o médium Rogério H. Leite também aconteceu através de uma caravana para a cidade de Lorena – *A Caravana da Paz Mães do Caminho*⁴⁶.

Na família dos policiais Carlos Henrique e Maurício, eles não eram os únicos a trabalhar na Polícia Militar do Estado de São Paulo. Daniele, irmã de Maurício, e Clóvis, pai de Carlos Henrique, fazem parte da corporação. Nos depoimentos e nas psicografias é ressaltada a influência deles na escolha da profissão pelos policiais desencarnados. Daniele,

⁴⁶ A Caravana da Paz Mães do Caminho é um projeto que tem por objetivo promover caravanas a diferentes centros e sessões de psicografia. Ela busca possibilitar que familiares que perderam seus *entes queridos* tenham a oportunidade de participar das sessões e serem agraciados com as mensagens *consoladoras*. Essas famílias, que perderam seus filhos das mais diferentes formas, residem no estado de São Paulo e se organizam para irem a Lorena participar das sessões presididas por Rogério e Marli, mas também realizam caravanas para participarem das sessões realizadas por outros médiuns. A Caravana tem por objetivo levar *consolo para as mães*, e qualquer outro parente que precisar. A exemplo do projeto “Amor Além da Vida”, a caravana foi fomentada pela filha desencarnada do organizador que, em uma psicografia, descreveu o trabalho que ela deveria desenvolver junto com o seu pai de auxiliar os *corações que conheceram dor do luto* (Informações acessadas no site do projeto. Disponível em: <http://www.caravanadapazmaesdocaminho.com/page_1.html>. Acesso em: 01 de julho de 2015). No site do projeto, há um espaço para depoimento. Nele, há o seguinte depoimento dos pais do menino João Hélio: “Querido amigo Claudio e companheiros da Caravana da Paz. Foi com imenso prazer que tivemos a oportunidade de nos conhecer em Lorena no dia 12 de setembro [de 2009] e gostaríamos de registrar aqui nossos parabéns pelo trabalho que vem desenvolvendo, proporcionando a corações que passam por problemas tão difíceis de conseguir vislumbrar a luz da vida que continua através da imortalidade do espírito, o que muitas vezes nos é permitido através das psicografias. Parabéns a todos da caravana e também ao nosso irmão Rogério. Um grande abraço. Elson e Rosa Cristina (Pais do João Hélio)”. (Disponível em: <http://www.caravanadapazmaesdocaminho.com/page_1.html>. Acesso em: 01 de julho de 2015). Uma vez que o projeto *Caravana da Paz Mães do Caminho* é anterior ao projeto *Amor Além da Vida* é provável que o grupo de familiares do estado do Rio de Janeiro tenha se inspirado no trabalho desenvolvido pelas famílias paulistas.

em seu depoimento no livro, relata que não imaginava que ao decidir ser policial em 2001, influenciaria o seu irmão a também ingressar na corporação, em 2003. Para ela, o retorno do seu irmão ao *mundo espiritual* despertou nela a *espiritualidade* e a *curiosidade em saber o que há além do corpo físico*. Em seu depoimento, ela faz questão de destacar que o trabalho desenvolvido pelo irmão, junto com sua mãe, tem ensinado-lhe muito. Em seu depoimento, ela se dedica a ressaltar as qualidades do irmão e a felicidade de ter convivido com ele. O *trabalho espiritual*, desenvolvido por ele – com o auxílio de sua mãe –, está voltado para o amparo de policiais que desencarnaram no exercício da função, ou em situação semelhante à dele – durante um assalto. Daniele, assim como sua mãe Joana D’arc, ressalta que o ímpeto de ajudar os outros sempre esteve presente nas atitudes de Maurício, desde quando ele estava *encarnado*. Em seu depoimento, a policial Daniele em nenhum momento fala sobre revolta, vingança ou busca por justiça a morte do irmão. Suas palavras são de amor e gratidão por ter tido o privilégio ter convivido, e conviver, com Maurício.

O pai do policial militar Carlos Henrique, por sua vez, exerce a função de instrutor de tiros. Em mensagem psicografada, Carlos Henrique diz que a escolha profissional do pai o influenciou na decisão de ingressar na carreira.

Paz sempre!

Desde cedo ao lado de uma família bem constituída eu soube contemporizar a alegria de viver os inesquecíveis momentos de descontração, naturais a todos os jovens, com o idealismo que germinava em mim a partir dos exemplos de meu pai. Integrante da Corporação da Polícia Militar, instrutor de tiros e táticas policiais, ele conseguia ser o pai que desejávamos; eu e minha irmã e o companheiro alegre e festivo de minha mãe, sem que a sua função o inibisse de ser espontaneamente o que era e continua sendo.

Nem mesmo o meu retorno pra cá de uma maneira tão violenta, quanto inesperada, o impediu de prosseguir no idealismo que o caracteriza agora somado a sua vinculação a filosofia espírita que tem descerrado aos seus olhos um contexto de realidade que talvez em outras circunstâncias ele não se aprofundasse.

Que o fato ocorrido em Santa Izabel, que determinou o meu regresso para cá não seja visto como uma tragédia irreparável.

Tenho plena ciência que no início, em meio aos fatos, a minha família ficou abalada e o pesar tomou conta daquela casa cujos registros de afetividade e boa convivência familiar são marcantes.

Porém soubemos nos ***sobrepôr ao sentimento equivocado da perda***, e nos colocamos novamente a frente de novos embates dos quais ninguém se furtará neste ***mundo de provas e expiações***.

A diferença é que vinculado aos nossos ideais de civilidade e de patriotismo, adotamos o ideal da solidariedade espiritual que nos irmanam a todos (Mensagem de Carlos Henrique, psicografada pelo médium Rogério H. Leite, presente no livro “Policiais de Volta”, p. 107-108, grifos meus).

Os *ideais da solidariedade espiritual*, que *irmanam a todos*, são desenvolvidos através do *trabalho espiritual* realizado juntamente com os pais. Esse trabalho, sob a perspectiva

espírita, tem precedência ao *trabalho* desenvolvido no *plano material*. Na relação entre os mundos, o espiritual tem precedência valorativa no processo de evolução do espírito. O livro escrito pelos espíritos, médium e familiares é fruto desse trabalho conjunto, direcionado a conversão e a transformação de gramáticas emocionais no processo de elaboração do *luto*. Ao interpretarem suas mortes a partir de um discurso resignado, os filhos desencarnados levam os pais a aceitarem a perda.

Foi a minha hora meu pai. *Sinto que este é o momento do senhor e da minha mãe se aprofundarem nesta doutrina que consola e esclarece para que um dia propaguem a imortalidade da alma como sendo maior patrimônio de Deus concedido a todos nós*. Sempre serei o filho grato e reconhecido por tudo, não ficarei de braços cruzados por aqui muito tempo, logo estarei de *braços dados ao trabalho*, aguardem pra ver. O Maurício envia beijos e abraços à sua presente mãe presente, sem esquecer de sua irmã querida, ele promete a Dona Joana e sua irmã Dani escrever em breve. Hoje ele está nos dando a maior força, *também está feliz e orgulhoso pelo envolvimento de sua mãe e irmã com este trabalho voluntário que visa simplesmente o amparo aos que sofrem, com espontaneidade e amor legítimos. Sei que logo os senhores também estarão engajados neste trabalho* (psicografia Carlos Henrique, policial militar, presente no livro “Policiais de Volta”. LEITE, 2011, p. 68-69, grifos meus).

Em uma das passagens do livro, denominada “Policiais de Volta” (*A misericórdia de Jesus em Ação*), o médium Rogério H. Leite traça o *perfil psicológico dos espíritos comunicantes*, ou seja, dos quatro policiais coautores. Segundo o médium, após a morte, os espíritos desses policiais conservaram suas individualidades após a morte. O médium os descreve da seguinte forma:

Thiago Pinheiro de Castro era um jovem idealista sendo um dos fundadores do Pré-Vestibular Comunitário Ressurgir, sendo o Diretor executivo.

O objetivo desse projeto é transformar o aluno em cidadão ativo, reconhecendo os seus deveres cumprindo-os.

Capacitar o maior número de alunos para que consigam ingressar nas Universidades públicas. Desde a sua criação em 1 de janeiro de 2000 até 2005 mais de 400 alunos participaram deste projeto com bom aproveitamento.

Segundo o depoimento de seus pais, se ele chegasse a uma sala de reunião, ele tinha por hábito beijar a cabeça de todos os presentes, dos mais jovens aos mais velhos.

Amigo leal, orador da sua turma de formandos da Universidade de Direito, sempre será recordado como protótipo do *homem de bem*.

André Gustavo Lopes da Rocha: Filho exemplar, alegre e festivo, irmão muito amado, caseiro, seu maior sonho era constituir uma família e ter muitos filhos para alegria de seus pais. Policial dedicado e firme na sua função, não se intimidando de correr riscos se necessário no cumprimento do seu dever.

Maurício Anderson Bezerra Silva: Filho amoroso e irmão dedicado. Possuía uma natural vocação para a caridade, entre suas iniciativas destacamos o seu empenho para recuperar os jovens do terrível vício das drogas. Embora empenhado na função de policial, de acordo com a mensagem psicografada e sua mãe, Maurício não possuía o ímpeto necessário para agir em situações de risco. Era de uma natureza pacífica marcante.

Carlos Henrique Santos Pontual: Jovem tenente de 22 anos de idade, carreira promissora dentro da Instituição da Polícia Militar de São Paulo. Filho afetuoso, irmão amoroso, alegre, aguçado senso de justiça, disciplinado, vocação para a liderança (LEITE, 2011, p. 86-87, grifos meus).

A descrição acima dos quatro demonstra o quanto que eles são hierarquizados pelo médium. O quanto Thiago é descrito como *protótipo do homem de bem*, com riqueza de detalhes. Os outros são descritos de forma mais sucinta. Maurício se destacaria também devido ao trabalho que ele realiza junto com sua mãe Joana D'arc. Os outros dois policiais são descritos como policiais dedicados e empenhados na função. Maurício e Thiago, como aparece nas mensagens – e segundo a própria Francilene me contou –, não queriam seguir na profissão de policiais. Ambos cursaram o curso de direito. Thiago queria ser delegado, antes de morrer havia passado em dois concursos para exercer tal função. Maurício queria ser advogado.

Após a descrição dos perfis, Rogério interpreta esses casos a partir dos ensinamentos do livro *O que é o espiritismo*, de Allan Kardec. Em uma das interpretações que ele desenvolve, o médium levanta o questionamento sobre se o espírito se interessa pelos trabalhos inacabados no *plano material*. Rogério elabora a seguinte análise:

Isso depende da sua elevação e da *natureza dos seus trabalhos*. Os espíritos desmaterializados pouco se preocupam com as coisas materiais, dos quais são felizes de estarem livres. Quanto aos trabalhos que começaram segundo a sua importância e utilidade, eles inspiram algumas vezes a outros o pensamento de terminá-los. Com relação a esta resposta dos espíritos, observemos a quarta mensagem do jovem Maurício Anderson Bezerra da Silva quando faz referência do trabalho de assistência ao Tenente Carlos Henrique Santos Pontual, ao lado dos benfeitores amigos. Também nos atentemos ao depoimento de sua mãe Sra Joana D'arc com relação à abordagem do espírito do seu filho no sentido dela procurar pelos pais do jovem Tenente. De fato os Benfeitores amigos tem nos assegurado ao longo dos anos de exercício mediúnico que a ocupação dos espíritos do outro lado da vida está relacionada à sua natureza, aos seus pendores, à sua vocação. É muito comum que os espíritos que se destacaram na área da Medicina na Terra na condição de *Médicos humanitários* continuem exercendo esta função do outro lado da vida ou mesmo atuando no plano físico *inspirando colegas que possuam o mesmo idealismo*. Desta forma, professores, policiais, enfermeiros e outros em conformidade com suas vocações. É óbvio que os espíritos ao longo de suas experiências no corpo físico ou fora dele irão *alternando suas ocupações para ganharem maior expansividade, ocupacional e intelectual. O amor em ação de mãos dadas ao trabalho fraternal e solidário é o caminho que leva à Deus* (LEITE, 2011, p. 88-89, grifos meus).

Dessa forma, o trabalho humanitário, realizado no plano material, terá continuidade no plano espiritual, segundo a interpretação do médium. A vocação que se mantém é a desenvolvida por Maurício e Thiago ligada a *práticas humanitárias*. Rogério reforça em sua

análise os ideais humanitários da doutrina espírita. As ações de amparo, caridade e perdão descritas nas mensagens desses policiais promoveriam a limpeza da figura do policial. O policial, segundo as ações desses jovens, não deveria se dedicar apenas ao confronto, mas realizar trabalhos preventivos, voltados a ressocialização⁴⁷ de pessoas envolvidas no comércio e consumo de entorpecentes.

As mortes são percebidas como necessárias aos processos de evolução da alma. Ao interpretarem suas mortes a partir de um discurso resignado, os filhos desencarnados promovem a aceitação da perda pelos pais.

Foi a minha hora meu pai. *Sinto que este é o momento do senhor e da minha mãe se aprofundarem nesta doutrina que consola e esclarece para que um dia propaguem a imortalidade da alma como sendo maior patrimônio de Deus concedido a todos nós.* Sempre serei o filho grato e reconhecido por tudo, não ficarei de braços cruzados por aqui muito tempo, logo estarei de *braços dados ao trabalho*, aguardem pra ver. O Maurício envia beijos e abraços à sua presente mãe presente, sem esquecer de sua irmã querida, ele promete a Dona Joana e sua irmã Dani escrever em breve. Hoje ele está nos dando a maior força, *também está feliz e orgulhoso pelo envolvimento de sua mãe e irmã com este trabalho voluntário que visa simplesmente o amparo aos que sofrem, com espontaneidade e amor legítimos. Sei que logo os senhores também estarão engajados neste trabalho* (psicografia Carlos Henrique, policial militar, presente no livro “Policiais de Volta”. LEITE, 2011, p. 86-87, grifos meus).

As mensagens psicografadas de Carlos Henrique promoveram a conversão de seu pai à doutrina espírita. Em seu depoimento, presente no livro, Clóvis testemunha as modificações provocadas pelas mensagens do filho. A partir delas, ele começou a perceber a morte do filho como um acontecimento relacionado ao conceito de *missão*. Assim, ao encerrar sua *missão* no *plano material*, Carlos Henrique retornou aos *planos espirituais* para realizar outros trabalhos. No livro “Policiais de Volta”, Clóvis relata as impressões causadas pelas mensagens do filho psicografadas pelo médium Rogério H. Leite:

Passar para o papel as impressões causadas pelas comunicações mediúnicas do meu filho “Carlos Henrique Santos Pontual”, não é tarefa fácil.
Na primeira comunicação que se deu através de um recado do Maurício, o simples fato dele ter assinado o nome por extenso e com uma riqueza de detalhes “idênticos”

⁴⁷ Segundo Michel Misse (2010), o termo ressocialização se relaciona aos processos de *sujeição criminal*, uma vez que determinados indivíduos são vistos como propensos ao crime e com relativa autonomia em relação aos processos de *assujeitamento* do sujeito às leis e normas. Contudo, há dois dispositivos diferenciados que incidem sob esse sujeito com elevado grau de periculosidade: os programas, projetos e ações de ressocialização e as práticas de extermínio. Como destaca Misse (2010), esses indivíduos que são alvos da sujeição criminal são definidos a partir de “tipos sociais”, de acordo com a cor, classe, estilo vida e local de moradia. A esse sujeito “se reserva a reação moral mais forte e, por conseguinte, a punição mais dura: seja o desejo de sua definitiva incapacitação pela morte física, seja o ideal de sua reconversão à moral e à sociedade que o acusa” (MISSE, 2010, p. 17).

à sua assinatura, me causou surpresa, espanto misturado a uma curiosidade de saber mais... mas, porque naquele momento, a única coisa que me traria um consolo espiritual era sua comunicação.

A Segunda comunicação trouxe uma riqueza de detalhes que poucas pessoas da família puderam *testemunhar*, e novamente com a assinatura idêntica, *detalhes e linguajar utilizados pelos militares da conserva*.

O coração já consolado, já não tinha mais espaços para revolta, mas sim para aceitação, resignação e transformação dos sentimentos através de um estudo mais específico dessa doutrina consoladora que não escolhe perfil social, raça ou credo e através de nosso amigo e médium Rogério H. Leite, traz do plano espiritual o verdadeiro consolador prometido.

Outras comunicações vieram, ao total quatro, entretanto não há mais curiosidade, dúvidas, ou mesmo necessidade de revê-las para **continuar a vida de forma convicta, consciente, equilibrada e com a certeza que ninguém morre, só morrem os esquecidos.**

A vida continua em outra condição... e nós continuamos aqui a nossa *missão*, porque nada é por acaso. Antes do desencarne do nosso filho, tanto eu como minha esposa Lee e minha filha Thamiris, tivemos algum contato com romances espíritas, no entanto não éramos espíritas.

A primeira comunicação mediúnica foi apenas um recado do Maurício, filho da Joana D'arc, também desencarnado e que trazia *a notícia de que havia recebido nosso filho*, o nome dele apareceu na carta de forma idêntica como ele escrevia.

Este aspecto nos causou espanto, consolo e curiosidade para perseverar em busca de novas notícias, motivo pelo qual *continuamos a buscar um consolo maior nas comunicações*.

Após trinta e nove dias precisamente recebemos a primeira carta consoladora dentre as outras que receberíamos posteriormente.

A riqueza de detalhes, principalmente na primeira comunicação, com certeza mudou a vida da nossa família.

*Atualmente eu faço um curso de doutrina espírita no Centro Batuira, minha esposa e minha filha lêem obras espíritas, principalmente romances e desta forma conseguimos um equilíbrio emocional para continuar nossa trajetória no mundo físico, pois a única coisa que pode fazer uma família superar a dor da perda física de um filho querido é a certeza de que ele não morreu... ele vive e nós nos encontraremos um dia e ele só partiu primeiro porque sua *missão* terminou nesse plano” (Depoimento de Clóvis, presente no livro “Policiais de Volta”, LEITE, p. 72-73, grifos meus).*

A partir das mensagens, segundo esse pai, não havia mais espaço para a revolta, apenas para a *aceitação e resignação*. Clóvis destaca que através das mensagens, ele, sua esposa e filha conseguiram manter o equilíbrio emocional para continuar suas trajetórias no *mundo físico*. A manutenção da comunicação com o filho, segundo esse pai, mudou a vida da família. A partir delas, ele – juntamente com a esposa e filha – seguiu o conselho de Maurício – policial que assistiu Carlos Henrique no momento do desencarne – e passou a se dedicar aos estudos da doutrina espírita.

Sr Orlando, em seu depoimento presente no livro, também destaca o quanto essas mensagens modificaram a sua vida:

As mensagens que recebo do meu filho são muito confortantes, transforma a minha vida em solidariedade, em vontade de ajudar ao próximo. São mensagens maravilhosas e sérias. O médium Rogério H. Leite tem sido o intermediário abençoado a nos confortar com essas mensagens” (LEITE, 2011, p. 42).

Na tentativa de corresponder aos sentimentos de solidariedade provocados pela mensagem, Sr. Orlando participa ativamente das ações sociais desenvolvidas pelo “*Projeto Amor Além da Vida*”. Nas sessões que participei do projeto, ele fazia questão de usar a camisa do projeto e de auxiliar na venda dos produtos que garantiam o financiamento do evento.

Para esses pais, o médium seria o grande consolador, prometido nos textos bíblicos. A certeza de que seus filhos permanecem vivos, em outra esfera, muda a forma como eles enxergam a própria vida – e também a morte. A permanência da vida dos filhos, em outro plano, fomenta uma nova percepção sobre vida, morte e sobre a própria vida – antes impregnada pelo sentimento de revolta e, depois das mensagens, vista pela linguagem da caridade, solidariedade e do amor ao próximo. Os filhos de Sr Orlando e de Clóvis, para eles, não morreram, mas retornaram aos *planos superiores* porque findaram suas *missões* no *plano material*. As mensagens provocam neles o abandono da *linguagem da guerra*, impulsionando-os a testemunhar seus caminhos subjetivos de adesão às linguagens da paz.

Apesar das mensagens tangenciarem a questão da violência de maneira superficial, elas articulam categorias como justiça divina, caridade e missão que – sem se oporem a perspectiva desses pais e mães acerca da violência urbana – permite que eles se resignem, compreendendo o ocorrido como um acontecimento necessário na vida dessas famílias, que buscam a evolução do espírito. A partir dessa perspectiva, esses pais e mães, que direcionaram suas ações e práticas, após a morte dos filhos, na busca por justiça, passam a se dedicar a *ações sociais* e a organização e divulgação das sessões de psicografia.

Ao trazer detalhes que comprovam a sobrevivência do filho no plano espiritual, as mensagens, segundo esses pais, promovem a adesão à linguagem da paz, sem, no entanto, questionar os discursos de guerra vinculados pela mídia. A mensagem de Thiago, a seguir, representa essa ambiguidade de elaboração de discursos de paz, sem o abandono das linguagens da guerra.

Peço perdão para tocar neste assunto chato no intuito de o esquecermos de vez. Se o faço é para que saibam que a algo superior, muito além da maldade dos homens.

Recordo-me da saída em grupo, à frente o nosso Walter, como sempre o amigo sempre esperto no volante; o seu filhão estava mesmo muito cansado, nem mesmo dei conta de termos chegado a Cascadura na Zona Norte do Rio de Janeiro.

Não contávamos com o ocorrido, ninguém teve culpa se o objetivo era diversão e maior interação entre o grupo.

Infelizmente os *meliantes identificaram a nossa presença num veículo encostado, acho que vacilamos nesta, os números não mentem e as estatísticas prosseguem.*

O fato é que os elementos chegaram botando bronca, quando dei por mim já era tarde, pensei nas meninas, pensei em todos nós. Ao menos eu tinha maior

experiência e poderia, quem sabe, salvar-nos a pele. O problema é que alguém do grupo evidenciou a minha condição de policial, numa atitude ingênua de intimidá-los, o que foi pior. A garota não teve intenção nenhuma de prejudicar a quem quer que seja, agiu por impulso, mas era tarde. Pedi ao menos que poupassem meus amigos e que levassem os nossos pertences.

Mas não deu mãe.

Tenho pensado que o projeto a favor dos carentes que idealizei na Terra já não teria sido um prenúncio do projeto que iria se concretizar por aqui.

Os Benfeitores amigos reconheceram a minha iniciativa e postura, então sigo em frente.

Mãe, o André Gustavo promete escrever através deste nosso amigo aos seus valorosos pais Senhor Orlando e Senhora Vera, assim que possível (mensagem de Thiago psicografada pelo médium Rogério Leite, presente no livro, LEITE, 2011, p. 24-25, grifos meus).

Da mesma forma que a mensagem é escrita com termos utilizados no processo de *sujeição criminal* – com a utilização de termos como meliantes e elementos –, Thiago também narra o projeto que desenvolve nos *planos espirituais*, comparando-o ao projeto que havia idealizado quando estava vivo no *plano material*. Segundo Francilene, Thiago pretendia criar um centro comunitário para atender jovens carentes. Ele ajudou a criar um curso “Pré-Vestibular Comunitário” cujo objetivo era ampliar as perspectivas profissionais desses jovens.

Que a paz de Jesus nos envolva e nos conserve em sua paz!

Meus amigos, não é fácil acastelar sonhos entre a ternura e o sorriso de seus pais e familiares e vê-los desfeitos de uma hora para a outra.

A recordação dos dias de alegria festiva, os primeiros anos escolares, os primeiros colegas, os mimos das tias, a ansiedade do primeiro vestibular são moedas de ouro que o tempo não conseguiu desvalorizar.

As amizades sinceras, a dedicação dos professores nos inspirando a solidariedade para com comunidade carente que sequer possui o necessário à mesa para alimentar seus filhos que de barriga vazia não conseguem assimilar a matéria do planejamento escolar.

Como teriam recursos para prestarem no futuro um vestibular que lhes assegurasse o direito, a cidadania e a Brasilidade?

Isto justificou a realização e a fundação do **Pré-Vestibular Comunitário Ressurgir**, do qual tive a honra de ter sido o Diretor Executivo.

Tempos bons e significativos todos eles válidos para que eu identificasse no meu irmão carente eu mesmo em condições adversas e sofresse com ele suas necessidades e seus anseios que de outra forma jamais seriam realizados.

O Brasil é um país de desigualdades sociais marcantes. Todos nós sabemos que este quadro social somente irá se modificar com a conscientização do povo pelo povo, ainda que a violência tente minar as nossas forças e iniciativas.

Ter deixado o corpo físico num assalto em Cascadura, sendo executado pelas costas sem chance de defesa alguma, não foi o pior que poderia ter me acontecido.

Algumas pessoas acreditam que com a morte nossos sonhos tiveram um ponto final no livro de nossa vida. Não é verdade o prosseguimento deles está assegurado pela perpetuidade da vida.

As colônias espirituais próximas a Crosta terrestre sofrem a influência requisitando esforços por parte dos corações despertados para manterem-se em equilíbrio. É na interação em prol dos semelhantes deste e do outro lado da vida que a alma se aperfeiçoa.

Deus existe! Não somos obras do acaso. Recebi por parte de Espíritos amigos a assistência precisa para me deslocar daquele ambiente sob forte sonolência e tive por

parte dos que representam Jesus do outro lado da vida todo amparo necessário junto a familiares que me precederam.

Mas o que fica marcado mesmo é acompanhar por meios que não saberei detalhar todo sofrimento de minha mãe que quase enlouquecera, o sofrimento do meu pai que já havia tido experiências pessoais que lhe deixaram marcas profundas no seu coração hoje abatido...

O tempo passa. ***Fortalecemos-nos juntos, amigos que se fizeram irmãos vieram ao nosso encontro.*** Digo nosso porque também recebi o incentivo e o estímulo necessário para me reerguer e me readaptar neste novo ciclo que para mim se abriu inesperadamente, mas que me ***reservava a oportunidade de continuar sendo eu mesmo, idealizando e promovendo novas iniciativas em prol da coletividade deste e do outro lado da vida.***

Dedico estas linhas aos que prosseguiram até o fim na leitura dos relatos e nas instruções úteis àqueles que sofreram dores idênticas as dos meus pais (mensagem psicografada por Thiago por intermédio do médium Rogério H. Leite presente no livro “Policiais de Volta”. LEITE, 2011, p. 97-99, grifos meus).

As desigualdades existentes no contexto brasileiro, segundo Thiago, influenciam os *planos espirituais*, exigindo dos espíritos que se dediquem ao desenvolvimento de trabalhos nas esferas espirituais e material, em prol dos semelhantes, que possibilitem a evolução da humanidade. Em sua mensagem, Thiago compara o trabalho que desenvolve nos *planos espirituais* ao seu trabalho de diretor de um cursinho Pré-Vestibular Comunitário. A dedicação e ajuda ao próximo, que contribuem para o *aperfeiçoamento da alma*, não é vista por Thiago como tendo sido desenvolvida no seu trabalho de policial civil. As *ações sociais* de caridade que são descritas por ele como estratégias utilizadas por ele para evolução do seu espírito. A paz, nessa perspectiva, não é alcançada através das linguagens e práticas de guerra – presentes nas ações policiais –, mas elaborada de forma conjunta nas ações de caridade, apoio e amparo, desenvolvidas por pais e filhos nas esferas material e espiritual. Nesses casos, familiares e filhos são ligados institucionalmente as instituições policiais e, por isso, não condenam as práticas utilizadas pela Polícia Militar junto aos *meliantes*. Contudo, através das mensagens psicografadas, os espíritos dos policiais buscam promover uma moral das instituições policiais – e de seus membros – pelo exercício da caridade. Sob esse aspecto, as relações estabelecidas entre os filhos e familiares policiais elaboram o governo das populações pobres de outra maneira. Ao invés do extermínio, a prática de caridade surge como alternativa de gestão dessas populações.

6.1 *Amor em ação: a paz promovida, conjuntamente, nos planos espirituais e material*

No livro “Policiais de Volta”, há o depoimento da mãe de um policial falecido que era membro da Polícia Militar de São Paulo. Em seu depoimento intitulado “Amor em Ação” ela narra como seu filho se comunicou com ela através de sonhos para que ela entrasse em contato com a família de um policial – morto em serviço – e oferecesse a eles apoio, acalmando-os acerca da condição atual do seu filho e convidando-os para participarem das sessões de psicografias realizadas pelo médium Rogério H. Leite, através do seu Projeto Cartas Consoladoras⁴⁸. Nesse testemunho, ela narra que após ficar impressionada com o sonho, ligou o aparelho televisor e se espantou com o assassinato de um policial. Joana D’arc⁴⁹ havia perdido seu filho há quatro meses e achou que essas impressões estavam relacionadas ao seu luto recente. Porém, sonhou novamente com o seu filho Maurício pedindo para que entrasse em contato com a família desse policial. Joana se dirigiu a Corporação da Polícia Militar de São Paulo apenas com o nome do policial e, ao contar-lhes os sonhos, conseguiu obter informações sobre a família do rapaz e sobre os meios de estabelecer contatos.

Essa história está repleta de pontos interessantes e que constituem esse campo formado por redes e coletivos espíritas de familiares de vítimas da violência urbana. A comunicação, nesse campo, constrói redes a partir de diferentes contatos, unindo pessoas de locais diferentes que não pertencem à mesma família – ou ao mesmo círculo de amizade – a partir de pontos de conexão que são interligados nas sessões de psicografia.

O trabalho do filho no plano espiritual, compartilhado pela mãe, é de socorrer *companheiros de farda*, homens e mulheres cuja profissão é de policial e foram vitimados no

⁴⁸ A autora Evangelina Mazur (2006), em seu texto “*Família e laços familiares em um contexto espiritualista*”, descreve as relações e comunicações entre *espíritos* e seus *familiares encarnados* como inseridas no cotidiano das famílias espiritualistas. Segundo a autora, os espíritos opinam em questões familiares, auxiliando-os em suas questões cotidianas. Além disso, a relação com os espíritos permite a construção de subjetividades no interior da família – formada por redes estabelecidas entre diferentes encarnações. Nesta tese, a interferência espiritual está ligada a construção de subjetividades pacificadas em torno das categorias missão e trabalho, movimentadas de forma compartilhadas por pais, mães, filhos e filhas. No caso específico, o *trabalho* do filho se une a *missão* da mãe em sua trajetória de elaboração do luto e da dor.

⁴⁹ Joana D’arc é mãe do policial militar Maurício Anderson Bezerra Silva, membro da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Maurício faleceu quando estava viajando com um colega, em uma rodovia, e o carro em que estavam foi interceptado por supostos “assaltantes”. Ele teria sido vitimado após dar voz de prisão a dois homens, durante a tentativa de roubo. Joana passou a frequentar as sessões do médium Rogério H. Leite após convite do Sr Claudio que, segundo o livro, é idealizador da Caravana Mães do Caminho – projeto que, assim como *Amor Além da Vida*, promove o encontro os familiares que perderam seus entes queridos e o médium Rogério H. Leite.

desempenho de suas funções ou em circunstâncias semelhantes à dele – durante um assalto. Assim, enquanto ele socorre seus “companheiros”, sua mãe entra em contato com as famílias das vítimas. O objetivo desse trabalho compartilhado é consolar as famílias, amparar os colegas policiais no momento do desencarne e restabelecimento após a morte e, como citado abaixo no depoimento da mãe, impedir que os familiares “cometam o erro de revoltarem-se contra Deus e suas leis divinas” (LEITE, 2011).

A linguagem da farda, como uma linguagem atravessada pela violência e pelo uso da força, neste sentido, seria substituída pela *linguagem da pacificação*. O trabalho realizado em conjunto por mãe e filho promove uma intervenção junto às forças policiais que transforma seus sentimentos e condutas, representando uma das estratégias utilizadas para a construção da paz entre os familiares de policiais inseridos em projetos e coletivos espíritas.

O espiritismo visa estabelecer o *governo das almas*, através do trabalho, como instrumento de reconstrução da individualidade da pessoa⁵⁰. Ao unir as categorias *missão* e *trabalho*, as mensagens espíritas provocam nesses pais a modificação de suas *condutas*, que se direcionam para a movimentação de sentimentos positivos e para a prática da caridade, tendo como objetivo a salvação de suas almas. Essas categorias representam os recursos do pastorado espírita para conduzir seus fiéis ao caminho da salvação, ou seja, para que os espíritos atinjam o grau máximo de evolução.

Joana D’arc, mãe do policial Maurício, que narra esse trabalho compartilhado com o filho, define essas ações conjuntas como uma maneira de usar a sua dor e experiência para ajudar a consolar pessoas que estão passando por situações semelhantes. Esse trabalho preenche sua vida de sentido, segundo ela, porque através dele pôde transformar dor e revolta em amor e caridade. As psicografias, neste contexto, são dádivas que circulam e sustentam essa rede nos planos *material* e *espiritual*. Ao modificar seus sentimentos e práticas, esse trabalho compartilhado permite que Joana D’arc produza novas representações sobre o caso de seu filho, em contraponto a uma perspectiva minoritária entre as forças policiais. Suas práticas são contrárias à percepção da justiça como justificação – que seria atingida a partir de atos de vingança.

⁵⁰ O *poder pastoral* cristão é descrito por Foucault como uma das formas de governo que surgiu no Ocidente e que fundamenta os princípios da *governamentalidade*. É uma forma de poder que se exerce sobre a multiplicidade, ao mesmo tempo em que se preocupa com cada elemento que constitui o todo. Desse modo, é uma forma de poder que se exerce também sob o indivíduo. O poder pastoral, ao se ocupar das condutas, se constituirá em uma “economia das almas”. Conduta vista como: “a atividade de que consiste conduzir a condução, se vocês quiserem, mas também a maneira como a pessoa se conduz, a maneira como se deixa conduzir, a maneira como é conduzida e como, afinal de contas, ela se comporta sob o efeito de uma conduta que seria ato de conduta ou condução” (FOUCAULT, 2008, p. 255).

Por estar repleto de pontos que elucidam questões centrais desse grupo, inseri abaixo o depoimento de Joana D'arc "Amor em Ação" e trechos da psicografia de seu filho Maurício em que ambos relatam como se deu o processo de acolhimento e amparo do policial Carlos Henrique.

[...] Quatro meses após sua partida, tive um sonho que ele me dizia: Mãe, eu socorri um policial que tombou em serviço. A sua família vai precisar de seu apoio. Preciso que vá procurá-los; console-os e diga-lhes que o filho está bem, foi socorrido e está sendo atendido e que logo mandará notícias.

Acordei muito angustiada. E qual não foi a minha surpresa, quando ao ligar a TV, estava passando uma reportagem de um policial que havia sido morto em serviço. Como já havia passado o nome da vítima, eu não pude saber quem era. Achei que era apenas uma coincidência e tentei não pensar no fato.

Eu estava fazendo curso técnico e fui para o cursinho tentando não pensar no ocorrido. Mas, espantoso de tudo, é que em todos os lugares que eu passava, as pessoas estavam comentando alguma coisa sobre o fato. Chegando ao colégio, o meu professor estava lendo um jornal onde pude ver o nome do policial. Anotei o nome, mas aconselhada pelo professor que era psicólogo, tentei não pensar nisto. Ele me orientou dizendo que eu estava muito impressionada por ser um garoto como meu filho e policial. E que, portanto, eu deveria procurar ajuda psicológica para não me impressionar com os fatos.

Voltei para a casa disposta a fazer exatamente isto que ele me orientou. No entanto, naquela madrugada, voltei novamente a sonhar com meu filho que me dizia: – Mãe, o nome dele você já tem, o que mais você precisa? Esta família precisa de consolo.

Acordei assustada e decidi que faria alguma coisa mesmo que estivesse apenas impressionada com a situação. Esperei amanhecer e procurei por conhecidos que trabalham na PM, para que me pudessem me ajudar a encontrar aquela família. Eles acreditaram prontamente no que contei e me passaram todas as informações que eu precisava, ou seja, nome dos pais, endereço e telefone. Liguei e falei com a mãe do garoto. Contei-lhe o quanto eu sentia pelo ocorrido e que sabia exatamente a dimensão de sua dor, pois a quatro meses atrás, eu também perdera meu filho policial em uma ocorrência, mas que ela tranquilizasse seu coração, pois o meu filho havia entrado em contato comigo através de dois sonhos e informara que o garoto estava sendo assistido por benfeitores amigos e que em breve entraria em contato.

Desde então, esta família tornou-se minha família também. Minha filha Daniele e eu estamos sempre próximas desta família que nos adotou como sendo parte dela.

Levei-os na visita do médium Rogério H. Leite em que ele estaria fazendo em Itaim Paulista e lá recebi uma mensagem do meu filho contando como ocorreu o socorro ao Carlos Henrique⁵¹. Foi muito emocionante.

Foi muito bom ver os seus pais e familiares sendo confortados e fortalecidos, sabendo notícias do seu filho amado. Algum tempo depois, eles também puderam receber uma mensagem de seu filho amado comentando como foi socorrido pelos benfeitores amigos e pelo Maurício. ***E desde então, temos usado nossa dor e experiência para ajudar e consolar pessoas que como nós estão passando pelo mesmo infortúnio. Para que elas não cometam o erro de revoltarem-se contra Deus e suas leis divinas.*** Para que toda esta dor não seja em vão. Que ela nos conduza cada vez mais perto do Nosso Amado Criador.

Hoje, tenho consciência de que meu filho veio para a minha vida para a minha evolução, para me transformar em uma pessoa melhor.

Embora a dor seja inenarrável, sei que estou sendo transformada a cada dia em uma pessoa infinitamente melhor, sendo preparada por Deus para a verdadeira

⁵¹ Carlos Henrique era policial militar, membro da Polícia Militar do Estado de São Paulo, e faleceu em serviço, durante a perseguição de um carro. Seus pais se integraram a rede espírita após contato feito por Joana D'arc, mãe de Maurício. Carlos Henrique e Maurício faziam parte da mesma instituição policial.

vida no plano maior” (*Amor em Ação*, depoimento de Joana D’arc, mãe de Maurício, presente no livro “Policiais de Volta”, LEITE, 2011, grifos meus).

O mesmo caso é relatado em uma das psicografias de Maurício, presente no livro “Policiais de Volta”, de Rogério H. Leite:

Veja o caso do nosso irmão Carlos Henrique; na estância transitória onde me encontro em readaptação, *reconhecendo o meu interesse de continuar atuando com as vítimas das drogas acerca de um mês revelei aos Benfeitores Amigos que desejaria igualmente a oportunidade de ser útil auxiliando os meus companheiros de farda que infelizmente perderam o corpo físico de uma maneira semelhante a que perdi, vítima que fui de espíritos enfermos que na Terra são indiferentes a vida do próximo*. Eles me ouviram com atenção e me prometeram uma resposta. Quando ocorreu o fato na via de acesso a cidade de Santa Izabel, fui comunicado: *Maurício sei que ainda é muito cedo, mas como sua mãe e sua irmã já obtiveram comunicados seus, você mesmo participará do resgate de um irmão de farda e cuidará de abordar psicicamente a sua mãe para que ela também faça a sua parte*. Assim ao lado dos Benfeitores Amigos estive ao lado de Carlos Henrique observei os cuidados Dos Benfeitores Amigos para com ele ante o último desatamento dos laços que prendiam seu espírito ao corpo, já que a maioria foi rompida de súbito diante dos disparos do fuzil. *Adormecido, ele foi levado à mesma estância onde me encontro*.

Tenho aprendido tanto mãe: tive a oportunidade de observar o mesmo procedimento que tiveram comigo quando deixei o corpo. *Prometi cuidar dele assim que despertasse, já que os seus familiares estavam sendo contatados*. Ele ainda repousa num processo de sonoterapia, mas prometo estar ao seu lado quando ele despertar.

Quero me dirigir aos seus familiares presentes Sr. Clóvis, Sra Eliêuza e Tamires: *Tranquilizem-se, estas que estão ao lado dos senhores são minha mãe e minha irmã. Há pouco conheceu o luto e o pesar. No entanto, a vida prossegue, nós prosseguiremos por aqui, prometo a todos assistir o Carlos Henrique no seu despertar e lhe passar as boas novas relacionadas a um contato como este*.

Brevemente as lágrimas derramadas de hoje se converterão em lágrimas de alegria e esperança no amanhã. Sugiro o mesmo que sugeriram a minha mãe, que não obstante as crenças religiosas de ambos, *leiam obras específicas sobre o assunto e enviam ao filho querido suas vibrações de amor, isto auxiliará na sua recuperação*. Abraços do Maurício.

Mãe este é o primeiro casos idênticos que cuidaremos juntos. Fique feliz mãe, é o seu Maurício de novo aprontando das suas” (Psicografia de Maurício presente no livro LEITE, 2011, grifos meus).

No depoimento de Joana D’arc, ela fornece uma interpretação sobre sua vida e a relação com o seu filho a partir da morte e das comunicações que se estabeleceram após esse trauma. Ela afirma ter certeza de que seu filho veio a sua vida para contribuir para a sua evolução, tornando-a uma pessoa melhor. A sua dor servira para aproximá-la do amado criador, de seu Deus. Através do sofrimento da perda, ela acredita que evoluiu como pessoa e ficou mais próxima da eternidade e perfeição divina. Seu relato demonstra os efeitos dessas comunicações e o *governo das condutas* empreendido por essa rede espírita, com sua produção de almas pacificadas que se distanciam da *psicosfera violenta, característica do contexto brasileiro* (LEITE, 2011).

A rede espírita na qual Joana D'arc, mãe do policial Maurício, se insere, possibilita que ela entre em contato com outros familiares de policiais. Ao fazer parte dela, Joana passou a fomentar seu crescimento ao levar os pais do policial socorrido por seu filho às sessões. Em uma sessão mediúnica em Lorena – local de residência do médium Rogério H. Leite – ela conheceu e se encontrou com Francilene, mãe de Thiago. Em uma das mensagens de Carlos Henrique, policial socorrido pelo seu filho, ele menciona a situação que é comum a essas mães – a sua, Joana Darc e Francilene – e relata como está sendo amparado pelos dois “*companheiros de farda*”:

Aqui estou meus pais auxiliado pelos benfeitores da vida maior, contando com os esforços de Maurício e do Thiago de Castro, presentes ao meu lado. O Maurício já é nosso velho conhecido, o Thiago é filho de Dona Francilene do Rio de Janeiro, outra mãe corajosa e amorosa como tantas que estão presentes neste salão [...] O Thiago veio ao meu encontro me auxiliando a renovar as forças e o entusiasmo junto ao Maurício. Ele também foi policial e foi covardemente executado no Rio de Janeiro com tiros pelas costas. Embora sendo filho único, sua mãe soube transformar a indignação e a revolta como tantas outras mãezinhas que como a senhora, busca compreender a vida em toda a sua amplitude para não se contagiar pela *psicosfera* violenta do nosso país (LEITE, 2011, p. 67, grifo meu).

O conteúdo das mensagens psicografadas, e as mediações produzidas por elas dentro da rede espírita, permite a reflexão de como se produz *sujeitos governáveis* neste contexto em que atos violentos são relatados e interpretados nos diferentes contatos que os filhos e filhas estabelecem após suas mortes, através de psicografias, sonhos, sinais, que são também lidos e interpretados pelos pais. Há uma relação de reciprocidade estabelecida entre pais e filhos a partir dessas diferentes formas de contato estabelecidas entre eles. O contato recíproco – e o reconhecimento, pelos pais, da autenticidade das mensagens de seus filhos, intermediadas pelos médiuns – permite a construção de uma narrativa sobre os atos violentos baseada na superação da dor, do rancor e da raiva e na adesão de uma *Cultura da Paz*, favorável a evolução da humanidade⁵². Ao se constituírem como indivíduos morais no interior de coletivos político-religiosos, atuantes em planos distintos de existência, material e espirituais, esses pais e mães se apropriam da concepção de pessoa do espiritismo – que abarca a

⁵² Um dos temas clássicos da antropologia é a relação estabelecida entre os conceitos indivíduo e pessoa. O contato estabelecido através das comunicações mediúnicas, como já ressaltado aqui utilizando como referência o trabalho de Maria Laura Cavalcanti, está intimamente a concepção de pessoa desenvolvida pela cosmologia espírita. Essa concepção amplia a oposição entre indivíduo e pessoa, a partir da do pressuposto da existência de diferentes naturezas na composição de uma pessoa – a material e a espiritual. As relações entre os espíritos dos filhos e filhas com os pais e mães demonstram como essas fronteiras de representação do humano e da pessoa humana são fluidas e porosas. Sobre análises baseadas em uma concepção de pessoa ampliada ver Strathern (2006) e Viveiros de Castro (2002).

constituição material e espiritual do indivíduo. Os espíritos, ao fazerem parte da concepção de pessoa do espiritismo, são:

[...] criações divinas dotadas de razão, de autonomia e de discernimento e destinadas à perfeição. O parâmetro para avaliar o grau de perfeição seria uma lei moral, definida pelo mandamento de ‘amor ao próximo’ e pela ‘prática da caridade’. Completando o conjunto, a ‘pluralidade de existências’ e a ‘pluralidade de mundos habitados’, concepções articuladas pela noção de ‘reencarnação’ (GIUMBELLI, 1997, p. 71).

No caso do coletivo de familiares de vítimas, não se trata apenas de uma pluralidade de existência e de mundos habitados, mas de realidades plurais compartilhadas, com consequências no mundo espiritual e material.

No trecho acima, Maurício manda mensagem para a sua mãe e para os pais de Carlos Henrique, que estavam presentes na sessão. Nesse caso, assim como em outros, através das mensagens esses filhos passam a fomentar a rede espírita, unindo pessoas de locais e de redes de sociabilidade distintas, que se encontraram nas sessões de psicografia do médium Rogério H. Leite. Em comum entre eles estão: a mediação do médium, os nomes citados nas mensagens e o fato de serem policiais. Thiago, na mensagem em que mencionou a elaboração do livro, incitou seus pais a participarem da escrita de “Policiais de Volta” que, segundo ele, é extremamente importante para auxiliar outras mães que, assim como Francilene, *tiveram a vida* (dos seus filhos) *ceifada de forma covarde e violenta pelos que se opõe à lei*. Os opositores da lei se opõem tanto à lei terrena como à lei divina. A doutrina espírita descreve a terra como local de expiação e de sofrimento e, portanto, a pessoa ao encarnar não deve se voltar contra o seu destino, porque faz parte do seu *carma* e do seu processo de evolução. Os indivíduos que se opõem à lei, nessa perspectiva, agem assim porque ainda não atingiram um nível evolutivo capaz de compreender os desígnios divinos. São espíritos de pessoas que terão que retornar em outras encarnações no *plano físico* para limpar as culpas acumuladas no plano material.

O livro é visto por Thiago como uma forma de propagar o amor e as mensagens de Deus, levando conforto às mães que se sentem desamparadas após a perda de seus filhos e filhas de forma violenta, contribuindo para que elas transformem seus sofrimentos e dores em “moedas” utilizadas no auxílio, amparo e evolução de seu espírito, de sua família e de sua rede afetiva. A dor e sofrimento, assim como o trabalho, são categorias centrais de acesso à evolução e perfeição divina. O trabalho, desenvolvido por Thiago no *trabalho espiritual*, promoveu a ressocialização de um de seus assassinos no *plano espiritual*. Na fala de sua mãe,

os jovens que ele pretendia socializar através de um centro comunitário, agora ele auxiliava na reabilitação nos *planos espirituais*. A dedicação a esse trabalho incitou seus pais a perdoarem e a trilharem o caminho da paz, uma vez que essa guerra não permanece no *mundo invisível*, faz parte apenas do *mundo visível*.

A doutrina espírita quando cria uma hierarquização das pessoas, a partir do conceito de evolução, promove a gestão da vida através da relação com os mortos. A partir dos seus pressupostos morais, todas as relações humanas são interpretadas. O meu intuito foi trazer aspectos que valorizam a elaboração da figura do policial, reconstituído pelo coletivo através das mensagens presentes no livro. Nos depoimentos e psicografias, o *policial honesto e bem intencionado* é visto como um *homem de bem*, que protege os cidadãos contra aqueles que não respeitam as leis. Por isso, eles cotidianamente vivenciam situações de risco, tendo que *guerrear* para defender a sociedade. Em nenhuma das passagens, o recurso à violência pelo policial é questionado, assim como a corporação. Porém, o recurso à violência em retaliação às mortes não é estimulado. Os policiais seriam *homens de bem*, vitimados por *indivíduos que desconsideram a paternidade de Deus e a universalidade do amor*.

Homens de bem no plano material, eles se mantêm como tais ao propagarem o perdão e estimularem seus pais a participarem de coletivos de familiares de vítimas da violência que se dedicam a trabalhos sociais e espirituais. As atitudes das pessoas que ainda não atingiram determinados níveis de evolução não devem provocar neles sentimentos como raiva, revolta e a busca por *justiçamento*.

O conceito de *missão* promoveria um corte, no Mundo Visível, entre aqueles que se curvam a vontade divina – e aqueles que se afastam de sua *missão* e, assim, se apartam também da bondade e do amor de Deus, *ceifando* a vida dos *homens de bem*. O criminoso – nessa rede – é visto como alguém que desconhece a universalidade do amor de Deus. A justiça divina, garantida pela doutrina espírita, destinaria aos que ceifam a vida alheia sofrimentos semelhantes no decorrer de vidas terrenas e espirituais. A lei da reencarnação e a lei da ação e reação representam a garantia para esses familiares, de que os *algozes* passarão pela mesma dor. Os *homens de bem*, por sua vez, são aqueles que, conscientes do amor divino e de suas missões, buscam alcançar a evolução e a perfeição eterna. *É melhor deixar a vida como vítima do que como algoz*, disse Maurício em uma de suas mensagens. Isso porque, segundo a doutrina espírita, deixar a vida como algoz é se distanciar da perfeição divina e da eternidade do espírito. É no trânsito entre os mundos que os *homens de bem* seriam fabricados, através do sofrimento e do trabalho. Já os “homens que não conhecem o amor de

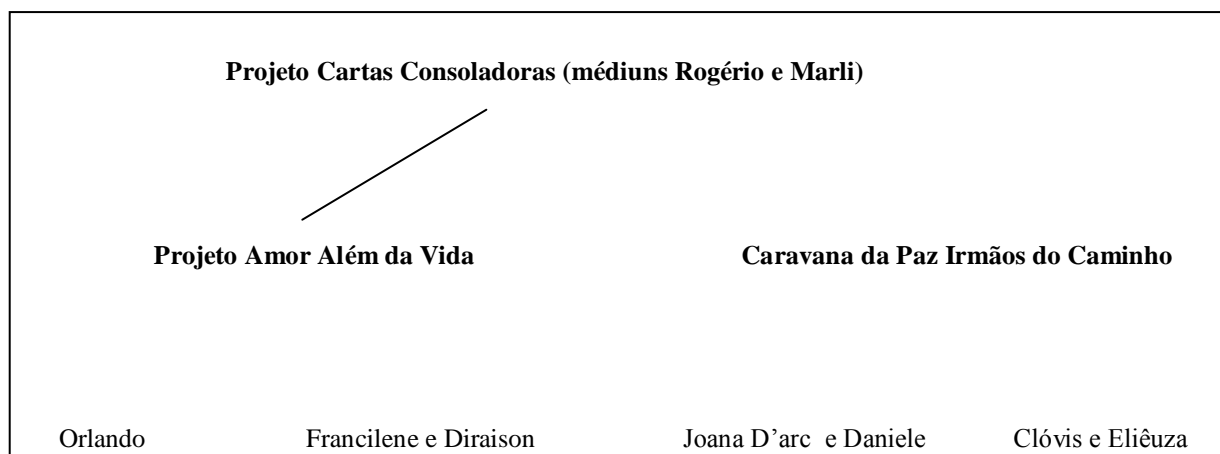
Deus”, não dedicam suas vidas à missão e ao trabalho e, por isso, não conseguem quebrar com os ciclos da encarnação.

Aos *homens de bem* é posta a tarefa de pregar a paz através do exercício da caridade, do amor e da solidariedade ao próximo. A paz, pregada e gestada nos dois planos, é acionada através do abandono da *linguagem da guerra* e a adoção de uma *comunicação não-violenta* na mediação dos conflitos cotidianos. O abandono dos sentimentos de revolta e vingança é visto como necessário, uma vez que esses sentimentos os distanciam dos desígnios divinos. Nessa perspectiva, a morte dos filhos ao invés de distanciá-los dos propósitos divinos, serviu para a evolução deles e de toda família e para aproximá-los de suas *missões* na terra. Evangelina Mazur ao analisar relações de *consaguinidades e alianças* entre *pessoas espiritualistas* demonstrou o quanto, para essas pessoas, o conceito de família era plural e permeado pelas leis de encarnação. Assim, segundo a autora: “a evolução do espírito sempre depende das atitudes e ações da pessoa perante o seu carma. Atos de vingança e sentimentos de rancor são considerados negativos e o afastam da perfeição, ao passo que a caridade e a compreensão do outro o levam para perto dela” (MAZUR, 2006, p.162).

Ao direcionar sua prática mediúcnica para os casos de mães e pais que tiveram seus filhos assassinados no contexto da violência urbana, Rogério H. Leite passa a intervir nesse contexto a partir da elaboração de narrativas sobre ele. Uma dimensão desse contexto passa a ser definida para os familiares a partir das mensagens desse médium. Elas estão presentes em depoimentos, palestras e na mediação das psicografias. Ao escrever o livro “Políciais de Volta”, o médium promove a divulgação de uma interpretação desses casos produzida, de forma conjunta por ele, pais, filhos, amigos, de toda uma rede reunida pela mediação de diferentes atores, tendo em comum esses casos.

Os pais e mães, ao entrarem em contato com o trabalho desenvolvido pelo médium, foram convidando outros pais e mães. O papel que eles desempenham no fomento dessa rede é fundamental. Além disso, assim como o médium, eles recebem mensagens dos filhos e filhas, sonham com eles, atuando ativamente na produção de sentidos e interpretações. A junção desses pais e mães pelo médium Rogério H. Leite constitui elemento central no processo de gestão dessa rede.

Gráfico 4 – Diagrama Projeto “Cartas Consoladoras” e suas nucleações



Fonte: PEREIRA, 2015

Os familiares desempenham um papel fundamental no estímulo dessas redes e coletivos, ao convidarem as pessoas para participarem das sessões mediúnicas e divulgarem os trabalhos desenvolvidos pelos médiuns. Joana D’arc, em um de seus depoimentos presentes no livro “Policiais de Volta”, destaca a importância de Claudio, idealizador do projeto *Caravana da Paz Irmãos do Caminho*, que insistiu para que ela participasse das sessões. Ao testemunharem as transformações provocadas pelas mensagens a outras famílias, eles promovem a expansão da rede. Assim, em seu depoimento Joana narra que:

Jamais me esquecerei quando o Claudio me ligou falando sobre como se sentiu com a partida de sua filha Thaty e como se sentira feliz com as mensagens psicografadas que recebera. Eu nunca acreditara nisso. Embora meu filho, como budista que era, sempre me falasse que a vida não terminava aqui, eu aprendera desde criança que os mortos dormiam e ficavam à espera de um julgamento. Mas , a ideia de que meu menino ainda vivia em alguma parte deste universo imenso e que conseguiria se comunicar comigo, era uma bálsamo para a minha alma. Era reconfortante para alguém que sentia dentro da vida, sem vida dentro de si.

Aceitei o convite para ir até Mogi das Cruzes onde Rogério Leite se encontrava. O que mais me chamou a atenção foi a paz e a demonstração de amor ao próximo que este médium me passou. Ele estava ali, consolando mães aflitas, como eu, dando conforto, atenção, oferecendo seu tempo gratuitamente, sem cobrar absolutamente nada. Eu que crescera ouvindo a pregação do amor ao próximo, sem nunca vê-lo sendo praticado, agora eu via... Eu via este amor na prática. E quando este médium começou a ler aquela mensagem que contava o ocorrido com o meu filho em detalhes e me falava de sua infância e das nossas dificuldades vividas, eu não tive dúvidas: era realmente o meu menino que me falava. Falava ao meu coração, como se tivesse o poder de colocar um curativo em minhas feridas que sangravam. E, desde então, tenho sido confortada pela presença do meu filho através de suas mensagens e sinto que estamos cada vez mais unidos. Sinto-o vivo!!!

Busquei reverter toda esta dor em algo que fosse grandioso e tenho buscado conhecimento através de estudos em um Centro Espírita para que através do conhecimento da doutrina eu possa transformar-me em uma pessoa melhor e ajudar outras a entender o real sentido da vida.

Agradeço a Deus pela sua infinita misericórdia que só permite as coisas que são para o nosso crescimento e evolução e por colocar em nossas vidas pessoas como Rogério Leite e o Claudio, que são ferramentas usadas para nos dar forças e

esperança e um reencontro futuro com os nossos entes queridos (LEITE, 2011, p. 60-61).

Assim como Claudio, Joana D'arc, após o contato com as mensagens do filho, começou a convidar pessoas para participarem das sessões do Rogério e levá-las ao encontro das mensagens dos entes queridos desencarnados. Na promoção desses coletivos espíritas, médium, filhos, pais e mães desempenham um importante papel.

O luto pela perda dos filhos novos provocou nos familiares, em um primeiro momento, o sentimento de revolta com relação a Deus por ter permitido que tal fato acontecesse. Esse sentimento, juntamente com a dor, se une aos discursos de *justiçamento* e vingança a qualquer custo quando essas mortes estão atreladas a atos de violência cometidos contra famílias de classes médias. No caso do coletivo de familiares que se uniram a partir da morte do menino João Hélio, o discurso de vingança foi movimentado em passeatas que pediam a redução da maioria penal e mudanças na legislação penal – como a possibilidade da morte como uma das penas imputadas. Ao se inserirem nas redes espíritas promovidas pelo médium Rogério Leite, esses pais e mães, foram se distanciando dessas propostas e do desejo de vingança a qualquer preço. Eles passaram a lutar para que os supostos assassinos dos casos particulares fossem presos e julgados e passaram a promover a *linguagem da paz*, testemunhando o amparo e o consolo trazido pelas mensagens psicografadas. Essa inserção propiciou que um novo valor fosse concedido às práticas jurídicas. A justiça que esses pais e mães passaram a buscar foi a condenação dos supostos assassinos. Eles deixaram de incitar medidas de retaliação e estabeleceram novas mediações com o sistema judiciário.

Roger Bastide destaca que o Espiritismo no Brasil sofre interpretações diferentes, de acordo com as classes sociais, o projeto “Cartas Consoladoras” ganha matizes e orientações, dependendo dos contextos em que ocorrem as sessões.

A mudança subjetiva dos familiares de vítimas da violência está baseada na transformação de gramáticas emocionais que perfazem o luto e a perda. Ao invés da revolta contra o mundo, a sociedade, o país, as instituições, as mensagens convidam esses familiares a trilharem o caminho do perdão, da caridade e da paz, caminhos para a evolução do espírito e salvação, ao fornecerem interpretações sobre a morte dos filhos que, a partir disso, passam a ser vistas por uma perspectiva diferente. A morte dos filhos passa a ser vista pelos pais como um acontecimento necessário para a evolução da família, contribuindo para eles se tornarem pessoas melhores. Essa interpretação permite a elaboração do luto e a aceitação e resignação diante do acontecido.

O médium, nesses casos, teria o papel não apenas de trazer as mensagens, mas de se inserir nesses contextos de forma ativa, promovendo análises e narrativas sobre essa realidade, construindo discursos que visam analisar esses fatos, ditos como violentos. As relações sociais que cercam a prática da mediunidade compartilhada pelo médium com os fiéis são perpassadas por afinidade e pelo contexto nos quais se inserem os agentes. A vivência do espiritual está imbricada pelas condições materiais nas quais estão imersos médiuns e grupo de fiéis. Em diversos momentos, o mundo espiritual é espelho do mundo material. Assim como demonstra Lambek (2003) em seu texto sobre a atividade mediúnica de Nuriaty nas Ilhas Mayotte, a mediunidade está imbricada com as relações de parentesco e de poder no arquipélago, bem como com processos que incluem identificação mútua entre médium e o espírito desencarnado de determinada pessoa, introjeção, negociação, deslocamento, crescimento e reprodução que reverberam profundamente nas relações sociais⁵³ (LAMBEEK, 2003).

Para o autor, Nuriaty, na sua prática, não fornece apenas representações ou expressões mediadas para os problemas, uma vez que essa se articula diretamente com os contextos sociais e históricos. A intervenção mediúnica ocorre a partir da interferência nesses contextos. A própria relação estabelecida entre o médium e cliente é uma relação social e histórica, inserida em um contexto, como insistimos. Desse modo, suas ações vinculam-se diretamente com conflitos morais existentes na sociedade e as revelações que ela faz em posseção do espírito possuem relações diretas com o presente. Em sua prática, ela exerce o julgamento sobre a situação, expondo as contingências a partir de valores mediados pela sua prática, articulando a sua visão da ação histórica e agindo a partir de uma interpretação das revelações divinas. Assim, ela dispõe e submete sua agência, se “incorporando” e se objetivando na posseção, expandindo seus agenciamentos a horizontes morais.

Rogério H. Leite ao descrever os processos mediúnicos, diz que esses acontecem de diferentes formas e com diferentes níveis de consciência. A mediunidade pode aflorar,

⁵³ Como descreve Lambek (2003), “The most obvious is the way that they demonstrate flexible role shifting, empathy and disinterestedness in their interactions with clients, each other, and their general ‘public’, both from within and outside states of active possession (Lambek, 1993: 317 ff.). The second is the way mediums come to be possessed by particular spirits rather than others, thereby reproducing and initiating specific social relations and emphasizing certain social connections over others (Lambek 1998; 1993: 320ff.). The third, on which I focus here, is the way that some mediums come to assume a kind of consciousness – and conscience – of history (Lambek 1998a, 1998b, nd a). Their virtuosity is evident in the skill with which they can shift between historically distinct subject positions; their virtue in their combination of social advocate and social critic, of exemplary monarch (since most spirits are former rulers) and exemplary political subject (evident in the submission of mediums to their spirits)” (LAMBEEK, 2003, p. 27).

segundo ele, a partir de diferentes técnicas. Como prática social, se insere em contextos específicos e produz efeitos os mais diversos. Visto que as sessões públicas de psicografias vão de encontro às regras estabelecidas pela Federação Espírita do Brasil – entidade que tem por objetivo normatizar os centros espíritas e ser guardiã dos preceitos da doutrina –, os dons mediúnicos dos médiuns que realizam essas sessões são colocados em questão. A veracidade das mensagens psicografadas por eles é questionada. A empatia entre o médium e o fiel é fundamental para que haja confiança na sua prática e para a constatação da veracidade das mensagens. Perceber o médium como um *intermediário abençoado* é um processo construído a partir de diversas mediações: pelas mensagens, pelos detalhes presentes nelas, pela assinatura do filho ou da filha, mas também de silêncios e comunicações não verbais que estabelecem uma relação intersubjetiva entre médium e coletivo de familiares de vítimas. Desse modo, cabe ressaltar que essas relações são feitas, desfeitas, refeitas, sem que a crença na comunicação com os filhos e filhas e na vida após a morte seja questionada.

Quando ocorriam as sessões do médium Rogério Leite no Rio de Janeiro, organizadas pelo grupo “Amor Além da Vida”, Francilene era uma das que mais se dedicavam ao projeto. Em uma das sessões, que contou com a presença do médium Hércules Gonzaga, esse ficou hospedado em sua casa. Durante as sessões, ela ficava o tempo todo na cozinha, preparando o almoço e o lanche dos presentes – uma das fontes de renda do grupo era a venda de comida, que auxiliava no custeio das sessões. O *trabalho* e o engajamento de Francilene ao projeto se uniam ao *trabalho* realizado por seu filho no plano espiritual. Dessa forma, o trabalho de ambos contribui para a realização do projeto e promoção dele de diferentes formas. A realização do livro é uma dessas realizações partilhadas por mãe, filho, médium em prol dos projetos do médium e dos grupos de familiares. Esse trabalho coletivo envolve espíritos e indivíduos e busca produzir efeitos políticos e sociais, sendo o principal deles a produção da *pacificação* de familiares de classe média, vítimas da violência urbana. A atuação política visa mudar certas relações políticas e institucionais existentes na sociedade, a partir de uma forma espírita de ativismo relacionado à questão da violência.

7 PROJETOS ESPÍRITAS E *PERFORMANCES* DE CONSTRUÇÃO DA CULTURA DA PAZ

Neste capítulo, irei tratar dos desdobramentos das redes espíritas a partir do entrelaçamento dos projetos desenvolvidos pelo Grupo Espiritualista e Consciência (GEC) e pelo Grupo Amor Além da Vida.

Em uma casa na Rua Bom Pastor, na Tijuca, com janelas amplas e portas estreitas, entre um salão grande, salas pequenas e uma pequena copa aconchegante, se encontram os frequentadores do (GEC). Pessoas que vão ao local em busca das mensagens dos *entes queridos*, de um *passé*, de uma cura espiritual ou simplesmente de uma palavra *consoladora e transformadora*. São esses os trabalhos desenvolvidos por este Centro Espírita segundo definição de seus colaboradores, frequentadores, médiuns e amigos. Como sempre gosta de destacar o médium Fábio Figueiredo: “– *Aqui se faz amigos, sustentados nos dois planos*”.

O meu primeiro contato com esse centro espírita foi quando, no aniversário de uma das amigas de duas mães, a Maroca, Zoraide e da Francilene me narraram a experiência da *psicofonia*⁵⁴, vivenciada por Francilene nesse centro. Zoraide começou a frequentá-lo e, um dia, recebeu uma mensagem de que Thiago, filho da Francilene, estava pedindo para que ela comparecesse ao centro. Segundo o depoimento dessa mãe: – “*Eu não sabia que ainda havia tantas lágrimas dentro de mim, achei que já havia chorado tudo pelo meu filho*”. Segundo ela, foi emocionante ter a possibilidade de abraçar o filho através do corpo do médium enquanto esse repassava as mensagens ditas por Thiago naquele momento através do dom mediúnico da *psicofonia*. Nesse dia, Zoraide também me narrou a experiência de receber a primeira psicografia que reconhecia como sendo “verdadeiramente” de sua filha. Em todas essas situações de relatos do recebimento de mensagens ou da participação em sessões mediúnicas, a descrição dos detalhes particulares presentes nas mensagens sempre se destaca nas rodas de conversa. São descrições íntimas que, para os familiares dos *entes*

⁵⁴ São muitos os dons mediúnicos. Assim como um mesmo dom pode se manifestar de diversas formas. Nas sessões que acompanhei, o dom da *psicofonia* se manifestava de duas formas distintas. Nas sessões do projeto Cartas Consoladoras, o médium que tinha esse dom apenas reproduzia as mensagens que lhe eram passadas. Não mudava de voz, suas expressões corporais permaneciam as mesmas, era como se ele tivesse dando um recado. Já nas sessões de *psicofonia* do GEC, o médium mudava seus gestos e sua *performance* buscava reproduzir a presença física da pessoa, criando a impressão de que o familiar se comunicava com o seu parente falecido através do corpo do médium. Além disso, o termo é utilizado pelo próprio médium Fábio Figueiredo para definir a sua *performance* mediúnica.

desencarnados, são conhecidas apenas por pessoas próximas do núcleo familiar. Eles também narram momentos de grande privacidade, da intimidade familiar, divididos apenas entre, no caso específico que estudo, mães, pais, filhos e filhas.

Os modos carinhosos como um se referia ao outro, extremamente particulares e únicos para esses pais – para eles, impossíveis do médium ter conhecimento –, se tornam indícios da sobrevivência dos filhos em outro plano – o espiritual. Em busca dessas mensagens “*consoladoras*”, os pais empreendem uma verdadeira peregrinação de centro a centro na expectativa de receber as cartas de seus filhos. Como destacou Fábio, em uma de nossas conversas, a procura ávida desses familiares pelas mensagens dos seus filhos e filhas faz com que eles se desloquem de centro em centro, substituindo as mensagens pela presença dos filhos e filhas o que, segundo ele, apesar de compreensível, não seria o objetivo das mensagens psicografadas. Segundo o médium, o mecanismo de envio das mensagens ocorre a partir das forças desencarnadas. Como muitos espíritas costumam repetir as palavras de Chico Xavier: “– *O telefone toca de lá para cá, e não o contrário*”. “*Por mais que a pessoa fique chateada quando não recebe a mensagem, e eu compreendo a dor dela, a minha mediunidade é inconsciente e não determino quando e para quem as mensagens virão*” – destacado por Fábio em uma de nossas conversas.

As mensagens, segundo ele, devem servir para as pessoas superarem suas dores, seus traumas e encontrarem caminhos de perdão e superação, compreendendo que a vida, para o espiritismo, está inserida em uma engrenagem muito maior de encarnações do que a vida material, presente e atual. As cartas representam um meio das pessoas saberem que os seus entes queridos desencarnados permanecem vivos, em outro lugar, e não como uma busca de reprodução da existência material desses familiares com seus filhos. As mensagens, segundo o médium, devem promover o perdão, a superação, o abandono do sentimento de vingança. Em alguns casos, elas contrariam as expectativas de alguns familiares que procuram compreender detalhes não esclarecidos durante a investigação criminal sobre o assassinato dos filhos e filhas através dessas mensagens. “*Se as pessoas buscam avidamente saber de alguns detalhes que as psicografias não trazem, elas deveriam compreender que, talvez, não é para que elas saibam de determinados fatos*”, ressalta o médium Fábio Figueiredo em uma de nossas conversas.

É a partir desse complexo emocional e simbólico do perdão, da aceitação, da superação e da caridade que se fundamenta o espiritismo vivenciado e praticado neste centro, ancorado na agência dos familiares das pessoas mortas que se organizam em busca de alguma mensagem psicografada. Os ensinamentos da caridade, do perdão como mecanismos de

salvação, assim como o agenciamento dessas famílias na manutenção da comunicação com seus familiares, fundamentam as sessões de psicografias, das quais participei, neste centro. O centro fica cheio de gente que se aperta, se ajeita em um pequeno espaço na esperança de, naquela sessão, ser agraciada com as mensagens – sejam pequenos recados ou cartas extensas. No centro Grupo Espiritualista Consciência são cerca de 300 pessoas que se apertam em todos os cômodos existentes na casa durante as sessões, mesmo sabendo que apenas um número de 10 a 20 psicografias serão lidas. A utilização da internet e de outros meios de comunicação, no caso específico desse centro, contribui para que alguns presentes saibam de antemão que receberam mensagens. A dinâmica de recebimento de mensagens funciona da seguinte maneira: a pessoa visita o centro e coloca seu nome e o nome dos entes queridos desencarnados em uma caixa – específica para quem quer receber mensagens – com os números pessoais de telefone para contato. O Grupo do G.E.C, assim como o médium Fábio Figueiredo e os colaboradores do centro, utilizam uma rede social para entrarem em contato com os familiares dos entes desencarnados que enviaram mensagens. Esses familiares são chamados a comparecer as reuniões de psicografia.

A página do facebook (<<https://www.facebook.com/geconsciencia?fref=ts>>) é utilizada também para as pessoas deixarem os nomes dos desencarnadas das quais elas querem receber mensagens. A página que surgiu com esse intuito, tinha a seguinte descrição: “*Olá Amigos, por determinação da Espiritualidade Maior, esta página destina-se EXCLUSIVAMENTE para pedidos de psicografias à distância*”. Atualmente, é utilizada para divulgar as atividades realizadas na sede do GEC. Visto que o centro não realiza mais as sessões mediúnicas de *psicografia* e *psicofonia*, se dedicando mais a palestras, cursos, curas espirituais e pinturas mediúnicas, a página na rede social está a serviço da divulgação das atividades do GEC e de mensagens inspiradoras, escritas, em sua maioria, pelo médium Fábio Figueiredo.

As sessões de psicografia que, no começo, ocorriam todas as terças-feiras, passaram a ocorrer esporadicamente até, com o tempo, deixarem de acontecer nesse centro. Segundo o médium, por exigências espirituais, mas também pelo desgaste que essas sessões causam nele. Como ressaltou em uma conversa que tivemos em 2013: “– *Vivo doente. De três em três meses estou tendo algum tipo de infecção*”. Além disso, o grupo que trabalha mais ativamente no centro achou melhor que cursos e palestras, voltados para o estudo dos ensinamentos espíritas, fossem mais frequentes.

Quando as sessões ocorriam todas as terças-feiras, os lugares no interior da casa eram extremamente disputados. As pessoas tinham que chegar por volta das três horas da tarde para

pegarem uma senha. Depois elas ficavam esperando até às 18hs quando a casa abria e aí descobriam se a senha garantia um lugar para elas se sentarem. Se não, elas ficariam em pé até às 23hs, quando termina a sessão. Os desgastes físico e emocional dessas sessões são enormes. No entanto, na outra terça-feira, as pessoas estavam lá, novamente, enfrentando os mesmos esgotamentos na esperança de receberem as mensagens de seus entes queridos desencarnados. Apesar do esgotamento, as sessões que participei no GEC eram mais alegres do que as sessões dos médiuns Rogério e Marli. A *performance* e irreverência do médium Fábio Figueiredo ao explanar sobre determinados temas contribuem para isso.

Diferente das sessões mediúnicas, nas outras atividades realizadas pelo grupo, é possível chegar próximo do horário marcado para o início das atividades, por volta das 20hs, e encontrar um lugar para se sentar e aproveitar da companhia das pessoas que trabalham na casa, bem como de outros espaços para além do salão, como a biblioteca/ videoteca e a cantina.

Comum às sessões mediúnicas do GEC e das sessões realizadas pelo Rogério H. Leite, aqui no Rio, pelo projeto *Cartas Consoladoras* é o desgaste físico e emocional causado nas pessoas. São horas esperando as leituras das psicografias, em temperaturas tórridas durante o verão carioca, sentados em qualquer espaço possível, enfrentando filas para ir ao banheiro ou comprar alimentos e bebidas, para no final do dia escutar as leituras das psicografias que provocam uma catarse emocional em todos os presentes, mesmo naqueles que não receberam as mensagens. As pessoas choram compulsivamente, desmaiam, o médium chora durante a leitura das psicografias. É uma comoção que se espalha. Assim como as pessoas se desesperam, elas também confortam, amparam o colega que recebeu a mensagem do familiar e está sem condições de se locomover, trazem água, oferecem seus braços e se abraçam em comunhão afetiva. Naquele momento, pessoas desconhecidas se tornam muito próximas ao compartilharem esse momento catártico de manifestação das suas emoções.

Nessas sessões, em que muitas pessoas participam de diferentes regiões da cidade, o médium convoca a todos e todas a trilharem o caminho do perdão e da superação, compreendendo que a vida dos *entes queridos desencarnados* não terminou, mas permanece em outro plano e, por isso, não há motivo para a revolta ou sentimento de vingança. É enfatizado, tanto na fala do médium como nas mensagens, uma percepção de justiça que se contrapõe a algumas percepções compartilhadas pela sociedade. Em uma das sessões de psicografia que acompanhei, Fábio ressaltou o fato da *justiça divina* ter precedência em relação à justiça do *mundo material*. Suas palestras se contrapõem às narrativas que perpassam a construção da figura da vítima – central no diálogo estabelecido com agentes de

Estado pelos familiares de vítimas em suas trajetórias de luta por justiça aos casos de seus filhos e filhas. Em contrapartida, o médium convida-os a se tornarem sujeitos da própria felicidade. Os discursos sobre agência e da responsabilização do indivíduo é reiterado em suas palestras e atividades no Grupo Espiritualista e Consciência (GEC).

Nos períodos em que aconteciam as sessões de psicografia no GEC, havia o momento de “incorporação” – que não aconteceu nos encontros promovidos pelo grupo que trabalha com o médium Rogério H. Leite. Durante a “incorporação”, o médium incorpora o espírito do parente desencarnado de uns dos presentes. Nesse momento, eles têm oportunidade de conversar com o espírito, abraçá-lo através do corpo do médium. Três mães, das três famílias que acompanho mais de perto, tiveram essa experiência de incorporação dos seus filhos. Zoraide teve a presença da filha “incorporada” na semana em que se comemorou “Dia das Mães”, ano 2012. Nesse dia, estávamos presentes Sônia e eu, a quem havia convidado para conhecer o centro. Como na hora da “incorporação” do espírito da Ludmila não havia ninguém com Zoraide, fui chamada para ficar ao seu lado. Ela abraçou muito a filha, aos prantos, dizendo: “– *Minha filha, que saudade!*” A filha respondeu com voz de choro: “– *Eu também, eu também!*” Depois a filha, incorporada no médium, pegou na minha mão e na mão da Zoraide e disse para mim: “– *Segura na mão dela*”.

O inusitado nesse dia é que Sônia me pediu para acompanhar Zoraide naquele momento. Havia outras amigas da Zoraide no centro e, nesse dia, fiquei mais próxima de Sônia, fazendo-lhe companhia, do que próxima de Zoraide, sentada distante de nós.

As relações que estabeleci com esses pais e mães, principalmente com as mães, foram muito próximas. Essa proximidade, em alguns momentos, dificultou a escrita da tese. Ao rememorar as angústias e sofrimentos de suas trajetórias de vida, narrados por elas de forma emotiva, com muita carga de sentimento, me sentia angustiada. Por outro lado, essa convivência transformou a minha percepção da cidade, modificando meu olhar. Por mais que não me sentisse bem nas sessões de psicografia, a sede do GEC se tornou, para mim, um espaço afetivo. Um lugar da cidade que foi central na narrativa dessas mães e que contribuiu para que elas estabelecessem outros discursos sobre suas histórias pessoais. No turbilhão de emoções compartilhadas com essas famílias, durante a pesquisa, o GEC se tornou um espaço entre parênteses nesse contexto. Como disse Gláucia, filha de Zoraide, “*um alento para recobrar as forças e retornar a luta*”.

A postura do médium e das pessoas que realizam trabalho voluntário no centro contribui para esses sentimentos. Durante a pesquisa, a minha relação com o médium Rogério Leite sempre foi distante, mediada por outras pessoas. O médium Fábio, por sua vez, faz

questão de ser muito próximo das pessoas que frequentam o GEC. Cumprimenta todo mundo, sorri, conversa, lancha com as pessoas. Quando perguntei se poderia conversar sobre as sessões de psicografia, ele foi solícito e atencioso. O modo irreverente como expõe a doutrina e os preceitos espíritas se assemelha ao espiritismo que, segundo Stoll, dialoga com o movimento “*new age*”. A *performance* do médium é semelhante a desenvolvida pelo médium Luiz Antônio Gasparetto que, segundo a autora, *investe na carnavalização*⁵⁵ *como forma de produção de inovações* (STOLL, 2002, p. 364). O médium Fábio, assim como Gasparetto, “*pelos artes do sincretismo*”, incorpora em suas práticas ideias baseadas na bibliografia “*new age*” e autoajuda. Fábio “*puxa a orelha*” das mães com um discurso que as incentiva a seguirem suas vidas e deixarem os espíritos de seus filhos e filhas descansarem em paz. Porém, o médium carioca não rompe totalmente com a tradição e com a *ética da caridade*. A maior parte das atividades desenvolvidas pelo centro não é paga, além disso, possui uma agenda de *ações sociais* de caridade.

O médium, e o centro, representa um importante papel de difundir os trabalhos desenvolvidos por outros médiuns da cidade. Fernando Ben, idealizador do projeto “*Cartas de Fátima*” se tornou conhecido por essa rede ao realizar palestras na sede do GEC. Dessa forma, o centro funciona como um mediador nas conexões e desdobramentos da rede espírita.

A forma como Fábio recebe as mensagens se diferencia da atuação de Rogério. Enquanto Rogério psicografa durante as sessões, com algumas pessoas retornando para a casa no mesmo dia com a mensagem de seus entes queridos, no GEC a dinâmica é diferente. A pessoa faz a visita ao centro, deixa o seu nome, o nome da pessoa desencarnada e o telefone para contato. Só depois quando o médium recebe a mensagem de alguém, durante a semana, que a equipe que trabalha com ele entra em contato com as pessoas, informando-as sobre a necessidade de comparecer ao centro, nas sessões de terça-feira – quando essas aconteciam – para receber a psicografia. A única manifestação mediúnica que ocorre durante a sessão de psicografia é a “*incorporação*”, processo descrito acima. Além disso, Fábio não realiza uma entrevista prévia com os participantes das sessões, como costumam fazer os médiuns Rogério e Marli.

As atuações do médium permitem que a dor seja compartilhada entre os familiares, espíritos e ele. Em um dos seus textos, Veena Das (2008) indaga sobre as possibilidades de comunicabilidade da dor. A partir da seguinte pergunta “*Como pode minha dor residir no corpo de outra pessoa?*”, a autora se questiona se a dor que uma pessoa sente pode ser

⁵⁵ Os termos *carnavalização* e *carnavalesco*, utilizados por Stoll (2002), são empregados da forma como foram desenvolvidos por Roberto DaMatta (1981).

transferida e sentida por outra pessoa. Como essa dor pode unir? Quais são as formas de disseminação, reverberação e fala dessa dor? A atuação mediúnica torna possível, através da *performance* de Fábio durante a *psicofonia*, a transferência e comunicabilidade da dor das famílias para o médium.

Em outro texto, Das (2008) traz as pesquisas de Patricia Lawrence e a relação que essa autora estabelece entre o trabalho da médium Saktirani, que ao encarnar a deusa Kali, dá conselhos e pistas a familiares de pessoas desaparecidas, *adivinhandando o destino dos seres perdidos*. No caso específico do coletivo de familiares de vítimas da violência, se criou um entrecruzamento entre as famílias que fez circular o destino dos *seres perdidos*, assim como suas dores.

No dia em que Ludmila incorporou pela primeira vez, Sônia deixou seu nome e contato para receber a psicografia do seu filho. Semanas depois, ela foi chamada a comparecer ao GEC. Como estava em Minas, não pude comparecer no dia da sessão. Ela me contou depois, durante o curso que participamos no Tribunal de Justiça. No dia que compareceu ao centro espírita para buscar a psicografia do filho, teve outra surpresa. O médium “incorporou” o espírito do seu filho Luis Alberto e disse no ouvido dele: “– *O Sady está bem*”. Sady é nome do colega de profissão que foi assassinado junto com Luis Alberto enquanto estavam dentro da viatura próxima ao Maracanã. Esse é um detalhe ressaltado por Sônia como confiança de que naquele momento era o seu filho que estava se comunicando com ela. Além disso, o espírito do filho enviou informações do seu colega para a sua família. As mensagens enviadas pelos filhos, através dos médiuns, ampliam a rede de familiares e suas intercessões com os projetos espíritas.

O trabalho do médium permite que as pessoas voltem ao passado de uma forma diferenciada a partir das suas narrativas de vida, entrelaçadas com as falas dos seus filhos e filhas. É um retorno que permite traçar caminhos e percursos futuros a partir de novas compreensões dos fatos vividos. Essas experiências, partilhadas durante as sessões com outras pessoas, propicia a publicização da dor, ao mesmo tempo em que a insere em novas gramáticas de expressão das narrativas do sofrimento. “Los símbolos religiosos permiten que el dolor del sufrimiento adquiera un sentido en el cual prima una esperanza de recompensa y que convierte el dolor personal de una conciencia aislada en algo compartido de manera colectiva” (DAS, 2008, p. 439).

A complexa relação entre religião e família nesse grupo demonstra como essas esferas se articulam na *gestão da vida*. Ambas se combinam na configuração das relações afetivas. Entretanto, não são pensadas como esferas estanques, com fronteiras fechadas de significado.

Tanto a família quanto a religiosidade – e as possibilidades de vivência cotidiana da doutrina espírita kardecista – são conceitos plurais que não se encerram em definições restritas, mas se atualizam relacionalmente. As conexões entre pessoas encarnadas e espíritos, e os desdobramentos delas, ampliam o espectro de referências ao parentesco e as possíveis relações com espíritos desencarnados. Se o espírito desencarnado não perde a *personalidade* de filho e filha – como ressaltou Rogério no livro “Políciais de Volta” –, o ciclo das encarnações permite que esse espírito desencarnado volte na mesma família, ocupando papéis diferentes, complexificando o entendimento das relações familiares em um determinado período da vida.

No que concerne às propriedades do conjunto denominado família, deve-se destacar seu caráter múltiplo. Em vez de pensar nas variedades ou nas diversidades dentro da família, é mais produtivo considerá-la, de acordo com nosso raciocínio, um conjunto diverso e amplo constituído por seus membros, as suas relações e as suas crenças. Dessa maneira, pode-se dar conta de fenômenos que, em uma acepção restrita, não seriam incluídos na categoria família (MAZUR, 2006, p. 168).

Além disso, podemos destacar um acúmulo das relações sociais durante as diversas encarnações de um espírito que são interpretados pela rede familiar e espírita, pautando essas relações. Se a morte é a passagem entre diferentes vidas, as relações sociais que as definem e as descrevem se acumulam dentro da *trajetória biográfica* de um espírito (STOLL, 2009).

A permanência do contato após a morte dos filhos e a vivência compartilhada de um espaço comum desses filhos no *mundo invisível* permite a criação e consolidação de vínculos nos dois mundos. Zoraide e Francilene, em um dos nossos muitos encontros com a rede afetiva terrena – é característico desse grupo tanto de mães, pais e filhos como de amigos, o compartilhamento de laços afetivos diversos entre eles – brincaram com a hipótese de realização de um casamento espiritual entre a Ludmila e o Thiago. Francilene disse que tinha lido sobre isso. No GEC, há o grupo de jovens espíritos, “*Equipe Alto Astral – Grupo de Jovens GEC*”, cuja liderança é exercida por Ludmila que, nas psicografias, disse que está trabalhando ativamente para que jovens desencarnados consigam enviar mensagens de amor e alento aos seus familiares.

O conceito de família se expande, incluindo outros atores que sustentam as redes de solidariedade nos dois mundos. E, assim, essas pessoas vão se conectando em diversas esferas, que apóiam mutuamente essas relações, inserindo novas pessoas, recriando as redes e os vínculos de parentesco nos dois planos – *espirituais* e *material*. Quero destacar que essas redes e coletivos espíritas são forjados através do entrecruzamento das mensagens cruzadas,

enviadas pelos filhos para os pais amigos. Essa comunicação cruzada que permite o compartilhamento de experiências e projetos pelos familiares vítimas da violência urbana. Os coletivos espíritas são formados pelo espírito dos filhos e pelos pais que circulam suas histórias, trajetórias, trabalhos e missões entre si.

Para os familiares vítimas da violência no Rio de Janeiro, essa rede espiritual permite a união de famílias que foram vitimados por diferentes atores. Téia, uma das mães protagonistas da luta contra violência realizada pelo Estado, encontrou nas redes espíritas essas famílias e as cartas de alento do seu filho. Após sua morte, suas filhas, que começaram a frequentar as sessões com ela, continuaram ativamente na organização dos eventos realizados no Rio de Janeiro com o médium de Lorena, Rogério Leite. Assim como a atuação política permite o conhecimento das diversas histórias de familiares vítimas de violência na cidade carioca, as redes familiares e espíritas permitem a manutenção e fortalecimento desses laços para além da atuação política, ao mesmo tempo em que promovem novos agenciamentos políticos. A experiência religiosa propicia às famílias a formação de um corpo em dois mundos. O traço biológico do parentesco é transcendido pelas relações de afinidade. Não é a troca de fluídos corporais que fortalecem os laços, mas a comunicação de afetos mediados pelos agentes da religião kardecista que constrói uma rede transcendente. A formação dessa rede, sustentada e fomentada no plano espiritual, permite que esses familiares habitem novamente os espaços de perda, transformando-os a partir de novas gramáticas emocionais e subjetivas, vinculadas aos discursos de paz e processos de pacificação.

As relações estabelecidas por esses familiares nas esferas privadas, família e religião, demonstram as estratégias utilizadas por eles para “ocupar los signos mismos de la herida y conferirles un significado, tanto a través de actos narrativos como del trabajo de reparar relaciones”. (DAS, 2008, p. 248).

O Grupo Espiritualista e Consciência (GEC) faz parte dos itinerários e trajetórias promovidas pelo grupo de familiares de vítimas da violência urbana na busca pelo estabelecimento e manutenção da comunicação com seus filhos e filhas. O GEC é um dos grupos que se conectam com o *Projeto Amor Além da Vida*. O coletivo de familiares de vítimas da violência que se reuniu em torno do caso do menino João Hélio, a partir de duas entradas – política e religiosa – se inseriu em uma rede espírita, da qual o GEC faz parte e desempenha um importante papel de conexão entre diferentes projetos mediúnicos e atores. Além disso, ao desenvolver ações terapêuticas, esse grupo contribui para elaboração das linguagens de paz ao promover o abandono dos sentimentos de revolta e vingança. O médium Fábio Figueiredo incita os membros e participantes do GEC aos discursos de

responsabilização e escolha individual. O indivíduo, categoria moral, seria o responsável direto pelo seu destino – *carma* – e pela evolução/ civilização da humanidade. A paz seria o resultado das ações individuais, voltadas para o progresso moral da humanidade. Esse grupo atua diretamente na questão da violência ao promover ações sociais conjuntas com o Projeto Amor Além da Vida e disseminar os valores individualistas, promovendo o *controle das condutas* dos familiares vítimas da violência urbana.

7.1 Projeto Amor Além da Vida: formas subjetivas de adesão à Cultura da Paz

A vida cotidiana nas metrópoles contemporâneas é descrita, por vários autores, como permeada por processos de fragmentação do sujeito. A construção de suas subjetividades pelos indivíduos que habitam cidades com grandes contingentes populacionais ocorre a partir de diversos estímulos, com mundos que se interpenetram, tendo por efeito a produção de identidades fragmentadas. Uma das formas de fugir aos processos de fragmentação do sujeito, segundo Gilberto Velho, seria a elaboração de projetos⁵⁶ – individuais e sociais – pelos indivíduos. Projetar ações é parte das estratégias do indivíduo para se contrapor a crescente individuação das sociedades complexas. A possibilidade de escolha e de agência, fruto do processo de individuação crescente nessas sociedades, está relacionada ao ato fato de pensar a trajetória de vida como um projeto – ou perpassada por vários projetos. As trajetórias e biografias, e a relação que essas narrativas estabelecem com o tempo, são centrais nos processos de configuração das identidades. Ao narrar o passado e projetar o futuro, o indivíduo se constrói através de linguagens opostas à fragmentação. O projeto é uma tentativa consciente de dar um sentido ou uma coerência a essa experiência fragmentadora (VELHO, 1999, p. 31).

Na ação de projetar, o indivíduo visa o outro; é um ato público que estabelece comunicações e diálogos. Nessa perspectiva, o ato de elaborar projetos está intimamente associado ao estabelecimento de um estilo de vida pautado na organização das emoções, em que os agenciamentos individuais se tornam referência básica. Como parte do processo de construção da identidade do indivíduo, a linguagem do projeto é empreendida a partir da apropriação de um discurso psicológico – consequência e promotor de um tipo de

⁵⁶ A categoria projeto é utilizada, neste trabalho, segundo a definição Schutz (1971) de uma ação que possui *objetivo predeterminado* (SCHUTZ APUD VELHO, 1999).

individualismo (VELHO, 1999). Os projetos, individuais ou sociais, são tecidos no interior de gramáticas emocionais humanista-burguesa-terapêutica. Os projetos supra-individuais são elaborados a partir do reconhecimento de interesses comuns por um grupo de indivíduos. Para tal, esses projetos precisam ser capazes de incorporar e sintetizar os projetos individuais dos membros do grupo. O indivíduo participante de um projeto social se percebe, reconhece e vivencia experiências pautadas em interesses comuns. Assim, segundo Velho (1999), projetos sociais fazem parte de um comprometimento de certo grupo de indivíduos com a mudança social:

Na medida em que um **projeto social** represente algum grupo de interesse, terá uma dimensão política, embora não se esgote a esse nível, pois a sua viabilidade política propriamente dependerá de sua eficácia em mapear e dar um sentido às emoções e sentimentos individuais. Aí tem de ser somatório e síntese (VELHO, 1999, p. 33, grifo meu).

O processo de construção do projeto se entrelaça com a manipulação de gramáticas emocionais, movimentadas pelos indivíduos ao promover ações que visam à transformação social. Segundo Velho (1999), os projetos são tecidos por gramáticas emocionais compartilhadas: há sentimentos e emoções valorizados, tolerados ou condenados dentro de um grupo, de uma sociedade. O reconhecimento dessas emoções como legítimas torna viável os projetos sociais.

A reunião das pessoas que fazem parte do projeto “Amor Além da Vida” está intimamente vinculada a mudanças de gramáticas emocionais dos indivíduos que pertencem ao grupo. As ações sociais do projeto testemunham essas mudanças gramaticais de sujeitos que, após o luto, escolheram – ao avaliar o campo de possibilidades existentes – formas de elaboração da dor e do sofrimento causado pela perda de seus entes queridos. Ao se verem nessa situação de dor e sofrimento, eles enxergaram duas alternativas: a revolta – e todo complexo emocional que envolve esse sentimento – e a superação. Como projeto de vida, elaborado em conjunto, essas famílias criaram um grupo cujo objetivo é superar a dor da perda através da articulação de narrativas de caridade e amor, vistas como caminhos de construção de uma “Cultura da Paz”, que adquire um viés específico na atuação desse coletivo. A paz, para as pessoas que participam do projeto, é obtida a partir do *governo de si* e da transformação das emoções negativas pela prática da caridade e do auxílio da humanidade.

O projeto *Amor Além da Vida*, como destacado anteriormente, surgiu como uma extensão do projeto desenvolvido pelo médium Rogério H. Leite. Atualmente, ele é desenvolvido pelos pais do João Hélio, junto com um grupo de pessoas que perderam pessoas queridas. Do grupo de familiares que acompanhei durante a pesquisa, continuam

desenvolvendo os trabalhos com Élson e Rosa, Francilene e Sr. Orlando. O grupo realiza atividades de caridade, contribui para a divulgação de sessões de psicografia – além de organizar algumas delas. O contato da família do João Hélio com a doutrina espírita é anterior à morte do menino. A avó do menino, mãe de Élson, relatou-me que frequentou durante muito tempo o centro espírita presidido pela médium Célia. Dona Célia, como é chamada por Zoraide e Dona Nelma – avó do menino João Hélio – é descrita como uma médium que possuía dons mediúnicos impressionantes. A médium fundou a Associação dos Obreiros de Jesus, um dos locais frequentado pelo grupo atualmente.

Na página, administrada por Élson, sua esposa e filha em uma rede social, além de divulgarem as sessões e os trabalhos desenvolvidos pelos médiuns, eles dão testemunho de como as mensagens do filho provocaram uma transformação em suas vidas. A página foi criada em 2014, é seguida por cerca de 2800 pessoas e utilizada, principalmente, para a divulgação dos eventos de psicografia. Em várias postagens, a palavra “Resiliência” aparece como proposta de agenciamento após a perda e luto. A palavra, ação subjetiva, é definida da seguinte forma pelo grupo: “a resiliência é a capacidade de se recuperar de situações de crise e aprender com ela. É ter a mente flexível e o pensamento otimista, com metas claras e a certeza de que tudo passa” (postado no Grupo Amor Além da Vida, no dia 11 de junho de 2015).

A prática da caridade também é estimulada e divulgada pelo grupo. No dia 11 de abril foram postados na página as fotos e comentários de uma ação desenvolvida pelo grupo. As fotos são apresentadas com o seguinte texto:

Grupo Amor Além da Vida – dia 11/04/2015 – Entrega de almoço aos moradores de rua
 Que força é essa que nos move a caminhar em frente, sem deixar que a dor da saudade nos sufoque e nos machuque a ponto de desistir de tudo?
 O que nos conduz a fazer o bem ao próximo?
 O que nos faz ter emoção ao fazer o mínimo aos irmãos que nessa vida atual estão passando pela falta de necessidades básicas?
 O porque aconteceu de vários amigos de bairros diferentes, que tiveram “perdas” familiares se reunirem dessa maneira tão envolvente e amorosa?
 Minha certeza da resposta se resume ao nome do grupo, que unido aprende mais do que julga ensinar. AMOR ALÉM DA VIDA (Disponível na página do projeto no facebook. Acesso em 11 de abril de 2015).

Figura 22 – Ação social Projeto “Amor Além da Vida” (1)



Fonte: Página do Projeto “Amor Além da Vida” no Facebook

Figura 23 – Ação social Projeto “Amor Além da Vida” (2)

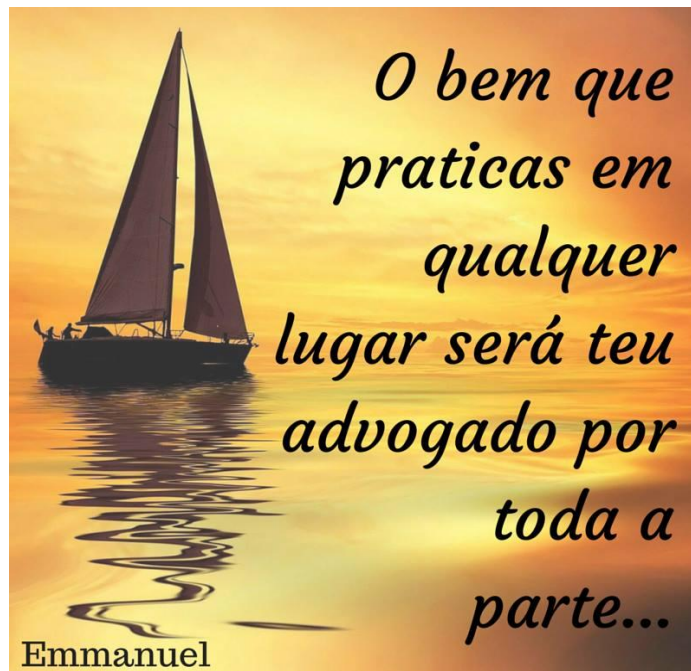
Fonte: Página do Projeto “Amor Além da Vida” no Facebook

As fotos acima foram tiradas na casa do casal Élson e Rosa, no Méier, onde aconteciam as reuniões do médium Rogério H. Leite, no Rio de Janeiro. O que demonstra o protagonismo do casal na organização das atividades e na mobilização de uma estrutura para a realização dos eventos. Através da página do projeto, foi feito o convite para que as pessoas

assistissem ao programa Profissão Repórter: “*Que todos assistam a matéria e entendam um pouco como uma “simples” carta pode nos direcionar a um novo caminho, uma nova trajetória, o caminho do bem*” (postado no dia 6 de abril de 2015). No trabalho desenvolvido pelo grupo nas redes sociais, nas ações sociais e na organização das sessões de psicografia, eles elaboram uma arte de autogoverno, baseada em preceitos que reiteram a mesma mensagem de aceitação, do perdão, da superação e da construção de novos caminhos subjetivos. Segundo a proposta do grupo, cada pessoa, se quiser, pode *mentalizar*, agir, atrair e realizar novas formas de viver e estar no *mundo material*.

Como destacamos, no capítulo anterior, no livro “Nosso lar”, do médium Chico Xavier, a prática da caridade é vista como moeda de troca no processo de evolução do espírito e dos seus familiares. O bem que faço, em diferentes planos de existência – terreno e espirituais – contribui para a evolução do meu espírito e me permite interceder pela evolução do espírito dos meus parentes e das pessoas que fazem parte da minha rede afetiva. Essa perspectiva da caridade, como moeda de troca, está presente nas postagens dos familiares de vítimas da violência urbana na página do Projeto Amor Além da Vida, como podemos ver na seguinte imagem:

Figura 24 – Postagem do dia 24 de junho de 2015



Fonte: Página do Projeto “Amor Além da Vida” no Facebook

Dessa forma, ao analisar as mensagens postadas pelo Grupo Amor Além da Vida, percebe-se uma proposta desse grupo em promover, junto com seus membros e seus seguidores, uma arte de governo de si fundamentada na *resiliência*, vista como a *arte da superação, do perdão e da caridade*. Além disso, essa *estética de si* tem como um dos fundamentos o controle das próprias condutas. No trecho abaixo, a mensagem psicografada pelo médium Divaldo Pereira Franco, postada na página do grupo no dia 5 de julho de 2014, elucida o processo de transformação de subjetividades, pelo governo das próprias condutas:

Todos os seres humanos conduzem o anjo e o demônio no seu mundo íntimo. De acordo com o estágio evolutivo, no qual transita, liberta-se aquele que é mais compatível com a sua condição espiritual. O esforço que se deve empreender diz respeito à *mudança de paisagem interna*, ao ensejar a liberação da angelitude adormecida em detrimento do recrudescer das *paixões demoníacas* em vigorosa interferência.

De tua parte, evita acusar, responsabilizar o teu próximo, quando cometes erros ou te enredas em comportamentos execrands. Aprende a assumir os efeitos dos teus êxitos, mas principalmente dos teus equívocos. Possuis o discernimento claro para saberes qual a *melhor conduta* em qualquer situação em que te encontres.

A eleição da agressividade e do desregramento é hábito vicioso a que te acostumaste, sem o esforço de o evitar. Quando, porém, a pessoa sincera busca honestamente a *autoiluminação* mediante o conhecimento da verdade, *de imediato se lhe altera a maneira de viver e de agir*. Não poucos invigilantes sempre transferem os seus insucessos à interferência dos Espíritos maus isentando-se de responsabilidade.

Certamente que eles interferem, influenciam, no entanto, somente quando encontram sintonia, quando são atraídos pela emissão das ondas mentais de cada qual. Uma mudança de faixa vibratória ao adotar pensamentos elevados, anelar por bênçãos, fazer-se solidário com os Benfeitores pessoais e os da sociedade, produzem *alteração significativa na conduta* pelo benefício que deles recebe.

Assume o compromisso elevado de vencer as más inclinações, de vigiar as nascentes do coração de onde promanam todo o Bem e todo o Mal. O teu inimigo básico não é aquele que te combate ou persegue, que te detesta ou calunia, antes encontra-se oculto nos tecidos íntimos dos teus sentimentos necessitados de elevação.

Jesus asseverou que o reino de Deus está dentro da criatura, aguardando a liberação das heranças primitivas do processo de evolução. *Começa hoje e agora a luta sem quartel em favor da tua paz*, dilui as couraças do inimigo interno sob as quais se esconde, e abraçando a liberdade de consciência, sê feliz. ~ Joanna de Ângelis (Página psicografada pelo médium Divaldo Pereira Franco, na sessão mediúnica da noite de 7 de janeiro de 2014, no Centro Espírita Caminho da Redenção, em Salvador, Bahia, grifos meus).

O governo de si, sob essa perspectiva, estaria ligado à *vigilância do coração* – representado como local em que se localizam as nossas emoções – e ao compromisso de vencer as más inclinações pelo esforço individual em vibrar energias que afastem os maus espíritos. A alteração significativa da conduta, através do controle da agressividade e das paixões levaria a uma mudança de *paisagem interna*, ou seja, promoveria mudanças na

subjetividade das pessoas a partir da adesão ao empreendimento de uma luta interna em favor da própria paz. A vigilância dos seus corações, na perspectiva desses ensinamentos espíritas replicados pelo grupo, é internamente produzida pelo sujeito, com o intuito de construir em si mesmo novas consciências – novas formas subjetivas de relação com *as pessoas e as coisas*. Esse controle é construído também a partir do trabalho coletivo nos grupos espíritas.

Ao utilizarem o desenho do menino João Hélio como símbolo do grupo, eles constroem agenciamentos éticos, e estéticos⁵⁷, tendo o *modelo de vida exemplar* do médium Chico Xavier como inspiração. A elaboração de um discurso de santidade atrelado à figura do médium e a construção dessa imagem pela descrição de sua vida exemplar se inserem no contexto da religiosidade brasileira que, como destaca Rubem C. Fernandes, é marcado pela figura da *Santidade*. (FERNANDES, 1994). Assim como destaca Fábio Araújo (2012), as mortes violentas são cercadas por *operações simbólicas de santificação das vítimas*. A morte violenta de João Hélio, um menino de seis anos, junto com o projeto de construção da paz desenvolvido por seus pais através do governo das condutas – projeto estimulado pelo menino através de suas mensagens –, constroem um enredo de santidades que unem elementos comuns a outras narrativas construídas por vítimas de morte violenta. As relações *entre violência e o sagrado*, bem como os testemunhos de sofrimento e dor, representam o “*itinerário de santidade*” de João Hélio e seu pai, protagonista na organização do projeto (STOLL, 2002) (ARAUJO, 2012).

O menino é representado como um santo, como um *anjo pela paz*, um ser de luz, que veio à terra, por um curto período, para ensinar aos seus pais o caminho da evolução, da caridade e do amor incondicional de Deus. A sua vida, apesar de ser curta, foi suficiente para transformar a vida de sua família, assim como de outras pessoas que, pelo projeto desenvolvido pelos seus pais – juntamente com um grupo de familiares que conheceram a dor do luto – tiveram suas vidas modificadas pelas mensagens psicografadas. Como o grupo faz questão de ressaltar na página do projeto nas redes sociais: “Vamos aonde precisar ir para levar o conforto de uma mensagem para quem ficou com o coração doído pela morte de alguém. Por isso divulgamos quando há encontros de psicografias, quando vamos doar sangue e outras ações que o grupo participe! Todos podem participar dessas ações junto com o grupo! Paz e Luz!” (Postagem do dia 23 de dezembro de 2014).

⁵⁷ O termo estético faz referência à perspectiva foucaultiana, que define a arte da existência com uma tecnologia de si pautada em “práticas reflexivas e voluntárias através das quais os homens não somente se fixam regras de conduta, como também procuram se transformar, modificar-se em ser singular e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de valores estéticos e responda a certos critérios de estilo” (FOUCAULT, 1984b, p. 15).

No processo de construção da figura de João Hélio como santo, anjo, suas mensagens passaram ser vistas como ensinamentos, orientações de como construir a *paz no coração de cada um*. De maneira semelhante às preces entoadas pelos santos católicos, em uma sessão ocorrida no ano 2014, João Hélio enviou a *Prece Amor Além da Vida*, inspiração para o grupo:

Jesus,
 Bondoso senhor de nossas vidas. Dai-me a força necessária, para nunca desistir. Inspirai-me na fenda do trabalho cristão. Que o pensamento esteja voltado para o entendimento fraterno. Que minhas mãos encontrem com sinceridade outras mãos. Que o meu olhar seja terno e silencioso. Que meu abraço seja lenitivo aos corações saudosos e que de minha boca nunca saiam palavras agressivas.

Senhor,
 Que eu seja eternamente grato a vida que tive e, se falhei, que possa recomeçar com humildade. Que eu perdoe sempre, pois perdando me elevo aos céus angelicais. Que eu nunca esqueça dos que me ajudaram e que eu seja corajoso para ser o que sou, sob tua presença.

Senhor,
 Concedei-me a possibilidade de amar. Amar além de mim. Amar não por mim. Me doar o máximo que eu puder, pois contigo aprendi que apenas o amor é capaz de ultrapassar toda e qualquer barreira, principalmente a morte. Que eu seja portador, senhor, de um Amor Além da Vida. Em todas as vidas. Por todas as vidas.

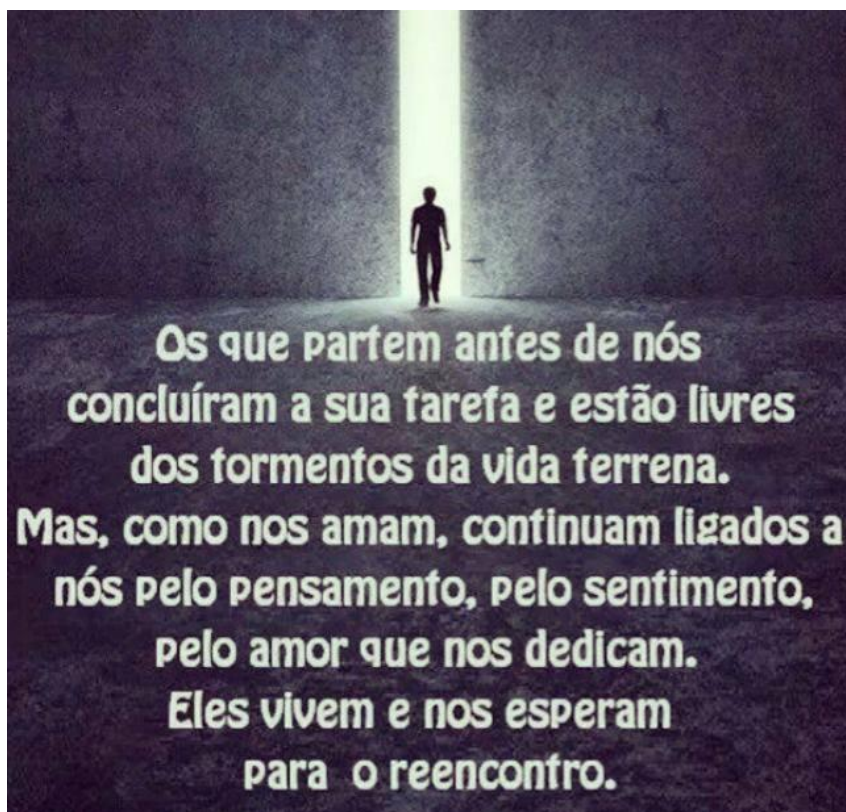
João Hélio Fernandes Vieites (Prece psicografada pelo médium Fernando Ben, em Cascadura, no dia).

A *missão* desenvolvida pelos pais reafirma a trajetória do menino como santa, um escolhido de Deus para promover a paz, em um contexto representado como violento, a partir da história de superação da dor e do luto pelos seus pais. A superação da dor da perda pelos seus pais se tornou um exemplo para esse grupo de familiares – assim como para outras famílias que conheceram a dor da perda nesse contexto. A partir da relação estabelecida por esse grupo de familiares entre governo das condutas, gestão do luto e transformação de gramáticas emocionais, um dos nossos intuitos foi questionar o lugar ocupado pelas ideias vinculadas ao espiritismo, praticado por eles em suas práticas.

Assim como o menino João Hélio, os filhos dos outros pais que frequentam o grupo – como Thiago, filho de Francilene e Diraison, e André, filho de Sr. Orlando – são vistos como espíritos iluminados que, no plano espiritual, cooperam para a evolução de seus pais – como enfatizei anteriormente. Em postagem recente na página do projeto, percepções sobre vida, morte, comunicação entre o mundo espiritual e o material destacam os mecanismos de *gestão da vida através da morte* compartilhados e apropriados por esse grupo. As gramáticas do amor e da caridade são utilizadas na descrição das relações estabelecidas entre pais e mães com seus filhos falecidos que, em um ato de extrema bondade, permanecem próximos dos seus entes queridos encarnados, enviando-lhes mensagem, promovendo a pacificação das

almas de seus pais e mães como contraponto da *psicosfera violenta* que caracteriza o contexto brasileiro. Em um contexto de *guerra*, para esses pais e mães a paz será alcançada, antes de tudo, pelo exercício da caridade e pelo abandono da linguagem e dos sentimentos violentos. A comunicação com seus filhos e filhas, que move suas vidas, é conquistada a partir da gestão das emoções, do governo das condutas e pela adoção de linguagens da paz. O *testemunho* das transformações provocadas pelas mensagens psicografadas também faz parte da proposta de governança forjada pelo Projeto “Amor Além da Vida”.

Figura 25 – Postagem da página do Projeto “Amor Além da Vida”



Fonte: Página do Projeto “Amor Além da Vida” no Facebook

As fotos do casal Rosa e Élson – postadas na página do grupo em uma rede social, em que eles aparecem sorridentes desempenhando diversas *ações sociais*⁵⁸, como doação de sangue – tem por objetivo testemunhar as mudanças provocadas pela inserção deles nessa rede espírita de caridade. As fotos atuais contrastam com as fotos das manifestações em que participavam logo após a morte do filho do casal. Essas fotos fazem parte das narrativas e

⁵⁸ O termo *ação social* é utilizado pelo grupo para se referirem as ações de caridade que desenvolvem em diferentes campanhas. Dessa forma, se assemelham as campanhas e ações sociais – contra a fome, por exemplo – desenvolvidas pela ONG Viva Rio, descritas por Birman & Leite (2004).

discursos elaborados pelo grupo, atrelados a seus processos de constituição, individual e coletiva, de sujeitos éticos. Ao postarem suas fotos, sorridentes no momento de doação de sangue, Rosa e Élson sustentam um dos princípios vinculados pelo “Projeto Amor Além da Vida”: o princípio de que a caridade traz benefícios emocionais àqueles que a praticam. O exercício da caridade seria uma das estratégias utilizadas por esse grupo de familiares vítimas da violência urbana para a promoção da paz. Ao direcionarem os seus sentimentos de amor, compaixão e caridade à humanidade, o grupo acredita contribuir para que a *psicosfera brasileira* seja menos violenta. Rosa e Élson, junto com os outros familiares, constroem uma representação do “Grupo e do Projeto Amor Além da Vida” desenvolvida através de linguagens e gramáticas emocionais muito semelhantes às elaboradas pelo médium Chico Xavier. A construção de sua vida como *exemplar* serve de modelo para representação do grupo nas redes sociais.

A construção de novas subjetividades, pacificadas pelos familiares de vítimas da violência que fazem parte do grupo, estaria também vinculada à percepção do grupo como uma *família*, nos múltiplos sentidos que abarcam esse conceito. Como foi ressaltado anteriormente, a criação do grupo foi prevista e gestada nos *planos espirituais*. Uma vez que as relações familiares fazem parte da constituição do indivíduo como sujeito (MAZUR, 2006), a referência ao termo *família* pelo grupo ressalta esse aspecto desempenhado pelas relações estabelecidas entre eles. As atividades do grupo, como destacado, não se resumem a organização, divulgação e participação nas sessões de psicografias. As trajetórias de vida dessas pessoas se entrecruzam em diferentes espaços e linhas de atuação. A convivência entre as pessoas que fazem parte do grupo se entrelaça – assim como as sessões, mensagens e leituras da doutrina espírita – aos processos de produção de subjetividades pacificadas. O amparo, cuidado e o exercício coletivo da caridade contribui para o controle das emoções e o desenvolvimento de *linguagens e atitudes pacificadas*. Unidos, esses familiares transformam a Dor em Amor, modificando gramáticas emocionais e suas condutas, promovendo o controle das emoções na promoção de uma sociedade pacificada.

A pesquisa nas redes sociais permite perceber o quanto que essa rede de familiares de pais e mães que tiveram seus filhos e filhas assassinados no contexto da violência urbana se pulveriza em busca de novos centros, novos médiuns e novas mensagens dos seus filhos e filhas. Na tentativa de acompanhar seus trânsitos, encontrei fotos e vídeos do pai do João Hélio, Elson, e do Sr. Orlando em sessões de um médium espírita – que aconteceram no bairro de Cascadura, Zona Norte do Rio de Janeiro – que desenvolve o “Projeto Cartas de Fátima” – com esse projeto, o médium percorre o país, realizando palestras e sessões públicas

de psicografia. Elson aparece em um vídeo em que o médium lê uma oração enviada pelo seu filho. Sr. Orlando aparece em uma foto postada na página desse médium, em uma rede social, que registrou a entrega de donativos a um lar de caridade espírita.

Figura 26 – Ação social do Projeto “Amor Além da Vida”

Fonte: Página do Projeto “Amor Além da Vida” no Facebook

Nessa foto, além da presença de Sr. Orlando – senhor de camisa listrada e cabelos grisalhos –, nos chama atenção a blusa do “Projeto Amor Além da Vida”, anteriormente liderado pelo médium Rogério H. Leite, cujo símbolo é um desenho feito por João Hélio, com a palavra paz escrita embaixo. A blusa com a mesma imagem era utilizada pelos organizadores das sessões do Rogério no Rio de Janeiro e, quando ocorreu a gravação dessas sessões pelo programa televisivo “Mais Você”, o pai de João Hélio estava vestido com ela. No site do médium, a sessão que aconteceu, em Cascadura, no dia 08 de junho de 2014 é descrita como uma organização dos dois grupos “Cartas de Fátima” e “Amor Além da Vida”. Nas fotos postadas no site, aparece Elson e outros participantes com a camisa do grupo “Amor Além da Vida”, mas não aparece o médium Rogério H. Leite. O projeto que antes era visto como uma ramificação do projeto maior do médium de Lorena, “Cartas Consoladoras”, como as fotos demonstram, foi apropriado pelos pais do João Hélio, Elson e Rosa, que organizam essas sessões públicas de psicografias, sem vincular-se ao trabalho desenvolvido por um médium específico.

Figura 27 – Sessão de psicografia dos Projetos “Amor Além da Vida” e “Cartas de Fátima”
(1)



Legenda: Membros dos dois grupos “Cartas de Fátima” e “Amor Além da Vida”. Destaque para Elson, pai do João Hélio, no canto esquerdo da foto.

Fonte: <http://www.cartasdefatima.com/>

Figura 28 - Sessão de psicografia dos Projetos “Amor Além da Vida” e “Cartas de Fátima” (2)



Legenda: Público presente em sessão no bairro de Cascadura, Zona Norte do Rio de Janeiro. Fonte: <http://www.cartasdefatima.com/>

As redes sociais e um famoso site de vídeos desempenham um papel fundamental na divulgação dessas sessões que ocorrem com a presença de número expressivo de pessoas, em espaços amplos e com a utilização de recursos audiovisuais. As famílias têm um papel fundamental no fomento dessas redes, na circulação de informações e divulgação das sessões. Todas as psicografias e imagens postadas por esses médiuns na rede internacional de computadores só são vinculadas mediante consentimento das famílias, que concordam porque acreditam no trabalho desenvolvido pelo médium e por se verem contribuindo com uma “causa divina”. A partir desse prisma, eles estariam contribuindo para a promoção da fé e de uma “verdade” – a da imortalidade da alma – que, segundo seus depoimentos, modificou suas vidas. Dessa forma, não há como pensar nas estratégias de governo e de pacificação das almas sem atentar para o pastorado exercido nos ambientes virtuais, pela mediação das novas tecnologias.

A rede mundial de computadores permite ainda acompanhar as dinâmicas desses familiares de vítimas da violência urbana em torno desses médiuns. Ao acessar sites, percebemos o quanto essas redes fazem e se desfazem, ligando os diferentes atores que mediam esses encontros entre familiares, médiuns e sessões espíritas. Na foto abaixo, o médium que coordena o Projeto “Cartas de Fátima” está proferindo uma palestra no Grupo Espiritualista Consciência (GEC), cuja sede é na Tijuca, presidido pelo médium Fábio Figueiredo. São circuitos espíritas, frequentados por diferentes familiares, com diferentes projetos e o mesmo objetivo: a comunicação obtida através de *cartas consoladoras*.

Figura 29 – Palestra do médium Fernando Ben (Projeto “Cartas de Fátima”) no GEC



Fonte: Página do GEC no Facebook

As mídias contemporâneas permitem um *pastorado das almas* que é amplo –abarca uma *multiplicidade*, ao mesmo tempo em que permite um olhar singularizado⁵⁹. É uma atenção múltipla, mas que pode ser direcionada segundo critérios específicos, a partir das ferramentas existentes. Além disso, essa tecnologia fomenta alguns contatos e inibe outros. Porém, a multiplicidade de olhares nunca é reduzida, ao ponto de não se ter controle de quem

⁵⁹ Sobre o governo baseado na figura do pastor ver Foucault (2008).

observa. Nesse espaço, *a arte do governo* ganha tonalidades diferente, e a divulgação de informações se situa em uma esfera incomensurável. Se eu encontro nessas redes as mesmas pessoas, Sr. Orlando, Elson, Francilene, Zoraide – acompanhados de seus familiares –, especialmente elas transitaram por diferentes locais – Lorena, Méier, Cascadura, Tijuca, Itaim Paulista. Da mesma forma, ao acessar os sites destinados à divulgação dos projetos dos médiuns, o link agenda informa o quanto eles percorreram diferentes cidades e regiões do Brasil: Salvador, Pernambuco, Paraná, dentre outros. Nesse ponto, o conceito de *missão* católica de levar a fé aos mais variados lugares se assemelha a essa *missão* espírita de consolar famílias que sofrem pela perda de seus entes queridos (MONTERO, 2006). Nesses trânsitos, além do consolo e das mensagens, os médiuns levam consigo livros espíritas e palestras que divulgam os preceitos da doutrina espírita, adaptados a seus contextos de vida.

As redes virtuais passam a fomentar as redes de familiares entorno dos projetos dos médiuns. A participação e presença desses familiares nas sessões, por sua vez, fomentam as publicações nas redes sociais e nos sites, colaborando para a divulgação das sessões. Isso tudo atrelado aos livros, filmes e novelas espíritas permite que os conceitos dessas doutrinas ganhem uma capilaridade difícil de ser mensurada.

O processo de adesão aos preceitos espíritas baseia-se na produção de novas linguagens subjetivas. Seus livros se assemelham ao conteúdo dos livros de autoajuda em que os sofrimentos físicos e emocionais dos seres humanos são descritos como fruto de suas ações e pensamentos, que podem ser modificados a partir do controle das emoções e de pensamentos negativos.

Para um pai ou uma mãe receber a mensagem do seu filho ou filha, antes deve abrir mão de todo sentimento de revolta e indignação. Isso, segundo os médiuns, explica o fato de alguns pais e mães receberem as mensagens e outros não. Zoraide me disse uma vez que procura estar em paz para não atrapalhar sua filha na sua vida atual – no Mundo Invisível. Os médiuns, nas sessões, enfatizam que o choro dos pais e mães prejudica o desenvolvimento dos filhos e filhas. Ao ver o sofrimento dos pais, os filhos, ao invés de aceitarem a passagem, se vêm presos aos sentimentos e vínculos terrenos. Os pais e mães, nessa perspectiva, devem conter suas emoções, lágrimas e sofrimentos para, assim, contribuírem com a “pacificação” dos filhos. A promoção da “pacificação dos espíritos” ocorre nos planos *espirituais* e *material*, com a mediação dos médiuns.

Essa adesão ao “governo das almas”, contudo, não ocorre sem conflitos e resistências. As relações que os familiares estabelecem entre si são perpassadas por conflitos, acusações, julgamentos e enfrentamento. Entender o processo de “governo das almas” em um contexto

definido e reconhecido como “violento” é atentar para os diferentes atores e instituições que se inserem nesse governo.

Francilene, mãe de Thiago, não participa apenas das sessões espíritas frequentemente. Ela faz terapia com uma psicóloga que a estimula a narrar sua história de superação em um grupo de autoajuda, participa de ações de caridade promovidas pelos centros e tem o hábito de rezar o terço às 15hs, que acompanha pela televisão. Já participou de uma ONG – junto com Zoraide –, na qual ministrava aulas de artesanato para mulheres que perderam seus filhos e filhas, “Mães do Amor Eterno”. Logo após a morte do seu filho, passou a frequentar um grupo de apoio psicológico do DETRAN⁶⁰. Ela participa, junto com Zoraide, do “Coral Canta DETRAN”. Ele é formado por grupos de familiares que perderam seus parentes no trânsito. Esse trabalho é uma continuação do grupo de apoio psicológico que elas frequentaram junto com o Sr Orlando – o NAVI (Núcleo de Apoio a Vítima de Trânsito/ DETRAN-RJ) – quando eles se conheceram, pouco tempo após a morte dos seus filhos. Diferentes dispositivos de saber-poder, com objetivos semelhantes: oferecer apoio psicológico às vítimas da metrópole violenta. As trajetórias desses familiares são tangenciadas por esses mecanismos de pacificação das almas e construção de uma “Cultura de Paz”.

Os trabalhos desenvolvidos por diferentes instituições e ações acionam dispositivos de poder ligados a diferentes saberes, com discursos baseados em definições do que seja assistência social a vítimas e “*jovens em risco social*”, na metrópole carioca. Práticas e linguagens, ligadas a um sistema de assistência, elaboradas por órgãos de diferentes esferas do Estado e da justiça que visam à gestão da violência – que produz percepções dos espaços e das populações. A “pacificação das almas”, na cidade do Rio de Janeiro, passa pela construção de formas de assistir a população carioca, vítima e em risco.

Em reportagem publicada no Jornal do Brasil, próximo da morte do menino João Hélio, destacava-se que a família teria apoio espiritual espírita especial para que conseguisse

⁶⁰ As trajetórias dessas familiares são tangenciadas por diferentes atores sociais, políticos e religiosos que empreendem trabalhos de “gestão das almas” em diferentes instituições, dentro e fora do Estado. O DETRAN-RJ (Departamento de Trânsito), subordinado a Secretaria de Estado da Casa Civil do Estado do Rio de Janeiro, realiza trabalhos que, segundo informações divulgadas no site oficial, tem por objetivo promover a educação e cidadania no trânsito. A instituição possui a “Escola Pública de Trânsito” que *prioriza ações de responsabilidade social que permitam a inclusão social e a redução da desigualdade*. A instituição da escola está prevista no Código de Trânsito Brasileiro e tem como um dos seus objetivos específicos “*levar o desenvolvimento do convívio social no espaço público*”. Esse objetivo tem por pressuposto de que a população brasileira precisa ser ensinada a conviver no espaço público. Além da escola, o DETRAN possui três projetos sociais. O DETRAN Social é composto por três ações: NAVI, Projeto Passo a Passo e Projeto Educando com Valor. São ações de assistência a vítimas e projetos voltados jovens em *risco social* – termo presente na descrição de um dos projetos no site da instituição.

superar o trauma. O assalto ocorreu quando Rosa e os filhos retornavam para suas casas após participarem de uma sessão mediúnica em um centro localizado em Cascadura.

Figura 30 – Matéria Jornal do Brasil sobre apoio espiritual à família de João Hélio

... que seria mais fácil se eu tivesse que enterrar o Ezequiel – diz a mãe do menor, que prefe-

■ Família terá ajuda espiritual

A formação espírita da família de **João Hélio** Fernandes, morto na madrugada de quarta-feira, será a ferramenta usada pelas principais testemunhas do crime – a mãe, Rosa Cristina Fernandes, e a irmã Aline, de 13 anos – para amenizar o trauma. A família vinha do centro espírita León Denis, em Bento Ribeiro, quando minutos depois foi atacada no sinal de trânsito em Oswaldo Cruz.

De acordo com o centro, a família vai receber atendimento espiritual em casa, como ocorre com pessoas que sofrem perdas brutais. O diretor do Instituto Bezerra de Menezes, João Mentor, explica que a doutrina espírita tenta compreender a morte como a de João não como um carma, mas como oportunidade de crescimento. Um dos pilares do espiritismo, diz, é a imortalidade e o progresso da alma. Por isso, sempre tenta se tirar algo de bom de fatos bárbaros.

– O espiritismo nos mostra uma visão consoladora, pois João continua vivo, amando e sendo amado.

**GENRENT DO BRASIL LTDA
ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL
(INÍCIO DA ELABORAÇÃO)
04.634.502/0001-25**

GENRENT DO BRASIL LTDA torna público que requereu à Fundação de Engenharia do Meio Ambiente - FEEMA, através do processo nº E-07/202643/06, licença Prévia - LP, para Implantação de Usina Termelétrica, localizada na Rodovia Presidente Dutra Km 188, no Município de Queimados.
Informa que foi determinada a realização de Estudo de Impacto Ambiental.

Em uma reportagem postada por Ana Claudia Guimarães no blog de cultura do *Jornal O Globo*, Elson, pai de João Hélio diz não acompanhar o caso do filho porque, segundo ele, inspira sentimentos ruins que o distanciam do filho. O motivo da entrevista deveu-se ao julgamento de recurso de apelação pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro em favor dos supostos envolvidos na morte do menino. Por telefone, o pai do menino foi informado pela equipe de reportagem que os advogados dos acusados pediram redução da pena. A reposta a informação foi o silêncio. Os pais do menino não buscam saber notícias e não falam sobre o ocorrido. Segundo Elson, para que ele e sua mulher fiquem em sintonia com o filho, precisam vibrar bons sentimentos e, para isso, devem se afastar de tudo que causa mágoas. Para ele, através da religião, a família conseguiu superar a dor e trilhar novos caminhos em suas vidas:

No início, queríamos mudanças na lei da sociedade. Hoje, não mais. Nossa formação é católica, mas um ano antes do que houve com o Joãozinho começamos a frequentar palestras kardecistas. O contato com a religião foi fundamental para a gente superar a dor. Tentamos levar a vida da melhor forma possível porque a nossa jornada terrestre continua. Tentamos praticar o bem, sem rancor. O nosso principal objetivo é enxugar as lágrimas das outras pessoas (Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/ancelmo/belezaecaos/posts/2009/04/19/pai-de-joao-helio-fala-sobre-experiencias-espirituais-com-filho-178712.asp>>. Acesso em 15 de outubro de 2014).

Elson, em seu depoimento sobre o trabalho desenvolvido pelo médium Rogério Leite – durante uma das sessões realizadas em sua casa no Méier – ao Programa Mais Você faz questão de ressaltar o quanto as mensagens psicografadas de seu filho modificaram a sua vida e a de sua esposa:

Um ano antes do que aconteceu, nós já freqüentávamos o centro espírita Leon Dennis e, até como talvez fosse uma preparação para essa experiência tal difícil que a gente passou. Então a doutrina espírita nos mostra de forma bem clara, nos dá respostas que muitas vezes a gente não consegue identificar em outros credos, embora todos são excelentes. A gente não tem dúvida, através dos detalhes, através dos fatos que aquela mensagem, aquela psicografia genuína, ela é oriunda do nosso filho. Nunca mais você vai ser a mesma pessoa depois dessa comunicação, como para muitas pessoas que estão aqui, nunca mais elas vão ser a mesma pessoa ao saber que a vida continua, de que somos imortais em espírito e que precisamos melhorar por isso (Depoimento de Elson ao Programa Mais Você).

Dessa forma, podemos perceber como o projeto espírita de “gestão da vida e da morte” se estabelece de diferentes formas, entrelaçando as categorias de trabalho, caridade, evolução, elaborando discursos sobre violência, justiça e produção de uma “Cultura da Paz”, a partir de narrativas de mundos diferentes que se interligam por processos de purificação. São dispositivos narrativos presentes em mensagens, sonhos, livros, novelas que promovem a

“pacificação das almas” pela linguagem do controle das emoções e da dedicação ao trabalho e a caridade, alinhavados pelo conceito de *missão* e pela possibilidade de trânsitos entre os mundos: espirituais e material

A *gestão da esfera privada* se entrelaça, portanto, entre esse grupo de familiares, com os processos de *gestão da vida e da morte*, elaborados através do estabelecimento de diálogos entre dispositivos político-religiosos. Ao se inserir nessas redes espíritas, esse grupo de familiares de vítimas da violência urbana, constrói novas subjetividades a partir do abandono da *linguagem da guerra*, pelo controle das emoções. Além disso, a atuação deles no Projeto “Amor Além da Vida” permite a elaboração de novas linguagens de paz, tornando-os sujeitos promotores e divulgadores, que testemunham seus processos de transformação dessas linguagens. Suas histórias de dor, assim como suas histórias de superação, se tornam exemplos e itinerários para a construção de uma “Cultura da Paz”.

CONCLUSÃO

As relações político-religiosas desenvolvidas pelo coletivo de familiares de vítimas – descritas nesta tese – demonstraram as possibilidades de articulação de projetos de promoção da paz em um contexto de violência urbana. Por ter acompanhado suas trajetórias de vida durante quatro anos, presenciei transformações em suas formas de se relacionar com os atores e questões que permeiam o problema da violência urbana na cidade do Rio de Janeiro. O grupo inicial vivenciou momentos e tempos diferentes, nos quais desenvolveu *performances* diferenciadas nos espaços públicos.

O *tempo do testemunho* e da denúncia, fortemente vinculado aos discursos sobre *sujeição criminal* e *criminalização da pobreza*, se desenvolveu em torno das manifestações, passeatas e eventos em que esses familiares participaram ativamente, elaborando estratégias de visibilidade nas esferas públicas. Essas *performances* foram elaboradas a partir da denúncia dos casos violentos e da morte de seus filhos e filhas que, segundo seus testemunhos, enunciava a insuportabilidade de suas dores e sofrimentos. Ao denunciar suas histórias no espaço público, esses pais buscavam chamar atenção para essa questão que necessitava reações enérgicas por parte da sociedade civil e de representantes do Estado. O caso João Hélio se tornou referência para o testemunho das consequências nefastas e exorbitantes provocadas pela violência sofrida por esse grupo. Os discursos desses familiares e suas ações exigiam reformas na lei penal.

Do ponto de vista desse grupo, a violência era fruto das ações de criminosos, bandidos, monstros, sem recuperação, capazes de atentar contra a vida de crianças e *homens de bem*. O crime, nesse primeiro momento, era visto a partir dos pressupostos da *sujeição criminal*. Aos bandidos, esse grupo de familiares de vítimas destinou seus piores sentimentos e endossou discursos sobre *justiçamento*.

A ruptura com esse tempo de denúncia ocorreu a partir do encontro desse grupo de familiares com o médium Rogério Leite. Após a participação em sessões mediúnicas promovidas por esse médium e do contato estabelecido com seus filhos e filhas *desencarnados*, parte desse grupo inicial – mais precisamente, Zoraide, o casal Francilene e Diraison, o casal Rosa e Elson e Sr Orlando – passou a se dedicar a realização do *Projeto Amor Além da Vida*. Esse projeto surgiu como um desdobramento do projeto *Cartas*

Consoladoras do médium Rogério Leite e tinha por objetivo a organização das sessões de psicografias no Rio de Janeiro. Os pais que participavam das sessões, no começo, eram, em sua maioria, familiares de vítimas da violência urbana que conheceram o grupo quando esse se dedicava ao testemunho e denúncia desses casos no espaço público.

Atualmente, o projeto é desenvolvido pelos pais, mães, filhos desencarnados em parceria com médiuns que realizam sessões mediúnicas na cidade do Rio de Janeiro. As ações do grupo não são desenvolvidas apenas por pessoas que perderam seus entes queridos de forma violenta. Contudo, há que se destacar a importância desse projeto na adesão dos pais do menino João Hélio aos discursos de promoção da paz. A repercussão das ações desse grupo modificou suas dinâmicas e projetos de intervenção.

Os diálogos estabelecidos por esses familiares com os operadores de direito e os agentes espíritas possibilitaram o surgimento de práticas e linguagens específicas voltadas para a construção da paz a partir de uma adesão interior. No entrelaçamento desses diálogos surgem projetos de promoção da paz, se contrapondo à violência. A paz, para o coletivo espírita de familiares de vítimas da violência, seria atingida através do governo das emoções de revolta e vingança. Ao controlar seus sentimentos negativos de raiva, rancor e vingança, esse grupo de familiares encontrou a paz ao participar de ações sociais, transformando a dor em caridade e doação ao próximo. A adesão a gramáticas emocionais atrelada ao perdão, a gratidão, a resiliência e a resignação, para esse grupo, é vista como fundamental para o estabelecimento e manutenção da comunicação com os filhos e filhas. Dessa forma, o contato com a rede espírita – principalmente com o médium Rogério H. Leite – modificou as esferas de atuação desse grupo, tornando possível a ele projetar suas ações em torno dos conceitos de *missão* e *trabalho*. A partir do compartilhamento de uma *missão* por pais mães e filhos em diferentes esferas – *espirituais* e *material* –, e sob a mediação de manifestações mediúnicas – *psicografia*, *psicofonia* e *sonhos* –, ações e práticas voltadas para a promoção da paz são desenvolvidas. A *missão* e o *trabalho* compartilhado movimentam seus projetos de construção de uma “*cultura da paz*”.

Ao narrar os diferentes *tempos* vivenciados por esse grupo, e suas relações estabelecidas com médiuns espíritas, meu intuito foi demonstrar suas trajetórias de superação da dor e do sentimento de vingança e suas estratégias de habitar o cotidiano – permeado por ambiguidades e contradições. O modo específico como essas trajetórias se articulam com intervenções na questão da violência urbana demonstra a multiplicidade de soluções criativas que surgem como possibilidades de habitar a metrópole carioca, mesmo com todos os conflitos que a constitui. Nesse sentido, as ações desse coletivo, com seus trânsitos e circuitos,

expandem as fronteiras entre o público e o privado, alicerçando “comunidades morais” entre *mundos* e *projetos*, modificando as dinâmicas e mapas políticos da cidade. A forma original como essa rede elabora suas alternativas de promoção da paz, expandindo suas relações familiares e afetivas para os planos de transcendência, se relaciona aos mecanismos de gestão da vida e da morte nessa metrópole. Ao acionar dispositivos políticos e religiosos, esse coletivo elabora linguagens e práticas distintas de adesão à cultura da paz.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Fábio Alves. *Do luto à luta: a experiência das Mães de Acari*. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Rio de Janeiro, 2007.

_____. Das conseqüências da “arte” macabra de fazer desaparecer corpos: violência, sofrimento e política entre familiares de vítima de desaparecimento forçado. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

BARBOSA, Antonio Rafael. Considerações introdutória sobre territorialidade e Mercado na conformação das unidades de polícia pacificadora no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Segurança*, São Paulo, v.6, n.2, p. 256-265, 2012.

BIRMAN, Patricia. “Movimentos cívico-religiosos no Rio de Janeiro e alguns impasses: o

BIRMAN, Patrícia ; MACHADO, Carly. “A violência dos justos: evangélicos, mídia e periferias na metrópole”. In. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* – Vol. 27, nº 80, out./ 2012.

BOLTANSKI, Luc. “La dénonciation public”. In. *L’Amouret la justice comme compétences*. Paris: Éditions Méteilié, 1990. caso do Mural da Dor”. In. *Um Mural para a Dor: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz*. (Org.) LEITE, Márcia e BIRMAN, Patrícia. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

BIRMAN, Patrícia ; LEITE, Márcia. Apresentação. In. *Um Mural para a Dor: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz*. (Org.) LEITE, Márcia ; BIRMAN, Patrícia. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *A Distinção*. São Paulo: EDUSP, 2007.

BUTLER, Judith. *Mecanismos psíquicos del poder: teorías sobre la sujeción*. Madrid: Cátedra (Grupo Anaya, S. A.), 2001.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. *O Mundo Invisível. Cosmologia, Sistema Ritual e Noção de Pessoa no Espiritismo*. Rio de Janeiro, 1983, Zahar Editores.

CERTEAU, Michel de. "Uma variante: a edificação hagiográfica", in: *A escrita da história*, Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1982.

COMAROFF, Jean y COMAROFF, John L. *Teoría desde el sur: o cómo los países centrales evolucionan hacia África*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2013.

CSORDAS, Thomas. “Palavras dos Seres Sagrados: um estudo de caso em fenomenologia cultural”. In. *Corporificação e experiência: a base da cultura do eu*. Cambridge University Press, 1994.

DAS, Veena. *Sujetos del dolor, agentes de dignidad* / ed. Francisco A. Ortega. –Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2008.

DAS, Veena. O ato de testemunhar a violência: violência, gênero e subjetividade. *Cadernos Pagu* (37), 2011.

D'ANDREA, Anthony. *O self perfeito e a Nova Era: individualismo e reflexividade em religiosidades pós-tradicionais*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. A pulsão romântica e as ciências humanas. In. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 19 nº 55, jun./2004.

_____. “À guisa de introdução: o que perguntamos à família e à religião?” In. *Família e Religião*. DUARTE, Luiz Fernando D., HEILBORN, Maria Luiza, BARROS, Myriam Lins de & PEIXOTO, Clarice (orgs.) – Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2006.

_____. “Ethos privado e modernidade: o desafio das religiões entre indivíduo, família e congregação”. In. *Família e Religião*. DUARTE, Luiz Fernando D., HEILBORN, Maria Luiza, BARROS, Myriam Lins de & PEIXOTO, Clarice (orgs.) – Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2006.

FARIAS, Juliana. Estratégias de visibilidade, política e movimentos sociais: Reflexões sobre a luta de moradores de favelas cariocas contra violência policial. Dissertação – Programa Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007.

_____. “Da capa da revista ao laudo cadavérico: pesquisando casos de violência policial em favelas cariocas. In. *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências*. BIRMAN, Patricia, LEITE, Marcia P., MACHADO, Carly ; CARNEIRO, Sandra (orgs.) – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

FERNANDES, R. C. "Santos e Agentes", in *Romarias da paixão*, Rio de Janeiro, Rocco, 1994.

FREIRE, Jussara, Alves, FARIAS, Juliana ; ARAÚJO, Fábio. As gramáticas políticas da dor e do amor em coletivos de “familiares vítimas de violência”. In. *Anais do XIV Congresso Brasileiro de Sociologia*, Rio de Janeiro, 2009.

FOUCAULT, Michel. Cap III Sobre a Justiça Popular. In. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. Cap XVII A Governamentalidade. In. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. Introdução. In: *História da Sexualidade II. O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1984b.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU, 2002.

_____. “Outros Espaços” In. *Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema*. Organização e seleção de textos: Manoel Barros da Motta. Tradução: Inês Autran Dourado. 2.ed. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 2005.

_____. *Segurança, Território, População: curso dado no Collège de France 1977-1978*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GIUMBELLI, Emerson. *O cuidado dos mortos: uma história da condenação*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

LAMBEK, Michael. “Nuriaty, the saint and the sultan: virtuous subject and subjective virtuoso of the postmodern colony”. In: WERBNER, Richard (org.). *Postcolonial subjectivities*. Londres: Zed Books, 2002.

LEITE, Rogério H. *Policiais de Volta*. Lorena, 2011.

LEITE, Márcia Pereira. “Entre o individualismo e a solidariedade: dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro”. In. *Rev. bras. Ci. Soc.* [online]. 2000, vol.15, n.44, pp. 43-90

_____. “As mães em movimento”. In. *Um Mural para a Dor: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz*. (Org.) LEITE, Márcia ; BIRMAN, Patrícia. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

LEITE, Márcia ; MACHADO, Luiz Antônio S. Violência, crime e política: o que os favelados dizem quando falam desses temas? *Sociedade e Estado*, Brasília, v.22, n.3, p.545-591, set/dez 2007.

LEWGOY, Bernardo. “Chico Xavier e a cultura brasileira”. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v. 44 nº1.

LIMA, Roberto Kant. “Sensibilidades jurídicas, saber e poder: bases culturais de alguns aspectos do direito brasileiro em uma perspectiva comparada”. *Anuário Antropológico/ 2009-2*, 2010: 25-51.

LOPES, Natânia. *Os bandidos da cidade: formas de criminalidade da pobreza e processo de criminalização dos pobres*. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. “Violência urbana, sociabilidade violenta e agenda pública”. In. MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (orgs.) – *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MACHADO, Carly. *Morte, perdão e esperança de vida eterna: “ex-bandidos”, policiais, pentecostalismo e criminalidade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Mimeo.

MAZUR, Evangelina Maria. “Família, laços familiares em um contexto espiritualista”. In. *Família e Religião*. DUARTE, Luiz Fernando D., HEILBORN, Maria Luiza, BARROS, Myriam Lins de & PEIXOTO, Clarice (orgs.) – Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2006.

MISSE, Michel. “Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. Lua Nova, São Paulo, n. 79, p. 15-38, 2010.

_____. “Sujeição criminal: quando o crime constitui o ser do sujeito”. In. *Dispositivos e tramas dos viventes: ordens e resistências*. BIRMAN, Patricia, LEITE, Marcia P., MACHADO, Carly & CARNEIRO, Sandra (orgs.) – Rio de Janeiro: FGV, 2015.

MONTERO, Paula. “Índios e missionários no Brasil: para uma teoria da mediação cultural”. In. *Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural*. – São Paulo: Globo, 2006.

POOLE, Deborah. “Between Threat and Guarantee – Justice and Community in tem Margins of the Peruvian State”. DAS, Veena; POOLE, Deborah (eds).: *Anthropology in the Margins of the State*. Santa Fe: School of American Research Press, 2004.

REZENDE, Claudia Barcellos. “Emoção e moralidade em grupos de gestante”. In. *Anais do 35º Encontro Annual da ANPOCS*. Águas de Lindóia, São Paulo, 2011.

ROCHA, Lia de Mattos. “Uma favela sem tráfico? Os limites da ação e da opressão do tráfico”. In. MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (orgs.), *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SARTI, Cynthia. “A vítima como figura contemporânea”. *CADERNO CRH*, Salvador, v. 24, n. 61, p. 51-61, Jan./Abr. 2011.

SCHUCH, Patrice. “Tecnologias da não-violência e modernização da justiça no Brasil”. In. *Civitas*, v. 8, n. 3, 2008.

SOARES, Luiz Eduardo. “Sociedade civil e movimentos sociais no mundo globalizado”. *Comunicações do ISEER*, Rio de Janeiro, n. 49, 1998.

STOLL, Sandra Jacqueline. “Religião, ciência ou auto-ajuda? Trajetos do Espiritismo no Brasil”. *Revista de Antropologia*, São Paulo, 2002, v. 45 nº 2.

_____. “Narrativas biográficas: a construção da identidade espírita no Brasil e sua fragmentação”. *Estudos Avançados*, 18 (52), 2004.

_____. “Dos mortos e sua volta: biografia e família na literatura espírita”. *Debates do NER*. Porto Alegre, ano 10, n. 15, jan./ jun. 2009.

STRATHERN, Marilyn. *O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. Campinas: Unicamp, 2006.

TURNER, Victor. *O processo ritual: estrutura e antiestrutura*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2008.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e Cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

VIANNA, Adriana. “Violência, Estado e Gênero: considerações sobre corpos e *corpus* entrecruzados”. In. *Margens da Violência – Subsídios ao estudo do problema da violência nos contextos mexicanos e brasileiros*. LIMA, Antônio C. S. ; García, Virgínia A (Org.) – Brasília: ABA, 2014.

_____. “Tempos, dores e corpos: considerações sobre a “espera” entre familiares de vítimas da violência policial no Rio de Janeiro”. In. *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências*. BIRMAN, Patricia, LEITE, Marcia P., MACHADO, Carly & CARNEIRO, Sandra (orgs.) – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

VIANNA, Adriana & FARIAS, Juliana. “A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional”. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n.37, p. 79-116, jul./ dez. 2011.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O Nativo Relativo. *Mana* 8(1): 113-148, 2002.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ANEXO A – Reportagem sobre a utilização de uma mensagem psicografada pelo médium Rogério Leite como prova em julgamento (Continua)

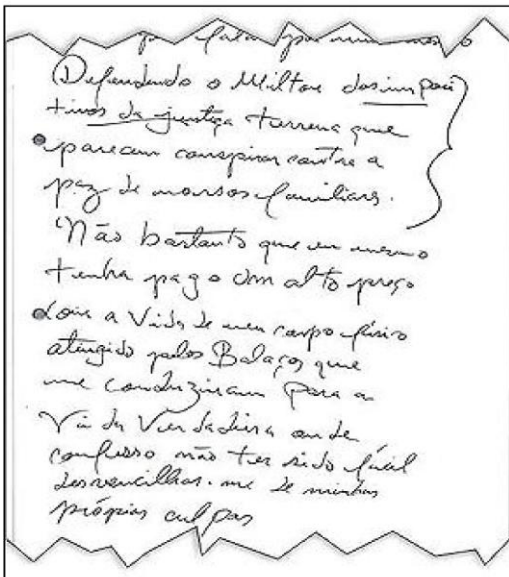
26/06/2015

Capa

• Região

Nome de médium é apresentado para provar carta

OURINHOS – Rogério Leite foi quem psicografou a suposta 'carta' de Paulo Roberto Pires, que insinua inocência de acusado de assassinato



A suposta "carta do além" foi psicografada pelo médium Rogério Leite, de Lorena. O advogado Marco Antonio Ramos anexou fotos da sessão espírita para provar a autenticidade, mas diz que não pretende usá-la no julgamento de Milton dos Santos, acusado de mandar matar o comerciante Paulo Roberto Pires, "Paulinho do Estacionamento".

O primeiro julgamento, em 17 de maio, foi suspenso depois que Ramos anexou a carta, de 11 páginas, no processo onde o morto inocentava o réu. O promotor de Justiça Silvio da Silva Brandini pediu adiamento, alegando que o documento não tinha procedência. "Paulinho do Estacionamento" foi morto em abril de 1997 com 18 tiros. Dois envolvidos — Jair Felix e Valdinei Aparecido Ferreira, o "Pudim" — já foram condenados e o outro pistoleiro, Edmilson Rocha, morreu assassinado na cadeia (leia texto nesta página).

O comerciante Milton dos Santos, concunhado da vítima, é acusado de ser o mandante. "Paulinho do Estacionamento" tinha patrimônio estimado em R\$ 15 milhões quando foi morto. Para o Ministério Público, o crime teria sido encomendado por Santos, de olho

na fortuna. O advogado de Milton dos Santos nega que o comerciante seja o mandante. Santos teria contratado investigação particular para descobrir os autores do crime, diz Ramos. Na peça de acusação, Santos teria pago Valdinei Ferreira, o "Pudim", para contratar dois homens em Sorocaba para executar "Paulinho do Estacionamento" com 18 tiros.

Segundo o promotor Brandini, "Pudim" receberia R\$ 3 mil e teria seu carro, um Monza 1993, refinanciado. A principal prova da Promotoria é o depoimento de "Pudim", que se entregou à polícia e acusou o comerciante.

A promotoria pediu a suspensão da audiência e foi atendida pela juíza Raquel Grellet. Não havia a identificação do nome do médium na carta até o dia do julgamento. Ramos entregou na última segunda-feira as fotos da sessão de psicografia e indicou que o médium é Rogério Leite, do Centro Espírita Paulo Ferreira, da cidade paulista de Lorena (leia texto nesta página).

O promotor disse que é muito difícil acreditar na carta. "A pessoa que morreu vai mandar uma mensagem dizendo que fulano não a matou, mas não fala quem a matou? Se fosse assim, tinha que falar o nome de todo mundo", disse o promotor.

O advogado de Milton enviou ao promotor uma petição dizendo que não pretende usar a carta psicografada em plenário, mas apenas demonstrar para os jurados que a família de "Paulinho" é religiosa e acredita no testemunho mediúnico.

Para o promotor, a repercussão do caso mudou a intenção da defesa. "Acho que não preciso nem ficar preocupado com essa carta, porque a repercussão foi pior", declarou. Brandini aguarda



Reportagem sobre a utilização de uma mensagem psicografada pelo médium Rogério Leite como prova em julgamento (Conclusão)

26/06/2015

Capa

também a apuração de incidente de falsidade de outra carta anexada no processo, que é decisiva para provar o envolvimento do réu.

Leia mais:

[Advogado diz que vai pedir absolvição](#)

[Carta foi psicografada em Ourinhos](#)

[Dois já foram condenados pela morte do comerciante](#)

[Leia o texto da "carta do além"](#)

Voltar

ANEXO B – Processo de responsabilização civil

Acompanham a inicial os documentos de fls. 15/273.

Regularmente citado, o Réu apresentou contestação, às fls.280/298, sustentando que ao Estado não se pode atribuir responsabilidade por tudo o que ocorre com os cidadãos. É preciso provar que os danos decorreram da inércia dos seus agentes públicos, que se omitiram quando deveriam atuar.

Ressaltam que os danos suportados pelos Autores decorreram de ato praticado por terceiro, restando indubitável a existência de relação entre o dano e a pessoa jurídica pública, pressuposto básico para a configuração da responsabilidade civil.

Impugna o pedido de dano moral, sustentando o *princípio da eventualidade*, para o caso de condenação na indenização, uma vez que o valor pretendido pelos Autores afigura-se absolutamente fora dos parâmetros usualmente adotados pelo Tribunal, configurando-se enriquecimento sem causa.

Acompanham a contestação os documentos de fls.299/303.

Instados a se manifestarem em provas, o Réu informou não ter mais provas a produzir, tendo os Autores requerido a produção de prova testemunhal e documental suplementar.

Saneador irrecorrido, às fls. 311 vº, deferindo a produção de prova oral, com designação de audiência e prova documental.

Ata de Audiência de Instrução e Julgamento, às fls. 314.

Processo de responsabilização civil (continua)



Parecer final do Ministério Público, às fls. 316/319, opinando pela procedência parcial do pedido.

É o relatório. Passo a decidir.

Trata-se de ação em que os Autores pretendem o reconhecimento do dano moral, em virtude do falecimento do filho do casal, Luis Alberto Ramos dos Santos Júnior, Policial Militar, com 21 anos de idade, vítima de disparo de arma de fogo efetuado por meliantes, quando exercia a sua atividade na denominada “operação visibilidade”, efetivada na esquina da Av. Presidente Castelo Branco com a Rua General Canabarro, na Tijuca.

O Réu invoca o reconhecimento da excludente de responsabilidade, por ter sido o ato praticado por terceiro, um meliante, conforme a afirmação dos Autores.

Entretanto, a defesa manifestada pelo Estado não pode ser acolhida, uma vez que não se trata de omissão genérica do Poder Público, mas, conforme bem acentuou a douta Curadora de Fazenda, a omissão é específica, caracterizada pela *faute de service*, eis que o Policial Militar encontrava-se em atividade, participando de operação que, pelo desastroso desenlace, motivou a substituição do Comandante da PM, conforme se vê do noticiário jornalístico ofertado com a inicial.

O novo Comandante, ao reconhecer a impropriedade tática cometida pelo responsável pela operação policial, ao promover a “operação visibilidade” em área de alto risco, como a

RN

Processo de responsabilização civil (continua)



JUÍZO DE DIREITO 9ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA

Processo nº2004.001.113900.2

Autores : Sonia Regina Pereira dos Santos e Outro

Réu: Estado do Rio de Janeiro

Ação: Responsabilidade Civil

SENTENÇA

Sonia Regina Pereira dos Santos e Luis Alberto Ramos dos Santos propuseram ação de Responsabilidade Civil, pelo rito Ordinário, em face do **Estado do Rio de Janeiro**, todos devidamente qualificados na inicial, objetivando a condenação do Réu ao pagamento de indenização por dano moral, em valor a ser fixado pelo Juízo, não inferior a 5.000 salários mínimos, em virtude do falecimento do seu filho, *Luiz Alberto Ramos dos Santos Junior*, ex-policiaI militar, atingido por projétil de arma de fogo efetuado por meliantes, durante o exercício de suas atividades, na denominada “*Operação Visibilidade*”, quando se encontrava no interior de uma viatura, na esquina entre a Avenida Presidente Castelo Branco e a Rua General Canabarro, na Tijuca.

Sustentam os Autores que, somente neste ano, mais de oitenta Policiais Militares faleceram no exercício de suas funções, o que demonstra a responsabilidade do Estado do Rio de Janeiro, que como é notório, não estrutura bem a sua polícia, não adotando medidas capazes de impedir novos acontecimentos dessa espécie.

RL

Processo de responsabilização civil (conclusão)




O dano moral encontra-se consubstanciado na dor pela perda do jovem filho, Policial Militar de 21 anos de idade, agravada pela forma brutale evitável como ocorreu.

No tocante ao *quantum* indenizatório, a título de danos morais, o valor que atende aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade e que ora se fixa, consoante a mesma indicação feita pelo Ministério Público, é o equivalente a 200 (duzentos) salários mínimos para cada Autor.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE, em parte**, o pedido formulado na inicial e **CONDENO** o Estado do Rio de Janeiro ao pagamento do valor equivalente a 200 (duzentos) salários mínimos, valor fixado pelo Governo Federal, na data do efetivo pagamento, acrescido dos juros de mora a se contar da citação, para cada Autor; deixo de condenar em verba honorária, porque os Autores estão sendo patrocinados pela Defensoria Pública e consoante a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. Submeta-se a presente ao duplo grau obrigatório, como condição de eficácia da sentença.

P.R.I.

Rio de Janeiro, 19 de Dezembro de 2005.


REGINA LÚCIA CHUQUER de ALMEIDA COSTA de CASTRO LIMA
JUIZ DE DIREITO

ANEXO C – Pai de João Hélio fala sobre suas experiências espirituais

27/06/2015

Pai de João Hélio fala sobre experiências espirituais com o filho - Ana Cláudia Guimarães: O Globo

[globe.com](#) [g1](#) [ge](#) [gshow](#) [famosos](#) [vídeos](#)

ENTRE

PUBLICIDADE

| Rio, 27 de junho de 2015

LITURA

Cláudia Guimarães - 20.4.2009 | 6h56m

COMPARTILHAR

BUSCAR

Blogs

Anotações da vida no Balneário
Por Zeca Borges

Poucas Palavras
Por Gabriel Souza

DizVentura
Por Mauro Ventura

No front do Rio
Por Cesar Tartaglia

Botequim da Lapa
Por Marceu Vieira

Chope do Aydano
Por Aydano André Motta

Blog Emergência
Por Daniel Brunet

O Brasil do Bê
Por Bernardo de La Peña

Pai de João Hélio fala sobre experiências espirituais com o filho



Quando soube que o Tribunal de Justiça do Rio vai julgar quarta agora o recurso de apelação da quadrilha que provocou a morte do menino João Hélio Fernandes Vieites, aos 6 anos, em 2007, telefonei para o pai dele, Elson Lopes Viteites (em foto de Fábio Guimarães com sua mulher, Rosa Cristina). Conte que os advogados dos bandidos querem diminuir a sentença da 1 Vara Criminal que os condenou a penas que vão de 39 a 45 anos de prisão em regime fechado. Queria saber como ele e a mulher, Rosa Cristina, estavam tocando a vida após os dois anos da perda do filho e como estavam reagindo à solicitação dos bandidos. A conversa foi rápida, mas surpreendente.

O pedido de redução de pena, ao invés de indignação, provocou silêncio absoluto na família de João Hélio. O pai, Elson, disse que não acompanha mais a movimentação do processo porque não quer cultivar sentimentos como a raiva. Desde o crime, ele e a mulher tentam conviver com a dor e superar a perda do filho ajudando outras pessoas que sofrem todos os tipos de violência e injustiça no Rio. Sem querer entrar em detalhes, Elson conta que somente a paz de espírito faz com que ele e sua mulher fiquem mais próximos do filho morto: "uma vez ou outra eu entro na internet para ver o processo. Mas isso não me faz bem. Sentimentos ruins, como rancor e raiva, nos afastam do espírito de Joãozinho", diz Elson.

Kardécistas, religião que acredita em vida após a morte, Elson e Rosa Cristina não gostam de falar sobre a tragédia ocorrida com o filho. Muito menos gostam de falar sobre religião. Fogem dos jornalistas, não querem sensacionalismo em torno da história do filho e também não querem aparecer. Durante a conversa, Elson não entra em detalhes, mas deixa escapar que tem contato espiritual com João Hélio: "Temos incontáveis formas de intercâmbio espiritual, temos provas. Estamos sendo muito amparados espiritualmente." E, muito gentil, conta como está conseguindo superar a perda do filho. Elson ainda esbanja bom exemplo afirmando que o objetivo dele e da mulher agora é "enxugar a lágrima de outras pessoas".

O senhor e a sua mulher, Rosa, desistiram de acompanhar o processo dos

DATAGOIS

Você acha que os guardas municipais do Rio deveriam portar armas?

 Sim

 Não

Resultado

Pesquisa anterior

PARTICIPE

Usuários cadastrados podem enviar reportagens pelo formulário da Globo.com aqui. Quem não tem cadastro, deve enviar o material para o e-mail fotoancelmo@oglobo.com.br

OUTRAS PALAVRAS

Amigos do Ancelmo
Textos de colaboradores ilustres

Quase sério
As melhores piadas do Ancelmo

Viagens no Rio
Reportagens especiais sobre a cidade e os cariocas

Pai de João Hélio fala sobre suas experiências espirituais (conclusão)

27/06/2015

Pai de João Hélio fala sobre experiências espirituais com o filho - Ana Cláudia Guimarães: O Globo assassinos de João Hélio?

LEIA EM O GLOBO

As sete últimas colunas do AnceImo

[Veja a coluna de hoje](#)

[Domingo](#)

[Segunda-feira](#)

[Terça-feira](#)

[Quarta-feira](#)

[Quinta-feira](#)

[Sexta-feira](#)

[Sábado](#)

ARQUIVO

Clique aqui para consultar todos os textos publicados pelo AnceImo.com a Turma da Coluna

OUTROS SITES DE COLUNISTAS

[Blog do Noblat](#)

[Miriam Leitão](#)

[Patrícia Kogut](#)

[Rádio do Moreno](#)

Muito de vez em quando, eu olho o processo pela internet. Mas temos procurado deixar isso de lado. O que tinha de ser feito, já foi feito. Queremos nos afastar de tudo que nos cause sentimentos ruins para ficarmos em uma vibração boa.

Sentir raiva não é humano? Por que tanta aversão por esse sentimento?

Se a gente começar a ter sentimentos ruins, nos afastaremos do nosso filho. Para ficarmos em sintonia com o espírito de Joãozinho, precisamos estar com bons sentimentos, boas vibrações. Tentamos nos afastar de tudo que nos desperte magoas. Assim, ficamos em contato com ele.

Vocês já tiveram algum tipo de experiência espiritual com o João Hélio?

Hoje, temos certeza da imortalidade do espírito. Sabemos que o Joãozinho continua vivo em outros planos. A distância não acaba com os sentimentos. Tivemos algumas experiências que comprovam essa tese. Há uma continuação do espírito e temos incontestáveis provas da imortalidade do espírito do João Hélio. Para continuarmos a ter contato com ele, precisamos estar com boa vibração.

Como vocês têm vivido após a tragédia?

No início, queríamos mudanças na Lei e na sociedade. Hoje, não mais. Nossa formação é católica, mas um ano antes do que houve com o Joãozinho começamos a frequentar palestras kardecistas. O contato com a religião foi fundamental para a gente superar a dor. Tentamos levar a vida da melhor forma possível porque a nossa jornada terrestre continua. Tentamos praticar o bem, sem rancor. O nosso principal objetivo é enxugar as lágrimas das outras pessoas.

[Pmalink](#) [Envie](#) [Compartilhe](#) [Comente](#) [Ler comentários \(57\)](#)

Hotéis no Rio de Janeiro

Veja avaliações e encontre ofertas para a sua viagem em Rio de Janeiro



PAÍS RIO ECONOMIA SOCIEDADE MUNDO TECNOLOGIA SAÚDE CIÊNCIA CULTURA ESPORTES
ÚLTIMAS

© 1996 - 2014. Todos direitos reservados a Infoglobo Comunicação e Participações S.A. Este material não pode ser publicado, transmitido por broadcast, reescrito ou redistribuído sem autorização.

[CENTRAL DO ASSINANTE](#) [CLUBE DO ASSINANTE](#) [FAÇA SUA ASSINATURA](#) [AGÊNCIA O GLOBO](#) [O GLOBO SHOPPING](#) [FALE CONOSCO](#) [DEFESA DO CONSUMIDOR](#) [EXPEDIENTE](#) [ANUNCIE CONOSCO](#)

[POLÍTICA DE PRIVACIDADE](#) [TERMOS DE USO](#)

terrenos rio das ostras

condomínio casas - conceito resort 3 min da praia e 45 min de Friburgo



<http://oglobo.globo.com/rio/anceImo/beleza/colunas/posts/2009/04/19/pai-de-joao-helio-fala-sobre-experiencias-espirituais-com-filho-178712.asp>

2/2

Fonte: Coluna Ana Cláudia Guimarães, O Globo

ANEXO D – Psicografia Ludmila

Mãe, minha mãe Zoraida!
 Não venho escrever sobre
 dor e sofrimento, não
 espero que escreva sobre
 castigo e justiça.
 Não, não vou escrever sobre
 medo dor.
 Vou escrever sobre vida e
 felicidade. Vou escrever sobre
 amor e esperança.

A pay no chofe i ti p'pau
 adubos, enc charge de
 auserio de fé.

Existe sm une justice que
 aide nos consequentes entender,
 mas sem de une justice muito
 maior.

Seje advogado de fve vide
 e lute p'le que cause de
 viver.

O Lucas vo era para nosa

a todos que fizeram parte
 da minha existência terrena,
 muito obrigado.

A vida é única apenas esta vez,
 em dimensões perdidas e o
 respeito ao castigo é real.

muito amor, meu filho
 Luiz

ANEXO E – Reportagem “As Mães do Rio”

02/07/2015

Planeta Sustentável - Imprimir Matéria



Ernani D'Almeida



Seis mulheres que valem por um exército em luta pela paz: Helena, Sônia, Alessandra e Daniela, atrás. Márcia e Bete, na frente.

JUSTIÇA

As mães do Rio

Elas se tornaram a pedra no sapato do comandante da PM, do governo e do Judiciário. Do morro a Ipanema, as mães também enfrentam traficantes, políticos intocáveis e milicianos. O que querem? Colocar na cadeia os assassinos de seus filhos e gritar bem alto por uma sociedade mais justa e livre da violência

Era domingo, 6 de julho de 2008, já anoitecia e Alessandra Amorim Soares, 37 anos, funcionária do Centro Cultural da Justiça Federal do Rio de Janeiro, dirigia seu Palio com os filhos no banco de trás. Vinícius, 9 meses, sentadinho no bebê-conforto; João Roberto, 3 anos, pedia para a mãe tocar um CD infantil e também deixá-lo dormir sem banho naquele dia. Alessandra estava dizendo que ele tinha de tomar banho, sim, quando um carro a ultrapassou em alta velocidade, bateu em outro e seguiu. Ela olhou pelo retrovisor, viu uma viatura e entendeu tudo: a polícia perseguia aquele veículo. "Encostei, mandei João se abaixar e me encolhi também", conta. Faltavam 100 metros para entrarem em casa, na Tijuca. Segundos depois, João se levantou e perguntou por que tinha de se deitar. Uma saraivada de tiros perfurando a lataria encobriu a voz de Alessandra com a resposta. "João não falou nada, Vinícius chorava muito, eu joguei a bolsa de bebê para mostrar aos PMs que havia crianças no carro", recorda. Mais balas zunindo, vidro por todo lado e ela desceu gritando que o filho estava ferido. "Um soldado com um fuzil na mão deu ordens para me afastar, xingava muito. Eu pedia socorro. Uma viatura maior parou, controlou os PMs e pude voltar para tirar Vinícius, entregá-lo a uma estranha que olhava na calçada, entrar nessa viatura com João e voar para o hospital. Meu filho respirava." A mãe nem conferiu os estilhaços no próprio corpo. A sequência inclui a remoção do menino para outro hospital, a retirada da bala na cabeça, outra na nádega, e uma equipe de transplante recolhendo a córnea dele para doação. A morte cerebral estava confirmada. Na TV, o secretário de Segurança Pública, Mariano Beltrame, admitia uma ação desastrosa - o carro de Alessandra havia sido confundido com o dos bandidos. Quase em transe, ela foi abraçada por uma mulher loira que, sem dizer nada, deixou claro que reconhecia a sua dor.

COMO AS LOUCAS

Reportagem “As Mães do Rio” (continua)

02/07/2015

Planeta Sustentável - Imprimir Matéria

Era Daniela Duque, 41 anos, de Ipanema, que dez dias antes havia enterrado o seu Daniel Duque, 18 anos, fulminado na porta da boate Baronneti por um PM - o guarda-costas de Pedro, filho da promotora Márcia Velasco. Desde a ameaça de morte feita à promotora, em 2001, pelo traficante Fernandinho Beira-Mar, ela recebia proteção da PM, estendida à família. Um episódio tolo de fim de noite entre estudantes deixou Daniel sangrando no chão, sem direito ao futuro. Ao abraçar Alessandra, Daniela repassou a solidariedade recebida de outras mães, igualmente vítimas de violência. Não há uma instituição oficial que as reúna, mas elas aparecem. Primeiro, oferecem o ombro. Depois, ensinam uma prática que qualquer cidadã preferia não aprender: vigiar o delegado e a perícia, ficar de olho no inquerito, ajudar a reunir provas e, depois, fiscalizar cada etapa do processo na Justiça. Se for preciso, organizam passeatas e mobilizam a imprensa para não deixar os casos caírem no vazio.

As mães do Rio podem ser comparadas às lendárias loucas da Praça de Maio, que, na frente da Casa Rosada, em Buenos Aires, responsabilizam o estado pelo sequestro e morte de seus filhos, opositores da sangrenta ditadura na Argentina (de 1976 a 1983). Na versão carioca, o inimigo tem várias faces. Quem mata os jovens? A polícia, o traficante, o outro jovem e os grupos de extermínio. O assassinato representa 46% das mortes de adolescentes de 12 a 18 anos, uma barbárie. A média deles no Brasil é de 13,4 por dia, cerca de 5 mil a cada ano. As causas convergem quase sempre para o casamento entre tráfico de drogas e de armas, espreitado por um estado fraco, às vezes corrupto, que descuida de suas obrigações básicas. Segundo a Secretaria da Fazenda do Rio, o faturamento anual dos chefões, apenas com drogas, é de 630 milhões de reais em 90 toneladas de maconha, 16 de cocaína e 8 de crack.

A truculência pega todas as classes sociais - meninos negros, da periferia dos grandes centros, são as maiores vítimas. Um estudo de 2006, porém, que esquadrinhou 267 cidades do país com mais de 100 mil habitantes para criar o Índice de Homicídios na Adolescência (IHA), descobriu que o assassinato cresce até em lugares pouco associados à violência, como Ribeirão das Neves (MG), agora entre as 20 cidades mais perigosas para um jovem. Se nada for feito, dos que em 2006 completaram 12 anos, no Brasil, 33 504 serão liquidados antes dos 19 - concluiu esse estudo baseado em dados do Ministério da Saúde e IBGE e assinado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e pelo Unicef, Observatório de Favelas e Laboratório de Análise da Violência da Uerj. Por extensão, o problema, parecido com uma guerra, atinge outros brasileiros, como João Roberto, que esteve no caminho da polícia e dos que ela perseguia.

FAMÍLIA DE POLICIAL

As mães do Rio aprenderam tudo isso e entendem seu papel. "Nossa luta é política", assegura Sônia Regina dos Santos, 49 anos, mãe de Luiz Alberto, soldado da PM metralhado aos 21 anos, em 2004, durante a Operação Visibilidade, que colocava viaturas nas esquinas para marcar presença contra o crime. Os PMs, na viatura, viraram alvo fácil. Marginais descarregaram seu armamento pesado em Luiz e num outro soldado. Eles ficaram desfigurados. "Enterrei meu filho no domingo, e, na segunda, fui ao comandante-geral da PM, e ao Secretário de Segurança, Anthony Garotinho, marido da então governadora Rosinha", lembra. Sônia tentou responsabilizar os dois por negligência, omissão e imprudência, mas perdeu na Justiça. "Continuo buscando reparação. E, nesse caso, justiça não é apenas punir os culpados, foragidos, mas promover mudanças estruturais e uma nova política de segurança pública." Sônia vai a enterro de policiais e pergunta às autoridades até quando permitirão o fuzilamento de PMs. Num documento entregue ao

Reportagem “As Mães do Rio” (continua)

02/07/2015

Planeta Sustentável - Imprimir Matéria

governo, pede humanização dos quartéis, apoio psicológico, treinamento da tropa... A polícia precisa melhorar, mas não pode ser culpada de todas as mazelas", diz ela, que também junta suas forças às das mães que se opõem à PM. "Sou mãe de policial, com orgulho, mas minha dor é igual à delas."

No julgamento de um réu, as mães do Rio vestem camiseta com foto da vítima e fazem barulho e pressão no fórum. O calor humano que produzem no plenário, em geral, influencia os jurados. O júri do caso João Roberto estava surdo. Alessandra, hipertensa e grávida - uma gestação descoberta logo após a morte do filho, e que ela, deprimida, relutou em aceitar -, tirou de algum canto a energia para depor em dezembro de 2008. O que contou coincidiu com o laudo dos peritos: os tiros vieram de trás, dos policiais, e não do carro dirigido pelos supostos bandidos. Em vão: "O PM que matou meu filho foi absolvido. Consideraram que estava no estrito cumprimento do dever", lamenta. O máximo que conseguiu foi mobilizar o governador. Sérgio Cabral declarou que o júri havia errado e mandou acelerar o processo administrativo que expulsou da PM os dois soldados envolvidos - o segundo ainda não sentou no banco dos réus. Enquanto dava entrevista a CLAUDIA, Alessandra soube de novo entrave: acabava de ser aprovada a Proposta de Emenda Constitucional do deputado Wagner Montes, permitindo a reintegração à tropa de PMs absolvidos na Justiça. "É um absurdo! A minha única vitória, o deputado tirou. Ele quer tornar os policiais seres intocáveis?" Se a Procuradoria-Geral do Estado não agir, William de Paula, o homem que acertou João Roberto, receberá a farda de volta.

Alessandra foi a vários outros julgamentos. Engrossou o coro por condenação no caso Daniel Duque: o PM Marcos do Carmo saiu livre. Daniela esperneou, um segundo júri foi marcado e a tese de disparo acidental prevaleceu. Em junho deste ano, outra derrota, dessa vez uma apelação negada pelo Tribunal de Justiça do Estado. "Não faz mal, vou a Brasília tentar convencer o Superior Tribunal de Justiça", diz a incansável Daniela.

Ir à capital federal é algo que elas fazem com certa frequência. "Pode não adiantar, mas nós vamos", afirma Bete Medina Paulino, 47 anos, do bairro de Guadalupe, que ficou conhecida na chacina da ViaShow, uma casa noturna imensa, instalada na Via Dutra, onde seus dois filhos, o sobrinho e um amigo foram vistos pela última vez em dezembro de 2003. Os corpos dos seus meninos, Rafael, 18 anos, e Renan, 13, foram encontrados junto com o de Bruno, 20, e Geraldo, 21, no poço de uma fazenda abandonada, três dias depois. O enredo também envolve PMs e bicos de segurança. Geraldo parou para fazer xixi perto do carro de um dos policiais - e ele achou que o rapaz tentava roubar o veículo. Os outros três chegaram e viram Geraldo ser espancado. A forma fácil de se livrar também das testemunhas foi matar todos e apagar os rastros. "Me perguntam se sofri em dobro por perder os dois. A dor de ver um filho morto é tão profunda que não é possível dobrar", diz Bete. "Pensei que morreria, mas a gente não pode. Tem de resistir, fazer alguma coisa." Com essa clareza, conversa com ministros, deputados e senadores. Sempre em grupo. Até mesmo um Dia das Mães foi celebrado no Planalto Central: um time estendeu toalha de piquenique no gramado da Esplanada dos Ministérios e registrou nos domínios do poder federal o que é ser mãe de filhos mortos precocemente e de forma violenta.

UMA CÂMERA NA MÃO

Bete ainda ressalta às autoridades a necessidade de fortalecer o Disque-Denúncia que acolhe informações anônimas sobre crimes. De novo as mulheres: 80% dos chamados são feitos por elas. "Meus filhos foram achados graças a esse serviço. Poderia passar a vida toda procurando,

Reportagem “As Mães do Rio” (continua)

02/07/2015

Planeta Sustentável - Imprimir Matéria

como no caso de Acari”, lembra. O episódio é emblemático. Há 20 anos, 11 jovens saíram desse bairro para passar o fim de semana num sítio em Magé (RJ), não voltaram e os corpos desapareceram. Ninguém foi processado. A ação das mulheres de Acari é o embrião do movimento de hoje. “Antes de Marilene Lima e Vera Flores, as líderes, uma mãe não peregrinava por delegacias, cartórios e fóruns”, afirma Bete. Vera morreu há dois anos, Marilene segue firme: dia 26 de julho, puxou uma passeata de Acari a Vigário Geral para dizer que o caso não pode prescrever sem a prisão dos culpados. Elas aprenderam com o cineasta Luis Nascimento a gravar imagens da sua persistência e teimosia. As cenas estão no documentário que estreia este mês, Luto Como Mãe. Umas ensinaram às outras a manejar a câmera de cinema.

As imagens captadas por Márcia Jacintho, 48 anos, orientaram o Ministério Público. Ela reduziu a pó a versão policial da morte de seu filho Henry, 16 anos, no Morro Lins de Vasconcelos, em 2002. No inquérito, o garoto era traficante, resistiu à prisão, trocou tiros e portava maconha. Tinha de limpar a honra de Henry, que não era bandido, e provar que a polícia estava doente”, diz. Ela gravou o local do crime, ouviu testemunhas, analisou o trajeto da bala... realizou as diligências da Polícia Civil. O PM Marcos Alves foi condenado a nove anos de prisão por homicídio e fraude; e o PM Paschuini, a três anos por simular apreensão de arma e drogas.

“Essas mulheres não vão mudar a sociedade, mas, ao realizar funções do poder público, pressionam o estado a tomar medidas”, avalia Ignácio Cano, do Laboratório de Análise da Violência da Uerj. Uma das medidas foi a criação da Unidade de Polícia Pacificadora. A UPP está em dez das mil favelas cariocas para tirar o poder de traficantes e milicianos que impõem leis próprias às comunidades. A novidade ainda é vista com desconfiança. Se vai funcionar, logo as mães do Rio dirão.

Márcia Jacintho não é mais vendedora de filtros de purificar água. Deixou de bater de porta em porta para trabalhar na Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa e na Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência. Em 2011, vai à ONU, em Nova York, falar tudo o que descobriu sobre violação de direitos no Brasil. Já Helena Edir Vicente, 60 anos, atua noutra frente desde que seu único filho, adotivo, Eli Júnior, morreu. Tinha 21 e saía de uma lanchonete quando um projétil o atingiu - chamou isso de bala perdida. Era o revide de traficantes do Terceiro Comando a um disparo do Comando Vermelho, controlador da Nova Holanda, onde Helena vive, uma das 16 favelas da efervescente Maré. Ela faz seu apostolado com palavras. “Se tirar um menino do caminho do tráfico, saio vitoriosa”, diz. “Converso, ensino a trabalhar, ajudo a arrumar documentos.” Helena é funcionária da Redes de Desenvolvimento da Maré, que oferece cursos, jornais e discussões sobre o tipo de segurança pública que os 132 mil moradores desejam. Numa ação de formiguinha, Helena tenta tornar menos banal a presença das armas. A gente passa por elas como se não fossem nada. As crianças ouvem um tiro e distinguem: ‘Esse foi de escopeta; aquele, de fuzil; o barulho pequeno é de revólver 38’.”

As mulheres também tratam a autoestima. Daniela e Bete montaram a ONG Amor Eterno, na qual, com outras mães, fazem bolsas, aulas de pilates e terapia. “Vivemos de altos e baixos. A luta judicial é arrastada, maltrata demais”, diz Daniela. “Muitas ficam obcecadas, só falam no assunto”, explica Bete. “Alguns maridos vão embora ou viram alcoólatras. Para nós, é um aprendizado duro.” Alessandra às vezes vai à ONG, que tem um cheiro gostoso de incenso, livros e paredes coloridas. Está atravessando bem o seu duro aprendizado, lidando com o trauma. Mudou de casa, reequilibra a vida com o marido, Paulo, com Vinícius e a

Reportagem “As Mães do Rio” (conclusão)

02/07/2015

Planeta Sustentável - Imprimir Matéria

caçula Amanda, que já tem 1 ano e 3 meses, é serena e sorri muito.

O FILHO NO CINEMA

Com o jornal O Globo na mão, Neilde Barcelos, 49 anos, diz o que fez para combater a violência: criou Cadu Barcelos. A foto, na capa do Caderno de Cultura, mostra o filho de smoking, lindo aos 22 anos, no tapete vermelho do Festival de Cannes, na França, em maio. Ele é diretor de Deixa Voar, um dos episódios de 5x Favela, Agora Por Nós Mesmos, filme produzido por Carlos Diegues. "Para estudar na Maré, Cadu passava por três regiões comandadas por facções rivais. Poderia ter sido cooptado por uma delas ou ter se viciado em drogas. Optou pelo cinema", diz Neilde para explicar que o filho venceu e está promovendo a favela da maioria - e não aquela que sai nas páginas policiais. No filme, que estreia em agosto, a história de Cadu fala de um menino que solta pipa numa comunidade. Ela cai no campo adversário e ele vence o medo para buscá-la. "Esse garoto é como eu. Também tive dificuldade de atravessar a linha que separa uma favela da outra. Viver na comunidade construiu meu caráter, ensinou que é preciso respeitar os diferentes e não desistir do direito de ir e vir", conta. Em Cannes, Cadu achou o máximo passear no tapete vermelho por onde pisou a atriz Nicole Kidman. Mas, dos dois, só ele foi aplaudido de pé.

FRASES

"Perdi dois filhos, pensei que ia morrer. Mas é preciso resistir e tentar mudar algo na sociedade," **Bete Paulino**

"Absolveram o PM que matou meu filho. Disseram que cumpria seu dever," **Alessandra Soares**

"Tinha que provar que meu filho não era bandido e que a polícia estava doente," **Márcia Jacintho**

"A polícia precisa melhorar. Porém, não é culpada de todas as mazelas do estado," **Sônia dos Santos**

"Se tirar um menino do tráfico, saio vitoriosa. Aqui, as crianças identificam as armas pelo tiro," **Helena Edir**



Abril

Copyright © 2007, Editora Abril S.A. - Todos os direitos reservados. All rights reserved.